

Isadora Moura Mota

**O 'VULCÃO' NEGRO DA CHAPADA:
Rebelião escrava nos sertões diamantinos
(Minas Gerais, 1864)**

200608516

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Robert Slenes.

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
12/12/2005

Banca:

Prof. Dr. Robert Slenes (orientador)

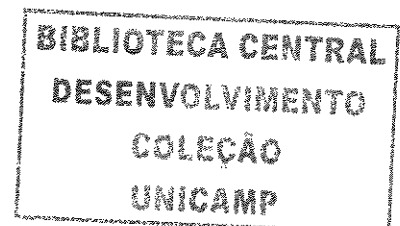
Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes (membro)

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (membro)

Prof. Dr. Sílvia Lara (suplente)

Prof. Dr. Elciene Azevedo (suplente)

DEZEMBRO/2005



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	M856v
V	EX
TOMBO BC/	06750
PROC.	16.123-06
C	☐
D	☒
PREÇO	11,00
DATA	25/1/06
Nº CPD	

ab ID 374997

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Mota, Isadora Moura

M856v "O "vulcão" negro da Chapada. Rebelião escrava nos sertões diamantinos (Minas Gerais, 1864)" / Isadora Moura Mota. - - Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador: Robert Wayne Andrew Slenes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Revoltas - Brasil. 2. Escravidão - Minas Gerais . 3. Diamante - Minas e mineração - Brasil. 4. História social . 5. Diamantina (Serro Frio, MG) - História. I. Slenes, Robert Wayne Andrew. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

sfm/ifch)

Palavras-chave em inglês (Keywords): Revolts - Brazil
Slavery – Minas Gerais
Diamond - Mines and mining - Brazil
History society.
Diamantina (Serro Frio, MG) - History

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Robert Wayne Andrew Slenes
Flávio dos Santos Gomes
Sidney Chalhoub

Data da defesa: 12 de dezembro de 2005

Resumo

Esta dissertação conta a história da rebelião escrava do Serro, movimento que reuniu mais de quatrocentos rebeldes em Minas Gerais, no mês de outubro de 1864. Cientes dos projetos emancipacionistas em debate no Parlamento nacional e da Guerra Civil nos Estados Unidos, escravos das lavras de diamantes, fazendas e cidades do Serro e Diamantina planejaram uma “guerra contra os brancos” para obter sua liberdade. Eles contavam com o apoio de comunidades quilombolas e homens forros. Através da análise desta revolta, esperamos trazer à tona as culturas e experiências da escravidão no nordeste mineiro, assim como suas relações com o cenário político da década de 1860.

Abstract

This dissertation tells the story of the Serro slave rebellion, which gathered more than four hundred rebels in Minas Gerais, during the month of October, 1864. Aware of the emancipationist projects debated in Brazil’s National Assembly and the U.S. Civil War, slaves from the diamond mines, farms and the cities of Serro and Diamantina planned a “war against the whites” in order to obtain their freedom. They expected to be supported by maroon communities and black freedmen. Through the analysis of this revolt, we wish to reveal the slave cultures and experiences in the *mineiro* northeast, as well as its relationship with the political landscape of the 1860s.

Para Celso,
por tudo

AGRADECIMENTOS

Este trabalho corresponde ao resultado de uma longa jornada pelas histórias de diversas rebeliões escravas no século XIX. Começando nos tempos da graduação, coisa do século passado, a pesquisa do tema me levou ao encontro da insurreição de 1864 nas páginas de um intrigante processo do Arquivo Nacional. Desde então, a investigação se desenvolveu, a dissertação nasceu e ganhou corpo entre o Rio de Janeiro, Campinas e Minas Gerais. Ao longo da sua escrita, várias foram as incertezas, mas maior ainda o apoio e a amizade das diversas pessoas e instituições que comigo dividiram o caminho.

Desde o início do mestrado, pude contar com o financiamento de agências de fomento à pesquisa. Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que financiou o projeto durante grande parte do ano de 2003 e à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) que ao longo dos anos seguintes viabilizou as viagens de pesquisa e a redação deste trabalho.

Durante mais de um ano, dividi meus dias entre vários arquivos nos quais encontrei respeitosa acolhida e vasto acesso à documentação sobre a escravidão no século XIX. Na Biblioteca Nacional, agradeço a todos que facilitaram a pesquisa dos jornais e mapas que ajudaram a compor este trabalho. No Arquivo Nacional, sou grata aos incontáveis funcionários que me atenderam e, especialmente, a João Ribeiro que “descobriu” o processo criminal da insurreição do Serro e Diamantina e generosamente o mostrou a Flávio dos Santos Gomes. Ao Flávio agradeço imensamente por me encaminhar na pesquisa histórica desta revolta e me encorajar a levá-la para o mestrado na Unicamp. Guardo na lembrança as conversas, sugestões e o incentivo que recebi ao longo de muitos anos de convivência acadêmica.

Em minhas incursões por Minas Gerais, contei com enorme ajuda nos lugares pelos quais passei. Meu muito obrigado a Marcelo Godoy por ter cedido cópias eletrônicas dos censos do Serro e Diamantina para a década de 1830 digitalizados pelo CEDEPLAR. Encontrei as melhores condições possíveis de trabalho no Arquivo Público Mineiro e gostaria igualmente de agradecer a todos com quem convivi. A pesquisa no Arquivo do Fórum do Serro não teria sido possível sem a cooperação irrestrita de seus funcionários.

Quero expressar especial gratidão pela autorização que me foi dada para a pesquisa das dezenas de caixas de documentos empilhadas na sala de audiências enquanto aguardavam o final do processo de higienização pela UFOP. Em Diamantina, quero agradecer à Denise Alves Ferreira que me conduziu pelos meandros do arquivo da Biblioteca Antônio Torres e me ajudou a localizar fontes cruciais para a realização deste trabalho.

Na Unicamp me deparei não apenas com um ambiente intelectual instigante, mas fiz novos amigos aos quais espero um dia poder retribuir por todo o carinho e atenção a mim dispensados. À Juliana agradeço pelas boas conversas e pelas risadas que demos tantas vezes em nossas baldeações entre o Rio e Campinas. À Silvana sou grata por me acolher na agitada reta final deste trabalho. À Daniela, toda a minha gratidão será sempre pouco. Desde o nosso primeiro encontro na Unicamp seu apoio foi contínuo e, com ela, as viagens a Minas tornaram-se muito especiais. Muito obrigada por ter me abrigado em suas diferentes casas, por agüentar meus desabafos, ouvir as novidades de uma pesquisadora entusiasmada no final de um dia de pesquisa, pelo carinho mesmo quando eu já não estava mais no Brasil e pelo auxílio decisivo para a conclusão da dissertação.

No Cecult fui sempre muito bem recebida pela Flávia e pela Luciana e ali pude partilhar de recursos essenciais para a confecção do meu trabalho. Quero agradecer também aos professores da Linha de História Social da Cultura, especialmente a Sidney Chalhoub e Sílvia Lara pelos comentários interessantes que ofereceram na discussão do meu projeto de mestrado e em meu exame de qualificação. Ambos inspiraram a concepção do presente texto desde o início e contribuíram generosamente para tornar sua leitura menos penosa. Sou grata ainda ao meu orientador Robert Slenes pela confiança e pelo apoio quando precisei me deslocar para os Estados Unidos. Obrigado pelo diálogo sincero, pelas sugestões que me ajudaram a compreender o que eu estava fazendo e pelo incentivo na acelerada etapa de conclusão da dissertação.

Deixei para o final os agradecimentos mais difíceis. Ao meu pai, quero expressar minha profunda gratidão por ter acompanhado minhas idas e vindas a Campinas que o obrigaram a passar madrugadas em claro em casa ou na rodoviária. Para com a Dudi, tenho débito e amor sem tamanho e agradeço pelo carinho maternal durante mais uma agitada fase da minha vida. Bárbara foi companheira numa etapa delicada e a ela quero dizer que

não esquecerei jamais de suas palavras e gestos de apoio. Durante o ano que passei nos Estados Unidos, encontrei pessoas que transformaram minha estadia numa alegre e estimulante jornada por novos lugares, histórias e culturas que muito influenciaram este trabalho. Agradeço ao Alan e à Josie, assim como à Jen e à Karen, por me acolherem de forma tão generosa no seio de suas famílias que acabei adotando como extensões da minha. Junto a todos eles encontrei amizade incondicional e uma carinhosa torcida para que esta dissertação se tornasse realidade. À Ivanna sou também grata pelo incentivo constante e por fortalecer ainda mais minha paixão pelas letras.

Finalmente, quero agradecer ao meu maior companheiro. O que dizer para alguém que acompanhou curioso toda a confecção deste trabalho, colaborou com críticas e sugestões de documentos, deu-me livros, leu atentamente todos os capítulos e nunca me deixou duvidar de que tudo era possível? Junto ao Celso ultrapassei todos os obstáculos que surgiram ao longo do caminho e aprendi a me engajar de forma nova na reconstrução e descoisificação do mundo dos escravos que decidi estudar. Muito obrigada por compartilhar comigo os primeiros passos pelas ruas do Serro e Diamantina, por ouvir as histórias dos diversos personagens que compõem esta dissertação, por todo o apoio enquanto estivemos em New Haven e pelas boas conversas que continuamos a ter. Como não poderia deixar de ser, a você este trabalho é dedicado.

SUMÁRIO

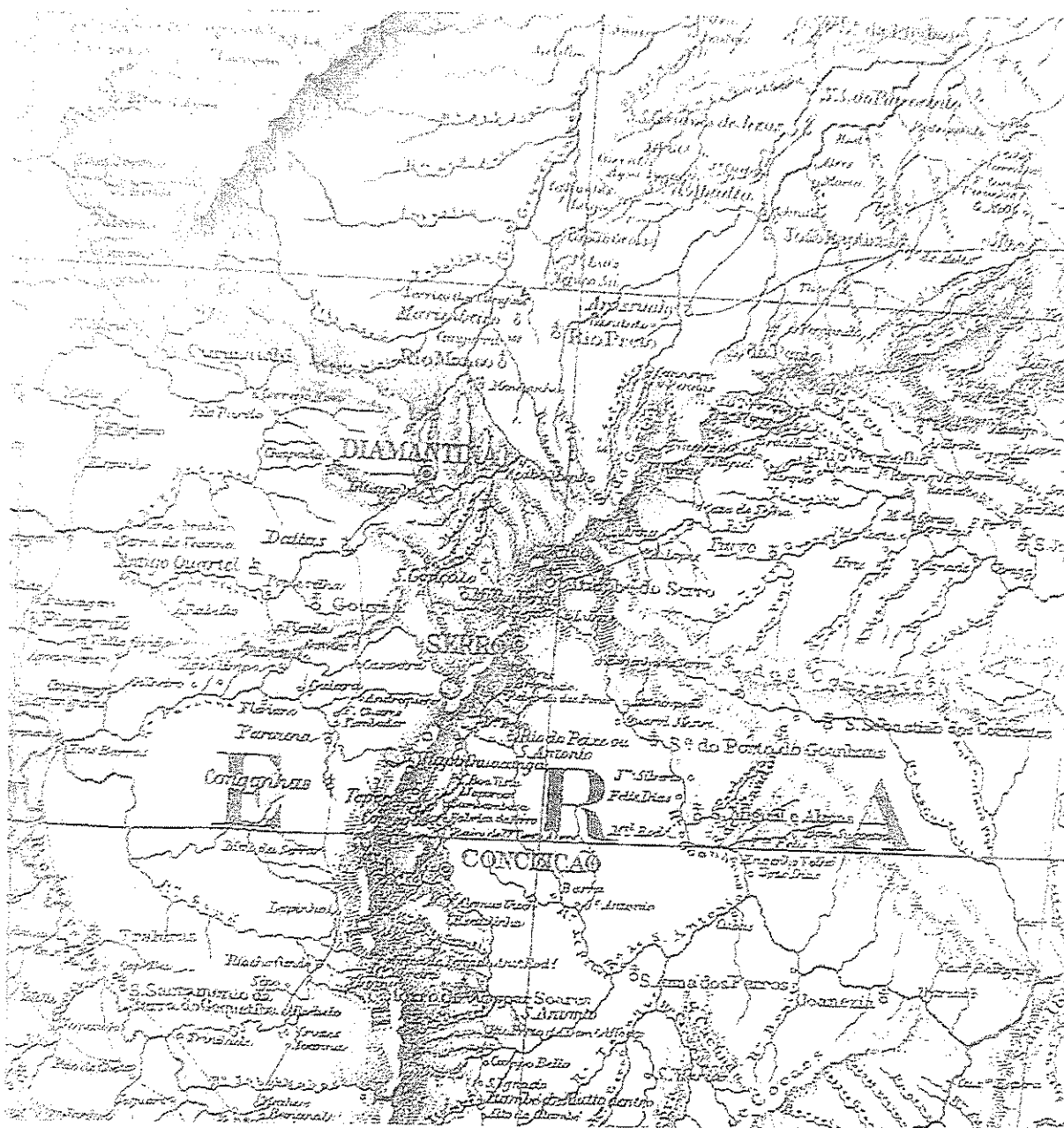
INTRODUÇÃO -----	1
CAPÍTULO I:	
TERRA DE MINERAÇÃO -----	15
1 - A Comarca do Serro -----	18
2 - Sertões Diamantinos -----	33
3 - Cenas de uma “cruzada industrial”: as minas de São João da Chapada -----	45
4 - “Revolta do povo”: a invasão da lavra do Duro -----	59
CAPÍTULO II:	
DA SESMARIA À LIBERDADE -----	69
1 - Um “medonho drama”: o levante temido pelos senhores -----	71
2 - “Melhor seria fazer uma porcaria na cidade do Serro”: a conspiração escrava -----	81
3 - Entre muitas “qualidades”: notas sobre a população do município do Serro -----	98
4 - Aguardente e diamantes: a comunidade rebelde de 1864 -----	105
CAPÍTULO III:	
A RAPAZIADA SUJEITA DAS MATAS -----	125
1 - A língua de Carolina -----	128
2 - Falas, coiteiros e pedestres -----	137
3 - Bastidores de uma Festa do Divino -----	147
4 - Vida de quilomboia -----	155
CAPÍTULO IV:	
GUERRAS “PARA A LIBERDADE DOS CATIVOS” -----	177
1 - Conexões atlânticas: a Guerra Civil norte-americana nas páginas de <i>O Jequitinhonha</i> --	180
2 - A Guerra do Paraguai e “os receios próprios da época” -----	197

CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
FONTES	213
BIBLIOGRAFIA	217

LISTA DE QUADROS E TABELAS

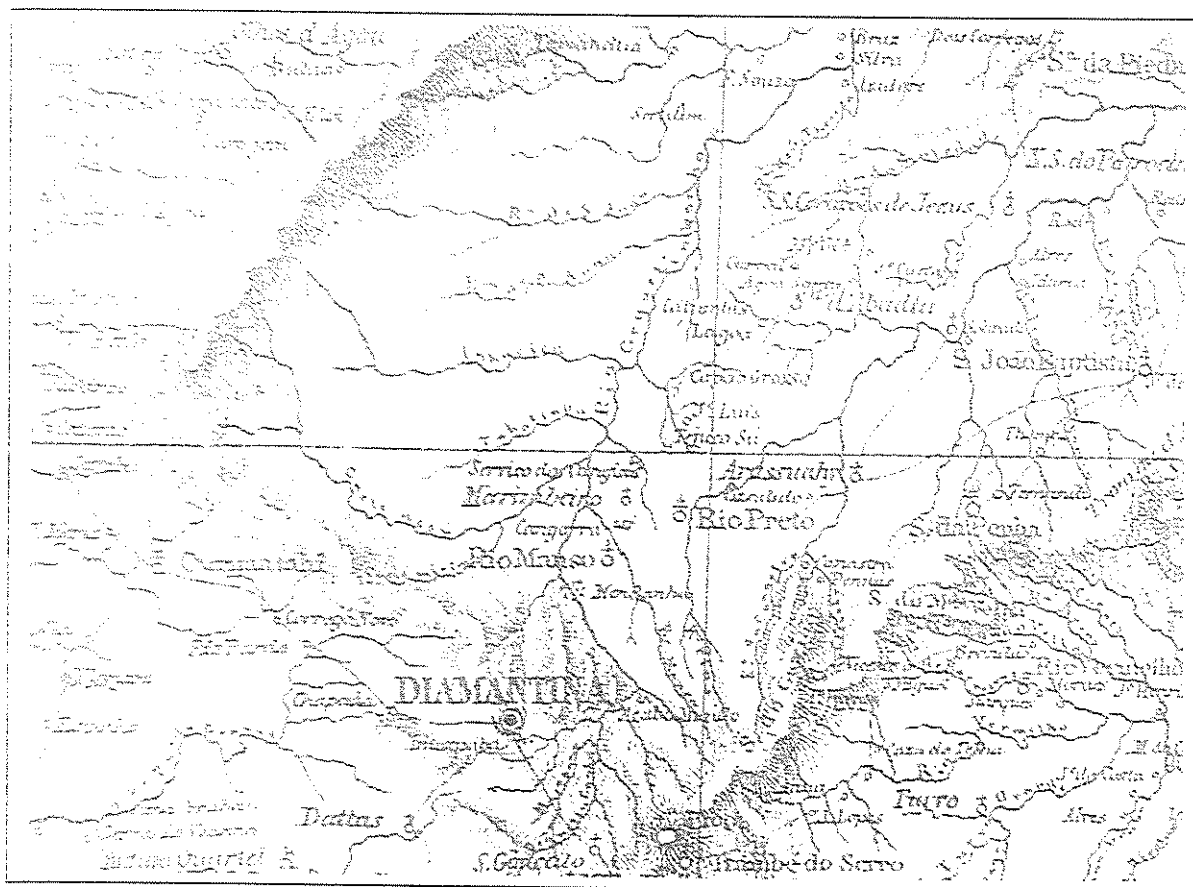
Quadro 1: Escravos condenados por participação na insurreição do Serro, em 1864.....	80
Quadro 2: Escravos citados no processo de insurreição em 1864, Serro e Diamantina (40).....	106
Quadro 3: Tentativas de insurreição escrava na província de Minas Gerais, em 1865.....	159
Quadro 4: Quilombolas citados por Vitória, em 1864 (18).....	175
Quadro 5: Quilomboias citados no processo criminal de 1865 (31).....	208

Tabela 1: Distribuição da população livre da cidade do Serro segundo sexo e cor, em 1840.....	98
Tabela 2: Distribuição da população escrava da cidade do Serro segundo sexo e cor, em 1840.....	101
Tabela 3: Participação de brasileiros e africanos na população escrava da cidade do Serro por sexo e razão de masculinidade, em 1840.....	102



2. Mapa aproximado da Comarca do Serro em 1855, com os grandes municípios de Diamantina, Serro e Conceição e as principais cidades e rios.

Fonte: Mapa da Província de Minas Gerais (1855). In: HALFELD, H. G. F. e TSHUDI, J. J. Von. A província brasileira de Minas Gerais. Tradução Myriam Avila; ensaio crítico, notas e revisão da tradução, Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998. 176 p., 1 mapa. Acervo da Biblioteca Nacional – Brasil.



3. Mapa aproximado do município de Diamantina (MG), em 1855, com suas principais cidades e rios.

Fonte: Mapa da Província de Minas Gerais (1855). In: HALFELD, H. G. F. e TSHUDI, J. J. Von. A província brasileira de Minas Gerais. Tradução Myriam Ávila; ensaio crítico, notas e revisão da tradução, Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998, 176 p., 1 mapa. Acervo da Biblioteca Nacional – Brasil.

INTRODUÇÃO

Comarca do Serro, província de Minas Gerais. Faltava pouco para o mês de outubro de 1864, quando aumentaram os rumores sobre a existência de conversações “misteriosas” entre os escravos da região. Desta vez, não eram só medos e pânicos. Entre as fazendas, quilombos, lavras diamantíferas e os núcleos urbanos do Serro e Diamantina, mais de quatrocentos cativos preparavam uma “guerra contra os brancos” destinada a garantir-lhes definitivamente a liberdade. Inspirados pela circulação de notícias jornalísticas sobre a Guerra de Secessão nos EUA e o encaminhamento de projetos emancipacionistas no parlamento brasileiro, eles desistiram de um projeto de fuga sertão adentro para arriscar as vidas na rebelião pela certeza de que o momento político estava a seu favor.

O planejamento envolvia escravos fugidos e assenzalados num raio de mais de 80 km e tinha centros de decisão localizados sobretudo na fazenda serrana da Sesmaria e na lavra do Barro, em Diamantina. A insurreição reuniu na sua liderança alfaiates, pedreiros, ferreiros e garimpeiros sobretudo crioulos, mas também africanos há bastante tempo radicados no Brasil. Encorajados principalmente por José Cabrinha, Adão e Nuno, os rebeldes preparavam-se para a reunião final no último domingo do mês de outubro, no alto do morro que abrigava a igreja negra do Rosário, na cidade do Serro. A idéia era provocar um incêndio nas casas dos cidadãos mais abastados do lugar, dentre eles, o tenente-coronel que guardava todo o armamento da Guarda Nacional. Ao toque da confusão, os cativos tomariam as armas que os reprimiam diariamente e se juntariam à “rapaziada sujeita das matas”, forros e alguns “homens de gravata” já avisados.

Quando o plano de insurreição foi denunciado, poucos acreditavam na contenção eficaz do movimento. No rastro do medo, toda a força repressiva da província de Minas foi mobilizada. Os “cidadãos” do norte mineiro empenharam-se pessoalmente na perseguição aos revoltosos, somando-se às forças da Guarda Nacional e às tropas vindas de Ouro Preto. Era preciso unir forças para extinguir o “vulcão do Barro”, a lavra de diamantes que concentrava a maior parte dos escravos insubordinados no arraial de São João da Chapada. Correram rumores de invasão das cidades e fugas em massa das fazendas. Derrotados em 1864 após dois meses de combates nas lavras diamantinas, os escravos insurgentes

voltaram à atividade no ano seguinte, quando, atentos aos desenvolvimentos da guerra contra o Paraguai, acompanharam seus parceiros das senzalas e matas de toda a província de Minas numa inédita onda de levantes.

Partindo de aportes teórico-metodológicos oferecidos pela história social, esta dissertação propõe tomar as histórias dos rebeldes de 1864 como ponto de partida para o estudo das experiências da escravidão no norte de Minas Gerais. Nas entrelinhas do processo de revolta, buscaremos significados do cotidiano, das identidades e das culturas cativas na região, procurando avançar na compreensão do mundo que os escravos criaram para si apesar de todos os constrangimentos. Caminhando no terreno das relações entre o protesto escravo e a política nacional e internacional da segunda metade do século XIX, esperamos investigar igualmente o impacto da Guerra de Secessão norte-americana e da Guerra do Paraguai na tradição rebelde dos escravos mineiros.

I

Insurreições escravas foram constantes nas mais diversas províncias do Brasil, ao longo de todo o século XIX. Combinando diferentes motivações e conjunturas políticas, existiram como confrontos abertos, conspirações retaliadas ou também na forma de rumores difundidos pelos campos e cidades oitocentistas. Vividos ou imaginados, os levantes estavam imbricados num jogo complexo de expectativas escravas e senhoriais em torno de diferentes possibilidades de intervenção nas relações escravistas. Desejando a liberdade, os cativos interpretaram cuidadosamente a realidade ao redor e construíram estratégias de ação afinadas tanto com a efervescência política de seu tempo, quanto com a experiência das comunidades e culturas negras formadas sob a escravidão. Do outro lado, a elite proprietária procurou manter inabalado seu poder sobre a força de trabalho através de uma combinação sempre imperfeita entre disciplina racial e controle social de uma enorme população de cor.

Falar em protesto escravo implica em travar contato com uma vasta produção historiográfica acerca da escravidão, na qual o tema engendrou tanto silêncios cautelosos,

quanto abordagens engajadas no resgate das lutas negras no Brasil. Imagens variadas do escravo permearam um debate que privilegiou durante muito tempo as divergências sobre o caráter brando ou cruel da instituição escravista e apostou na comparação das experiências de diversas áreas coloniais. No rastro da obra de Gilberto Freyre, nas décadas de 1930 e 1940, os estudos que insistiram na benignidade da escravidão brasileira não mencionaram as lutas escravas. Elas ocupavam um lugar desconfortável numa sociedade caracterizada pelo patriarcalismo das relações entre senhores e escravos e pareciam fazer mais sentido se incorporadas na análise de outros sistemas escravistas da América. Assim, por exemplo, as obras de Frank Tannembaum e Stanley Elkins serviram de parâmetro e ajudaram a cristalizar a polarização entre a brandura da escravidão brasileira e o cruel sistema em vigor no sul dos Estados Unidos.¹

Nesta mesma época, porém, antropólogos interessados no estudo das religiões e culturas negras no Brasil descobriram outras possibilidades de abordagem do protesto escravo. Inspirados no trabalho de Nina Rodrigues, autores como Artur Ramos, Edson Carneiro e Roger Bastide buscaram compreender as insurreições e quilombos no país através de uma perspectiva culturalista, na qual as lutas escravas ganharam o caráter de fenômeno contra-aculturativo.² Dito de outra forma, elas eram vistas como negação da ordem escravista ao objetivarem o resgate das tradições africanas de vida e organização política. De acordo com estes antropólogos, as comunidades de escravos fugitivos seriam como recriações da África nas Américas, levadas a cabo por cativos que reagiam à “adaptação” na nova terra por meio da violenta resistência cultural. Ao insurgirem-se, os escravos estariam também resistindo à aculturação e restaurando seus antigos valores. Tais análises foram marcadas pelo forte tom evolucionista e por uma noção estática de cultura que ignorava as reelaborações culturais intentadas pelos escravos nas Américas e negava a suas ações de protesto a capacidade de ameaçar o sistema escravista.

¹ TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. Nova York: Vintage Books, 1947; ELKINS, Stanley M. *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life*. Chicago: University of Chicago Press, 1959.

² RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977; RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935; RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Cia Nacional, 1979 (1ª edição em 1937); CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; BASTIDE, Roger. *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: Difel/EDUSP, 1974.

No lado oposto da corrente culturalista, estudos influenciados pelo materialismo histórico desenvolveram-se amplamente nas décadas de 1950 e 1960. Ao invés da insistência em realçar o caráter benigno da escravidão brasileira ou procurar sobrevivências africanas, tais obras voltaram-se para a denúncia da violência do cativo. Nas pesquisas desenvolvidas na Universidade de São Paulo, por exemplo, o protesto escravo encontrou novo espaço agora como rebeldia, definida como reação natural do cativo à severidade dos castigos e à exploração econômica de um sistema que o tinha como mercadoria. O interesse pelas consequências da escravidão e suas relações com o sistema capitalista esteve presente nas obras de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni³, dentre outros. Estes autores destacaram a semelhança entre os diversos sistemas escravistas americanos, localizando-a no uso da violência que visava exigir o máximo da capacidade produtiva do negro e acabava por gerar a resistência escrava. Enfatizando as formas abertas de rebeldia - como as insurreições e quilombos - estas análises as destituíram de sentidos políticos mais abrangentes, ressaltando que a socialização dentro do sistema escravista reduzia o cativo à condição de “coisa”. A reificação, neste caso, apagava as considerações possíveis sobre questões de etnicidade, gênero e religiosidade.

Crítico das abordagens culturalistas e das suas contemporâneas que acentuavam a coisificação dos escravos, Clóvis Moura em *Rebeliões da Senzala*⁴ foi pioneiro ao explicar sistematicamente os fatores estruturais que teriam condicionado a rebeldia dos escravos, incorporando em sua explicação elementos econômicos, demográficos e políticos. Moura desconstruiu a imagem do escravo passivo ao caracterizar o negro rebelde como sujeito que, embora inconscientemente, negava material e socialmente o regime em que vivia e fornecia assim as bases para o seu desgaste. Segundo ele, os escravos rebeldes podiam organizar-se apenas defensivamente (eram somente uma “classe em si”), adotando formas passivas ou ativas de resistência, tais como os quilombos e insurreições. Em seu trabalho, tais ações são tratadas como fenômenos inerentes à escravidão, cujo sentido político é limitado pela falta de uma elaboração consciente da condição escrava por parte dos cativos. Assim, por exemplo, Moura reconhece suas capacidades estratégicas e seu papel como

³ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vols. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965; IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962.

⁴ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. São Paulo: Ed. Zumbi, 1959.

“reserva social” importante em movimentos políticos conduzidos por outros grupos, mas nega aos escravos qualquer engajamento mais abrangente do que o impulsionado pela busca da liberdade. Apesar de elevados à categoria de sujeitos, portanto, eles são ainda vistos como vítimas de um regime de trabalho alienante, onde a rebeldia escrava traduz-se na “violência usada por eles contra o sistema escravista”.⁵

Ainda dentro de uma perspectiva materialista, outros autores desenvolveram a imagem do escravo rebelde, pesquisando em detalhes diversas tentativas de rebelião e a formação de quilombos em todo o Brasil. Ao refletir sobre a participação do negro na formação da sociedade brasileira, Luís Luna destacou o inconformismo e o espírito de luta como regra geral do comportamento escravo.⁶ Através de suas próprias ações ou da adesão às lutas “do povo”, os escravos teriam reagido à crueldade do cativo e assim reafirmado sua dignidade humana. A rebeldia como revide também apareceu na obra de José Alípio Goulart, para quem a fuga, os crimes contra senhores e feitores, o suicídio, a formação de quilombos e as revoltas constituíam ações de reação do escravo ao sofrimento de que era vítima, seja na forma de evasão ou vingança.⁷ Apesar de oferecer um mapeamento abrangente de suas manifestações no Brasil, Goulart não historiciza as lutas dos cativos e acaba por limitar sua intervenção como sujeitos às consequências de sua ação negativa.

Já Décio Freitas aprofundou a perspectiva marxista na interpretação do protesto escravo, abordando as insurreições como expressão da luta de classes no país.⁸ Os escravos “proletários” e seus donos são vistos por ele como pólos antagônicos na estrutura social, tendo os primeiros lutado sozinhos contra tudo e contra todos para resgatar sua humanidade seqüestrada pela escravidão. Todavia, esta “classe escrava” que veria nos quilombos a sua principal - quase que única - forma de luta, é descrita como débil e impotente diante do sistema escravista. Como Clóvis Moura, Freitas distingue e classifica as formas de luta escrava, descrevendo o quilombo, por exemplo, como fenômeno rural, caracterizado pelo isolamento geográfico e pela marginalidade econômico-social. Segundo Freitas, a rebeldia escrava não ofereceu nenhum risco sério ao sistema escravista, uma vez que os escravos

⁵ MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebeldia negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 8.

⁶ LUNA, Luís. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Leitura, 1968.

⁷ GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

⁸ FREITAS, Décio. *Insurreições Escravas*. Porto Alegre: Movimento, 1976. Ver também: FREITAS, Décio. *Escravidão brasileiro*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982 e FREITAS, D. *Palmares: a guerra dos escravos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

foram incapazes de formular, a partir de seus interesses de classe, um projeto de reorganização geral da sociedade.

Uma avaliação de semelhante tônica marxista reaparece na obra de Carlos Magno Guimarães sobre os quilombos de Minas Gerais no século XVIII.⁹ Ele os define como negação e contradição inerente à lógica do sistema escravista e confere tamanho peso às determinações estruturais que chega a assumir que “as relações de produção escravistas levam a que potencialmente cada escravo seja um fugitivo”.¹⁰ O autor, no entanto, rejeita a teoria da marginalidade das comunidades de fugitivos em relação à sociedade colonial e estuda sua inserção social através do enfoque das atividades comerciais clandestinas, do banditismo e da constituição pelos quilombolas de redes de informação envolvendo tanto livres quanto escravos. Em livro sobre as revoltas e quilombos em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, Waldemar de Almeida Barbosa partilha com Guimarães a interpretação destes movimentos como resultado do mau tratamento dos escravos.¹¹ Considera, porém, que as revoltas mineiras foram “casos isolados” e que a insubmissão expressa na formação de quilombos foi o procedimento de uma minoria entre os cativos de Minas. O autor resgata ainda o argumento da benignidade da escravidão brasileira e faz uso de diversos estereótipos para explicar a influência positiva ou negativa das etnias africanas sobre o comportamento cativo.

Como vemos, as diferentes correntes historiográficas até pelo menos a década de 1970 tenderam a produzir análises bastante esquemáticas do protesto escravo no Brasil, conferindo especial ênfase aos atos coletivos de resistência, tais como as insurreições e os quilombos. Nas abordagens materialistas discutidas aqui em maior detalhe, a polarização entre acomodação e rebeldia permeou sempre os estudos de caso, indiferenciando-os no interior da dialética de condicionamentos estruturais e conjunturais. Quando o escravismo por si só explica a resistência, não há espaço para as mediações colocadas pelas vivências e culturas cativas. A partir do final dos anos 1970, porém, novos estudos alavancaram uma guinada historiográfica em direção a análises mais complexas, onde as experiências dos

⁹ GUIMARÃES, Carlos Magno. *A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.

¹⁰ *Idem*, p. 34.

¹¹ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: s.e., 1972.

sujeitos históricos, assim como suas habilidades inventivas e estratégicas, passaram a ocupar lugar de destaque.¹²

Em trabalho de 1977, Suely R. R. de Queiroz¹³ redefiniu a resistência escrava como processo permanente de contestação e procurou desconstruir a imagem do cativo como “coisa” ao focalizar tanto na coerção senhorial quanto no comportamento escravo.¹⁴ Utilizando processos criminais e documentação de polícia, a autora verificou a existência de objetivos claros e capacidade organizativa entre os escravos envolvidos em insurreições paulistas do século XIX e chamou atenção para a freqüente sincronia destes movimentos com momentos de dissensão política entre os brancos. Deste modo, de vítimas ou rebeldes, os escravos passaram a ser retratados como indivíduos capazes de intervir de fato na reelaboração das relações sociais escravistas.

Na historiografia contemporânea sobre a escravidão, o estudo das lutas cativas deixou de se resumir apenas à leitura senhorial das ações escravas, para implicar também as percepções construídas pelos cativos em suas lutas por liberdade. Neste contexto, temas como a família escrava, a formação de identidades e culturas negras nas Américas, o campesinato negro e a busca de autonomia no cotidiano do cativo ganharam destaque. No Brasil, parte deste debate incorporou desdobramentos teóricos e políticos da obra de E. P. Thompson, no sentido de compreender melhor os esforços conscientes através dos quais homens e mulheres do povo influíram no *fazer-se* histórico.¹⁵ Thompson propôs uma nova forma de se entender protestos sociais, enfatizando a legitimidade a eles conferida pela produção social de um consenso em torno de direitos ou costumes tradicionais. Esta “economia moral da multidão” definiria as práticas consideradas aceitáveis, noções de bem-estar comum e informaria as expectativas das classes desprivilegiadas nos seus contínuos embates com o Estado e as elites constituídas. Criticando uma “visão espasmódica da

¹² Sobre o tema, ver: QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Rebeldia escrava e historiografia*. Revista Estudos Econômicos, São Paulo, IPE-USP, v.17, número especial, p. 7-35, 1987.

¹³ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

¹⁴ Também negando a passividade do escravo, Kátia Mattoso atribuiu porém as formas individuais e coletivas de revolta dos cativos tão somente aos seus problemas de inadaptção social, uma vez que encontravam-se premiados entre a comunidade branca e o grupo negro. MATTOSO, Kátia M. Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁵ Sobre a influência da obra de Thompson na historiografia brasileira da escravidão, ver: LARA, Sílvia Hunold. “Blowin’ in the wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto História*. (PUC). São Paulo, n. 12, p.43-56, out. 1995.

história popular” que caracterizava, por exemplo, as ações populares na Inglaterra setecentista como “motins da fome”. Thompson procurou entendê-las nos termos da experiência de seus protagonistas, investigando suas vivências concretas nos mundos da produção, da família e demais instituições sociais.¹⁶

É neste marco de questões que destacamos a importância dos trabalhos de João Reis, Flávio Gomes, Sidney Chalhoub e Robert Slenes para nosso estudo da rebelião do Serro. Lançando-se ao estudo das insurreições baianas ao longo do século XIX e, especialmente, à análise do levante dos Malês, em 1835, João Reis abre um caminho analítico no qual a política deixa de pertencer somente ao universo dos homens livres para abarcar as estratégias de compromisso e conflito produzidas por escravos e libertos africanos na Bahia oitocentista.¹⁷ Valorizando a relação entre o protesto escravo e a “micropolítica do cotidiano”, o autor reflete sobre a rebelião de 1835 a partir do estudo das questões étnico-culturais, religiosas e de classe que deram sentido às ações dos rebeldes.

No trabalho de Reis, as raízes do movimento malê são buscadas na linguagem, ideologia e coesão garantidas aos rebeldes sobretudo pelo islã, mas igualmente por uma grande margem de solidariedade étnica. Ele revela como uma cultura escrava a um só tempo arraigada nas tradições étnicas africanas e recriada no Brasil possibilitou aos africanos conceber estratégias de sobrevivência e resistência tanto no dia-a-dia, quanto no momento da insurreição. O autor inclui a ação dos escravos e libertos na longa tradição rebelde dos cativos baianos e traça suas ligações com o contexto de crise econômica e revoltas populares que marcou a Bahia após a Independência, bem como com o mundo do trabalho africano na cidade de Salvador. De sua análise emerge, então, uma identidade singular entre os revoltosos baianos que, apesar do caráter antiescravista, abarcava os libertos africanos, mas excluía os escravos brasileiros.

¹⁶ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁷ Sobre as revoltas baianas, ver: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; “Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos”. In: *Afro-Ásia*. Salvador: número 15, 1992 pp. 100-126 e “Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia”. In: REIS, João José (org). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 87-140.

Flávio dos Santos Gomes¹⁸ em seu estudo sobre a insurreição quilombola ocorrida na região cafeeira de Vassouras (RJ) em 1838, investiga o processo de constituição de um quilombo pelos escravos revoltosos, situando sua gestação a partir da organização de uma comunidade de senzalas e de uma cultura escrava na região. A ênfase recai justamente na composição da organização comunitária interétnica que uniu africanos de diferentes procedências e escravos crioulos na produção de uma nova cultura, com base na qual um projeto singular de liberdade estava sendo preparado em Vassouras. Olhando o quilombo a partir da senzala, Gomes aponta para a complementaridade entre estes dois mundos e identifica as alianças sociais possíveis construídas pelos escravos na luta por maior autonomia e acesso a terra.

Em sua análise da revolta de 1838, Gomes destaca ainda a importância de se compreender a trajetória do medo branco de insurreições escravas na província fluminense durante a década de 1830. Dialogicamente, ele nos mostra como tanto as visões do poder público, quanto as estratégias de luta dos escravos eram informadas pelos significados simbólicos destes medos. Contextualizando tais temores no ambiente de pânico gerado no século XIX pela repercussão da rebelião dos Malês em todo o império e pelo *haitianismo*, o autor demonstra como os escravos avaliaram politicamente acontecimentos de outros países ao sabor de sua própria experiência.¹⁹ Partilhamos com Gomes e Reis o interesse em analisar os medos e rumores de rebeliões escravas na segunda metade do século XIX, desta vez em Minas Gerais, na busca de desvendar a intertextualidade própria das relações escravistas – avaliações senhoriais baseadas no medo ou estratégias escravas alicerçadas sobre determinadas noções de “direitos”. Acreditamos que uma face invisível dos diálogos possíveis nos mundos da escravidão pode ser desvelada através do enfoque dos temas a partir dos quais senhores, autoridades repressivas, escravos, libertos e livres de cor politizaram seu cotidiano.

¹⁸ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas, Mocambos e Comunidades de Senzalas - Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

¹⁹ Sobre as conexões entre as percepções escravas e contextos internacionais, ver, dentre outros: GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos nas Américas*. São Paulo: Global, 1983; LINEBAUGH, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. ANPUH-Marco Zero, n. 6, p. 7-46, set. 1983; VIOTTI DA COSTA, Emília. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue. A Rebelião dos Escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Partindo das ações de liberdade movidas por escravos na corte imperial, Sidney Chalhoub em *Visões da Liberdade* retirou o processo de abolição da estrita esfera legal e o situou na confluência das lutas em torno dos diferentes significados de *cativeiro* e *liberdade* elaborados por senhores e cativos.²⁰ O autor demonstra como os últimos construíram seu mundo mesmo sob as duras condições do cativeiro e forjaram uma compreensão de sua situação antitética à política de dominação senhorial. Nesta mesma direção, Maria Helena P. T. Machado²¹ analisou os movimentos sociais que marcaram a década de 1880 em São Paulo e áreas fronteiriças com o Rio de Janeiro, recuperando as vozes dissonantes que se levantaram na chamada transição do trabalho escravo para o livre. Assim, os desclassificados sociais entraram em cena junto com as elites na formação da nação brasileira e no processo de emancipação. O livro não deixa de discutir a participação das camadas médias no abolicionismo que penetrou os espaços urbanos e senzalas nos anos 1880, a inquietação escrava que minava o controle dos proprietários sobre a mão-de-obra e as solidariedades improváveis construídas entre agentes sociais pertencentes a mundos distantes em torno de projetos políticos alternativos.

A mesma tendência historiográfica que deslocou o enfoque da reificação para as lógicas e experiências dos cativos tem também encaminhado uma reavaliação do legado da cultura africana na senzala, a um só tempo quebrando a imagem homogênea dos “africanos” e destacando a interação entre diferentes tradições étnicas na América. A “africanização”²² dos estudos sobre o cativeiro fez das etnicidades e identidades categorias analíticas ainda mais importantes e incorporou a escravidão brasileira na história mais ampla da diáspora africana no Atlântico. Focalizando especialmente os legados culturais da África centro-ocidental, Robert Slenes reflete sobre a reinvenção de sentidos comunitários por escravos africanos e seus descendentes crioulos na partilha de vivências semelhantes nos mundos do cativeiro. Investigando a formação da família escrava nas *plantations* cafeeiras do sudeste brasileiro ou a influência africana na rebelião escrava planejada em

²⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

²¹ MACHADO, Maria Helena P.T. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/EDUSP, 1994.

²² SCHWARTZ, Stuart. “A historiografia recente da escravidão brasileira”, In: *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 21-88. Sobre o tema, ver também: THORNTON, John. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800*. 2a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998; HEYWOOD, Linda M (org). *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Vassouras no ano de 1847, por exemplo, o autor chega a lançar a hipótese da gestação de uma “protonação” banto entre os cativos do centro-sul do Brasil.²³

Esta dissertação parte das contribuições da historiografia atual sobre a escravidão para estudar a insurreição do Serro. Na análise do movimento de 1864, pretendemos contemplar tanto as estratégias sociais agenciadas pelos escravos no interior do sistema que os oprimia, quanto as lógicas políticas próprias que nortearam suas lutas e percepções. Caminhando no terreno das relações entre o protesto escravo e a política imperial, esperamos contribuir para uma reflexão histórica sobre as últimas décadas da escravidão no Brasil que inclua as percepções, práticas, esperanças e projetos políticos dos grupos sociais marginalizados. Trata-se, portanto, de propor uma incursão pela história social da cultura, uma que seja pensada entre os cenários regionais, nacionais e atlânticos.

II

No quinquênio 1860-1864, o Ministério da Justiça do Império registrou a ocorrência de 63 insurreições escravas em todo o Brasil.²⁴ Número subestimado, já que nele não se encontram inclusos diversos planos frustrados e fugas coletivas realizadas com sucesso após conflitos nas fazendas. Nesta contagem oficial, a revolta do Serro de 1864 mereceu registro e das fontes do governo ganhou espaço na obra de importantes historiadores do protesto escravo no Brasil. A primeira narrativa do levante aparece em *Rebeliões da Senzala* e nasce da interpretação de Clóvis Moura sobre os autos criminais de 1864 publicados por P. de Carvalho Neto no Recife.²⁵ Moura situa o movimento em continuidade com a tradição de lutas escravas em Minas Gerais desde o século XVIII e destaca o papel central dos quilombolas na articulação da revolta. Sua assertiva de que o levante teria sido o mais bem organizado pelos escravos mineiros na história marcou os parâmetros de todas as menções posteriores sobre o evento, que podem ser encontradas nos panoramas das

²³ SLENES, Robert. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil”. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, p. 48-67, dez/jan/fev. 1991/1992; SLENES, Robert. *Na Senzala, Uma Flor: Recordações e formação da família escrava no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

²⁴ “Estatística Criminal”. Biblioteca Nacional: Relatório do Ministério da Justiça de 1865 referente ao ano de 1864, p. 1.

²⁵ Carvalho Neto, P. de. “Rebelião de escravos (Apresentação de um documento inédito)”. *Resenha Literária*, Recife.

rebeliões brasileiras elaborados por Luís Luna, José Alípio Goulart e Waldemar de Almeida Barbosa.²⁶

Se a insurreição do Serro foi a mais bem planejada revolta escrava realizada em Minas no século XIX é difícil dizer. Ainda são poucos os estudos de caso sobre estes movimentos na província, especialmente no tocante à segunda metade do oitocentos. É certo, porém, que o levante de 1864 se insere numa longa tradição de protesto em Minas que abarca, por exemplo, os diversos levantes ocorridos na década de 1830.²⁷ Marcos Ferreira de Andrade estudou a fundo o até hoje mais conhecido deles, a rebelião dos escravos da família Junqueira em Carrancas, centro-sul mineiro, no ano de 1833. Analisando a conjuntura política do período regencial, Andrade investigou seus desdobramentos sobre a política escrava e deu a conhecer um movimento que refletia a predominância africana nas fazendas da região, sem excluir a aliança com os crioulos.²⁸ Do mesmo modo, em 1835, escravos centro-africanos de Mariana e Ouro Preto trocaram cartas na organização de uma revolta em que esperavam arregimentar desta vez forros crioulos e homens livres pobres para matarem seus senhores e invadir a Casa do Tesouro Público na capital da província de Minas.²⁹

Apesar dos aspectos em comum com outras ações que lhe precederam, a rebelião do Serro guarda características singulares. Lidamos com uma região cuja história é bastante desconhecida na fase que precede a crise dos diamantes de 1870, sobretudo no que diz respeito à sua vida produtiva e relações de trabalho. Atingida pelo segundo boom da mineração de diamantes a partir da década de 1830, o norte mineiro continuou a receber um grande afluxo de escravos centro-africanos ao longo do oitocentos que, juntamente aos crioulos e à enorme população de cor em crescimento desde os tempos coloniais configuraram um terreno fértil para o desenvolvimento de originais culturas negras. Além

²⁶ LUNA, Op. Cit., 149-151; GOULART, Op. Cit., p. 178-180 e BARBOSA, Op. Cit., p. 75.

²⁷ Refiro-me aqui às tentativas de rebelião ocorridas em Carrancas (1831 e 1833), Santa Rita do Turvo (1831), Itabira do Campo (1831) e Mariana e Ouro Preto (1835). A respeito, ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebelião e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)*. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1996. (Dissertação de mestrado); LISLY, Andréa. "Crime e revolta: relações entre senhores e escravos em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX". Registro, Mariana, Ano I, n. 1, p. 5. mar/ago 1994.

²⁸ Os escravos de Carrancas esperavam tomar conta das propriedades em que trabalhavam, certos de que os restauradores que acabavam de realizar uma sedição militar em Ouro Preto os ajudariam. ANDRADE, Op. Cit.; ANDRADE, Marcos Ferreira de. "Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas". *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21 e 22, p. 45-82, 1998/9.

²⁹ LISLY, Op. Cit.

disso, como veremos, a rebelião teve lugar num momento de acirrado conflito pela terra em Diamantina e constituiu um momento crucial na história das revoltas populares no norte de Minas que envolviam faiscadores, quilombolas, libertos, homens e mulheres livres pobres. O movimento trouxe ainda à tona leituras escravas sobre o emancipacionismo dos anos 1860, a Guerra de Secessão norte-americana e a Guerra do Paraguai, abrindo um caminho frutífero para a investigação das relações entre protesto escravo e política imperial em meados do século XIX.

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro deles traz um panorama geral sobre a vida sócio-econômica do norte de Minas Gerais durante a década de 1860. Refletindo sobre a historiografia que versa sobre a economia escravista mineira, busquei definir a importância da região como centro minerador no século XIX, sem deixar de abordar o setor agropecuário mercantil que se desenvolveu em estreita colaboração com a mineração de ouro e pedras preciosas. Focalizando o cotidiano de trabalho nas minas de Diamantina e as tensões presentes na sociedade livre, apresento os principais espaços e personagens das histórias que serão contadas ao longo do trabalho. O capítulo seguinte tem como núcleo as narrativas sobre a insurreição escrava de 1864, construídas a partir das diferentes perspectivas de senhores e escravos. Na tentativa de compreender as identidades e culturas cativas que fundamentaram a ação política dos insurgentes, reconstruímos de perto os encontros, conversas, rixas, vivências e estratégias dos rebeldes, além de estudar sua inserção na população cativa do Serro e nos plantéis das fazendas e cidades do norte mineiro.

O terceiro capítulo deste trabalho versa sobre a conturbada experiência das comunidades quilombolas de Diamantina ao longo da década de 1860. Nesta parte, especial atenção é dispensada ao Quilombo dos Ferreiros, comunidade localizada no Vale do Jequitinhonha de onde saíram muitos participantes da rebelião de 1864. Valendo-me principalmente dos processos gerados por crimes de quilombolas, estudo a vida cotidiana do quilombo, assim como a rede de alianças sociais e rivalidades construída por seus membros na interação vigorosa com as povoações do Serro e Diamantina. Finalmente, o quarto e último capítulo da dissertação é dedicado ao tema das relações entre o protesto escravo e a conjuntura nacional e internacional da década de 1860. Investigo o impacto da Guerra Civil nos EUA, da Guerra do Paraguai e dos projetos emancipacionistas em debate

no parlamento brasileiro sobre as lutas dos cativos em Minas Gerais através da cobertura jornalística de periódicos como *O Jequitinhonha* e da correspondência diplomática imperial. Imbricados com os eventos da época, circularam apropriações diversas sobre o futuro da escravidão no Brasil, as quais procuro reconstituir por meio da análise dos temores e revoltas que rasgaram a província durante os anos de 1864 e 1865.

CAPÍTULO I

Terra de mineração

*“Auê
Duro já foi senguê
Duro já foi senguê
dia de oi onbarô aiô mendê
auê ê ererê”*
(Duro já foi mato, dia de hoje é comércio).
Cantiga em dialeto de origem banto
ouvida nas lavras de São João da Chapada.¹

*“Quem está no bom, está calado,
Quem está no ruim está danado
Por Deus e João Furtado
Que o Duro vai desovado!”*
Grito de ordem dos faiscadores que invadiram
a lavra do Duro, em 1863.²

As duas epígrafes que iniciam esta dissertação nos contam bastante sobre um momento ainda pouco conhecido da história social do norte de Minas Gerais, em meados do século XIX. Aparentemente desconexos a não ser pelo fato de referirem-se a mesma lavra de diamantes, estes versos lançam pistas significativas para a compreensão dos conflitos que permeavam então uma das mais importantes zonas de mineração do Brasil. A primeira transcrição é um excerto oriundo da tradição oral da povoação de São João da Chapada, hoje distrito satélite de Diamantina, recolhido por Aires da Mata Machado Filho, entre as décadas de 1920 e 1930. Em pesquisa com Araújo Sobrinho junto aos velhos negros cantadores da região, Mata Machado conseguiu reunir cerca de 65 dos chamados *vissungos* ou cantigas entoadas pelos escravos nas lavras minerais da antiga comarca do Serro. Registrou letras e músicas, além de buscar a tradução ou “fundamento” das cantigas compostas num dialeto com alegada influência da África central.

O *vissungo* sobre o Duro faz referência à trajetória de um dos mais importantes serviços de mineração de São João. Até a década de 1830, a mina não passava de um

extenso campo coberto por vegetação rasteira cujos rios pareciam esgotados de pedras e metais preciosos. Sua abertura coincidiu com o estabelecimento do novo arraial e a conseqüente atração de empreendedores. A lavra desenvolveu-se passo a passo com o crescimento da povoação e tornou-se o centro regional do comércio de diamantes através da exploração de desconhecidos depósitos diamantinos a partir de rotinas de trabalho também inovadoras. A riqueza do Duro não provinha mais da lavagem dos gorgulhos que comumente margeavam os rios de Diamantina, mas do trabalho de extração realizado na base da massa cristalina descoberta nas profundezas do córrego que dava nome à lavra.

Na década de 1860, quando era já propriedade do tenente-coronel Felisberto Ferreira Brant, a mina do Duro empregava pelo menos 150 cativos³ e contava com a ajuda de máquinas a vapor que paradoxalmente alimentavam as esperanças entre certos liberais de um fim próximo do sistema servil. Poucos metros de distância a separavam dos dois serviços do Barro, pertencentes a sociedades que tinham em Rodrigo de Souza Reis seu maior expoente. Explorando as vertentes opostas da mesma mineira diamantina, Reis, Brant e outros poucos sócios tinham somados mais de 450 escravos. As fugas daquelas lavras eram constantes e notórias, assim como as solidariedades entre os escravos do “barro” e os quilombos da periferia de São João. Foi nesta comunidade cativa que floresceu não apenas o vissungo que ora comentamos, mas também o projeto de uma grande rebelião em conjunto com os vizinhos do Serro, no ano de 1864.

A segunda epígrafe traz a voz dos faiscadores que estiveram à frente do conflito armado que rasgou a mesma lavra do Duro, no ano de 1863. Entre as diversas invasões de terras que caracterizaram a história de Diamantina pelo menos desde 1840 até a crise dos diamantes, em 1870, a do Duro foi certamente a mais sangrenta e singular. Injustiçados pelas leis reguladoras dos terrenos diamantinos que lhes reservavam o direito de explorar apenas lotes praticamente esgotados de diamantes, os faiscadores ou pequenos mineradores do norte mineiro persistiram na luta pela redistribuição das terras, questionando o direito dos arrendatários em manter suas minas. Em 1863, mais de 600 deles enfrentaram as forças policiais da comarca do Serro no Duro, empunhando armas,

¹ MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. p. 80 e 81.

² *O Jequitinhonha*, 27/05/1863, p. 1.

³ MARTINS, Antônio de Assis e OLIVEIRA, José Marques de. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Tipografia da Atualidade, 1864, p. 269-270.

bandeira e palavras de ordem com o fim de “desovar” a lavra de Felisberto Brant. O evento ganhou as manchetes dos jornais e ficou marcado nas disputas eleitorais daquele ano como o “massacre” do *povo miúdo* de São João.

Entre a experiência escrava cantada no vissungo sobre a lavra do Duro e a quadra entoada pelos faiscadores em 1863 não há, portanto, somente uma coincidência geográfica. Ambas nos convidam a pensar sobre as trocas, solidariedades e rivalidades construídas no interior dos movimentos sociais em vigor na comarca do Serro, durante a segunda metade do século XIX. No capítulo que se segue, pretendemos começar a investigar tais movimentos através do estudo da vida social e econômica da região. Devotaremos especial atenção aos municípios que constituíram o cenário da insurreição escrava de 1864, esperando compreender a forte interligação que se efetuava entre Serro e Diamantina via trocas econômicas, circulação de pessoas e de idéias. Lancemo-nos, então, a uma incursão pelas lavras minerais e fazendas de subsistência do norte de Minas, espaço no qual uma singular elaboração cultural e política estava sendo gestada na convivência entre uma já envelhecida população africana e seus descendentes mineiros, livres e cativos.

A Comarca do Serro

A antiga Comarca do Serro, situada no nordeste de Minas Gerais, reunia sob sua jurisdição povoados que constituíram outrora uma das regiões mais prósperas da América colonial portuguesa. Durante todo o século XVIII, a Vila do Príncipe e o Arraial do Tijuco figuraram como importantes centros de mineração da capitania, multiplicando a extração de ouro e diamantes na proporção dos numerosos braços escravos trazidos da África. O velho nome do Tijuco, emprestado do rio onde foram achadas as primeiras pintas de ouro, tornou-se símbolo de toda a lógica de ocupação da região, que progrediu no ritmo da localização dos *descobertos* ricos em metais e pedras preciosas. Incrustadas na zona do Alto Jequitinhonha, as terras da então Comarca do Serro do Frio guardavam limites com as províncias do Espírito Santo e da Bahia, beirando as encostas da árida Serra do Espinhaço. A cordilheira dividia as águas que banhavam a comarca, separando o Jequitinhonha do Rio das Velhas e delimitando as fronteiras de seu vale com aquele do Rio Doce. Do Espinhaço emergia também o pico do Itambé, velho ponto de referência para as bandeiras de ouro que desbravaram a região e povoaram aquela que viria a ser a parte agrícola mais importante do município do Serro.

No alvorecer do século XIX, a geografia da comarca sofreu algumas alterações. Em 1820, sua parte noroeste foi desmembrada para compor a nova Comarca do Rio São Francisco e, em 1833, a reorganização administrativa da província de Minas custou-lhe a região de Minas Novas, que passou a integrar a Comarca do Jequitinhonha⁴. Ainda que reduzida a menos de um terço do seu tamanho original, a Comarca do Serro conservou seu núcleo inicial. A Vila do Príncipe, futura cidade do Serro, continuou a exercer o papel de principal centro administrativo. A apenas oitenta léguas de distância, seguindo para o norte, o Arraial do Tijuco firmou-se como sede do Distrito dos Diamantes e logo ganharia o nome de cidade Diamantina do Serro. Avançando na direção sul, despontava finalmente o termo da Conceição, cujo desenvolvimento deu-se mais tardiamente, com base na exploração de uma enorme reserva de minério de ferro⁵.

⁴ Cf. BERGAD, Laird. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 96.

⁵ A antiga Vila do Príncipe tornou-se cidade do Serro em 6 de março de 1838. Na mesma data, também por via da lei provincial nº 93, a então Vila Diamantina foi elevada à cidade. A chamada freguesia de Conceição do Mato Dentro tornou-se Vila da Conceição em 1840 e, somente em 1851, foi elevada à categoria de

Em fins da primeira metade do oitocentos, a população havia crescido bastante entre livres e escravos nas duas povoações mais expressivas do norte mineiro. Em torno da década de 1850, o número de habitantes do município do Serro havia mais que dobrado, passando dos 4.569 que constavam no censo provincial de 1840⁶, para cerca de 10.584 em 1856⁷, segundo as estimativas do delegado de polícia do termo. Se somados todos os distritos que compunham as cinco freguesias circunvizinhas à cidade, a população do município chegava a 44.562 habitantes, dos quais cerca de 20% eram escravos⁸. Em Diamantina, existia em 1832 uma população de 12.354 pessoas, na qual os cativos figuravam como maioria, compondo cerca de 56% da população. Somados, eles perfaziam o total de 6.617 indivíduos, divididos quase igualmente entre africanos e crioulos e pardos nascidos no Brasil.⁹ Duas décadas mais tarde, em 1856, estimava-se que a população total do distrito de Diamantina chegasse a 17.000 habitantes em cifras aproximadas calculadas pelo vigário local, não havendo números precisos quanto à participação dos escravos¹⁰. Sabemos, no entanto, que eles continuaram numerosos na região. O recenseamento geral de 1872 mostrou que a população cativa representava nesta época ainda cerca de 39% dos habitantes em Diamantina e 18% no vizinho Serro.¹¹

cidade. Sobre estes dados, ver: MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 220, 272 e 278.

⁶ “Relação Nominal dos Habitantes do Distrito da Cidade do Serro, Freguesia de N.S. da Conceição, Município da mesma Cidade, e Comarca do Serro Frio” (22/12/1840). Arquivo Público Mineiro (doravante APM): Mapas de População, cx. 9, inventário 15, microfilme, 68 p.

⁷ “Mapa das Freguesias, Distritos, Fogos, Populações parciais e geral do Município do Serro” (janeiro de 1856), elaborado pelo delegado de polícia Bento Carneiro. APM: Seção Provincial, Presidência da Província, cx. 50, documento 24.

⁸ No mapa de 1856, o próprio delegado Carneiro fez ressalva de que seu cálculo talvez exagerasse a população escrava do município do Serro, que julgava constituir um terço da população total. Em informação prestada ao governo provincial, em 1854, a câmara municipal afirmara que os escravos representavam “quando muito” um quinto dos habitantes. Ver: “Extrato das informações prestadas pelas Câmaras Municipais da Província em cumprimento das circulares de 28 de novembro de 1853, e 11 de novembro de 1854”. Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Biblioteca Nacional (doravante BN), 25/03/1855, anexo sem paginação.

⁹ Censo provincial do distrito da cidade de Diamantina (1832), citado em: SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos. Serro e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX*. São Paulo: ANPOCS/Marco Zero, 1993, p. 116 e 123. No APM, há um censo para a mesma localidade que contabiliza 12.445 habitantes, dos quais 8.929 (72%) seriam escravos. Tais números devem ser relativizados, pois provavelmente correspondem apenas à estimativas, e não aos dados efetivos. Ver: “Lista Nominal dos Habitantes (por fogos) da Vila Diamantina do Serro” (20/07/1832) elaborada pelo juiz de paz da paróquia, Manoel Vieira Couto. APM: Seção Provincial, Presidência da Província, cx. 11, documento 7.

¹⁰ Estimativa do Vigário da Paróquia a pedido da Câmara Municipal de Diamantina. É possível que a população tenha crescido ainda mais, em função da corrida ocasionada pela abertura das lavras à exploração particular. SOUZA, Op. cit., p. 116.

¹¹ *Anuário Estatístico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1921, Ano I, vol. 2, p. 16 e 25.

O crescimento demográfico acompanhava o vigor econômico do norte de Minas Gerais no terceiro quartel do século XIX. A comarca do Serro abarcava, então, uma vasta zona agrícola e pastoril, mas permanecia dinamizada pela mineração do ouro e, principalmente, dos diamantes¹². As fazendas de cultura espalhavam-se por todo lugar, enquanto as lavras estendiam-se sobretudo pelos leitos fluviais e dorsos das elevações ribeirinhas nos arredores de Diamantina. Como nas demais partes da província, os depósitos auríferos de aluvião ou de encostas já não eram mais abundantes no Serro, o que acabou empurrando os mineiros para a exploração mais custosa dos veios subterrâneos. Interessados quase sempre na extração imediata do minério bruto, os indivíduos envolvidos nesta atividade estabeleceram-se de forma caótica e desordenada pelas serras da comarca. O caráter predatório da mineração era ainda reforçado pelo fato de que os faiscadores raramente utilizavam processos mecanizados em suas minas e enfrentavam os problemas de ventilação, escoramento ou infiltrações de água tão comuns nas escavações deste tipo.

Como destaca Douglas Libby, as inovações na tecnologia mineralógica acabaram por ser introduzidas em Minas pelas companhias de capital estrangeiro, que fizeram nos arredores do Serro a única - mesmo que efêmera - tentativa de exploração do ouro fora das fronteiras da região Metalúrgica-Mantiqueira. Embora pouco se saiba sobre ela, tudo indica que a Serra da Candonga Company iniciou suas operações em fins da década de 1830 e permaneceu no nordeste mineiro por cerca de 2 ou 3 anos¹³. Mesmo que escasso na região diamantífera, o ouro continuou a ser extraído em outras partes de Minas Gerais e só passou para o controle estrangeiro - leia-se, britânico - na segunda metade do século XIX. Libby calcula que, entre 1825 e 1860, 47% de todo o ouro mineiro estava ainda em mãos brasileiras, incluindo faiscadores e sociedades de mineração.¹⁴

A grande riqueza da comarca do Serro era mesmo o diamante, minério dificilmente encontrado em outras partes da província, com exceção das reservas da Bagagem,

¹² A importância da atividade mineradora em Minas durante o século XIX pode ser medida, por exemplo, por seu papel na exportações provinciais. Robert Slenes estima que, em 1854, a produção de ouro e diamantes respondia por cerca de 22% (1.800.000 réis) do valor das exportações totais de Minas Gerais. Ver: SLENES, Robert W. "Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX". *Cadernos IFCH/UNICAMP*, n. 17, 1985, p. 57.

¹³ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 276 e 277.

¹⁴ Idem, especialmente p. 257-344.

descobertas em 1850.¹⁵ De acordo com dados gerais para a província de Minas, entre os anos de 1819 e 1854 a produção de diamantes cresceu em 334%, especialmente após o fim do monopólio estatal sobre as lavras em 1832¹⁶ e a corrida de pessoas para as vizinhanças de Diamantina. De acordo com a Junta da Administração dos Diamantes, as atividades direta ou indiretamente ligadas à extração da pedra preciosa empregavam o equivalente a 15% da população mineira em 1840.¹⁷ Estas estimativas retratam a importância de Diamantina para a economia provincial em meados do século XIX e nos levam a cogitar se o papel da região não foi ainda mais relevante nesta época do que no período colonial. A queda da produção de ouro e diamantes que se seguiu principalmente a partir de 1870 parece ter apagado a memória deste surto econômico de boa parte da historiografia mineira e a levado a projetar a origem da decadência para a segunda metade do XVIII.

Por outro lado, mesmo um rápido olhar sobre a Comarca do Serro ao longo do século XIX é capaz de identificar ali a profusão de mudanças e contradições que marcaram o desenvolvimento econômico da província de Minas após o boom da mineração no século anterior. Sem dúvida, para além ou em conexão com a atividade mineradora, a comarca caminhou para o fortalecimento de uma economia diversificada, largamente voltada para o mercado interno, na qual destacava-se uma agricultura mercantil com forte participação de fazendeiros possuidores de escravos. Mais do que uma inovação, porém, este foi um panorama que se acentuou do século XVIII para o XIX, acompanhando a história provincial de vitalidade econômica e apego à escravidão que tem sido destacada por um corpo historiográfico revisionista.

Um produtivo debate em torno do escravismo mineiro e das peculiaridades da economia de Minas Gerais ao longo do oitocentos veio à tona no fim da década de 1970. Em questão, estava a visão tradicional de que o colapso da mineração aurífera em meados do século XVIII teria levado a região a uma secular estagnação econômica, expressa no

¹⁵ Sobre o novo descoberto localizado na Comarca do Rio Paranaíba, extremo oeste de Minas, destaca Calógeras que: "Por 1850 abriu-se uma nova zona para a indústria extrativa do diamante em quase todo o trecho situado entre o rio Grande e o Paranaíba, no chamado Triângulo Mineiro. A princípio foi a Bagagem a única jazida conhecida e desde logo célebre pelo achado em 1853, da belíssima Estrela do Sul, pedra que bruta, pesava 254 1/2 quilates, e depois, em 1857, pelo de outra de 177 quilates, o diamante de Dresden. Aos poucos foram encontrados diamantes nos rios Uberaba, no Borá, no Dourado, no Douradinho, no rio das Pedras, no Água-Suja, alargando-se notavelmente a área de disseminação da preciosa pedra". CALÓGERAS, João Pandiá. *As Minas do Brasil e sua Legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904-1905, vol. 2, p. 327.

¹⁶ Cf. SLENES, Op. Cit., p. 47 e 67.

privilégio das atividades voltadas para o mercado interno¹⁸. Segundo tal perspectiva, este cenário econômico decadente teria sido acompanhado por um esvaziamento demográfico em termos absolutos e se refletiria, por exemplo, na transferência dos escravos mineiros para as prósperas zonas cafeeicultoras do Vale do Paraíba. Com o aprofundamento das pesquisas empíricas, esta hipótese tornou-se cada vez menos sustentável.

No início dos anos 1980, Amílcar e Roberto Martins¹⁹ foram pioneiros ao demonstrar o ritmo constante de crescimento da população cativa de Minas, que teria mais do que dobrado no intervalo entre 1819 e 1872. Visando questionar a antiga premissa de que a escravidão e as importações de cativos só seriam viáveis em economias com vocação exportadora, estes autores procuraram provar que o aumento da população escrava mineira respondia às demandas de uma organização econômica com fracas ligações com o mercado externo. Dito de outra forma, o sucesso de Minas na transição de uma economia mineradora para outra centrada na produção de alimentos para os mercados local e regional explicaria o seu apego ao trabalho servil. Quanto ao aumento da quantidade de escravos, os Martins o atribuíram ao afluxo de africanos para a província durante o auge do tráfico atlântico para o Brasil, entre 1819 e 1850. Mas se as importações de escravos eram tão intensas, como a província pagava por sua aquisição?

Robert Slenes²⁰ procurou responder a esta questão através de um diferente retrato da economia de Minas. Segundo ele, diferentemente do que afirmaram os Martins, a província não estava afastada dos mercados mundiais. Pelo contrário, ela teria em seus dinâmicos setores exportadores a principal fonte de divisas para a compra de escravos. Além da bem conhecida Zona da Mata, região exportadora de café em larga escala, estes

¹⁷ Idem, p. 54.

¹⁸ Sobre esta abordagem conferir, por exemplo: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976; IGLESIAS, Francisco. *A Economia Política do Governo Provincial Mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1958.

¹⁹ De acordo com os Martins, a população escrava de Minas Gerais passou de 168.500 em 1819 para 370.000 em 1872. Tal aumento se refletiu no peso da província em relação ao total de escravos existentes no Brasil, que saltou de 15% para 24% na mesma época. Ver: MARTINS FILHO, Amílcar & MARTINS, Roberto Borges. "Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited". *Hispanic American Historical Review*, 63(3): 537-568, 1983. Ver também os comentários críticos sobre este artigo feitos por Robert Slenes, Warren Dean, Stanley Engerman e Eugene Genovese, p. 569-590 do mesmo volume. A réplica a estas críticas foi publicada pelos Martins em "Slavery in a non-export economy: A Reply". *Hispanic American Historical Review*, 64 (1), p. 135-146, 1984. O argumento foi revisitado mais recentemente em "Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX. Outra Vez". Beio Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1994 (Texto para discussão n. 70).

²⁰ SLENES, Op. Cit.

setores eram representados pela contínua produção de ouro e diamantes – desconsiderada pelos Martins – e por uma vigorosa agropecuária comercial que abastecia tanto os pequenos centros mineradores de Minas, quanto os mercados urbanos e rurais do Rio de Janeiro e São Paulo. As atividades exportadoras estavam fortemente ligadas ao setor interno e sua importância provinha justamente dos amplos efeitos multiplicadores que projetavam sobre a economia mineira, impulsionando a demanda local e influenciando diretamente na forma como a província disporia de seus escravos.

Concordando com o argumento de Slenes, Douglas Libby contribuiu para o debate ao revelar a existência de um significativo setor manufatureiro em Minas que teria se formado através do início de um processo de substituição de importações.²¹ Fabricando suas próprias ferramentas, tecidos e até mesmo produtos de luxo, Minas Gerais liberava capital para a aquisição de mão-de-obra. O aumento da população escrava, no entanto, não seria explicado somente pelas importações. Sem negar a importância do afluxo de africanos, Libby²² ressaltou que não se pode desprezar o impacto da reprodução natural na demografia escrava de Minas em determinados períodos e regiões, demonstrando a relevância do contingente crioulo já na primeira metade do século XIX.

Em livro recente sobre a história econômica e demográfica de Minas ao longo dos séculos XVIII e XIX, Laird Bergad levou o argumento sobre o potencial reprodutivo dos escravos mineiros ao limite, afirmando sua centralidade para o crescimento da população cativa já a partir de 1780. Valendo-se da análise de censos provinciais e de um conjunto de inventários relativos aos termos de São João Del-Rei e São José Del-Rei (1715-1888), Vila Rica e Mariana (1715-1888) e Diamantina (1790-1888), o autor identificou uma progressiva diminuição da razão de masculinidade entre a população escrava mineira e tomou-a como indicador para explicar os ritmos demográficos da província ao longo do oitocentos. Bergad rejeitou a importância do tráfico negreiro para Minas nesta época, localizando os intervalos de 1790-1795, 1805-1815 e 1820-1830 apenas como períodos de surto ou renascimento efêmero das importações de escravos em pequena escala. Sendo

²¹LIBBY. Op. Cit.

²²O autor retoma o argumento em diversos trabalhos, dentre os quais: LIBBY, Douglas Cole. "Protoindustrialização em uma Sociedade Escravista: o caso de Minas Gerais". In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002. p. 237-280; PAIVA, Clotilde Andrade e Libby, D.C. "Caminhos

assim, a presença africana seria menos significativa do que a historiografia tem propalado, permanecendo um pouco abaixo dos 40% na década de 1830.²³

As conclusões de Bergad diferem frontalmente dos resultados alcançados por Libby e Clotilde Paiva ao estudar as listas nominativas de Minas Gerais nas décadas de 1820 e 1840. Em resposta recente ao trabalho de Bergad, Libby criticou a hipótese central do autor, lembrando que taxas de masculinidade decrescentes são verificadas por ele a partir de uma documentação censitária que não distingue entre africanos e crioulos e que, portanto, pouco pode dizer sobre o crescimento natural da população cativa.²⁴ Além disso, se comparados aos dados de maior abrangência coligidos por Clotilde Paiva, os números dos inventários de Bergad subestimam a importância dos africanos no período que precede a extinção do tráfico, presentes na proporção de quase 50% nas regiões pesquisadas por ambos.²⁵

A idéia de que os africanos continuaram a compor parte significativa dos plantéis das regiões mineiras de maior dinamismo econômico até 1850 foi também reforçada pelas estatísticas de João Fragoso sobre o papel de Minas como destino dos escravos importados através do porto do Rio de Janeiro.²⁶ Entre 1824 e 1833, a província recebeu 59.040 (40,7%) dos 145.158 escravos novos e ladinos despachados da corte imperial, a maior demanda por cativos entre todas as províncias do Brasil²⁷. Entre eles, predominavam os escravos do sexo masculino e provenientes da África Central Atlântica.²⁸ Uma parcela desta mão-de-obra certamente se dirigiu às fazendas e lavras da Comarca do Serro, ajudando a compor uma população escrava com forte influência banto.

Alternativos: Escravidão e Reprodução em Minas Gerais no Século XIX". *Estudos Econômicos* 25/2 (maio/agosto 1995), p. 203-233.

²³ BERGAD, Op. Cit.

²⁴ LIBBY, Douglas Cole. "Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad". IN: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alli (orgs). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, p. 279-304.

²⁵ Para uma comparação entre os dados de Bergad e Paiva para Diamantina e outras regiões de Minas na década de 1830, ver: Idem. p. 293.

²⁶ FRAGOSO, João Luís. "Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códigos 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833". IN: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alli (orgs). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, p. 239-278.

²⁷ Idem. p. 247 e 148.

²⁸ Fragoso destaca que as proporções das regiões de proveniência dos escravos africanos encontradas na sua amostra de despachos e passaportes estão alinhadas com aquelas relativas às estimativas do tráfico negreiro internacional para o período compreendido entre 1795 e 1830. Deste modo, o autor verifica a predominância

Ao longo do século XIX, o Serro perdeu progressivamente a posição de principal cidade na comarca de mesmo nome. A diminuição da extração do ouro em suas terras e o franqueamento das lavras diamantinas conferiram força à Diamantina e tornaram-na pólo de atração populacional. No entanto, a explosão da produção de diamantes correspondeu também ao acirramento dos conflitos sociais. Não havia regularidade na concessão de licenças para extração, nem tampouco consenso entre a população sobre a melhor forma de regulamentá-la, como veremos. Negociantes abastados arrematavam os lotes mais ricos e enfrentavam o esgotamento das reservas superficiais com o emprego de máquinas e centenas de escravos na exploração dos veios minerais subterrâneos. De 1840 até o fim dos anos 1860, a região foi varrida por uma sucessão de invasões e sangrentos combates nas lavras, protagonizados por uma população despossuída – quase sempre de cor - em busca de terras. Foi exatamente neste cenário de lutas e questionamento do direito de propriedade que os escravocratas da comarca do Serro tiveram que enfrentar a agitação de uma considerável população de cativos, empregados tanto nas atividades exportadoras, quanto naquelas voltadas para a subsistência.

Nas décadas de 1850 e 1860, as cidades da Comarca do Serro viviam momentos econômicos distintos, muito embora estivessem vitalmente integradas. O município do Serro sustentava-se através da produção de alimentos e enfrentava, então, algumas dificuldades no ramo da agricultura. Em 1854, a câmara municipal assim informou o governo provincial sobre suas principais atividades econômicas:

“que a plantação de milho, feijão, arroz, cana, algum algodão e fumo; algumas fábricas de ferro, e criação de gado vacum e muar, alguns engenhos de serrar madeira, e a mineração do ouro e diamantes são as indústrias, em que se emprega a população do Município, e os ramos destas que mais prospera, é o cultivo de cana”

Apesar de sua diversidade, o setor agrícola que havia se desenvolvido para abastecer a grandiosa população concentrada na exploração das lavras estava sofrendo com a diminuição da demanda local. Após a descoberta de diamantes em Sincurá e Bagagem, em 1850, muitos habitantes deixaram o Serro e outros estavam abandonando a

dos indivíduos da África Central Atlântica (63%), seguidos por aqueles oriundos da África Oriental (26,3%) e Ocidental (9%). Idem. p. 268 e 269.

mineração pelo pequeno produto que conseguiam lavar. O comércio permanecia ativo, sendo pouco importante com Conceição, mas significativo para Diamantina, principal destino da exportação de víveres e dos chamados “efeitos da cana”, quais sejam, açúcar, rapadura e aguardente. O maior obstáculo ao escoamento da produção continuava sendo a distância e precariedade das vias de comunicação do município, especialmente, as que poderiam levar à capital do império. A câmara do Serro especulava que somente através da melhoria das comunicações com o litoral se poderia reanimar o setor agrícola, facilitando o transporte de mercadorias por meio da navegação dos rios Mucuri, Doce e São Mateus e, então, da abertura de estradas dos seus portos para diferentes pontos de Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Seja como for, tais planos não saíram tão cedo do papel. Em Diamantina, as queixas dos agricultores eram semelhantes, embora poucas culturas ganhassem lugar num espaço quase inteiramente dedicado à mineração de diamantes. As lavouras de subsistência tinham alguma importância nos distritos de Gouveia, Curimataí, Rio Manso, Penha, Rio Preto e Araçuaí²⁹, mas o município importava grande parte dos alimentos que consumia. Tradicionalmente, a distância dos centros produtores e a aridez dos arredores faziam com que os preços dos salários e víveres fossem mais elevados na cidade de Diamantina do que em qualquer outro lugar da comarca³⁰. Diferentemente do Serro, ali os negociantes mantinham laços próximos com o Rio de Janeiro, para onde eram vendidos os diamantes brutos com destino aos mercados europeus, com destaque para Londres e Amsterdã. O capital gerado pela economia mineradora animava por sua vez a importação de gêneros da Corte, alimentando sobretudo o comércio de produtos de luxo.

No entanto, não eram apenas as trocas com o Rio que geravam divisas para a cidade. No norte mineiro, Diamantina exportava em pequena escala diversos produtos

²⁹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1978, p. 398.

³⁰ Assim observaram os viajantes, como Saint-Hilaire, no início do século XIX, e os presidentes de Minas ao longo das décadas seguintes. Em 1866, por exemplo, o Serro foi escolhido como sede da nova cadeia que se queria construir no norte mineiro, justamente em função dos menores preços que ali vigoravam. “Na execução das obras, ainda o Serro terá a preferência em seu favor, porque não só as matérias-primas como o salário dos operários, encontram-se ali por um preço muito mais favorável do que na Diamantina. Ainda será em seu favor a preferência se considerarmos que na Diamantina os gêneros alimentícios tem um preço muito mais elevado no mercado, às vezes quase fabuloso...”. Ver: Relatório do Vice-Presidente da Província de Minas Gerais, Joaquim José de Santana. BN, 09/09/1866, apenso n. 9, p. 6; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974, p. 30.

vindos do sertão, tais como sola e salitre. Na década de 1840, a câmara municipal chegou mesmo a constatar com certo exagero que no comércio interno da comarca do Serro estava a maior fonte de enriquecimento para as elites locais:

“Enganam-se as pessoas estranhas a este Município, quando atribuem a prosperidade, e grande número de casas ricas desta Cidade à mineração: não, a opulência desta Cidade é, senão toda, ao menos em grande parte filha de extensas relações comerciais com os sertões que nos cercam, com Minas Novas, Grão Mogol, Formigas, Curvelo, Barra, Salgado, e São Romão; e o maior número de casas ricas d’aquí, sem dúvida alguma, adquiriu sua fortuna nesse comércio”³¹.

Em linhas gerais, é este o retrato da comarca que surge nas páginas do extenso relatório apresentado pelo então presidente de Minas Gerais, Francisco Diogo Pereira de Vaconcellos, no começo de 1855³². Mesmo diante de uma série de lacunas geradas na coleta de dados junto a 36 municípios mineiros, o presidente conseguiu elaborar um interessante mapa da população e principais “indústrias” existentes em Minas, abarcando cerca de 76% dos habitantes da província. Nesta investigação, Minas Gerais surge como território dominado pela agricultura e pecuária mercantis voltadas para o consumo conspícuo e mercados inter-regionais.

Dentro deste quadro geral, a comarca do Serro apresenta a um só tempo alguns aspectos coincidentes com o perfil mais amplo da província e outros comparativamente singulares. No primeiro caso encaixa-se o município do Serro, descrito como região marcadamente agrícola, no qual a mineração de ouro e diamantes seguia sendo realizada apenas em parte do distrito da cidade e nos distritos do Rio do Peixe, São Gonçalo, Milho Verde e Itambé. Para o ano de 1854, a câmara municipal informou a existência de três fábricas de ferro, três engenhos de serrar madeira e cerca de 58 fazendas de cultivos não especificados³³. Dentre elas, é certo que muitas fossem dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar, a julgar pelo expressivo número de 171 engenhos de cana espalhados pelo Serro.

³¹Ofício enviado pela Câmara Municipal de Diamantina ao presidente da província de Minas Gerais, s.d. APM: Presidência da Província, Mineração e Terrenos Diamantinos, 1843 a 1846, cx. 16.

³²Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 25/03/1855.

³³Idem, anexo sem paginação.

que chega a ocupar o sétimo lugar em importância dentre os demais municípios de Minas Gerais.

Os engenhos de açúcar foram introduzidos na província junto com descoberta das reservas de ouro, no século XVIII. Segundo Miguel Costa Filho, foram as minas que levaram à formação de novos mercados de açúcar, rapadura e aguardente, levando a agro-indústria da cana a se desenvolver no compasso da sedentarização e interiorização da atividade mineradora. Espalhada por todo o território da capitania, porém, ela jamais alcançou o porte de suas contemporâneas na Bahia ou Pernambuco e fixou-se como atividade voltada para o abastecimento interno. De acordo com o autor, na paisagem econômica da Minas colonial predominavam as chamadas fazendas mistas, unidades escravistas de pequeno ou médio porte que combinavam agricultura, criação de animais e mineração. Dito de outra maneira, os mesmos escravos que lavravam também plantavam³⁴.

Chegando ao século XIX, tais fazendas mistas tenderam a ganhar nova forma com a retração relativa da atividade mineradora. Possivelmente, passaram a conjugar o cultivo da cana com a produção de alimentos básicos e pecuária, compondo um cenário dominando pela agricultura escravista comercial. A demanda crescente dos sub-produtos da cana-de-açúcar garantia mercados no interior da província, estimulando o desenvolvimento dos engenhos movidos por tração animal, mais simples e menos dispendiosos do que os que funcionavam a partir de rodas d'água. De acordo com Clotilde Paiva e Marcelo Godoy, a economia canavieira de Minas era bastante disseminada espacialmente, contava com grande número de unidades produtivas e caracterizava-se por uma comercialização descentralizada.³⁵

Os estudos para a década de 1830 atestam a predominância em Minas Gerais das fazendas em que os engenhos de cana constituíam apenas uma das diversas atividades econômicas desenvolvidas, e não o objetivo central da unidade produtiva. Sendo assim, a tendência é de que as atividades ligadas à cana fossem sazonais, exigindo diferentes graus de especialização da mão-de-obra. O braço escravo era essencial aos trabalhos destes

³⁴COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

³⁵ PAIVA, Clotilde A. e GODOY, Marcelo M. "Engenhos e casas de negócios nas Minas oitocentistas". In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 6, 1992, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1992, p. 29.

engenhos que, no entanto, estavam bastante longe do tipo de organização social da *plantation*, contendo plantéis com média de vinte cativos³⁶. É provável ainda que tenha havido uma certa separação das funções agrícolas e industriais, diferenciando-se os cultivadores de cana dos “senhores de engenho” propriamente ditos, responsáveis pela atividade industrial.

O vulto da produção e consumo dos “efeitos da cana” pode ser medido, por exemplo, pela voracidade fiscal que pesava sobre eles. A taxaço dos alambiques era fruto de recorrentes conflitos entre as autoridades municipais, provinciais e produtores. Estima-se que, durante o século XIX, o número de engenhos que fabricavam aguardente tenha sido sempre superior aos que produziam açúcar, envolvendo muitos fazendeiros abastados. Este era, por exemplo, o caso do Serro. De acordo com o relatório provincial de 1855, dos 171 engenhos existentes no município, 32 eram movidos por água, dos quais uma maioria de 29 unidades fabricava aguardente e três, açúcar e rapadura. Dos 139 movidos por tração animal, 67 produziam aguardente e 72 fabricavam açúcar e rapadura.³⁷

Em Diamantina, a cultura da cana também era expressiva. Ainda em 1855, a câmara municipal assim a descreveu:

“existem no termo 95 fazendas de cultura de 12 a 90 escravos, deixando de ser contemplados neste número as fazendas abaixo de 12 trabalhadores, que certamente subirão a 100, devendo observar-se que no número das 95 vão contempladas 39, que além de serem agrícolas, dedicam-se também à criação de gado vacuum e cavalar, sendo nos Distritos da Gouveia, Pissarão e Curimataí, onde maior número destas há, assim como no Rio Preto na parte ribeirinha ao Jequitinhonha. Não consta à Câmara que existam no termo Engenhos de mineração, havendo, porém, 37 de moer cana, sendo 10 movidos por água, e 27 por bois, existindo além destes 173 inutilizados, a

³⁶ Idem, p. 48-49.

³⁷ “Relação dos engenhos existentes na província extraída das respostas dadas pelas câmaras a circular de 10 de novembro de 1854”. Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 25/03/1855. Nesta lista, aparecem os resultados do recenseamento de 33 municípios mineiros, nos quais existiam no total 3.296 engenhos, entre 2.401 produtores de aguardente e 841 de açúcar e rapadura. Os seis municípios mineiros com o maior número de engenhos de cana, sejam movidos por água ou bois, são na ordem: Itabira (454), Mariana (339), Uberaba (320), Minas Novas (246), Pitangui (224) e Curvelo (209). Note-se que Itabira, Minas Novas e Curvelo pertencem como o Serro ao norte mineiro.

maior parte por não convir aos proprietários pagar o imposto Provincial: há também 6 engenhos de serrar tabuado, e 4 de moer pedra para fabricar ferro.”³⁸

Cerca de dez anos depois, o cenário econômico da comarca do Serro pouco se modificara. Em fins de 1863, Antônio de Assis Martins e José Marques de Oliveira redigiram o primeiro almanaque provincial de Minas Gerais, no qual apresentaram notícia sobre o estado das “indústrias” mineiras e de seu movimento populacional. Se comparados aos relatórios dos presidentes da província e, especialmente, ao de 1855, os almanaques de 1864 e 1865 apresentam lacunas significativas na descrição que fazem da Comarca do Serro, mas contêm interessantes indicadores. Em seu relato, os cultivos que aparecem em maior abundância no município do Serro são o milho, feijão, arroz, cana e, em menor escala, café, fumo, trigo, mandioca e outras raízes tuberosas.³⁹ De todas as culturas citadas, o grande destaque é reservado mais uma vez às plantações de cana-de-açúcar, ainda que não haja especificação precisa quanto aos sub-produtos fabricados nas fazendas.

Nas páginas do almanaque de 1864, encontramos os nomes de 158 “fazendeiros que cultivam cana” no Serro, ao lado de 13 que “fabricam aguardente” e 9 que “fabricam açúcar”⁴⁰. Quase tão numerosos quanto estes fazendeiros são os chamados “negociantes de gêneros do país”, contabilizados em 137 indivíduos espalhados por todos os distritos do Serro. A estas atividades dominantes, somavam-se em menor quantidade os negociantes de fazendas secas e molhadas e toda a gama de profissionais especializados, tais como carpinteiros, alfaiates, seleiros, ferreiros, ourives, fogueteiros, dentre muitos outros. Excluindo os escravos, a listagem disponível traz apenas alguns nomes principais, mostrando-se pouco representativa das ocupações desempenhadas no município.

No que diz respeito à atividade mineradora, os dados da municipalidade do Serro nos anos 1860 continuavam incertos e filtrados pela ótica senhorial que atribuíra pouca importância ao trabalho dos faiscadores, sabidamente numerosos, mas jamais recenseados. Escrevendo ao governo provincial em 1863, a câmara da cidade afirmou:

³⁸ Idem, anexo intitulado “Indústria”, sem paginação.

³⁹ MARTINS e OLIVEIRA. Op. Cit., 1864, p. 198.

⁴⁰ Este total aproximado corresponde aos nomes que aparecem listados no almanaque de 1864. Nestas listas, figura por vezes a denominação “herdeiros de ...”, assim referidos de forma indefinida. Decidimos tomá-los como unidades no cálculo final.

“Este Município é, em quase sua totalidade agrícola. Nas margens do Rio do Peixe, entre as freguesias desta Cidade e de Santo Antônio do Rio do Peixe, se faz um ou outro serviço de mineração para extrair diamantes, e ouro, em quantidade variável, porém nunca avultada; no Distrito de Santo Antônio do Itambé do Serro não há serviço regular, há apenas faiscadores que extraem algum diamante e ouro; e na Freguesia de Milho Verde, e São Gonçalo é em geral a mineração diamantina a ocupação de seus habitantes, mas não se pode dizer nem aproximadamente a quantidade de diamantes extraída anualmente.

Os instrumentos empregados na mineração são os do processo conhecido, não havendo máquinas que mereçam ser mencionadas; o número de trabalhadores é incerto e, se por espécie deles se entende condições; há entre eles escravos e livres, sendo, porém, destes a maior parte, não se podendo elevar à mais de mil nos diversos pontos acima designados”.⁴¹

Como o Serro, o município da Conceição apresentava uma feição cada vez mais agrícola e de suas reservas de ferro não se auferiam mais os lucros da primeira metade do século XIX. Havia ficado para trás o tempo em que o Intendente Câmara fundara possivelmente a primeira fábrica de ferro do Brasil, situada no Morro de Gaspar Soares ou do Pilar. Criada em 1815 para atender as demandas provenientes dos serviços diamantinos existentes na comarca do Serro do Frio, a fábrica esteve em atividade até 1831 para não mais retomar seus trabalhos. Em 1855, contava-se em Conceição 4 ou 5 fábricas de ferro de alguma importância, que vendiam juntas anualmente em torno de vinte contos de réis⁴². Além delas, havia se estabelecido no município a fábrica de tecer e fiar algodão chamada Cana do Reino, que sobrevivia com dificuldades, dependendo quase regularmente de empréstimos do governo provincial. Conceição abrigava sobretudo fazendas de criar e culturas de subsistência, tais como o milho, feijão, arroz, mandioca, mamona e cana-de-açúcar. Nos cinco distritos da cidade pesquisados em 1864, contavam-se 140 cultivadores de cana, além de 61 “negociantes de gêneros do país”.⁴³ A pequena mineração de ouro e

⁴¹Ofício enviado pela Câmara Municipal do Serro ao presidente da província de Minas Gerais, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos (18/01/1863). APM: Seção Provincial, Secretaria do Governo Provincial, maço 1006.

⁴² Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, 25/03/1855, anexo intitulado “Indústria”, sem paginação.

⁴³ MARTINS e OLIVEIRA. Op. Cit., 1864, p. 251-259.

diamantes concentrava-se nos serviços levados nas margens dos rios Paraúna e Ribeirão Jacaré.

Quanto à Diamantina, o município reunia, de certo, algumas fazendas produtoras de gêneros que alimentavam a população das lavras, das quais consta em 1864 que 56 abrigavam o cultivo da cana. Estimou-se igualmente que os "gêneros do país" eram vendidos por 72 negociantes, número sem dúvida muito aquém da realidade se somadas as pequenas vendas espalhadas pelas estradas e arraiais da região. Diamantina era ainda sede de fábricas de cigarros, pomadas, ferro e pólvora⁴⁴. Mais do que tudo, porém, esta era uma terra de mineração, tanto na vocação econômica que herdara do período colonial, quanto nas referências culturais de uma sociedade dominada pelo imaginário do garimpo.

⁴⁴ MARTINS, Antônio de Assis e OLIVEIRA, José Marques de. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial do Minas Gerais para o anno de 1865*. Ouro Preto: Tipografia do Minas Geraes, 1864, p. 265.

“E não é de hoje: ‘descoberto’ poderia servir de título a uma história bem curiosa de nossas agitações industriais, neste canto do império, desde que se franquearam as lavras diamantinas por termos revogado o velho regimento ou o terrível Livro da Capa Verde”.⁴⁵ Assim afirmava o jornalista Joaquim Felício dos Santos num dos diversos editoriais do *Jequitinhonha* sobre a história de Diamantina, no início da década de 1860. Ainda celebrando o fim da era em que uma legislação restritiva fazia dos diamantes negócio exclusivo da Coroa, Felício se referia à corrida pelas pedras iniciada em 1832. Na primeira página do jornal, ele comentava desta vez a invasão do novo terreno diamantino da Lagoa Seca, localizado nos arredores do Inhaí, distrito de Diamantina. Temia-se naquele mês de abril de 1863 a ocorrência de conflitos em torno da sua demarcação, já que centenas de pessoas estavam deixando casas e antigas ocupações, seduzidas pela recente descoberta de diamantes naquelas margens do Jequitinhonha.

Ao longo do século XIX, muitos arraiais de Diamantina se formaram desta maneira, devendo o impulso povoador original às incessantes investigações realizadas pelos faiscadores. Datas, São João da Chapada e Curralinho são apenas alguns exemplos de povoações assim surgidas após o franqueamento das lavras à exploração privada. De alimocafre no ombro e bateia debaixo do braço, os pequenos mineradores passavam a vida a se movimentar pelo município à procura de melhores catas para minerar. Uma vez descobertos os diamantes, no entanto, nem sempre conseguiam levar adiante o serviço ao estarrar na polêmica legislação sobre os terrenos diamantinos e nos destacamentos policiais. Faltava-lhes tanto o capital, como a força política dos grandes mineradores.

Conforme vimos na seção anterior, o desimpedimento dos terrenos diamantinos remonta ao início da década de 1830, embora a Real Extração tenha permanecido ativa até o ano de 1841. Esta é uma história extremamente presente na imprensa, na documentação oficial produzida pela municipalidade de Diamantina e na memória dos contemporâneos ao longo do oitocentos. Todos começam a contá-la a partir do “tempo da fumaça” (1832-1833), quando uma grande seca assolou a comarca do Serro, disseminando fome e miséria. Confrontado à penúria de uma população que vivia da mineração e perdera os poucos

⁴⁵ *O Jequitinhonha*, 02/04/1863, p. 2.

campos cultivados com alimentos, o Intendente João Pires Cardoso concedeu aos fiscoadores o direito de explorar alguns terrenos já lavrados, reservando outros como sendo de utilidade nacional. Com a aprovação da Junta da Administração Diamantina, o garimpo foi descriminalizado na região e os arrendamentos permitidos aos cidadãos “suficientemente abonados”.⁴⁶

Não havia consenso, no entanto, quanto à legislação que deveria vigorar sobre os terrenos diamantinos. Sucessivos projetos de leis e decretos tendentes à extinção da antiga Administração foram apresentados pelo governo provincial de Minas, mas nenhum deles encontrou real execução num ambiente de carestia e decadência da Real Extração. Muitas das áreas reservadas ao Estado acabaram ocupadas por uma crescente população de mineiros, graças à atração exercida regionalmente pelo franqueio das lavras. Novos “descobertos” iam sendo progressivamente encontrados e logo ocupados com benfeitorias e alguma agricultura. O próprio Pires Cardoso, então Fiscal Interino dos Diamantes, assim descrevia em 1845 a desregrada prática de concessões em Diamantina que não lhe permitia atender a um pedido de documentos feito pelo presidente da província:

“E daí (1833) em diante se continuou a fazer as mesmas Concessões dos terrenos já lavrados, que ora eram dados pela Junta, ora pelos Intendentes às Famílias Pobres, que os requeriam; até que do ano de 1840 em diante o povo invadiu algumas Lavras, que a Junta havia reservado, por parecerem de utilidade Nacional: e conquanto eu, na qualidade de Fiscal interino dos Diamantes, e a mesma Junta empregássemos todos os meios ao nosso alcance para conservar estas Lavras, já requisitando Força às Autoridades dela encarregados, já fazendo presentes estas ocorrências ao Exmo Governo Provincial; nada se conseguia, e o povo continuou, como se acha atualmente na posse de todos os terrenos diamantinos. Ora à vista destas considerações, tenho de informar à V. Ex., que Documentos alguns respeito à concessões de terrenos Diamantinos tenho para enviar à V.Ex., por quanto desde a primeira Autoridade, que fez Concessões até o presente, nunca houve regularidade e, nem método nestas Concessões, havendo apenas um livro onde se lançam os nomes das Pessoas agraciadas, e a denominação do terreno concedido; acontecendo porém, que muitas Licenças

⁴⁶SANTOS. Op. Cit., p. 391.

concedidas por alguns dos diversos Intendentes, não foram apresentadas pelos Concessionários para serem registradas no Livro respectivo pelo Oficial encarregado deste trabalho”.⁴⁷

Ainda naquele mesmo ano de 1845 foi publicado o primeiro decreto de maior repercussão sobre a demarcação diamantina, embora não menos polêmico que os anteriores⁴⁸. Através dele, o governo criava uma nova administração composta de um Inspetor Geral, um Procurador Fiscal, um Secretário e um Engenheiro. Regularizava-se o arrendamento de terrenos diamantinos em hasta pública por períodos de 4 a 10 anos, que deviam ser adquiridos por meio de lotes que não excedessem 100 mil braças quadradas. A cada arrematante, só era permitido requerer um lote, valendo cada braça a taxa anual de 30 mil réis. As críticas às disposições do decreto foram inúmeras e começaram pela própria Câmara de Diamantina. A municipalidade considerava injusto o limite de extensão das lavras e o imposto cobrado por braça, uma vez que o rendimento dos mineiros dependia sempre da incerta riqueza que descobririam na lavra. Buscando solucionar o impasse, a Câmara chegou a sugerir como meio de satisfazer a Fazenda Pública o estabelecimento de uma capitação anual sobre todos os indivíduos empregados na mineração e a expedição de licenças para as lavras durante o mesmo intervalo de tempo.⁴⁹

As querelas legais e conseqüentes tentativas de regular o acesso à terra na região diamantífera estavam ocorrendo num momento de crescentes invasões de lavras. Vendo diversas propriedades ameaçadas, as autoridades de Diamantina incluíam na mesma pauta de discussão os projetos de lei e as medidas para conter a escalada das invasões. Pouco inclinadas a intervir radicalmente no regime fundiário do município, elas trataram desde o início de criminalizar os faiscadores e suas ações. Uma das maiores dificuldades enfrentadas, então, era a escassez de forças disponíveis para vigiar os terrenos diamantinos, especialmente quando se levava em conta a pouca confiança que as autoridades depositavam nos praças da Guarda Nacional, recrutados nas mesmas camadas

⁴⁷Ofício enviado pelo Fiscal Interino dos Diamantes, João Pires Cardoso, ao presidente da província de Minas Gerais, Quintiliano José da Silva (04/08/1845). APM: Presidência da Província, Mineração e Terrenos Diamantinos, 1843-1846, PP1/19, cx. 06.

⁴⁸O decreto do governo provincial foi publicado em 24/09/1845 e implementado a partir do regulamento de 17/08/1846.

sociais de onde provinham os garimpeiros. Em 1847, o então Inspetor Geral dos Terrenos Diamantinos, Joaquim Pereira de Queiroz, sugeriu medidas que não demorariam a ser incorporadas na legislação provincial:

"Como o Exmo Snr. Presidente do Tesouro em seu Aviso diz não convir empregar a tropa de 1ª linha em serviço da Administração Diamantina, cuja razão não me cabe perscrutar, lembro-me de apresentar um meio, que não vai contra a vontade do Exmo Snr. Ministro, o qual em lugar de aumentar a Força Policial, criar-se uma Companhia provisória de 1ª linha, sendo os oficiais tirados do Quadro do Exército da Classe que menor despesa faça a Fazenda Pública. Esta Companhia provisória, a par, de que se despende com os soldos dos Policiais julgo será mais econômico a Fazenda Pública. Lembro-me mais, dizer a V. Excia. que as praças, que devem preencher esta Companhia sejam de indivíduos do Sul da Província, e não dos do Norte, porque estes habituados à exploração dos diamantes necessariamente se apartarão de seu dever..."⁵⁰

O ano seguinte viria a provar que o Inspetor estava certo quanto às ressalvas que fazia no tocante a seleção do destacamento. Em fevereiro de 1848, as cabeceiras do rio das Pedras foram invadidas pela primeira vez por cerca de 400 faiscadores, dos quais grande parte era formada por soldados da Guarda Nacional.⁵¹ Situado há apenas uma légua de Diamantina, este era um terreno de importância capital para a cidade, já que desde o tempo dos Contratadores provia os habitantes com o abastecimento de água. A invasão foi reprimida com as poucas forças policiais disponíveis, mas a lavra do rio das Pedras continuou cobiçada pelos mineiros. Em outubro de 1861, 200 pessoas vindas sobretudo dos distritos de Datas e Gouveia ocuparam novamente o lote, segundo a polícia, em busca "de riquezas fáceis de minerar".⁵²

⁴⁹Ofício da Câmara Municipal de Diamantina para o presidente da província de Minas Gerais, Quintiliano José da Silva (01/12/1845). APM: Presidência da Província. Mineração e Terrenos Diamantinos, (1843-1846), PP1/19, cx. 06.

⁵⁰Ofício enviado pelo Inspetor Geral dos Terrenos Diamantinos, Joaquim Pereira de Queiroz, ao presidente da província de Minas Gerais, Quintiliano José da Silva (26/01/1847). APM: Presidência da Província. Mineração e Terrenos Diamantinos (1847-1884), PP 1/19, cx. 07.

⁵¹Ofício dirigido por Joaquim Pereira de Queiroz ao presidente de Minas, Quintiliano José da Silva (16/02/1848). Idem.

⁵²Joaquim Felício dos Santos faz menção a uma outra tentativa de invasão do Rio das Pedras, da qual não encontramos registro. Em relação ao incidente de 1861, ele comenta o seguinte: "É pela terceira vez, que um

Do outro lado, no campo das batalhas legais, as autoridades de Diamantina continuavam a atuar. Tentavam negociar os impostos, lembrando sempre o papel da região na geração de divisas para o governo imperial, “devendo-se atender, que só depois que se facilitou aos particulares a exploração dos Diamantes, é que a riqueza deste País aumentou de modo espantoso, podendo-se bem orçar a sua produção anual em cerca de dois mil contos de réis”.⁵³ Eram porta-vozes dos grandes mineradores e ecoavam a preocupação com a ordem pública alterada pelas invasões das lavras. Muitas discussões se sucederam até que a lei de 6 de setembro de 1852 veio a substituir o decreto de 1845.⁵⁴ Para os arrendamentos, a nova lei eliminava a necessidade de leilão público e reservava preferência aos mineiros que já estivessem ocupando os terrenos requeridos. Somente aqueles lotes já explorados, mas não efetivamente ocupados, deveriam passar por hasta pública. Fixou-se o preço da braça quadrada em um real e manteve-se o limite de 100 mil braças por lote, podendo cada arrematante adquirir no máximo dois deles. Para assegurar a tranquilidade pública, a lei previa que cerca de 60 praças deveriam permanecer à disposição do Inspetor Geral na cidade de Diamantina.

Apesar das mudanças, o fato é que aos faiscadores restava lavrar mais uma vez apenas nos distritos demarcados para eles, devendo-se pagar por isto uma carta de faiscção. Tais terrenos eram insuficientes e em grande parte esgotados por antigas explorações que remontavam ao tempo dos Contratadores. As faisqueiras eram permitidas em Bonsucesso, Curralinho, Datas e Lagoa Seca, enquanto o resto do solo diamantino estava sendo dividido por mineiros abonados e proprietários de dezenas de escravos. Era preciso dispor de capital para investir na aquisição de lotes. Visando somente a sua demarcação, por exemplo, deviam correr por conta dos arrematantes a hospedagem de

avultado número de faiscadores, desesperados por não terem aonde com vantagem trabalhar, e seduzidos pelos resultados colhidos nas faisqueiras que fizeram, tentam minar em uma das principais vertentes do Rio das Pedras, que abastece de água o rego público desta Cidade. Este rego foi tirado em 1740 por uma antiga sociedade denominada – Lavra da Roda – para minar no morro de Santo Antônio, e em distância de mais de légua. Tanto os Contratadores, como a Real Extração, nunca consentiram, que se minerasse nesse lugar, porque ficaria destruída completamente a aguada. Hoje que a Cidade tem aumentado talvez o triplo da população que então tinha, a falta dessa água seria uma verdadeira calamidade, e libras que desse de diamantes o tal lugar, não compensariam a falta que sofreríamos: por isso tanto as autoridades como em geral todos os habitantes da Cidade têm repellido com energia as tais tentativas”. *O Jequitinhonha*, 18/04/1861, p. 2.

⁵³Ofício dirigido por Joaquim Pereira de Queiroz ao presidente de Minas, Quintiliano José da Silva (16/02/1848). APM: Presidência da Província. Mineração e Terrenos Diamantinos (1847-1884), PP 1/19, cx. 07.

⁵⁴A lei de 06/09/1852 foi ampliada pelo regulamento de 11/12/1852.

todos os empregados da Administração Diamantina, o título de arrematação e a contratação de um medidor. Com poucos recursos e geralmente trabalhando por conta própria, os faiscadores acabavam empurrados para o pauperismo e para as invasões de lotes sabidamente vantajosos.

Em meados do século XIX, a terra era questão premente não apenas no norte mineiro. A regulamentação do regime fundiário brasileiro havia chegado à esfera decisória central, claramente em vinculação com problemas relacionados ao suprimento de mão-de-obra para as regiões agro-exportadoras do Brasil. A lei de Terras de 1850 veio oficialmente para reproduzir os interesses dos cafeicultores do Rio de Janeiro diante do cenário de abolição do tráfico de escravos e aposta na possibilidade de financiamento da colonização estrangeira no país⁵⁵. Com todas as exigências de demarcação, registro e circunscrição das posses, além da política de licitação das terras devolutas, dentre outras, as reformas propostas em 1850, no entanto, deram origem a muitos conflitos durante o período imperial. Sua aplicação não obedeceu somente o jogo político travado no Parlamento e ganhou novos significados no interior das relações sociais que se desenvolviam no campo.⁵⁶

Assim, por exemplo, as disposições legais encontraram interpretações muito diversas entre homens livres e pobres como os faiscadores de Diamantina, que justificavam de outra forma o seu direito a terra. Eles eram protagonistas de uma luta que remontava aos conflitos liderados pelos chamados “garimpeiros” ou pequenos mineradores clandestinos do período colonial, sempre perseguidos e mantidos na ilegalidade pela Coroa.⁵⁷ Sob a jurisdição dos ministérios do Império e da Agricultura, a Lei de Terras de 1850 nada estabelecia em relação aos terrenos diamantinos, cuja alçada cabia tradicionalmente ao Ministério da Fazenda. Tal subordinação significava que todos os conflitos fundiários em Diamantina deveriam ser reportados ao Tesouro Nacional – como aliás se fazia desde a colônia – o que pouco contribuía para o alívio das tensões.

⁵⁵ Esta interpretação é apresentada em: CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, especialmente capítulo 3 (“A política de terras: o veto dos barões”).

⁵⁶ Sobre o assunto, ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

⁵⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Passada a lei de 1852, a legislação sobre os terrenos diamantinos continuou a ser alvo de críticas e novas reformas foram logo consideradas. Em fevereiro de 1864, o então deputado pelo 6º distrito de Minas Gerais, José Joaquim Ferreira Rabello, apresentou à Câmara um projeto de lei destinado a suprir as deficiências por ele identificadas nas antigas disposições de 1845 e 1852.⁵⁸ De fato, a legislação não oferecia garantias ao trabalho individual dos faiscadores que, ao descobrirem novas reservas diamantíferas, não tinham qualquer direito sobre a terra. Em linhas gerais, o projeto de lei propunha a extinção das companhias de mineração; a garantia da aquisição de um lote aos descobridores de terras diamantinas; a liberação aos faiscadores do direito de faiscar em quaisquer terrenos que não estivessem arrendados nas 25 léguas em torno da cidade de Diamantina; a proibição da transferência de títulos de arrendamento a qualquer indivíduo que já possuísse dois lotes e a delimitação das instâncias com arbítrio para rever decisões do Inspetor Geral e conflitos entre arrendatários⁵⁹.

Apesar das reiteradas discussões, o projeto de Rabello não foi aprovado. Uma nova lei entrou em vigor somente em 1873 e regeu a administração dos terrenos diamantinos até a República. Implementada pelo regulamento de 1875, ela trazia poucas inovações em relação às anteriores. Ao contrário das expectativas do futuro Barão do Serro, a lei alargava os prazos e concessões para as companhias de mineração, além de ratificar o pertencimento dos terrenos ao Estado, organizar o sistema de arrendamento através de uma tabela com preços mínimos a serem observados nas licitações públicas e estabelecer uma administração geral para cada província do Império onde houvesse diamantes.⁶⁰ Ao que tudo indica, continuaram prevalecendo os princípios que se combinaram perfeitamente com a chegada das companhias de capital estrangeiro na década de 1890.

Fazendo coro às queixas gerais, o jornal *O Jequitinhonha* e seu editor acompanharam de perto o processo de privatização da exploração e do comércio de diamantes no início dos anos 1860. O periódico desempenhou um papel ativo tanto na luta pela reforma das leis em torno da mineração diamantina⁶¹, quanto na cobertura direta dos

⁵⁸ BN: Anais da Câmara dos Deputados, sessão em 17/02/1864, p. 123 e 124.

⁵⁹ *Idem*.

⁶⁰ Lei de 23/08/1873 implementada pelo regulamento aprovado em 23/06/1875. CALÓGERAS. Op. cit. vol. 2, p. 53.

⁶¹ A este respeito, ver principalmente os editoriais de *O Jequitinhonha*, no ano de 1861.

conflitos armados que se sucederam nas lavras. Embora atento à difícil situação dos falsificadores, a posição de Joaquim Felício dos Santos (1828-1895) era ambígua. Em junho de 1863, como veremos, ele esteve em pessoa na lavra do Duro a fim de conter a invasão iminente da propriedade de seu amigo Felisberto Brant e, como deputado provincial no ano seguinte, deu amplo apoio aos projetos de Ferreira Rabello na corte.

Circulando por todo o norte mineiro, *O Jequitinhonha* foi o único periódico produzido localmente nestes anos. Ele havia sido fundado em Diamantina por Joaquim Felício em janeiro de 1860, com o título de órgão do partido liberal da cidade. Eminentemente jurista, jornalista e escritor, Felício dos Santos foi responsável pela redação dos editoriais da folha até sua posse como deputado provincial no início de 1864, ano em que o jornal saiu de circulação para voltar apenas em 1868.⁶² O primeiro número, publicado em 30 de dezembro de 1860, foi exemplar da tônica combativa adotada. Nele se advogava a luta contra “a desmoralização da constituição política do império” promovida pela oligarquia conservadora no poder, o “falseamento” do sistema representativo e o desvirtuamento do direito eleitoral.⁶³ Apesar dos motes políticos, *O Jequitinhonha* não era apenas uma folha partidária. Em suas páginas, havia sessões de noticiário nacional e internacional, cartas de leitores, peças de literatura, comunicados, anúncios e colunas sobre a história dos sertões diamantinos.

Os primeiros exemplares do jornal foram o espaço de gestação da principal obra literária de Felício dos Santos, as *Memórias do Distrito Diamantino*. A partir do terceiro número, uma série de narrativas sobre a história de Diamantina foi iniciada sob o título de *Distrito Diamantino*, com o objetivo principal de orientar os mineiros sobre a exploração dos terrenos diamantíferos. Mais do que isso, porém, nas entrelinhas da trajetória do “desgraçado” povo da região empurrado pela metrópole portuguesa à miséria no solo mais rico de toda a colônia, contava-se uma história de humilhação e luta que poderia servir de exemplo ao público local e interessar a todos os brasileiros. Com o esclarecimento da opinião, esperava Felício, quem sabe não viria a conversão política? A crônica do jugo

⁶² *O Jequitinhonha: jornal político, literário, comercial e noticioso* foi publicado semanalmente de dezembro de 1860 a fevereiro de 1864, quando sofre um intervalo de quatro anos, voltando a circular em novembro de 1868 a 1873. Na primeira fase, tinha como editor Geraido Pacheco de Mello e ostentava abaixo do título a epígrafe: “A la loi son empire, aux hommes leur dignité”. Devido ao intervalo em sua circulação, não houve cobertura jornalística local sobre a insurreição escrava do Serro.

⁶³ *O Jequitinhonha*, 30/12/1860, p. 1.

colonial e das dificuldades herdadas pelos contemporâneos tornava-se, assim, depoimento eloquente em favor de seus princípios liberais. Ainda no início da década de 1860, a sessão passou a ser publicada também no *Diário do Rio de Janeiro*, cujo redator sugeriu a Joaquim Felício a reunião do material em volume. Foi este o trabalho realizado pelo autor em 1864, quando revisou e editou a obra.

O jornal distinguia-se, portanto, pela especificidade da região e da atividade econômica que davam o tom de sua existência. Embora declarasse ser voltado para todos os envolvidos na extração dos diamantes, a redação do jornal contava com a colaboração constante de donos de lavras, magistrados e liberais históricos como Josefino Vieira Machado, João Salomé Queiroga, Teófilo Ottoni – correspondente no Rio de Janeiro – e o bispo João Antônio dos Santos, cuja fama de abolicionista se iniciou a partir de artigos publicados no periódico. Quando da sua retomada em 1868 sob nova direção, *O Jequitinhonha* caminhou em direção à progressiva radicalização, tornando-se a primeira folha republicana de Minas Gerais, em meados de 1870.

Em análises recorrentemente publicadas nas primeiras páginas do periódico, Joaquim Felício denunciou a retaliação do solo diamantino pelos homens de fortuna, assim como lastimou a extinção de outras classes sociais. Segundo ele, desde a instituição do sistema de arrendamentos, a exportação do minério havia diminuído e com ela a arrecadação do município de Diamantina. Os grandes mineradores estavam conseguindo driblar as leis através de prepostos que arrematavam diversos lotes em seu nome, mas nem sempre chegavam a explorar todas as jazidas disponíveis nas lavras. Deste modo, restringiam progressivamente o acesso dos mais pobres à terra e asseguravam o controle sobre o comércio dos diamantes.

“Até então (quando do desimpedimento das lavras) existia entre nós uma classe de homens menos abastados conhecidos por ‘capangueiros’ porque negociavam em pequena escala, ou traziam em suas capangas toda sua fortuna. Foi desta classe que se ergueram as melhores casas deste município. Não era raro ver-se d’entre estes homens, que não possuíam mais do que a sua indústria, sordir em poucos anos uma bela fortuna.

Esta classe está quase inteiramente extinta. Viviam de comprar aos faiscadores e vender aos capitalistas. Mas os faiscadores por falta de lavras ou foram alugar os

seus serviços aos arrendatários ricos, ou abandonaram a indústria; a consequência foi o desaparecimento da outra classe, e o comércio dos diamantes foi entregue quase exclusivamente à classe rica”.⁶⁴

A classe “rica” de Diamantina, portanto, detinha as maiores extensões de terrenos diamantinos, monopolizava o comércio de ouro e pedras preciosas com destino ao Rio de Janeiro e beneficiava-se ainda do emprego maciço de escravos e faiscadores transformados em jornaleiros livres nas lavras. Nas vésperas da rebelião do Serro e mais de dez anos após a extinção do tráfico negreiro, os cativos eram ainda maioria no trabalho de extração e lavagem dos diamantes. Em janeiro de 1863, o relator de contas da câmara municipal de Diamantina, José Ferreira de Andrade Brant, assim informou o governo da província de Minas sobre o estado da atividade extrativa:

“2. Que cerca dos diversos pontos relativos à mineração deste município, a câmara informa-se (sic) ao Exm. Governo o seguinte: quanto ao 1º, que o diamante, ouro e ferro são os únicos minerais extraídos no município; e ao 2º que a quantidade do diamante anualmente extraída é de 2.000 oitavas aproximadamente; a do ouro, cuja mineração não é especial, orça de 15 a 20 mil oitavas; e a do ferro em 2 mil arrobas mais ou menos, porque apenas existem 6 fábricas neste município; que as máquinas empregadas, à exceção de duas de vapor de pequena força e de algumas bombas de ferro, ainda são as do antigo sistema. Ao 4º quesito orça a comissão o número de trabalhadores mineiros em 12 mil; dois terços escravos e um de pessoas livres, compreendendo administradores e feitores, oficiais mecânicos e faiscadores”.⁶⁵

Este cenário desmoronaria poucos anos depois. Até a descoberta de diamantes na África do Sul, entre 1869 e 1870, as pedras vindas de Diamantina desfrutavam de alto valor na Europa, compensando os onerosos investimentos feitos por companhias e grandes mineradores. Os negociantes brasileiros vendiam tradicionalmente o minério bruto, que depois seria lapidado em fábricas na Holanda ou na Inglaterra.⁶⁶ Durante a década de

⁶⁴ *O Sequilhozinho*, 02/08/1862, p. 1.

⁶⁵ *Idem*, 21/02/1863, p. 3.

⁶⁶ Ver: MACHADO FILHO, *Arraial do Tijuco*, p. 191.

1860, o preço internacional do diamante aumentou sensivelmente, acompanhando o alargamento da demanda – em países como os Estados Unidos, por exemplo - e o influxo de ouro. Em Diamantina, era possível reconhecer igualmente uma tendência de elevação como resultado da progressiva escassez dos depósitos diamantinos superficiais e falta de novos braços escravos.⁶⁷

No entanto, tal conjuntura de prosperidade não resistiu à descoberta de novas jazidas e às convulsões políticas européias. Em 1870, os diamantes do Brasil tiveram que enfrentar a abundância daqueles vindos do Cabo e já lapidados em Amsterdã, num mercado abalado pelo rompimento da guerra Franco-Prussiana. O preço do diamante sofreu imediata baixa e antigos compradores logo se fecharam à oferta das pedras diamantinenses. As conseqüências da crise sobre a economia regional foram estrondosas e prepararam o terreno para grandes mudanças no ramo da mineração diamantina. Diversos mineiros deixaram de pagar por seus arrendamentos, outros muitos faliram ou abandonaram suas lavras, o comércio foi paralisado e os faiscadores enfrentaram mais uma fase de penúria. Aqueles que dispunham de mais recursos, porém, resolveram investir na lapidação de diamantes, estimulados pelas interpretações do mercado internacional feitas pela imprensa local e da corte.⁶⁸ Lapidários foram contratados no Rio de Janeiro e orientaram o estabelecimento das primeiras fábricas do tipo em Diamantina, no início da década de 1870⁶⁹. Só depois de vinte anos, chegaram os investimentos das companhias estrangeiras no processo de extração, a começar por aquelas com sede na França.

Em 1874, a situação do município de Diamantina era ainda muito delicada. Naquele ano, cerca de 129 cidadãos entregaram um abaixo-assinado à câmara da cidade

⁶⁷ Viajantes que passaram por Diamantina nesta época, como o capitão Richard Burton, dão testemunho sobre a alta do preço dos diamantes no Brasil. Segundo Burton, “há quinze anos passados a oitava era vendida por 320\$000. Agora ela oscila entre 800\$000 a 1:000\$000, perto de três vezes o valor antigo”. BURTON, Richard. *Viagens aos planaltos do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983, tomo II, p. 333.

⁶⁸ Em 1873, por exemplo, um artigo sobre o monopólio da lapidação de diamantes publicado no *Jornal do Commercio* foi comentado nas páginas de *O Jequitinhonha*, dando lugar a seguinte avaliação da crise que se vivenciava em Diamantina: “Está averiguada a exageração das riquezas do Cabo, não podendo suas pedras rivalizar em qualidade com as do Brasil: o que tudo leva-nos a crer que a verdadeira causa da crise provém da falta de fábricas de lapidação, e se diz haver um convênio entre os lapidários holandeses com o fim de depreciar-se o gênero, não se lapidando senão os diamantes dos proprietários das fábricas. Deve assim ser de utilidade para nossa indústria o estabelecimento de fábricas, que entrem em concorrência com as de Amsterdã”. *O Jequitinhonha*, 24/08/1873. Cf. MACHADO FILHO, *Arraial do Tijuco*, p. 190.

⁶⁹ José Joaquim Ferreira Rabello foi um dos precursores e abriu uma fábrica de lapidação no Currallinho, distrito de Diamantina, no início da década de 1870. CALÓGERAS, Op. cit., vol 2, p. 346.

sugerindo providências a fim de virar a sorte dos mineiros. Dentre eles, estavam alguns dos maiores negociantes de diamantes da região - tais como Josefino Vieira Machado e Rodrigo de Souza Reis Filho - além de figuras influentes, como o bispo João Antônio dos Santos. Todos lamentavam em coro a depreciação dos diamantes e pediam à câmara que contraísse um empréstimo com o objetivo de instalar uma fábrica de tecidos de algodão no norte de Minas. Desconfiados do velho comércio, desejavam industrializar a região para gerar empregos e animar a agricultura.

“Uma Fábrica de tecidos neste Município traria emprego a muitos braços e animaria a cultura do algodão um gênero completamente abandonado e não seria o fim de seu (sic) principal vantagem, outras Fábricas se estabeleceriam quando são capitais desanimados visam um emprego lucrativo certo e não o precário de comércio e mineração quase extinta. Em segundo lugar lembram-se os abaixo assinados espera-vos (sic) a necessidade de pedirdes que sejam relevadas das multas, pagamentos e arrendamentos de Lavras todos os arrendatários que não os pagaram desde o ano de 1870 que se suspenda a cobrança dos direitos de arrendamento até o ano de 1876, e que se franqueiem gratuitamente para a exploração dos mineiros todos os terrenos atualmente devolutos”.⁷⁰

Outras tentativas de reavivar o velho comércio de diamantes foram feitas pelos negociantes diamantinenses, sem sucesso. Ao narrar a repercussão da crise entre a elite de Diamantina, Aires da Mata Machado Filho reportou, por exemplo, a organização de viagens com a finalidade de colocar a pedra brasileira nas praças de Londres, Paris e Amsterdã. Assim fazendo, acabou por apresentar os desenlaces trágicos da trajetória de alguns dos principais senhores dos escravos envolvidos na rebelião de 1864. Josefino Vieira Machado, Sebastião Ferreira Rabello, José Joaquim Ferreira Rabello e José Bento de Melo, dentre outros, compuseram uma comissão enviada à Europa no início da década de 1870, com o fim de verificar o estado do mercado internacional do diamante. Como não conseguiram vender seus suprimentos a preços vantajosos, nem tampouco lapidá-los na Holanda, retornaram ao Brasil arruinados. Bento de Melo acabou jogando-se no mar durante a viagem de volta.

Cenas de uma “cruzada industrial”: as minas de São João da Chapada

No noroeste do município de Diamantina, a cerca de quatro léguas do distrito da cidade, localizava-se a povoação de São João da Chapada, um dos descobertos diamantinos mais prósperos do século XIX. O pequeno arraial circundado de reservas diamantíferas foi erguido no início da década de 1830, a 5.700 pés de altura, na planície tida por muitos como o ponto mais elevado da província de Minas. Em 1864, São João abrigava em torno de 2.000 habitantes, dispersos por 300 casas.⁷¹ Do cimo da serra, desciam vertentes para as bacias fluviais mais importantes do norte mineiro, de onde já se havia extraído muito ouro e pedras preciosas no passado. No flanco sul, jorrava a nascente do córrego de São João, que ia dar no rio São Francisco e, a pouco mais de quinhentos passos em direção ao nordeste, nasciam as águas do córrego Duro, que corriam para o leito do Jequitinhonha.

Embora tenha sido pesquisada entre 1763 e 1768 pelo contratador João Fernandes e explorada em parte pela Real Extração no início do século XIX,⁷² a região de São João da Chapada compunha-se ainda de campos desabitados e controlados pela Coroa em meados do oitocentos. Data do seu desimpedimento, em 1834, o florescimento dos primeiros ranchos, ruas e lavras particulares nas chamadas terras “de gorgulho” ou presumidamente ricas em cascalho diamantino. Dentre as centenas de mineiros que afluíram ao local na década de 1830, muitos negros constam como os primeiros moradores do povoado. À Bernardina Abelha e Felipe Mina, por exemplo, se credita a construção da primeira capela do arraial de São João.⁷³

No correr dos anos seguintes ao seu franqueamento, o descoberto cresceu graças à pesquisa de diamantes feita intermitentemente por faiscadores no leito dos córregos. Muitos deles se fixaram na região, aproveitando o período de concessões iniciado com a legislação de 1852. Assim como os demais distritos de Diamantina nesta época, porém, São João ressentia-se da antiga abundância de pedras preciosas, cada vez mais difíceis de

⁷⁰ Abaixo-assinado dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Diamantina (06/05/1874). Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina (doravante ACMD), documento datilografado.

⁷¹ MARTINS e OLIVEIRA. Op. Cit., 1864, p. 269.

⁷² Refiro-me às escavações realizadas na chamada lavra do Pagão, em torno de 1824. Sobre o assunto, ver: *O Jequitinhonha*, 05/09/1861, p. 3.

⁷³ Senoo, Nelson de. “Anuário estatístico de Minas Gerais”. 1913. Citado em MACHADO FILHO. *O negro e a garimpo em Minas*, p. 24 e 25.

achar em depósitos superficiais. A cada rumor sobre o sucesso de faisqueiras na região, verdadeiras expedições de mineiros seguiam em corrida para os novos descobertos, determinados em garantir lotes diamantinos.

“O que vemos? Nossas povoações antes tão pacíficas agitaram-se imediatamente. Na Gouveia, Datas, S. João, Chapada, Curralinho, Bom-Sucesso, Diamantina, Mendanha, Inhaí, Indaiá, Rio Manso, Itaipaba, Penha, Arassuaí, Rio Preto, e fora do município no Milho Verde, São Gonçalo, Serro, e em outras povoações agitam-se os habitantes. Grande número de negociantes, de lavradores, de proprietários, de artífices, de todas as classes lá correm pressurosos ao “descoberto”. Uns preparam-se, outros partem, outros animam e excitam os retardados e duvidosos. É uma romaria, uma cruzada industrial”.⁷⁴

As terras de São João foram assim retalhadas de forma bastante desigual. Enquanto centenas de faiscadores lutavam sem grande êxito pela posse de pequenos lotes, os mais abastados se beneficiaram da descoberta de jazidas diamantinas em profundidades impensáveis até então. Tal achado acabou por mudar o curso do desenvolvimento de São João, fazendo do distrito a sede das lavras mais célebres de Diamantina nas décadas de 1850 e 1860. A história é um pouco longa, mas vale à pena contar, já que nela encontraremos os protagonistas – escravos, senhores e trabalhadores livres – das principais lutas políticas dos anos 1860 na Comarca do Serro.

Quando do loteamento dos terrenos do Descoberto de São João, em 1834, os locais reputados como menos promissores foram concedidos aos últimos mineiros chegados à região. Deste modo, a cabeceira do córrego de São João - lote que se julgava inútil - acabou sendo arrematado por Antônio Correa Braga. Ao contrário do que se esperava, porém, após diversas tentativas sem sucesso, Braga encontrou diamantes no terreno argiloso que constituía o leito do rio. Joaquim Felício dos Santos assim narrou as minúcias da descoberta:

⁷⁴Comentário de Joaquim Felício dos Santos sobre a descoberta do terreno diamantino da Lagoa Seca, na periferia de Diamantina, em 1863. *O Jequitinhonha*, 04/04/1863, p. 1.

“(Braga) por vezes abandonou explorações aí começadas por não oferecerem vantagem, e não terem as terras a configuração e natureza dos lugares adjacentes. Persistindo porém este mineiro em sua exploração, e tendo feito uma escavação mais profunda auxiliado pela força da corrente das águas pluviais superiores ao serviço encontrou no *talud* das terras, que tinham quebrado diferentes matérias arenosas, cretáceas, calcárias, argilosas, separadas em diferentes cores, com linhas ou veios de cristal estratificadas em camadas horizontais, e na terra superior as camadas grandes pedaços duros de compactos de argila e tufo. A este corpo, pela configuração e consistência, deram o nome de *barro* e daqui proveio a denominação que deram de Lavra do *Barro* que é diferente de todas as outras lavras, até aqui conhecidas, em cujos minares não se encontra o cascalho estratificado regularmente, e de ordinário compõe-se de uma terra arenosa misturada com pedregulhos e pedras roladas, e rara vez aí se encontrará a greda mesmo em pequena quantidade”.⁷⁵

A grande inovação trazida por Antônio Correia Braga era a possibilidade de encontrar diamantes em terras profundas, literalmente escavando-se o leito do rio. Ele previa condazir explorações num lote bastante extenso, mas não pôde manter a totalidade de suas terras quando foi passada a nova legislação sobre o arrendamento dos terrenos diamantinos. Em 1853, o lote de Braga foi dividido em dois e resultou na demarcação da Lavra do Barro, cabendo ao antigo dono apenas a parte inferior das cabeceiras do rio São João. Para a operação nas difíceis terras do Barro foram criadas, então, duas sociedades de mineração: a chamada *lavra de cima*, dirigida pelos sócios Rodrigo de Sousa Reis e Francisco José de Almeida; e a *lavra de baixo*, integrada por Maria Antônia de Amorim e Felisberto Ferreira Brant, sócio que logo passaria a explorá-la exclusivamente com seus filhos.

Felisberto Brant era um homem muito respeitado em São João. Além de seu sucesso na mineração de diamantes, ele era conhecido por sua participação ativa na vida política e social do município de Diamantina. Brant cumpria sempre papel de destaque nas festividades públicas e patrocinava em São João as performances de uma famosa banda de

⁷⁵O *Jequitinhonha*, 09/01/1861, p. 3. Felício ressaltaria mais tarde que o *barro* já havia sido encontrado por João Fernandes, mas este teria se recusado a lavrá-lo, julgando-o útil no máximo para fazer paneias. Idem, 05/09, 1863, p. 2.

músicos escravos.⁷⁶ Sua casa ficava no centro do arraial, onde também dirigia uma farmácia. Na cidade de Diamantina, por sua vez, Brant possuía um negócio de fazendas secas que deixava sob a direção de seu filho, José Ferreira de Andrade Brant.⁷⁷ No início da década de 1860, ele tornou-se ainda mais notório ao exercer o cargo de Procurador Fiscal dos Diamantes e envolver-se de perto na política municipal como membro do Partido Liberal. Era um homem de grande fortuna constituída de diamantes, escravos e terras dispersas pelas paragens conhecidas como Paraúna, Formiga, Cafunil, Chica da Silva, Ribeirão da Areia, Manhoagu e São João da Chapada.⁷⁸

A sociedade da *lavra de baixo* dirigida por Brant foi a primeira a iniciar seus trabalhos em 1854. Os lucros esperados na exploração dos diamantes estimularam novos investimentos e o levaram a adquirir lotes contíguos, imaginando que estes deveriam conter a continuação do barro diamantino original. Alguns terrenos foram arrematados formalmente por seus filhos José Ferreira Brant Sobrinho e Felisberto Ferreira Brant Jr., mas eram em verdade dirigidos por Brant, que constantemente movimentava os escravos do Barro para as demais lavras. Cinco anos de investigações se passaram até a confirmação de seus prognósticos com a descoberta do primeiro diamante na nascente do córrego Duro, a seis pés de profundidade. Daí em diante, o local se desenvolveu como uma das lavras mais ricas de Diamantina, produzindo em dez anos cerca de 3.000 oitavas de diamantes.⁷⁹

A exploração do Duro era bastante trabalhosa. Muitos mineiros a julgavam impossível, tamanha a profundidade dos depósitos preciosos. Cerca de 90 pés de terra deviam sofrer a operação de *desmonte*, início do processo de mineração, que correspondia à remoção e transporte das areias e cascalhos considerados inúteis. Segundo a velha rotina

⁷⁶ “Distante da igrejainha erigida por Felipe Mina, o senhor Felisberto Ferreira Brant, dono que foi das célebres jazidas diamantíferas do Barro Duro, construiu para seu próprio uso uma capela, unida à casa de morada. É da tradição, aliás não muito remota, pois ainda existem testemunhas oculares disso, que aí tocava, em dias festivos, uma banda de música que deixou fama. As figuras eram todas negros cativos pertencentes ao Brant, que executavam “de orelha” satisfatoriamente, louvando ao Senhor de patrões e de escravos... E dizem que mais tarde, os solertes musicistas entraram a limar os instrumentos, vendendo a limagem, como se fosse ouro, a outro preto, negociante, que se deixou enganar”. MACHADO FILHO. *O negro e o garimpo em Minas*, p. 28.

⁷⁷ MARTINS e OLIVEIRA, 1864, p. 216.

⁷⁸ Inventário de Felisberto de Andrade Brant (1897). Biblioteca Antônio Torres (doravante BAT): cartório do 2º ofício, maço 188, pp. 41-43.

⁷⁹ Este montante é calculado por Joaquim Felício dos Santos, amigo próximo de Felisberto Brant, para o período compreendido entre 1854 e 1863. Ver: *O Jequitinhonha*, 05/09/1863, p. 3.

da atividade, este trabalho era feito pelos escravos que, em fila, carregavam o material retirado em *carumbés* equilibrados na cabeça. Para desbarrancar o terreno, aproveitavam-se geralmente as águas das chuvas, mas este recurso estava ausente das lavras situadas no alto das serras. Brant procurou enfrentar as dificuldades com inovações técnicas ainda não testadas nos serviços de mineração de Diamantina. A princípio, tentou conduzir as terras do desmonte em carros movidos em trilhos que corriam sobre aterramentos e pontes de madeira. Como o volume extraído era grande demais e ainda assim não se tinha conseguido alcançar os diamantes, ele decidiu importar máquinas da Inglaterra:

“Sendo pois indispensável a água do Duro para o desbarranque do serviço mandei buscar uma máquina a vapor para puxar uma bomba, que leva a água à altura necessária na extensão de 800 pés com 107 pés perpendiculares. Veio-me com efeito a máquina com força de 3 cavalos. Comecei a assentá-la formando grandes pedreiras com imenso dispêndio tendo gasto cerca de oitenta contos com ela e outras disposições preparatórias”.⁸⁰

A mecanização dos trabalhos na lavra do Duro foi precursora de iniciativas semelhantes que depois apareceriam no serviço do Barro, como veremos, e em outra lavra importante de Felisberto Ferreira Brant situada no chamado Poção do Moreira, nas margens do Rio Jequitinhonha. Em todos os serviços de Brant, os maquinistas em operação eram Thomas Redington e John Rose, ingleses há muito tempo radicados em Diamantina.⁸¹ No Poção do Moreira, Brant botara em funcionamento uma bomba de ferro inglesa movida por roda com força de trinta cavalos, usada para extrair água do rio.⁸² Esta lavra era outro exemplo de depósito diamantino conhecido desde o início do século XIX, mas tido como impraticável se explorado a partir dos métodos tradicionais, inteiramente dependentes de numerosas turmas de escravos. Seu aproveitamento foi notícia no jornal local, que destacou especialmente a possibilidade de diminuir a força de trabalho empregada numa conjuntura de escassez de braços cativos. “Câmara pedia 2.500

⁸⁰ Carta de Felisberto Ferreira Brant publicada em *O Jequitinhonha*, 30/11/1861, p. 4.

⁸¹ Dentre os cativos de Rodrigo de Souza Reis na lavra do Barro, encontramos menção ao maquinista João Nife, crioulo com 30 anos em 1870. Inventário de Rodrigo de Sousa Reis (1870). BAT: cartório 2º Ofício, maço 227, p. 26.

⁸² Eram sócios de Felisberto Brant no Poção do Moreira Ricardo Soares Pereira da Silva; Serafim José de Menezes, Barão de Arassuaí; e Francisco José de Vasconcelos Lessa, Barão de Diamantina.

trabalhadores para fazer este serviço, entretanto o Sr. Brant o maior número que tem empregado até esta data é de 240".⁸³

O uso da força hidráulica na mineração do barro diamantino era uma tecnologia inédita e trouxe grandes melhoramentos para o funcionamento das lavras. As bombas inauguraram novos sistemas de drenagem que eliminavam com sucesso as águas infiltradas, facilitaram a escavação dos terrenos e ajudaram a mover sistemas de ferrovias com caçambas abertas que permitiram a concatenação em novo ritmo de uma série de operações dentro das lavras. Algo semelhante vinha acontecendo desde a década de 1830 nas minas de ouro administradas por companhias inglesas no centro-sul da província de Minas, porém em maior intensidade e abrangência. Ali, a força das águas fora introduzida pela primeira vez no acionamento do maquinismo para as etapas de escavação, remoção e redução do minério bruto encontrado. Além do avanço no processo de drenagem, a utilização de máquinas britadoras e engenhos de pilões - inexistentes em Diamantina - aumentaram o escopo das operações e a produtividade do trabalho nas minas.⁸⁴

Tais transformações nos métodos da mineração aurífera subterrânea, no entanto, não eliminaram a forte dependência do trabalho escravo. Se, sobretudo na tarefa final de refinamento, a mecanização proporcionou sensível economia de mão-de-obra, centenas de braços continuaram sendo necessários para o funcionamento geral das minas de ouro, que acabaram por apresentar algumas das maiores concentrações de trabalhadores escravos no

⁸³O *Jequitinhonha*, 02/08/862, p. 2. Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar de Sá atuou como Intendente dos Diamantes entre 1807 e 1822 e foi responsável pela introdução do uso de máquinas de minerar em Diamantina. Inspirado no exemplo de Berbyshire, Inglaterra, Câmara pretendia reformar o antigo sistema usado pela Real Extração, diminuindo os custos de extração dos diamantes. Construiu para isso uma "fábrica de mineração" no serviço diamantino do Monteiro, nas margens do Jequitinhonha. O maquinário fora desenhado para facilitar o transporte das terras de desmonte e, de fato, pela primeira vez os cascalhos do rio trocaram as costas dos escravos por guindastes. Apesar do otimismo de Câmara, entretanto, o experimento teve efêmera duração, pois a "imensa e dispendiosa" máquina não acompanhava a natureza móvel da atividade mineradora e mostrou-se inadequada à construção nos terrenos rochosos de Diamantina. Sobre o assunto, ver: SANTOS, *Op. Cit.*, p. 306-308.

⁸⁴Libby compara o funcionamento das minas de ouro operadas por companhias estrangeiras em Minas às organizações fabris da época, embora ressalve que as minas não constituíam propriamente fábricas. A grande transformação nas minas a partir da década de 1830 ocorre com a imposição do ritmo da máquina ao ritmo humano de trabalho, eliminando a realização manual de uma série de tarefas, embora ainda preservando uma alta demanda de mão-de-obra. Diz o autor: "Assim, em grande parte, a transformação da mineração aurífera subterrânea numa mineração moldada por uma organização típica do sistema fabril, ou seja, a subjugação de uma divisão técnica de trabalho relativamente complexa ao ritmo da maquinaria instalada, foi efetuada com base na larga utilização do trabalho escravo". LIBBY, *Transformação e trabalho*, p. 258; sobre a contribuição das companhias estrangeiras à tecnologia de mineração no Brasil, ver especialmente o capítulo 5 ("As minerações estrangeiras em Minas: o escravo e o sistema fabril"), p. 257-333.

Brasil imperial.⁸⁵ No Duro e no Barro, o recuo na utilização de escravos foi mais drástico no final dos anos 1860 e deveu-se em parte à própria diminuição da oferta de cativos para compra ou aluguel. Deste modo, apesar do emprego de trabalhadores livres, os escravos permaneceram maioria nas minas de diamante da Comarca do Serro que, além dos exemplos já citados, não dispunham de máquinas para modernizar a atividade mineradora.

A natureza extenuante das tarefas desempenhadas no interior das minas e a rígida vigilância faziam da extração de pedras preciosas uma atividade especialmente árdua para os cativos. Em cada etapa do processo de mineração, muitos fiscais eram alocados a fim de garantir que os diamantes não acabassem nas mãos dos escravos e fossem comercializados com os capangueiros, pequenos compradores sempre presentes nas tavernas e caminhos dos arraiais de mineração. Nos serviços mecanizados, a dureza do regime de trabalho era ainda mais contundente, pois as máquinas haviam contornado a sazonalidade da atividade mineradora, permitindo que as lavras funcionassem durante o ano todo. Sendo assim, os cativos passavam mais tempo no interior das escavações ou na etapa final de lavagem dos diamantes, deixando de ser transferidos para o desempenho de outras atividades durante a estação das chuvas.

A extração de diamantes tinha lugar nas margens ou nos leitos dos rios. No primeiro caso, a exploração era bem mais simples, consistindo inicialmente na procura das “gupiarias” ou depósitos de material diamantino que eram lançados nas margens pela força dos rios. Tais formações eventualmente estendiam-se também pelas serras próximas. Já as escavações dos leitos fluviais eram bem mais trabalhosas e dispendiosas. Os mineiros começavam pela montagem de um leito provisório, cavando com enxada paralelamente ao rio original. Para lá deveriam correr as águas uma vez completado o processo de *cerco* ou *lavagem*, viabilizado pela colocação no valo de um grande feixe de folhas e pedras, com forragem de capim e diversas escoras. Coberto de areia, esta espécie de dique deveria ultrapassar a altura do nível do rio, obrigando-o a mudar de curso. O cerco fazia-se necessário principalmente nos rios que corriam encanados entre as serras.⁸⁶

⁸⁵ Para uma análise dos embates e barganhas entre senhores e escravos nas minas de ouro da Saint John Del Rey Mining Company, em Morro Velho, ver: CHILDS, Matt. “Master-slave rituals of power at a gold mine in nineteenth-century Brazil”. *History Workshop Journal*, n. 53, 2002, p.43-72.

⁸⁶ Ver: MACHADO FILHO, *Arrail do Tijoco*, p. 44-51 e JACOB, Rodolpho, *Minas Gerais no XX Século*. Rio de Janeiro: Gomes Irmão & Cia. 1911, p. 168 e169.

Antes de dar início às escavações nos leitos fluviais, era preciso ainda drenar a água que aflorava do subsolo, tarefa que podia ser realizada com bateias e barris cu, quando a água era abundante, através do uso de bombas manuais ou mecânicas, conforme o sistema da lavra do Duro. Por esta época, os escravos eram obrigados a permanecer longas horas dentro d'água, sujeitos ao risco de serem esmagados pelas pedras que se soltavam das jazidas ou por desmoronamentos de terras. Uma vez seca a cata, começavam as escavações propriamente ditas pela retirada e desmonte da terra que se encontrava em cima do cascalho diamantino. Todo o processo assentava-se na força dos trabalhadores que despendiam o dia todo em minas úmidas e mal iluminadas abaixo do nível da água. Deste modo, além do perigo oferecido pelo uso de ferramentas cortantes e pesadas, eles estavam sujeitos também ao insalubre ambiente de trabalho nas lavras, onde proliferavam doenças diversas, tais como a malária e a febre amarela. Não é demais imaginar, portanto, que as atividades mineradoras - de fiação ou subterrâneas - acabavam construindo um cenário pouco favorável para a reprodução da população cativa.

Em razão da alta exigência de força física, o trabalho escravo nas lavras era quase sempre realizado por homens, embora as mulheres pudessem ser vistas em etapas de finalização da mineração do diamante.⁸⁷ Dentre os cativos, todos estavam sujeitos à incidência de mutilações, aliás bastante freqüentes na região de Diamantina. Examinando o Censo Geral de 1872, por exemplo, é possível constatar a discrepância existente na exposição das populações livre e escrava da comarca do Serro a acidentes que provocavam aleijões. Comparando o município do Serro, área dedicada à agricultura comercial, a São João da Chapada, região de mineração, encontra-se uma maior proporção de aleijões entre os cativos de São João. Se no Serro, 0,5% dos habitantes livres eram aleijados contra 2,1% dos escravos – muitos deles ocupados na lavoura de cana-de-açúcar – em São João, a taxa permanecia em 0,5% entre os livres, mas chegava a 2,7% entre os escravos. Curiosamente,

⁸⁷Sobre o assunto, comenta Libby que: “A documentação que traz informações sobre as ocupações da população do século XIX e outras fontes acusam o uso quase exclusivo do elemento masculino nos trabalhos de mineração (exceção feita às minerações de capital estrangeiro e algumas nacionais nas quais as mulheres escravas eram utilizadas no refinamento do minério bruto e outras atividades auxiliares). É possível que a preferência por escravos homens, que é um traço conhecido do tráfico negreiro, tenha se exacerbado nas importações de Minas em função da tradição mineradora herdada do século XVIII”. LIBBY, *Transformação e trabalho*, p. 31.

tanto no Serro, quanto em São João, as mulheres formavam o grupo mais atingido por defeitos físicos.⁸⁸

Durante a complicada operação de desmonte, outros sons marcavam o ritmo do trabalho para além das estocadas constantes de ferramentas nas rochas. Muitas são as referências aos vissungos entoados pelos escravos nas lavras do norte mineiro. Em 1867, por exemplo, elas foram ouvidas - e descritas por um viajante cego às durezas da escravidão - na mina do Canteiro, propriedade de Francisco Leite Vidigal localizada na margem do Rio das Pedras, município de Diamantina:

“Os negros, fiscalizados pelos feitores, em cada ângulo, estavam retirando, com as canções alegres habituais, as camadas sem valor, abaixo das quais eles contavam encontrar o cascalho amarelo que contém as pedras preciosas. Alguns perfuravam, outros quebravam a rocha intermediária com uma enorme alavanca terminada por pirâmides. Outros soltavam o cascalho com o almocafre, ferramenta de forma oval com o fio revolto, cujo cabo tem dois pés de comprimento. Outros arranhavam nas fendas ou fissuras o que parecia areia, com um “almocafre-de-frincha”, uma lâmina curva, com uma polegada de grossura por quatro ou seis de comprimento”.⁸⁹

Depois das escavações, todo o material retirado era transportado para perto dos lavadeiros, onde seria minerado. Estas construções consistiam em ranchos cobertos de sapé, cuja disposição servia diretamente ao controle do trabalho. Um lavadeiro tinha geralmente 35 a 40 pés de comprimento por um terço de largura e seu tamanho regulava com a quantidade de mineiros que se sucediam numa série de caixas compridas observadas por fiscais. Cada um deles manjava uma tina triangular feita de madeira que chamava-se *baco* e convergia para o lado de dentro do rancho onde corria a água para

⁸⁸Apresentamos aqui apenas os números para os habitantes considerados “aleijados”, desconsiderando os outros defeitos físicos identificados. Os dados completos podem ser encontrados em: SOUZA, Op. Cit., p. 136.

⁸⁹BURTON, Op. Cit. p. 302. O Canteiro era uma lavra típica da década de 1860, onde trabalhavam homens livres e sobretudo escravos, a maioria dos quais alugados. Em 1867, o preço do aluguel diário de cada cativo estava estimado em 1\$200, incluindo gastos com alimentação. Em 1866, Vidigal calculou suas despesas totais com a exploração da mina em 25.000\$000, em contraste com uma renda média de 80.000\$000. Visitada por Burton na estação seca, o Canteiro empregava na época 300 cativos, dispersos em várias atividades. Para nossa descrição do processo de mineração em São João da Chapada, nos baseamos na narrativa de Burton sobre o funcionamento do Canteiro.

lavar o cascalho. A lavagem era feita em um plano inclinado e uma tábua atravessada no meio do lavadeiro impedia a entrada de materiais mais pesados.

Cheios de esmeril⁹⁰, os bacos eram, então, cobertos de água com o auxílio de uma jarra ou bacia de madeira. Os trabalhadores remexiam tudo com a mão, procurando afastar a terra, argila e as pedras descartáveis em diversas lavagens até encontrar o diamante. Finda esta etapa, as areias remanescentes eram encaminhadas para a *panner*, estrutura composta por duas bacias ou peneiras, uma delas contendo um pequeno orifício capaz de reter pequenas pedras e outra com uma depressão central - pião - tal como as bateias usadas na mineração do ouro. Mais lavagens se seguiam:

“A lavagem começa na bateia. É carregada com o cascalho rico misturado com água e areia de modo a formar uma pasta dentro da qual a pedra preciosa afundará. Dá-se à bateia o movimento rotatório. A água superficial é esparzida fora e a matéria inútil de cima é tirada com a mão; mais a água se junta e assim continua a operação. O processo seguinte consiste em peneirar a bacia perfurada mantida sobre a bateia. Depois disso a areia mais fina que cai na bateia inferior é lavada e torna-se “corte”, de cortar, ou parar. Quando lavada outra vez diz-se “recorte”. O cascalho pode assim ser tratado uma dúzia de vezes ou mais e a pedra preciosa, naturalmente muito diminuta ainda será encontrada no fundo. Um bom lavador despende de meia hora a três quartos de hora para esvaziar uma só bateia. Depois de peneirada a areia, ela deixa de ser assim chamada, mas/ “canjica grossa” e as peças são menores na última do que na primeira”.⁹¹

A lavagem era a etapa mais fortemente observada do processo de extração do diamante. Era neste momento de refinação final do material escavado que os diamantes encontrados podiam ser escondidos pelos lavadores, sobretudo pelos escravos desejosos de comprar sua liberdade. Era assim que os cativos do Barro “andavam sempre dinheirosos”, como reportariam as autoridades policiais de Diamantina em 1864. Além das lavras legalmente demarcadas, a mineração do diamante nas margens dos rios também era feita em muitos quilombos da região, que tinham nos taverneiros e pequenos comerciantes os

⁹⁰ O termo “esmeril” aplicava-se às pedras pretas e lisas encontradas durante o processo de lavagem que sinalizavam que o cascalho era rico em diamantes.

seus principais compradores. Os escravos fugidos aproveitavam em suas faisqueiras o grande grau de especialização ocupacional que levavam consigo, além do conhecimento amplo dos caminhos e serras de Diamantina.

Todo este processo foi testemunhado pelo capitão Richard Burton em sua viagem pela Comarca do Serro, em 1867. No final daquele ano, ele passou alguns dias no arraial de São João da Chapada, do qual não guardou boa impressão. Incomodou-lhe o aspecto humilde das casas de taipa cobertas de palha ou telhas, com janelas e portas estreitas. Interessado em dar conta dos processos mineratórios e do estado da economia diamantina, o viajante inglês foi hospedado pelos irmãos Felisberto Ferreira Brant e Major José Ferreira Brant. Da convivência com o primeiro, acabou vindo a maior parte de seus dados sobre o comércio de diamantes em Minas Gerais, assim como a possibilidade de conhecer as famosas lavras do Duro e do Barro.⁹²

De acordo com Burton, a mina do Duro tinha o aspecto de um buraco em forma de “alongada ferradura, com o eixo maior disposto de sudeste para nordeste e o calcanhar esgotando-se no rio Jequitinhonha”.⁹³ A brecha aberta no solo alcançava 90 pés de profundidade, com 300 jardas de largura e o dobro de comprimento. As formações minerais existentes – ou os diferentes tipos de “barro” – sucediam-se em três camadas, sendo a terceira e mais alta delas o corpo mais rico em diamantes. Na formação mais baixa, havia um lugar de lavagem na extremidade de uma grande vala. Caminhando pela lavra, Burton encontrou a máquina a vapor inglesa com força de três cavalos importada por Brant⁹⁴ e viu menos escravos do que esperava:

“Dirigimo-nos então para o extremo nordeste e encontramos sinais dos Srs. Rose e Piddington: trilhos de 600 braças de extensão tinham sido instalados e uma pequena torre caiada assinalava a casa das máquinas e permite que a mina funcione durante o ano inteiro. O aparelhamento sob o telheiro próximo consiste num “batedor”, de dezoito pés de comprimento, nove de largo e oito de profundidade; a argila acumulada ali pelos tróleis é primeiro aqui empoçada. Daqui uma corrente de água faz com que ela passe por uma sucessão de *milinetes* ou *bulinetes*, no

⁹² BURTON, Op. Cit. p. 305 e 306.

⁹³ Idem, especialmente capítulo L, “A mina de diamantes de São João”, p. 314-323.

⁹⁴ Idem, p. 317.

⁹⁵ *O Jequitinhonha*, 12/09/1863, p. 2.

formato de caixões como em Canoas, mas muito maiores. São revestidos de cimento, e cada um é provido, onde está a ladeira, de uma tábua ou uma peça de madeira para evitar que substâncias mais pesadas sejam carregadas pela corrente. Muito poucas mãos estavam trabalhando. Antigamente o Duro empregava acima de uma centena de negros, número agora reduzido à metade e que parecem poucos numa tão vasta área”.⁹⁵

O mesmo não se podia dizer da vizinha lavra do Barro e suas “não menos do que duzentas cabeças de escravos”, visitada por Burton também sob os auspícios de Felisberto Brant.⁹⁶ A única diferença destacada pelo viajante em relação ao terreno do Duro era o fato de que o sócio majoritário Rodrigo de Sousa Reis morava na lavra, no lado oposto do fosso aberto pelas escavações. Burton chegou a comparar residência de Reis a uma vila fortificada, descrevendo-a como “uma grande casa de barro pálido, quadrada, com as construções, pátios e puxados, fechados como para uma defesa”.⁹⁷ No mais, o Barro nada apresentava de novo. Era mais um serviço de mineração baseado no trabalho escravo fortemente vigiado e auxiliado por uma bomba a vapor colocada desta vez no alto de uma torre.

Na verdade, o Barro era uma exploração maior e mais profunda do que o Duro. Aberta na nascente do rio São João, a lavra tinha 1.700 pés de circunferência e 165 pés de profundidade. Ali também, os diamantes só podiam ser extraídos pelo sistema de desmonte, dada a impossibilidade de se construir galerias subterrâneas. Embora as bombas elevassem as águas do São João a 114 pés de altura para auxiliar as escavações, estas precisavam ser transportadas para as proximidades do serviço. Sendo assim, as águas do rio eram coletadas por tubos de ferro e bicas de madeira que as encaminhavam por 820 pés em direção a dois tanques, localizados logo em cima do terreno a ser desmontado. A sociedade iniciara seus trabalhos no Barro em 1861, mas as lavagens começaram somente em 1863, com um investimento inicial estimado em mais de cem contos de réis.⁹⁸ Menos

⁹⁵ Idem, p. 319. O Almanaque da província de Minas Gerais para o ano de 1864 calculava em 150 o número de escravos empregados na lavra do Duro. MARQUES e OLIVEIRA, Op. Cit., 1864, p. 270.

⁹⁶ BURTON, Op.cit., p. 319.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ *O Jequitinhonha*, 12/09/1863, p. 1. Francisco José de Almeida não aparece listado como membro da sociedade da Lavra do Barro no início da década de 1860.

de dez anos depois, a lavra teria sua produção de diamantes inventariada em pouco mais de cinco oitavas.⁹⁹

Rodrigo de Sousa Reis era o principal concessionário da antiga *lavra de cima* e, nos anos 1860, tinha como sócios o major Alexandre Gomes da Silva Chaves e seu sogro, Joaquim da Paula Costa. Ele mantinha relações amistosas com Felisberto Ferreira Brant, com quem intercambiava muitos serviços em São João da Chapada. Quando da sua morte, em 1870, algumas dívidas com Brant ficaram por ser pagas, tais como as relativas ao feitio e concerto de instrumentos realizados por escravos ferreiros, além da compra de mantimentos e armas, quase sempre pistolas e espingardas.¹⁰⁰ Reis tinha participação em outros grandes serviços de mineração em Diamantina: era concessionário nas explorações do Caetémirim e proprietário da lavra Perpétua, lote com 20 mil braças quadradas “com uma aguada por cima”, “rancho de capim com 5 portas”, morada de casas com rancharias e um moinho.¹⁰¹ Em 1870, foram inventariados como pertencentes a ele na Perpétua 23 escravos, entre os quais havia apenas uma mulher africana entre os demais crioulos com idades sobretudo na faixa de 18 a 40 anos.¹⁰²

Assim como Felisberto Brant, Reis possuía negócios e propriedades dispersos por Diamantina e São João. Na primeira cidade, lhe pertenciam um sobrado na rua da Glória, uma morada de casas na rua da Quitanda e duas no Macuriti, além de uma intendência onde se podia comprar “desde farinha até rapé”, no largo da rua Direita.¹⁰³ Em São João, Reis mantinha um negócio de molhados no centro do arraial e duas moradas de casas. Apesar da dedicação ao comércio, a maior parte de sua riqueza vinha mesmo dos diamantes. Suas lavras estavam entre as mais produtivas do município e nelas trabalhavam grande quantidade de escravos, entre próprios e alugados. A casa-grande da lavra do Barro os abrigava em oito senzalas, provavelmente incluindo também os demais cativos pertencentes à sociedade, já que as senzalas haviam sido construídas pelos esforços conjuntos de todos os concessionários.

Em 1870, 37 cativos constavam entre as posses de Rodrigo de Sousa Reis em São João da Chapada. Dentre eles, havia apenas 9 africanos, com idades que variavam entre 35

⁹⁹ Inventário de Rodrigo de Sousa Reis (1870/1872). BAT, maços 226 e 227, p. 79.

¹⁰⁰ Idem, p. 591.

¹⁰¹ Idem, p. 22.

¹⁰² Idem, p. 19 e 20.

¹⁰³ BURTON, Op.cit., p. 282; Inventário de Rodrigo de Sousa Reis (1870/1872), p. 18.

e 60 anos. Os demais 28 eram todos jovens nascidos no Brasil: 24 crioulos (dentre os quais a única mulher listada), seguidos por 3 cabras e 1 pardo. Ao que tudo indica, como Felisberto Brant, Reis também mantinha uma banda, já que 10 dos seus escravos crioulos tinham na música sua principal ocupação. Somados os plantéis da Perpétua, do Barro e das casas de Diamantina, Rodrigo de Sousa Reis possuía um total 68 cativos em 1870,¹⁰⁴ excetuando-se outros 5 emancipados no testamento escrito pouco tempo antes de sua morte¹⁰⁵ e um número razoável de escravos fugidos. É mais difícil, porém, calcular a quantidade de braços que ele alugava ou os jornaleiros contratados para seus serviços de mineração.

Os jornaleiros que trabalhavam nas minas de Diamantina traziam quase sempre consigo o aprendizado de alguns anos de faiscação autônoma nos rios do município, por onde se deslocavam com muita frequência ao ouvir o chamado dos descobertos diamantinos. Apegados à atividade mineradora, mas sem terras ou outras propriedades, eles circulavam na periferia dos povoados, montando seus ranchos frequentemente na proximidade de algum dos muitos quilombos da região. A “classe miúda dos mineiros”, como a eles se referiam as autoridades, era mão-de-obra necessária, mas permanentemente vista como desordeira e perigosa. Numa escalada crescente desde os anos 1840, as invasões de lavras protagonizadas por eles alcançaram o auge no início da década de 1860, tendo São João como principal campo de luta. Em pouco mais de um ano, as célebres minas da Chapada sobreviveram a duas batalhas sangrentas: a primeira, liderada pelos faiscadores, em 1863, e, a segunda, por escravos, forros e quilombolas, em 1864.

¹⁰⁴ Inventário, p. 15-17; 19-21 e 25-26.

¹⁰⁵ Reis deixa forros os seguintes escravos: Caetano africano, seu pagem; Jerônimo crioulo; Mateus africano; Rita africana e Maria crioula. Testamento de Rodrigo de Sousa Reis (05/08/1870). BAT, Cartório do 1º Ofício, maço 97.

“Revolta do povo”¹⁰⁶: a invasão da lavra do Duro

“A exposição que acabo de fazer a V. Sa. mostra a toda evidência a deplorável situação em que nos achamos, e reclamamos as mais sérias providências (...) a fim de que quanto antes se ponha à disposição desta administração uma força suficiente para que possam ser mantidos os direitos dos arrendatários de terrenos diamantinos tão gravemente ameaçados com este deplorável procedimento; por isso que deste passo que acabam de dar os invasores pouco vai ao de se apoderarem dos serviços que se acham em andamento em diversos pontos deste Município e tanto que se propalam boatos neste sentido, e nada menos há de esperar-se, sendo uma grande parte de tais invasores composta de facinorosos, e desordeiros, vindo de outros municípios, cuja presença é sempre fatal em qualquer ponto onde eles se acham”.¹⁰⁷

Em abril de 1863, o Inspetor Geral dos Terrenos Diamantinos assim descreveu a invasão da Lagoa Seca, terreno de aluvião situado na chamada Barra do Capão Grosso, nas margens diamantinas do rio Jequitinhonha. O descoberto havia sido arrematado em hasta pública por diversos proprietários que aguardavam apenas a demarcação dos lotes, mas o terreno encontrava-se já repleto de ranchos e catas abertas por faiscadores. A câmara municipal de Diamantina calculava em 2.000 o número de homens dispostos a impedir a medição dos lotes arrematados.¹⁰⁸ Prevendo um grande tumulto, o Inspetor Roberto Alves Ferreira Tayoba dirigira-se ao local no mês anterior com outros membros da Administração, mas pouco pôde fazer. Os faiscadores resistiram à demarcação aos gritos de que ali nada se media e exigiram que os proprietários abrissem mão das lavras em seu benefício. Temendo o conflito e cientes da falta de forças policiais para defendê-

¹⁰⁶ Expressão com a qual o delegado de polícia de Diamantina, João Nepomuceno de Aguiar, definiu a invasão do serviço de mineração do Duro, em maio de 1863. Ofício enviado por ele ao presidente da província de Minas (29/05/1863). APM: Seção Provincial, Indústrias e Terrenos Diamantinos, cód. 1007 (1863).

¹⁰⁷ Ofício dirigido pelo substituto do Inspetor Geral dos Terrenos Diamantinos, Roberto Alves Ferreira Tayoba, ao Inspetor da Tesouraria de Fazenda de Minas Gerais, José Inocêncio Pereira da Costa (01/04/1863). Idem.

¹⁰⁸ Ofício da Câmara Municipal de Diamantina ao presidente da província de Minas Gerais, José Joaquim Fernandes Torres (15/04/1863). APM: Seção Provincial, Indústrias e Terrenos Diamantinos, cód. 1007 (1863).

los, os arrendatários abdicaram de seus títulos e a Lagoa Seca foi declarada Distrito de Faiscadores. Uma vez franqueado o terreno a quem quisesse minerar, foram expedidas cartas de faiscação a todos que as requereram.

A vitória dos pequenos mineradores abriu um precedente que apavorou autoridades e donos de lavras. O receio geral era de que os serviços de mineração dos arredores de São João da Chapada fossem os próximos alvos de invasão. Tão cedo como no início de maio de 1863, começaram a circular rumores de que o mesmo grupo instalado na Lagoa Seca preparava-se para acometer a lavra do Duro e, pela terceira vez, o terreno do Rio das Pedras, que distavam apenas poucos passos um do outro. Na medida em que os boatos foram tomando contornos concretos, autoridades e grandes mineradores do Serro e Diamantina juntaram esforços para tentar impedir a invasão do Duro. Na ausência de forças suficientes e adequadas, armaram-se também cidadãos e seus agregados nos limites da propriedade de Felisberto Ferreira Brant. Dentre eles, estavam alguns dos maiores negociantes de diamantes da região, incluindo José Joaquim Ferreira Rabello, Rodrigo de Sousa Reis e Josefino Vieira Machado.

Em 16 de maio de 1863, contavam-se 60 praças da Guarda Nacional e pouco mais de 40 pessoas contra 300 faiscadores que se aproximavam de São João. Neste mesmo dia, os defensores da lavra resolveram enviar uma representação ao presidente da província de Minas chamando sua atenção para o derramamento de sangue que se antevia e para os resultados mais perigosos da invasão:

“Pedimos pois a V. Ex^a que se digne providenciar com prontidão este fato. A desapropriação brutal e ilegal não é a única consequência. Existe (sic) nessa lavra centos de escravos que, certamente se entregarão aos maiores excessos no meio dessa horrível anarquia. O povo pretende além disso fazer de igual modo mão baixa de outras lavras, entre as quais está a do Pau da Fruta, cabeceira do rio das Pedras, manancial aquoso que abastece esta Cidade”.¹⁰⁹

Na perspectiva das elites, a invasão do Duro era vista antes de tudo como um ataque ao direito de propriedade, incluindo-se nesta denominação tanto terras, quanto

homens. Os resultados do desafio eram, de fato, imprevisíveis, e as apostas variavam desde a coletivização dos terrenos diamantinos até a explosão do protesto escravo. A imprensa local preferia destacar o papel de instigadores externos que sutilmente estariam a agitar o “povo miúdo” de Diamantina contra Felisberto Ferreira Brant. O pretexto para tal investida seriam a ação arbitral e o embargo que corriam na justiça do município, nos quais a lavra do Duro figurava como principal fonte de discórdia.

Brant enfrentava há dois anos as demandas de seu antigo sócio Luiz Antônio Homem que lhe requeria a metade do lote do Duro. Como vimos, em meados da década de 1850, o sucesso das explorações na lavra do Barro havia levado Brant a tentar a compra do terreno adjacente que vertia para o córrego Duro, onde ele esperava encontrar a continuação do barro diamantino. Este lote pertencia, então, a João Vasco Antunes, a quem Brant chegou a fazer uma primeira proposta de compra sem sucesso, através de seu amigo Antônio Francisco dos Santos Fonseca. Nesta época, ele mantinha estreitas relações com Luiz Antônio Homem, a quem prometeu engajar na exploração do Duro caso viesse a adquirir o terreno. A impossibilidade da compra acabou empurrando Brant e Homem para o arrendamento em sociedade do lote à direita daquele de Vasco Antunes. Brant arcara com todas as despesas da exploração, mas esta se mostrou infrutífera, levando à rescisão do contrato em 1854.¹¹⁰

No ano seguinte, Brant viu uma nova oportunidade de compra ao saber que Vasco Antunes não havia pago o arrendamento do lote do Duro. Dirigiu-se, então, à Secretaria da Administração dos Terrenos Diamantinos e, confirmando a rescisão do lote, fez nova proposta de arrendamento. Como seu nome já estava ocupado em dois terrenos, Brant pediu a seu filho Felisberto Ferreira Brant Jr. que arrematasse aquele lote em seu interesse. Com escravos trazidos da vizinha lavra do Barro, pai e filho iniciaram a exploração do Duro e chamaram Luiz Antônio Homem a mandar também sua gente. O

¹⁰⁹Representação enviada pelas “pessoas mais distintas” da cidade de Diamantina para o presidente da Província de Minas Gerais. José Joaquim Fernandes Torres (16/05/1863). APM: Seção Provincial, Negócios de Polícia, cód. 987 (1863- 2º trimestre).

¹¹⁰Toda a narrativa sobre o litígio em torno da Lavra do Duro pode ser lida em três edições de *O Jequitinhonha* através de cartas, dentre outros, do próprio Felisberto Ferreira Brant. Ver: *O Jequitinhonha*, 09/11/1863, p. 4; 23/11/1861, p. 3 e 4; e 30/11/1861, pp. 3 e 4. Sobre a disputa com Luiz Antônio Homem, consultar também: BAT: Ação arbitral (Felisberto Ferreira Brant), cartório 2º Ofício, 1861, maço 257 e Embargo, cartório 2º Ofício, 1861, maço 258.

sócio jamais enviou seus escravos e se manteve esperando a fim de verificar a riqueza do terreno. Luiz Antônio Homem enviou alguns trabalhadores somente em 1857, após estar certo dos progressos iniciais realizados.

Em 1858, os conflitos legais em torno de outro terreno de Homem levaram-no a mudar-se para o Duro. Como o trabalho havia sido suspenso pelo Inspetor Geral na chamada lavra do Buraco, ele dizia aguardar em São João apenas a possibilidade de retomar as explorações e mudar-se definitivamente para o Buraco, deixando Diamantina para trás. Brant concordou em firmar sociedade no Duro e seguiu animado com as pesquisas iniciais. Ainda naquele mesmo ano, ele instou seu outro filho, José Ferreira Brant, a adquirir mais um lote nas imediações do córrego Duro.

No fim de 1858, indo Brant assistir as lavagens de diamantes no Barro, encontrou Homem bastante desanimado com as explorações do Duro, onde duvidava poder encontrar a continuação do veio diamantino original. Brant, no entanto, permanecia confiante e, uma vez persuadindo o sócio de que seus cálculos dificilmente estariam errados, este lhe requereu o direito à metade das lavras arrendadas por ele no nome dos filhos e contestou sua direção dos trabalhos. Iniciou-se, então, um barulhento litígio que ganhou as páginas dos jornais de Diamantina e até mesmo do Rio de Janeiro.¹¹¹

Em 1859, tendo Luiz Antônio Homem se empenhado com amigos de Felisberto Brant, tais como o Barão de Arassuaí, Joaquim Felício dos Santos e Josefino Vieira Machado, este finalmente pediu a seus filhos o título requerido pelo sócio. Homem, porém, continuou a protestar a direção de Brant sobre os trabalhos no Duro e declarou em público ser seu inimigo capital. A sociedade de mineração foi rapidamente dissolvida, mas a desavença entre ambos somente cresceu, passando para o foro dos tribunais. Vendo Brant expandir suas operações por conta própria num novo serviço paralelo à antiga cata do Duro, Luiz Antônio Homem pediu imediatamente o embargo dos trabalhos e assim abriu uma longa batalha judicial em torno do direito de posse da lavra.

Uma briga como essa entre grandes mineradores do distrito jamais poderia permanecer distante dos ouvidos da povoação de São João da Chapada e esteve logo sujeita as mais diversas interpretações. O *Jequitinhonha* cobriu de perto as desavenças entre Brant e Homem e escolheu marcar posição ao lado do primeiro. Em 1863, o litígio

em torno do Duro ganhou um novo significado entre centenas de mineiros dispostos a lutar por terras tão contestadas depois dos sucessos na Lagoa Seca. Entre eles, corria o boato de que Luiz Antônio Homem estava disposto a transformar sua parte no Duro em distrito de faiscadores. Os preparativos para a invasão avançaram depressa, enquanto as autoridades faziam a última tentativa de proteger a lavra ameaçada. Em 18 de maio, o delegado de Diamantina, João Nepomuceno de Aguiar, e seu escrivão, Manuel Ciríaco de Abreu, chegaram a São João e dirigiram ao povo a seguinte proclamação:

“Concidadãos do termo de Diamantina!

Me dirijo a vós com o fim único de me coadjuvares no desempenho de meu cargo, para que a lei impere em toda sua plenitude.

Consta-me e é certo, que homens desvairados têm iludido a um grande número de pessoas, para que armadas e à força, invadam a lavra do Duro – propriedade do Ten. Cel. Felisberto Ferreira Brant, isto sob pretexto de que o capitão Luiz Antônio Homem cede ao povo a parte que tem na dita lavra; mas é falsa essa idéia, porque o mesmo capitão está perante os tribunais do país demandando ao dito Ten. Cel., tendo já perdido duas ações que intentou; e assim nenhum direito tem até aqui o capitão Luiz Antônio Homem na lavra do Duro, e assim todo aquele indivíduo, que armado ou à força invadir a dita lavra terá cometido um crime bem grave, e, pelo qual sujeitar-se-há à vendita da Lei; e eu como autoridade policial do termo, desejando que meus concidadãos não se abismem, espero de todos eles a mais dedicada coadjuvação, e especialmente desta povoação de S. João, Rio Pardo, Chapada, Quartel do Indaiá, Inhaí, Pinheiro e todos os lugares circunvizinhos, com os quais desde já conto para repelir aqueles que desprezando o pundonor de cidadão brasileiro, e caçoando aos pés da lei, quiserem a todo transe invadir uma propriedade...”.¹¹²

A proclamação não teve nenhum efeito de importância, a não ser o de alinhar ainda mais os civis que se armavam para o combate em ambos os lados. Cerca de 80 pessoas municiadas aguardavam os invasores nas fronteiras da lavra do Duro. No dia 19, tornou-

¹¹¹ Em novembro de 1861, Luiz Antônio Homem publicou correspondência no *Jornal do Commercio* sobre o conflito contra Felisberto Brant.

¹¹² Proclamação dirigida ao povo pelo delegado de Diamantina, João Nepomuceno de Aguiar (18/05/1863). APM: Seção Provincial. Indústrias e Terrenos Diamantinos, cód. 1007 (1863).

se patente a iminência do conflito. Os faiscadores estavam reunidos no lugar denominado Luiz Carlos, a meia légua de São João, em número de 200. Durante a noite, já era possível ouvir do acampamento rajadas de tiros e gritos de ordem, como aquele definido por Joaquim Felício dos Santos como a “Marselhesa” dos invasores. Cantavam eles:

“Quem está no bom, está calado,
Quem está no ruim está danado
Por Deus e João Furtado
Que o Duro vai desovado!”¹¹³

Esta quadra foi transcrita *in loco* por Joaquim Felício na noite do dia 19 de maio. Diretamente do cenário do conflito, ele escreveu uma espécie de diário de campo, que logo fez publicar pelo jornal. Para esclarecimento de seus leitores, Felício observou que “João Furtado é um ladrão muito conhecido por aqui” (São João da Chapada) e que “Desovar é uma palavra baixa da gíria inventada pelos invasores: significa invadir, matar”. Aos seus olhos, a invasão era produto da ação de um grupo indistinto que incluía ladrões, faiscadores e toda uma sorte de oportunistas.¹¹⁴

Pela manhã do dia 20, desalojaram-se pela primeira vez os faiscadores e um de seus líderes, Torquato Gomes, acabou preso e recolhido ao tronco após uma emboscada planejada pelo delegado Aguilar. Sobre os campos de São João pairava, então, uma intensa cerração que permitiu o avanço incógnito dos invasores até a frente da lavra do Duro, onde se estabeleceram na margem esquerda do córrego. Do outro lado, mais de 100 homens entrincheiravam-se em linha, incluindo 82 praças da cavalaria e da infantaria de Diamantina, e guardas nacionais que, sob o comando de José Ferreira de Andrade Brant, preparavam-se para “manter a segurança da propriedade que se acha ameaçada por gente do povo”¹¹⁵. As autoridades tentaram mais uma vez convencê-los a se retirar, mas deles ouviram que o ataque era certo e que imolariam a todos que tentassem detê-los, especialmente à família de Felisberto Brant.

¹¹³ *O Jequinhonha*, 27/05/1863, p. 1.

¹¹⁴ *Idem*.

¹¹⁵ *Idem*, p. 2.

No dia 21 de maio, os faiscadores somavam já 300 pessoas que, segundo as autoridades, contavam com a conivência de uma parcela da população de São João.¹¹⁶ Uma das estratégias do delegado para desbaratar a invasão consistia justamente em cortar as comunicações entre os faiscadores e o povoado, para o que precisava primeiro vencer a linha de atiradores que estava acampada no alto de um morro próximo. À noite, um pequeno grupo de invasores tentou aproximar-se de surpresa dos barrancos da lavra, mas foi obrigado a se dispersar após o grito de alarme vindo das sentinelas da trincheira do ocidente. O clima seguia cada vez mais tenso e nada parecia poder afastar a ocorrência de um confronto direto.

Foi exatamente o que aconteceu na tarde do dia 22 de maio de 1863. O alerta veio da parte de Joaquim Felício dos Santos, que fora pela manhã ao acampamento dos ditos invasores para tentar removê-los dos planos de entrar na lavra. Recebeu em resposta um ultimato para que as autoridades deixassem o Duro em duas horas se quisessem evitar o confronto.¹¹⁷ Sem chegar a nenhum entendimento, os faiscadores acometeram pouco tempo depois as trincheiras inimigas, levando clavinas, bacamartes, espingardas, pistolas e outras armas. Apesar da superioridade numérica, eles foram rapidamente derrotados pelas forças ali reunidas e fugiram em direção a Lagoa Seca. Do embate, sobrou apenas a narrativa triunfante das autoridades de Diamantina:

“Os invasores, todos eles da mais baixa condição, imprudentemente animados e persuadidos de que o uso de meios pacíficos para evitar a efusão de sangue, denotava fraqueza, vieram com bandeira levantada, em número de duzentos mais, ou menos acometer a força que defendia a lavra. Esta porém os repeliu com a maior coragem, e os pôs em completa derrota ficando da parte deles alguns mortos, e muitos feridos. Da parte da dita força não houve perda nem dano algum, apenas uma praça foi levemente ferida com um bago de chumbo. Isto foi devido, além da justiça da causa, à superioridade da posição e do armamento, estando a Guarda Nacional armada de riúnas, cujas primeiras descargas fizeram recuar, e

¹¹⁶ De acordo com Joaquim Felício, havia “provas bastantes de que grande parte da população de São João é conivente com os sediciosos”. Idem.

¹¹⁷ *O Jequitinhonha*, 06/06/1863, p. 2.

puseram em confusão os invasores, que trataram de fugir, deixando no campo a sua bandeira, armas e outros objetos”.¹¹⁸

O combate nas terras do Duro deixou 6 mortos, 12 presos e dezenas de feridos entre os faiscadores. Aqueles feitos prisioneiros foram imediatamente levados à Diamantina a fim de serem interrogados e processados. As autoridades esperavam poder enquadrá-los no artigo 294 do Código Criminal¹¹⁹, mas, na metade de junho de 1863 restavam apenas 5 dos ditos invasores no cárcere. Seja como for, o delegado Aguilar propunha a aplicação de punições severas: queria ele que dois dos presos fossem considerados criminosos de morte e que outros dois fossem encaminhados ao recrutamento. Tais condenações eram ainda mais necessárias porque a polícia não tinha esperanças de prender os cabeças da “sedição”, que permaneciam escondidos, supostamente, sob a proteção de pessoas influentes do município.¹²⁰

Apesar da ação policial apoiada por dedicados negociantes de diamantes temerosos por suas próprias lavras, a paz não havia voltado às periferias de Diamantina no final de maio de 1863. Durante todo o mês de junho, continuou a correr o boato de que uma nova invasão estava sendo preparada a partir da Lagoa Seca e que já se podiam contar 50 homens nas fileiras de invasores. No Guinda, a uma légua e meia da sede do município, um guarda que havia participado da defesa do Duro foi baleado e, na própria lavra em Itágio, um tiro foi dirigido sem sucesso contra um escravo de Felisberto Ferreira Brant.¹²¹ Do grupo de faiscadores feridos recolhidos à Casa de Caridade de Diamantina, chegavam boas e más notícias. No fim do mês, as autoridades prestaram contas ao presidente de Minas da recuperação de um invasor gravemente baleado e da morte de “um crioulo sertanejo de nome Benevide”.¹²²

¹¹⁸Ofício enviado pelo juiz de Direito da comarca do Serro, José Inocêncio de Campos, ao presidente da província de Minas Gerais (26/05/1863). APM: Seção Provincial, Indústrias e Terrenos Diamantinos. cód. 1007 (1863).

¹¹⁹ O artigo 294 do Código Penal versava sobre o crime de “ajuntamentos ilícitos” e estabelecia penas de prisão que variavam de 6 meses a 1 ano para “aqueles que cometerem violências depois da primeira admoestação do juiz de paz”. TINOCO, Antônio Luiz Ferreira. *Código Criminal do Império do Brasil anotado*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 511-512.

¹²⁰Ofício enviado pelo delegado de Diamantina, João Nepomuceno de Aguilar, ao presidente da província de Minas Gerais (16/06/1863). APM: Seção Provincial, Indústrias e Terrenos Diamantinos. cód. 1007 (1863).

¹²¹ Idem.

¹²² Idem. 20/06/1863.

A luta armada em São João da Chapada foi contida no ano de 1863, mas sua lembrança permaneceu viva nas disputas políticas da Comarca do Serro. A invasão da lavra do Duro teve lugar numa época de renhida luta eleitoral e ganhou um papel de destaque nas campanhas públicas que antecederam o pleito local do dia 9 de agosto de 1863. Tendo liderado os esforços contra os faiscadores, os liberais foram acusados pelos conservadores de haverem conduzido um verdadeiro massacre do povo. Em contrapartida, os liberais argumentaram que os conservadores falsamente apoiavam as invasões como meio de forçar de maneira radical a reforma da legislação sobre os terrenos diamantinos. Defendiam-se nas páginas de *O Jequitinhonha*, prevendo um futuro de total anarquia para Diamantina com a continuidade dos conflitos nas lavras e bradando com firmeza o mote: “somos liberais e prezamos-nos de sê-lo; mas não queremos o comunismo”.¹²³

A escalada de invasões dos terrenos diamantinos durante a década de 1860 e, mais especificamente, o combate no Duro, tiveram também suas conseqüências econômicas sobre o município. Em 1863, mineradores de Londres anunciaram planos de sociedade com negociantes mineiros para a exploração do Rabicho, terreno à margem do rio Jequitinhonha. A lavra era mais um local de difícil mineração tão típico daquela altura do século XIX e os diamantinenses esperavam ansiosos pela entrada de novos capitais e métodos de escavação ingleses. A formação da companhia, no entanto, não se concretizou. Os ingleses cancelaram sua organização por temer que “quando se consiga pôr em seco o leito do rio, seja ele invadido pelos faiscadores”.¹²⁴

Dentre todas as repercussões da conflagração nas lavras de Diamantina, houve uma que acabou sendo negligenciada pela elite proprietária local. Os relatos oficiais sobre o conflito de 1863 só marginalmente mencionaram os escravos de Felisberto Brant e, quando o fizeram, expressaram apenas o temor de que a invasão estimulasse ações de protesto por parte deles. No entanto, numa lavra onde trabalhavam pelo menos 150 cativos e que fazia fronteira com o Barro, onde outras duas centenas deles mineravam, como ignorá-los? Teria Brant armado os escravos para rechaçar os faiscadores? E, neste caso, seriam os invasores necessariamente vistos como inimigos por eles? Estas são questões difíceis de responder. O relato sobre o baleamento de um escravo da lavra do Duro talvez indique que pelo menos alguns cativos foram deslocados para a proteção da propriedade.

¹²³ *O Jequitinhonha*, 11/07/1863, p.2.

Porém, mesmo esta imagem pode ser enganosa. Muitos cativos podem ter guardado armas para uso futuro em causa própria ou saído do conflito sentindo-se fortalecidos pela importância de seu papel na defesa da lavra.

Seja participando ativamente do confronto, seja observando de perto o questionamento da autoridade de seu senhor, os escravos não foram meros expectadores. Sob o fogo cruzado das balas disparadas no Duro, da repressão ao “povo miúdo” de Diamantina, das divergências políticas entre liberais e conservadores, do recrudescimento das atividades dos quilombolas e da notícia de lutas pela liberdade em outros países, os cativos da Comarca do Serro articularam uma insurreição que tomou a todos de surpresa em 1864. Fazendeiros, comerciantes e negociantes de diamantes parecem ter se convencido de que eles não tinham motivo para se rebelar e só notaram tardiamente o “vulcão” que estava prestes a explodir em São João. Por pouco não pagaram o erro com suas próprias vidas.

¹²⁴ Idem.

CAPÍTULO II

Da Sesmaria `a Liberdade

“a galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se”

Frase atribuída a Faustino, único escravo africano indiciado por participação na conspiração de 1864¹

“Os rapazes da Fazenda Sesmaria, estavam para fazer um alevante (sic) em favor da Liberdade, segundo as notícias que liam nas Folhas”.

Adão cabra, um dos líderes da insurreição escrava do Serro.²

Em outubro do ano de 1864, tudo parecia um pouco mais tranqüilo nas serras do norte de Minas Gerais. Desde a distribuição das terras diamantinas aos faiscadores na Lagoa Seca, em junho, nenhum outro acontecimento de grande importância havia alterado o cotidiano da região. Nos bastidores do alívio geral, entretanto, uma insurreição de consideráveis proporções estava sendo organizada para o último domingo daquele mês. A data escolhida procurava conciliar os interesses de todos: os escravos de Diamantina queriam romper antes, mas os do Serro pediram o adiamento para o dia 30 de outubro, definindo o início da rebelião. Era aos domingos de folga que vinham realizando suas reuniões nas senzalas, caminhos dos arraiais de mineração e porteiras das fazendas, certamente imaginando que, estando mais livres da vigilância senhorial, este seria a data propícia para o levante.

Na lavra do Barro, a cerca de 30 quilômetros de Diamantina, mais de quatrocentos escravos silenciosamente juntavam armas e dinheiro. No Serro, pelas vozes e mesmo cartas dos líderes, a idéia de rebelião correu pelo menos as oito léguas ao redor da cidade, cada

¹ Depoimento de Vicente Gonçalves de Queiroz (21/10/1864). ANRJ. Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), cx. 3700, maço 5014, p. 9.

² Terceiro interrogatório de Adão pardo (21/11/1864). Idem, p. 75.

vez mais fortalecida pela circulação de informações sobre guerras e projetos políticos abolicionistas em curso no Império. As notícias lidas por alguns escravos nos jornais alimentavam sonhos de liberdade que pareciam cada vez mais próximos de realização.

No dia 9 de outubro, porém, o silêncio foi rompido pela trêmula voz do carpinteiro Vicente. Convidado duas vezes a tomar parte na revolta, ele finalmente resolvera denunciá-la a seu senhor por conhecer “as tristes conseqüências disto”³. Uma vez avisado, Francisco Cornélio Ribeiro apressou-se em levar Vicente à noite, sem que fosse visto, à presença do delegado do Serro e de mais seis “cidadãos notáveis” do lugar. Ao ser meticulosamente interrogado, o escravo fez revelações que horrorizaram a todos. Detalhou o conteúdo do plano de insurreição, apontou seus prováveis cabeças e pontos de encontro e confirmou o envolvimento de mais de cento e cinquenta cativos. O delegado de Diamantina, o Chefe de Polícia e o presidente da província de Minas Gerais foram imediatamente avisados sobre o movimento, dando início ao esforço repressivo que levou mais de dois meses somente para desarticular o foco principal da rebelião.

No presente capítulo, mergulharemos em diferentes narrativas dos acontecimentos de 1864, em busca das origens, objetivos e significados do levante. Seguindo a natureza da documentação criminal gerada pela revolta, propomos ir primeiro ao encontro do grupo rebelde do Serro, analisando as características demográficas, relações sociais e experiências culturais que estiveram na base do processo de constituição de sua identidade. O que pensava e planejava esta jovem geração de escravos cabras, crioulos e pardos, com ofícios especializados e, por vezes, até mesmo com certo grau de alfabetização? Voltemos ao dia 9 de outubro de 1864.

³ Depoimento do escravo Vicente (24/10/1864). ANRJ, processo de insurreição, José Cabrinha (escravo), 1865, p. 18.

Um “medonho drama”: o levante temido pelos senhores

“A segurança individual nesta Cidade e seu termo está em perigo iminente, achamo-nos sobre um vulcão prestes a arrebentar vitimando a Cidadãos pacíficos, Mulheres e Crianças”⁴. Assim escreveu José Maria Brandão, suplente do delegado do Serro, ao Chefe de Polícia da província sobre o que estava por vir nos próximos dias. As denúncias feitas pelo escravo Vicente não deixaram margem a qualquer dúvida: sobre o Serro pesava a iminência de um levante. Na sessão secreta realizada na noite do dia 9, o plano dos cativos veio à tona diante do “melhor pessoal” da cidade. Chamados pelo delegado Brandão, estiveram presentes negociantes de diamantes e fazendeiros abastados, dentre eles, José Bento de Mello⁵, Sebastião José Ferreira Rabello, Bonifácio de Ávila Cabral, Jacinto Pereira de Magalhães e Castro, José Pedro Lessa e José Joaquim Ferreira Rabello. Todos ouviram de Vicente notícias aterradoras, mas os dois primeiros ainda não podiam imaginar que seriam os alvos iniciais dos rebeldes.

José Joaquim Ferreira Rabello, deputado provincial a pouco eleito, tratou imediatamente de escrever ao presidente de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, sobre a “terrível trama” que estava a colocar os municípios do Serro e Diamantina “em um estado da mais mortificante e ansiosa expectativa”⁶. Segundo ele, Vicente contara que havia sido convidado por Adão, escravo de D. Ermelinda Perpétua, para entrar na insurreição. Querendo averiguar se este convite tinha caráter de veracidade, soube depois através de diferente escravo que o centro do movimento era a cidade de Diamantina, onde se achavam “prontos e despertos” mais de 150 indivíduos para o levante no último domingo de outubro. O plano consistia em provocar um incêndio no prédio do cidadão mais reputado do lugar, num sinal para que os cativos invadissem a cidade e trucidassem a todos, começando por aqueles que fossem acudir ao sinistro. Os próximos interrogatórios

⁴ Ofício enviado por José Maria Brandão, terceiro suplente em exercício do delegado do Serro, ao Chefe de Polícia de Minas Gerais (10/10/1864). APM: Seção Provincial, maço 1047.

⁵ Além de comerciante de diamantes, Bento de Melo era um dos concessionários da Mina da Barra da Lomba, localizada na margem esquerda do rio das Pedras, município de Diamantina. Ver: BURTON, Richard. *Viagens aos planaltos do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983, tomo II, p. 308.

⁶ Carta enviada por José Joaquim Ferreira Rabello ao presidente da província de Minas, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (11/10/1864). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJI, maço 628 (1864).

mostrariam, no entanto, que a rebelião estava planejada para rebentar no Serro, começando pelo fogo nas casas de José Bento de Mello e Sebastião Ferreira Rabello.

Certo de que os escravos não estavam sozinhos, o futuro Barão do Serro sugeriu ao presidente quem seriam os inimigos a combater. “Temos dados para acreditar que esta manifestação é aconselhada por homens de cor, da ínfima classe da sociedade, que talvez guiados pela horrível esperança nos saques e latrocínios não se temam de afogarem-se no sangue de seus concidadãos”.⁷ Rabello tinha ainda na lembrança o conflito que presenciara em pessoa no ano de 1863, quando os mesmos homens da “ínfima classe da sociedade” temidos por ele enfrentaram armados as autoridades policiais na lavra do Duro. Além da presença de instigadores externos, outras circunstâncias pareciam-lhe agora provas de que a rebelião estava a caminho. Segundo Rabello, alguns escravos vinham comprando armas, realizando reuniões secretas e conversando em código sobre a revolta. Finalmente e não menos importante que as demais evidências, o deputado acreditava que o movimento era inspirado pelas leituras feitas por escravos letrados das notícias sobre a Guerra de Secessão nos EUA.

Quando a rebelião foi descoberta, o município do Serro encontrava-se desguarnecido. As forças policiais contavam com poucos membros e o destacamento da Guarda Nacional mais próximo ficava em Diamantina. Mais do que isso, alguns cidadãos como o próprio deputado Rabello não depositavam a menor confiança nas praças da Guarda, imaginando que no momento do conflito elas poderiam ser o seu “mais terrível inimigo”, unindo-se à “desordeira” população de cor.⁸ As autoridades sabiam que os soldados da Guarda Nacional tinham grande convivência com as camadas mais pobres, não apenas em função de relações de parentesco, mas também por serem eles os responsáveis pela patrulha dos Terrenos Diamantinos. Seja como for, enquanto aguardava os reforços que deveriam vir da capital, o delegado de Diamantina mandou ao Serro parte das forças que tinha, a fim de que ao menos as primeiras diligências e a guarda da cadeia fossem asseguradas.

Antes que este auxílio chegasse, porém, a repressão já havia sido deslanchada no Serro. Na noite do dia 11 de outubro, mais de quarenta escravos se encontravam presos,

⁷ Idem.

“entre eles alguns cabeças de fora que estão já conhecidos e sobre os quais estão dadas providências para serem agaturrados”⁹. Castigando rigorosamente os presos com açoites e palmatória, o delegado obteve diversas confissões e esperava em breve conhecer os homens livres que julgava serem solidários à insurreição. Dentre os suspeitos ainda em liberdade, José Maria Brandão recomendou com especial ênfase a seu colega de Diamantina que prendesse o cabra David, alfaiate residente há tempos naquela cidade e tido como uma das principais ligações entre os dois municípios.

A par de tudo, o presidente de Minas, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, acreditou desde o início que o levante poderia ser facilmente sufocado. Oficiando ao ministro da Justiça, ele ponderou que o alerta feito pelo deputado Rabello não o assustava, já que este era conhecido como sendo pessoa muito “impressionável” e que em caso de revolta escrava “o interesse de todas as classes da Sociedade é uniforme com raríssima exceção”. Seu otimismo nutria-se da certeza sobre as “boas disposições dos moradores daquelas localidades, que disto já deram belo exemplo no ano passado desbaratando centenares de homens resolutos, quando invadiram a Lavra chamada do Duro”¹⁰. Esperava, portanto, que o mesmo auxílio prestado pela população no combate aos faiscadores fosse agora dirigido aos escravos rebeldes. Visando desbaratar o levante, o presidente Cerqueira Leite enviou 24 praças de cavalaria ao Serro, recomendou vigilância às autoridades policiais de toda a comarca - principalmente nos termos em que era maior a acumulação de escravos - e concordou com a reunião de 40 praças da cavalaria e 60 da infantaria da Guarda Nacional na Casa do Contrato, centro de Diamantina. A seu pedido, os africanos livres que vinham chegando a Ouro Preto foram encaminhados pela polícia diretamente para as companhias inglesas de mineração nas vizinhanças, onde pensava ele haver sempre trabalho e ordem.

Muito longe da capital, no entanto, o medo de que a insurreição eclodisse teimava em não desaparecer. Apesar dos cuidados para que as providências preventivas fossem tomadas com toda a reserva, o silêncio durou pouco. A onda de prisões chegou cedo ao

⁸ Carta enviada por José Joaquim Ferreira Rabello ao presidente da província de Minas, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (11/10/1864). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG). IJ1, maço 628 (1864).

⁹ Ofício dirigido pelo delegado do Serro, José Maria Brandão, ao delegado de Diamantina, João Raymundo Mourão (11/10/1864). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG). IJ1, maço 628 (1864).

¹⁰ Ofício enviado pelo presidente da província de Minas, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, ao ministro da Justiça, Francisco José Furtado (20/10/1864). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG). IJ1, maço 628 (1864).

conhecimento dos escravos, espalharam-se boatos aterradores entre a população do norte mineiro e poucos duvidavam que insurreição pudesse ainda rebentar no último domingo do mês de outubro. Chamado a colaborar na repressão, o juiz de Direito da comarca do Serro, João Salomé Queiroga, via na presença do Chefe de Polícia a única solução para que não se balçassem os esforços de sufocar a rebelião. Preocupava-se especialmente com o escandaloso “patronato” dos senhores, já que “grande parte das principais famílias do lugar tem escravos comprometidos e por eles se empenha a fim de que nulifique a ação da Justiça”¹¹. Os proprietários do Serro não queriam ouvir falar em galés e eram contra qualquer pena que não pudesse ser comutada em açoites.

A queixa de patronato acompanhou todo o processo e julgamento dos insurgentes. Muitos senhores esforçaram-se em eximir seus escravos de culpa, adiantando-se em punilos em suas fazendas ou recorrendo aos tribunais da Relação na província de Minas e no Rio de Janeiro. Na verdade, as responsabilidades judiciais que recaíam sobre os delegados e subdelegados de polícia desde a reforma do Código Penal de 1841 tornavam os processos extremamente suscetíveis à influência dos poderes locais. Cabia aos delegados definir os suspeitos, ordenar buscas, reunir provas, ouvir testemunhas e apresentar ao juiz municipal um relatório escrito da investigação para servir de base aos julgamentos. Eles tinham o direito de recrutar pessoas à força para o serviço militar, efetuar prisões preventivas para quase todos os delitos e requerer “termos de bem viver” que, se violados, podiam levar à prisão e à condenação quase automática.

As autoridades do Serro valeram-se de todos estes expedientes na repressão aos escravos. O escrivão do processo chegou a denunciar que muitas das indagações policiais feitas aos presos não foram reduzidas a escrito e anexadas ao inquérito. Como diversos escravos não puderam ser pronunciados por falta de provas, acabaram sendo punidos extrajudicialmente. O presidente Pedro de Alcântara Cerqueira Leite ordenou que os cativos suspeitos assinassem termo de segurança ou fossem vendidos para longe por seus senhores. O cabra David, publicamente reconhecido como uma das lideranças da revolta em Diamantina, foi remetido em novembro para Ouro Preto com o objetivo de ser conservado

¹¹ Ofício enviado pelo Juiz de Direito João Salomé Queiroga ao presidente da província de Minas, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (23/10/1864). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJI, maço 628 (1864).

para o recrutamento militar. Destino diferente teve o denunciante Vicente, a quem foi garantido o benefício da liberdade assim que se dispôs a contar tudo o que sabia. Os “cidadãos beneméritos” que o interrogaram trataram fizeram correr uma subscrição pelo Serro e em pouco tempo conseguiram alforriá-lo.¹²

Em toda a Comarca do Serro, os castigos e prisões seguiam coadjuvados pelas tradicionais medidas preventivas. Na cidade de Conceição, o delegado fez expedir uma série de editais com o intuito de intimidar os escravos “a fim de não pensarem de leve” no que estava ocorrendo nos municípios vizinhos. O seu conteúdo dá a conhecer as situações consideradas como focos de desordem. Proíbiam os editais:

“1º. O uso de armas sem licença (...), sem distinção de pessoas, e com dobrado rigor na classe escrava; 2º. O ajuntamento de pessoas que aí tem considerado ilícito; 3º. Os jogos de parar, outros proibidos, aonde se admitem moços imberbes, e escravos; 4º. Assuadas a quaisquer horas do dia, ou da tarde; 5º. Finalmente, proibir a dança denominada - Batuque - e outra qualquer que nele venha a degenerar-se, como é de costume”¹³.

No início do mês de novembro de 1864, as autoridades do Serro arriscaram-se a comunicar a destruição total da insurreição e mandaram de volta o destacamento que havia sido enviado de Ouro Preto. Dos interrogatórios até então realizados, coligiam que o plano fora elaborado por José Cabrinha, Nuno e Demétrio na fazenda da Sesmaria, estando convidados para o levante geral todos os cativos dos fazendeiros e mineiros dos distritos do Serro, Itambé, Milho Verde, São Sebastião das Correntes e Rio do Peixe. A polícia tentou provar o envolvimento do forro Herculano Manoel de Barros na conspiração contra os brancos, mas nada encontrou para incriminá-lo além da proximidade com Adão pardo, cabeça do movimento na cidade do Serro, de quem provavelmente era irmão¹⁴. Outros

¹² *Jornal do Commercio*, 07/12/1864, p. 1. Esta era aliás uma prática comum em diversas províncias do Império: uma vez sufocadas as tentativas de revolta, a população cotizava-se para libertar o escravo delator, contando algumas vezes com doações das câmaras municipais, como foi o caso no Serro.

¹³ Cópia de circular dirigida pelo delegado de polícia de Conceição aos subdelegados do termo (24/10/1864). APM: Seção Provincial, maço 1047.

¹⁴ Digo provavelmente, pois o parentesco não está diretamente referido nos autos sobre a insurreição. Consta apenas que ambos eram filhos de Joana, escrava já falecida, e que Adão convivia com Herculano, a quem

libertos chegaram a ser interrogados, mas não foi possível pronunciar nenhum dos “homens de cor da ínfima classe da sociedade” apontados pelo deputado Rabello. Não havia como classificar de delito a convivência que nutria os projetos de liberdade dos escravos.

Se no Serro imaginava-se que a ordem pública aos poucos retornava, o perigo maior estava longe de ser extinto em Diamantina. Os líderes serranos haviam confessado que todos os escravos da lavra do Barro, em João da Chapada, estavam prontos para o rompimento em 30 de outubro. Tal notícia foi confirmada pelo juiz municipal de Diamantina, Bernardino José Pereira de Queiroz, que por acaso passava alguns dias no distrito a fazer inventários. O juiz encontrara as famílias de São João aterradas não apenas com a notícia do levante, mas igualmente com a movimentação de negros desconhecidos que rondavam armados pelos arredores da povoação. Antes mesmo do fim de outubro, chegaram ao conhecimento do presidente da província de Minas novidades desabonadoras de seu otimismo:

“ficou evidente que a insurreição se acha ramificada neste Município (Diamantina), sendo o seu mais temível núcleo a lavra do Barro, onde existem reunidos para mais de 400 escravos em uma circunferência menor de vinte mil braças, os quais além de acharem-se quase à fala dispõem de meios pecuniários pela riqueza da referida lavra...”¹⁵

Tamanha acumulação de escravos pertencia tanto aos serviços do Barro, quanto à lavra do Duro. Cerca de 100 praças da Guarda Nacional ainda não tinham sido suficientes para prender os escravos do tenente coronel Felisberto Ferreira Brant e de Rodrigo Souza dos Reis, que ocultavam armas e permaneciam insubordinados. O delegado João Raymundo Mourão desconfiava que eles andavam sempre “dinheirosos” e logo descobriu com a prisão de Vitória da Costa que os escravos das lavras tinham comunicação permanente com os quilombolas dos subúrbios de Diamantina. Vitória contou que na

dante de sua senhora acusou certa vez de ser o dono da venda que possuía numa arraial próximo ao Serro, como veremos.

¹⁵ Cópia de ofício enviado pelo Juiz de Direito da Comarca do Serro, João Salomé Queiroga, ao presidente da província de Minas, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (29/10/1864). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), LI, maço 628 (1864).

rancharia do Barro escutara dos cativos Lucas e Cesário que “eles estavam para ficarem livres, e Ricos e os brancos pobres”¹⁶.

As diligências nas lavras diamantinas avançaram na medida da boa ou má vontade dos proprietários em permitir buscas nos seus estabelecimentos e estenderam-se desde o Serro até os serviços de mineração do Jequitinhonha. O medo da rebelião era ainda tão forte em novembro de 1864, que o presidente da província fez ver ao delegado de Diamantina a necessidade de manter um destacamento permanente na lavra do Barro, a fim de controlar a numerosa escravaria. Além da reunião de forças, pensava ele que era preciso ultimar logo o processo aberto para julgar os culpados pela insurreição, já que “a ação das leis sobre os culpados produz sempre os seus salutarex exemplos”¹⁷.

O estado de pânico da população de São João, em especial, era alimentado pela disseminação de rumores sobre fugas coletivas das fazendas de toda a comarca. Em Conceição, 50 escravos de fato deixaram a fazenda do major Antônio da Silva Pereira e provocaram o aquartelamento de mais 50 praças da Guarda Nacional no termo. Nas imediações de Diamantina, constava que um magote de 80 negros supostamente saídos do Barro encaminhava-se para invadir a cidade do Serro, onde os quilombolas continuavam a deixar os cidadãos em sobressalto. Na opinião do juiz de Direito da comarca, a tarefa de garantir a tranqüilidade pública no Serro levaria ainda algum tempo:

“Não estão de todo serenados os ânimos não pelo receio de um próximo semelhante atentado: mas porque existem nas vizinhanças da Cidade dois quilombos, que incutem temor, um dos quais há poucos dias invadiu uma Fazenda de cultura. Convém que aqui (no Serro) se conserve um destacamento de 15 praças, por 6 ou 8 meses, ao menos, até que sejam batidos os quilombos, e volte o sossego público a seu estado normal”¹⁸.

¹⁶ “Interrogatório feito pelo delegado de polícia João Raymundo Mourão à Vitória da Costa, por alcunha o Vitória” (19/11/1864). BAT: processos criminais (Diamantina), maço 81.

¹⁷ Ofício enviado pelo presidente da província de Minas, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, ao Juiz de Direito da comarca do Serro, João Salomé Queiroga (10/11/1864). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), III, maço 628 (1864).

¹⁸ Ofício dirigido pelo Juiz de Direito da comarca do Serro, João Salomé Queiroga, ao presidente da província de Minas, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (01/12/1864). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), III, maço 628 (1864).

Desde a denúncia de Vicente, outros municípios mineiros também haviam sido postos em alerta. Em Itabira, o delegado de polícia obedecia a ordem expressa do presidente Pedro Cerqueira Leite e zelava para evitar uma insurreição através do entendimento direto com os senhores de escravos para que da melhor forma observassem em seus estabelecimentos “um bom regime e disciplina”¹⁹. Do mesmo modo, o subdelegado Antônio Alves Ferreira Quintão acompanhava as providências tomadas em Itabira e tratava de prevenir a disseminação de “boatos falsos” no distrito de Santana do Alfíe²⁰. Maior vigilância fora recomendada ao delegado de Conceição, para que o plano já abortado não se estendesse a este município vizinho do Serro. As autoridades locais afirmaram que “não dormem, nem hão dormido” e que permaneciam à procura de sinais de revolta entre a escravaria das fazendas²¹.

A insurreição do Serro resultou para seus protagonistas no trágico desfecho sempre reservado pelo poder público às lutas escravas. Concluído em novembro, o julgamento dos nove escravos serranos pronunciados - denunciado em sua brandura pelas próprias autoridades - não condenou nenhum deles à morte. Apenas o pedreiro José Cabrinha, considerado o cabeça da revolta, acabou sentenciado com a pena de galés por vinte anos. Nuno, Demétrio, Adão, Leonel e Sebastião foram punidos com penas de açoites que variaram de 900 a 200 chibatadas, combinadas com o uso de ferro no pescoço por períodos de três meses a um ano. Pronunciado como um dos líderes, o mineiro Antônio chegou a ser preso, mas fugiu antes que pudesse ser julgado. O cabra Alexandre, irmão de José Cabrinha, e o tropeiro Faustino, este o único escravo africano indiciado por participação na conspiração de 1864, foram absolvidos. Curiosamente, nenhum cativo de Diamantina foi pronunciado ou condenado por envolvimento no levante. Os alfaiates David e Francisco, vendidos há pouco tempo do Serro para aquela cidade, sofreram interrogatório, mas apenas David foi punido com o recrutamento.

¹⁹ Ofício enviado por Pedro de Alcântara Cerqueira Leite ao delegado de polícia de Itabira (26/10/1864). APM: Seção Provincial. maço 1047, p. 247.

²⁰ Ofício enviado pelo 1º suplente da Subdelegacia do Distrito de Santana do Alfíe, Antônio Alves Ferreira Quintão, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (18/11/1864). Idem. p. 376.

²¹ Ofício enviado por Antônio Carlos Monteiro Moura - provavelmente, delegado de Conceição - ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (15/12/1864). Idem. p. 490.

A aplicação das penas na cadeia do Serro entrou pelo ano de 1865. A demora era justificada não apenas pela quantidade dos açoites – de acordo com a legislação, não podiam ultrapassar o número de 50 por dia - mas igualmente pela fragilidade dos escravos condenados. Ação ficara doente na cadeia, Leonei gozava de um estado de saúde “bastante molindroso” e Nuno teve que ser removido da enxovia onde estava preso para ser tratado de uma “cardialgia”. No início de fevereiro, no entanto, os castigos corporais impingidos aos rebeldes foram concluídos. Restava em andamento o recurso interposto na Relação de Diamantina por Francisca de Araújo Padilha, em nome de seu escravo José Cabrinha.

QUADRO 1 – Escravos condenados por participação na insurreição do Serro, em 1864

Nome	Origem	Ocupação	Proprietário	Sentença
José Cabrinha	Itambé do Mato Dentro	Oficial de pedreiro	Francisca de Araújo Padilha	Condenado à pena de galés por 20 anos.
Nuno	Conceição	Ferreiro	Veríssimo Pereira dos Reis	Condenado a sofrer 900 açoites e trazer um ferro no pescoço por 1 ano.
Adão	Serro	Alfaiate	Ermelinda Cândida Perpétua de Vasconcelos Brito	Condenado a sofrer 800 açoites e trazer um gancho no pescoço por 1 ano.
Demétrio	Serro	Alfaiate	Francisca de Araújo Padilha	Condenado a sofrer 400 açoites.
Leonel	Serro	Serviço doméstico	Cândida Orlinda da Fonseca	Condenado a sofrer 200 açoites.
Sebastião	Rio Vermelho	-	Francisco José de Araújo Fonseca	Condenado a sofrer 200 açoites.
Alexandre	Itambé do Mato Dentro	Pedreiro	Rita Henriqueta da Fonseca	Absolvido.
Paustino	África	Tropeiro	Thereza Joaquina de Jesus	Absolvido.

Fonte: ANRJ - Processo criminal – Insurreição do Serro - 1865.

“Melhor seria fazer uma porcaria na Cidade do Serro”: a conspiração escrava

No início da década de 1850, Diamantina foi escolhida como sede definitiva da nova cidade episcopal de Minas Gerais. Até então, a vida eclesiástica do município havia sido administrada pelos poderes de duas províncias: os distritos mais ao norte pertenciam à Arquidiocese da Bahia e os demais, assim como os termos do Serro e Conceição, respondiam à cúria de Mariana. Embora a diocese tivesse sido criada em 1853, somente nos primeiros dias de maio de 1864 reuniu-se o povo vindo das diversas partes da Comarca do Serro para celebrar a sagração do bispo D. João Antônio dos Santos. Tinha-se escolhido comemorar a chegada do cônego no decorrer da festa do Divino Espírito Santo, uma das mais importantes no calendário religioso de Diamantina. Naquele ano, os festejos atravessaram dias inesquecíveis, sendo “ainda mais abrihantados” pela dedicação do tenente-coronel Felisberto Ferreira Brant, a cargo de quem correram as despesas²². Fogos de artifício abrihantaram as ruas e serenaram, mesmo que temporariamente, os ânimos dos que ali viviam como proprietários, seja de terras ou de trabalhadores. As festas pareciam um raro momento de trégua naqueles anos de escalada da luta armada nas lavras diamantíferas e de multiplicação dos quilombos em torno dos arraiais de mineração.

Na memória de alguns escravos, porém, a chegada do bispo marcou um momento de reviravolta em suas vidas. Foi nas vésperas das comemorações que cativos dos municípios de Serro e Diamantina começaram a organizar uma fuga coletiva em direção ao sertão de Minas. “Antes da chegada do Senhor Bispo”, segundo Nuno, ele andara pelo Serro a tratar dos preparativos com Clementino, Chico do José Vigário, Luís e Adão, mas o plano era sempre obstado pelo temor que nutriam alguns de serem mortos no caminho por Adão e Chico²³. Este último chegou a convidar David, de Diamantina, oferecendo-lhe como garantia a certeza de que Nuno arranjará o dinheiro necessário para as despesas da viagem. As desconfianças levaram Nuno e Luiz a desistirem deste primeiro plano de fuga, mas Nuno continuou a espalhar a idéia entre outros escravos com os quais esperava poder

²² A este respeito, ver: MARTINS, Antônio de Assis e OLIVEIRA, José Marques de. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais para o anno de 1865*. Ouro Preto: Tipografia do Minas Geraes, 1864. p. 261.

²³ 1º Interrogatório de Nuno, escravo de Veríssimo Pereira dos Reis (24/10/1864). ANRJ, processo crime de insurreição, José Cabrinha (escravo), 1865, p. 22.

contar. Indo num domingo fazer umas obras de ferreiro na Sesmaria, uma das diversas fazendas produtoras de aguardente do arraial do Rio de Peixe, ele pediu a Demétrio que chamasse seu companheiro José Cabrinha e contou aos dois o plano de fuga.

Reunidos no quarto da escola da fazenda, os escravos conversavam sobre as possibilidades de sucesso da “fugida” quando começaram a surgir argumentos a favor da rebelião. Nessa ocasião, dirigindo-se a Cabrinha, Nuno “contara a notícia que vinha dos jornais a respeito da guerra, e disse-lhe que tinha vindo ordem para a liberdade dos escravos, e que os brancos estavam escondendo essa ordem”²⁴. A fuga parecia-lhe uma boa opção, mas considerava que “melhor seria fazer uma porcaria na Cidade do Serro com a rapaziada”²⁵. Atentos a tudo, Cabrinha e Demétrio hesitaram, mas Cabrinha logo respondeu ter “coisa melhor” e “era o plano de insurreição”. Além disso, disse que “pela leitura que tinham das folhas, viam que os Liberais tratavam da liberdade dos escravos, e que por isso deviam estes tratar de havê-la imediatamente por suas mãos”²⁶. Convencidos de que a emancipação estava a caminho, os escravos decidiram iniciar os preparativos para a insurreição. Nuno afirmou que só podia arranjar uma boa porção de escravos pelas oito léguas em redor do Serro, mas, conhecendo a boa vontade de seu parceiro José Cabrinha, sugeriu-lhe que viesse à cidade conversar com Adão, que era “um rapaz astucioso, e armático”²⁷.

Antes de prosseguirmos, é preciso chamar atenção para o fato de que os interrogatórios dos escravos são contraditórios em diversos pontos, dando origem a diferentes visões sobre a articulação da revolta. São frutos principalmente de indagações feitas pelas autoridades na delegacia e na câmara municipal do Serro ao longo do mês de outubro de 1864. Para os líderes do levante, há também as sabatinas que sofreram nos seus julgamentos, em novembro. Percebemos nos depoimentos a tentativa freqüente dos cativos de incriminarem uns aos outros, especialmente no caso dos cabeças Nuno e José Cabrinha. Alguns escravos mudaram de versão a cada interrogatório e resolveram contar o que sabiam somente quando as prisões realizadas mostraram que o levante era já negócio público e não ficaria impune. A isso, some-se o caráter muitas vezes vago dos relatos

²⁴ Interrogatório feito ao escravo José Cabrinha (24/10/1864). Idem, p. 24.

²⁵ Depoimento da testemunha Joaquim Bernardino Pereira de Queiroz (21/11/1864). Idem, p. 66.

²⁶ 2º Interrogatório do escravo Nuno (22/11/1864). Idem, p. 87.

²⁷ Depoimento da testemunha Miguel Pereira Luís (21/11/1864). Idem, p. 64.

quanto a noções de tempo, o que torna difícil a tarefa de estabelecer com precisão a seqüência exata dos acontecimentos. Voltemos a eles.

O pardo Adão trabalhava na loja de alfaiate que sua senhora, Ermelinda Cândida Perpétua, mantinha na rua das Flores, na cidade do Serro. Dias depois do encontro na Sesmaria, José Cabrinha para lá se dirigiu, seguindo cautelosamente a sugestão de Nuno. Perguntando a Adão sobre o paradeiro de seu irmão com quem queria falar, soube que Alexandre estava trabalhando na pedreira. Adão quis logo saber de que negócio os dois estavam a tratar e Cabrinha desfez prontamente o mistério, explicando que ele, Nuno, Demétrio e Sebastião - todos parceiros na fazenda da Sesmaria - tinham “formado um plano para haver a liberdade, pois que estavam lendo as folhas, e por ela, viam que todos os escravos estavam livres, mas que os brancos ocultavam isso, para não chegar ao conhecimento dos escravos”²⁸. Adão parece não ter acreditado em tudo de imediato. Viu, então, seu parceiro irritado responder que o que valia “era que os insurgentes não contavam com os escravos de dentro da Cidade, mas sim com os de fora”²⁹. Seja como for, Adão dispôs-se a indagar sobre as novidades.

Em suas andanças pela cidade, ele acabou confirmando a existência de uma “guerra para a liberdade dos escravos em outro país”, conforme diria às autoridades policiais mais tarde. A partir de então, Adão tornou-se um dos principais responsáveis pelo planejamento da insurreição, espalhando convites entre outros escravos e forros. Em pouco tempo, mandou Leonel levar ao pedreiro José Cabrinha o recado de que as coisas iam indo muito bem e adicionou depois através de Demétrio e Sebastião a informação de “que já tinham até forros e gente de gravata” envolvidos.³⁰ As disposições animadoras para a rebelião chegaram rapidamente ao conhecimento de diversos escravos das fazendas do Rio do Peixe e das lavras diamantinas do Serro. No início de outubro, José Cabrinha pediu que Firmiano, pajem de Marcos Vaz Mourão, chamasse seu parceiro Adão crioulo³¹ para encontrar-se com ele na fazenda da Sesmaria. Para que não houvesse erro ou demora, enviou também o crioulo José com a mesma finalidade. Não encontrando Adão crioulo, José deixou recado

²⁸ 3º Interrogatório feito ao escravo Adão (21/11/1864). Idem, p. 75.

²⁹ Idem.

³⁰ 1º Interrogatório de José Cabrinha (24/10/1864). ANRJ, processo crime de insurreição. José Cabrinha (escravo), 1865, p. 24.

com o lambiqueiro e, no dia seguinte, deu-se a reunião na Sesmaria. Era domingo e os escravos de Marcos Vaz Mourão tinham sido chamados para ajudar a apagar fogo nas capoeiras das terras de Francisca de Araújo Padilha.

Chegando num pasto fora da Sesmaria, Adão crioulo encontrou além de José Cabrinha cerca de oito escravos. Estavam presentes, dentre outros, um “Baiano” da casa de Thereza Joaquina de Jesus, mãe do deputado José Joaquim Ferreira Rabello; um escravo do capitão Modesto Rodrigues Campos, residente na vizinha fazenda do Ribeirão; Rufino, de José de Ávila, além de Leonel, Sebastião e José tropeiro, escravos da Sesmaria. Dirigindo-se a seus companheiros, Cabrinha revelou “que na Cidade ia haver guerra, ou levante dos escravos com os brancos a fim de ficarem forros”.³² Disse ser ele o cabeça das fazendas e Adão de D. Ermelinda e David de Domingos Augusto os líderes na cidade do Serro. Cabrinha contou também que Adão havia convidado o Mestre Herculano, que era forro. Pediu, então, que Adão crioulo os ajudasse a convencer os cativos de sua fazenda, mas este não quis aderir. O que se seguiu foi uma das muitas ameaças de morte que caracterizaram o esforço de Cabrinha e Adão em conseguir realizar o levante:

“ele respondente (Adão crioulo) rejeitou dizendo que sendo isto negócio tratado por eles na Cidade, os da roça ou da Mata não se deviam entrar nisso, ao que tornou José Cabrinha que ele e seus parceiros por força que haviam entrar e ajudar, porque eram cativos, e que se não entrassem tinham de ser mortos por serem falsos”³³.

O depoimento de Adão crioulo ocorreu num clima de delação, não poupando detalhes sobre os envolvidos e a “violência” de suas táticas de persuasão. Apesar das declarações sobre as diferenças entre os escravos urbanos (“da Cidade”), rurais (“da roça”) e quilombolas (“da mata”), tal separação não se verificou na prática, já que todos concorreram para a realização da insurreição. As ameaças dos líderes faziam parte da estratégia para fazer deslancar o movimento e não foram dirigidas a nenhum segmento em particular - crioulos, africanos, pardos, cabras ou forros. Referiram-se apenas aos escravos

³² Para que não haja confusão entre este escravo e Adão pardo, de Ermelinda Cândida Perpétua, vamos nos referir a ele como Adão crioulo, seguindo a forma como é chamado no processo.

³³ Interrogatório de Adão crioulo (28/10/1864). ANRJ, processo crime de insurreição. José Cabrinha (escravo), 1865, p. 32.

que se mostravam receosos em acompanhar os rebeldes. O levante fora concebido antes de tudo como uma “guerra” dos cativos contra os brancos em busca da liberdade com que todos sonhavam. As clivagens da comunidade negra apareceriam nas perspectivas diversas em torno do melhor caminho para alcançá-la.

Na visão de José Cabrinha, a reunião de domingo na Sesmaria havia sido um sucesso. Certo do apoio de um número cada vez maior de escravos, enviou uma carta a Adão por intermédio de Leonel, dizendo que a “rapaziada” já estava pronta e que tinha boas notícias de Diamantina. O próprio Leonel, empregado no serviço doméstico da Sesmaria, hesitara por um instante quando convidado por Cabrinha, pensando nas dificuldades que via para a realização de uma rebelião. Acabou cedendo diante da insistência de seu parceiro que o insultara, comentando que “a rapaziada de hoje, não era como a antiga, e que estava muito civilizada”³⁴.

Muitas outras cartas foram trocadas entre os rebeldes nos meses de setembro e outubro de 1864. José Cabrinha era o principal autor das missivas que foram enviadas através de Timóteo também para Nuno na fazenda da Liberdade, propriedade do delegado do Serro. É interessante notar que os portadores das cartas - Leonel e Timóteo - eram escravos que trabalhavam junto com Cabrinha nas várias partes da fazenda da Sesmaria, pertencentes a diferentes membros da família Fonseca. Francisca de Araújo Padilha, proprietária de Cabrinha e Demétrio, era mãe de Gabriel de Araújo Fonseca, senhor de Timóteo, e tia de Cândida Orlinda da Fonseca, proprietária de Leonel.

Bastante preocupadas com a correspondência entre os cativos, as autoridades policiais acabaram descobrindo igualmente os recados escritos mandados por Adão a David e Francisco cabra, o “Chico do José Vigário”, residentes há pouco tempo em Diamantina³⁵. Pelos autos, é possível verificar que alguns destes escravos eram de fato alfabetizados em algum grau. Demétrio, Cabrinha e David³⁶ declararam saber ler e escrever, assinando por

³³Idem, p. 33.

³⁴ Interrogatório de Leonel (23/11/1864). ANRJ, processo crime de insurreição, José Cabrinha (escravo), 1865, p. 98.

³⁵ David disse estar morando em Diamantina há um ano. Francisco foi vendido em maio de 1864 para Maria Augusta de Queiroz, transferindo-se desde então para aquela cidade. Ambos são naturais do Serro e ali trabalhavam até serem vendidos.

³⁶ David assinava como “David Augusto de Carvalho”.

consequente todos os seus depoimentos. Sebastião disse “ler muito mau a letra redonda”³⁷ e é certo que Adão e Nuno também lidavam de alguma forma com a língua escrita, tendo este último pelo menos a habilidade de ler³⁸. Além deles, Herculano Manoel de Barros foi único liberto indiciado a declarar “saber ler e escrever mal”³⁹.

A preocupação com a alfabetização dos escravos esteve presente em diversas outras experiências de protesto dos escravos de Minas Gerais. Em setembro de 1865, por exemplo, o delegado do termo de Paraibuna descobriu o plano de insurreição acertado por escravos das fazendas do distrito de São José para o dia dezessete daquele mês. Precisamente na data em que a Guarda Nacional estava para se reunir na cidade, previam assassinar a seus senhores e a todos os homens brancos. De todas as informações reunidas, chamou a atenção do delegado o perfil dos quatro autores do plano, dois dos quais sabiam ler e escrever, “viviam como se fossem livres” e haviam confessado contar com o apoio de alguns italianos que logo foram expulsos de Paraibuna.⁴⁰ Tal imagem não estava muito distante da realidade de alguns escravos do Serro, que desfrutavam de grande mobilidade entre as propriedades e interagiam cotidianamente com libertos.

A revolta era assunto de conversas pelas senzalas e estradas entre Serro e Diamantina, pelas quais ia crescendo a adesão ao movimento. Nas propriedades da família Rabello, a rebelião era dada como certa. O comerciante Vicente Gonçalves de Queiroz havia presenciado uma conversa entre José e o tropeiro africano Faustino, ambos escravos de Thereza Joaquina de Jesus, na qual Faustino teria afirmado que a gente de João Batista Vieira estava pronta e que “os de cá ainda estavam à toa, que a galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se”⁴¹. No domingo da denúncia, o oficial de alfaiate Francisco foi

³⁷ Interrogatório ao réu Sebastião (23/11/1864). ANRJ, processo crime de insurreição, José Cabrinha (escravo), 1865, p. 98.

³⁸ Em uma das diversas contradições encontradas em seus interrogatórios, Adão afirmou que “José Cabrinha lhe mandara por Leonel uma carta, que ele interrogado rasgou e não leu”. Ver: *idem*, p. 79.

³⁹ Auto de Qualificação do réu Herculano Manoel de Barros. *Idem*, p. 7.

⁴⁰ Despacho do ministro da Justiça (30/09/1865). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), III, maço 630 (1865).

⁴¹ Depoimento de Vicente Gonçalves de Queiroz (21/10/1864). *Idem*, p. 9. Esta frase de Faustino inspirou outra interpretação na rápida análise que Clóvis Moura faz sobre a insurreição. Diz ele sobre os escravos do Serro: “Haviam-se associado aos quilombolas que atuavam nas matas adjacentes para uma ação conjunta e coordenada. Estabeleceram para isto, um sistema de senhas para que ambos os lados que participavam da revolta (quilombolas e escravos da cidade) atacassem simultaneamente. A senha era dizer no dia, que: ‘a gente de João Batista Vieira estava pronta e que os de cá ainda estavam à toa, que a galinha estava morta e pronta e só faltava assar-se’. Isso significaria – segundo depoimento de um dos implicados – ‘fugirem para o sertão mas ao mesmo tempo fazer-se uma porcaria na cidade do Serro com a rapaziada’”. Em nosso trabalho

“levar uma obra” na lavra de Antônio Correia e, estando com Jerônimo, soube que no caminho do Rio do Peixe se dizia que “os rapazes da Cidade queriam fazer uma dúvida, que era levantarem-se para ficarem forros”⁴². Jerônimo havia sido convidado para o levante naquele mesmo dia pelo mineiro Antônio, escravo de José Vieira Gomes, em nome de Adão. Em seu depoimento, Jerônimo contou em detalhes o plano dos rebeldes:

“o plano projetado consistia em reunirem-se todos os escravos por fora da Cidade no fim do corrente mês, dirigirem-se a esta Cidade, e no alto do Rosário onde tinham de fazer ponto de reunião entrarem nesta Cidade, munidos de feixes de capim cabeçudo seco, e com este auxílio pôr fogo nas casas do Tenente Coronel Sebastião José Ferreira Rabello, e o cidadão José Bento de Mello, pondo-se de observação a espera que se reunisse o povo para apagarem o fogo devendo nesta ocasião atacarem eles insurgentes ao mesmo povo tirando-lhes a vida”⁴³.

Segundo dissera-lhe Antônio, os escravos começariam a matança dos brancos pelos “principais” e contariam com o apoio de muitas pessoas livres que estavam a favor deles. O que Jerônimo não desconfiava, porém, era que um dos pontos centrais da estratégia dos rebeldes tinha sido ocultado dele e da maioria de seus parceiros. Adão planejava invadir a casa do tenente Sebastião Rabello a fim de apoderar-se do armamento e cartuchames da Guarda Nacional ali existentes, prevendo que “depois de estarem senhores destes objetos tomar-se-iam invencíveis”⁴⁴. O roubo das armas foi revelado por ele apenas a Antônio, que reagiu com receio diante da proposta. Adão, então, ameaçou-o de morte e ordenou que ajudasse nos convites para a rebelião.

Assim como Antônio, Jerônimo declarou à polícia que não pretendia tomar parte no levante. Logo após ser convidado, recolhera-se ao rancho da lavra de seu senhor, José

não encontramos evidências de que houvesse senhas para coordenar o levante e temos outra versão da fala de José Cabrinha mencionada, na qual não consta o intuito de “fugirem para o sertão”. Baseado nesta passagem, Clóvis Moura afirma a existência de duas diferentes táticas entre os conspiradores: a insurreição, da parte de Nuno, e o aquilombamento, sugerido por Cabrinha e Demétrio. Discordamos desta versão, entendendo que a opção de Cabrinha pela rebelião foi essencial para a realização do projeto dos escravos. MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 99-100.

⁴² Interrogatório de Francisco pardo (11/10/1864). ANRJ, processo crime de insurreição, José Cabrinha (escravo), 1865, p. 27-28.

⁴³ Interrogatório de Jerônimo crioulo (13/10/1864). Idem, p. 34.

Henrique Pereira, com o objetivo de conversar com todos os seus parceiros. A Chico Bahia confiou o plano de Adão e sua repugnância em participar. Aos demais escravos reunidos no rancho, Jerônimo omitiu os detalhes e tentou demovê-los da idéia de participarem da insurreição, “pois que os escravos não tinham outro meio de se libertar se não pelo seu dinheiro”⁴⁵. Com o mineiro Ernesto, deu-se fato semelhante. Vindo ele uma noite em casa de D. Francisca Romana, passou pela porta da senzala de Benedito e ouviu de fora algo sobre a insurreição. Reconheceu logo a voz de João que dizia a Benedito que a “gente do moinho dos macacos” o tinha avisado sobre o movimento, mas que o melhor meio de ficarem forros era com o dinheiro⁴⁶.

A possibilidade de compra da alforria foi um argumento repetidamente levantado pelos rebeldes de 1864 para justificar sua recusa em aderir à insurreição. Seja como perspectiva real ou forma de driblar as acusações das autoridades, o fato é que a alforria era um tema bastante controverso entre os escravos. De modo geral, os índices de manumissão nas zonas mineradoras foram sempre expressivos desde o século XVIII e ajudaram a compor a numerosa população livre de cor residente em Minas Gerais⁴⁷. Numa região tradicionalmente voltada para a atividade extrativa, como era o caso da Comarca do Serro, a compra da liberdade fora um horizonte possível sobretudo para os mineradores escravos. Eles freqüentemente faiscavam diamantes longe do olhar dos senhores e vendiam-nos aos taverneiros ou pequenos capangueiros que circulavam pela província. Além disso, muitos destes cativos conseguiam juntar pecúlio através do desempenho de atividades voltadas para o sustento próprio aos domingos.

Na década de 1860, porém, as oportunidades de comprar a liberdade haviam diminuído bastante no norte mineiro. A escassez dos diamantes no cascalho dos rios e a exigência cada vez maior de capitais para aplicar métodos de extração mais sofisticados deixaram os garimpeiros fortuitos para trás. Era cada vez mais difícil acumular pecúlio e mais raros os exemplos de escravos “dinheirosos”, como os mineiros da lavra do Barro.

⁴⁴ Interrogatório de Antônio (13/10/1864). Idem, p. 37.

⁴⁵ Interrogatório de Jerônimo crioulo (13/10/1864). Idem, p. 34.

⁴⁶ Interrogatório de Ernesto crioulo (25/10/1864 Idem, p. 26.

⁴⁷ Em 1840, por exemplo, a população livre de cor da cidade do Serro representava 52% do total de habitantes, com destaque para o grupo dos pardos que chegava a compor cerca de 40% da população da cidade. Ver: *Relação nominal dos habitantes do distrito da cidade do Serro, freguesia de Nossa Senhora da*

Mesmo eles, empregados numa das lavras mais ricas de Diamantina, estiveram no centro da rebelião e, em seu nome, resistiram por mais de dois meses ao cerco policial. Ao que parece, os escravos do Barro preferiram arriscar a vida para obter a liberdade que dificilmente conseguiriam comprar.

Inabalados pela hesitação de alguns escravos, os convites para o levante prosseguiram. Na cidade do Serro, Adão promoveu reuniões em sua senzala com os escravos da redondeza. Num domingo, Alexandre foi atraído para um destes encontros e acabou entrando para fazer um cigarro. Ouviu naquele dia as notícias que contaria mais tarde a Clementino, no Gambá. Para sua surpresa, seu parceiro já estava informado que os escravos das fazendas vinham para o Serro no último domingo de outubro e dizia-se pronto, com espada colada a seu corpo. A Martiniano e Otaviano, Adão chamou cerca de um mês antes do levante ser denunciado, dizendo que, se não acreditassem nele, fossem perguntar ao mestre Herculano. O sapateiro Martiniano só não havia sido convidado há mais tempo porque andava junto com Joaquim, escravo que fora de Pedro alfaiate, em quem Adão não se fiava. Avisado finalmente do levante, Martiniano foi desaconselhado por sua parceira Inês a entrar nas “armadas” de Adão.

Otaviano, por sua vez, passou adiante a informação, esquecendo a “dúvida” que tivera com Adão a respeito de Júlia, escrava de Joaquim Gomes. No caminho para Lages, distrito do Serro, ele encontrou com Maria Severina dos Santos no dia “em que passou uma força”. Temendo os soldados que passavam por ali, Maria pediu para ir em sua companhia à chácara de José Vieira. Otaviano contou-lhe, então, que “estava para haver fogo na Cidade do Serro, da rapaziada sujeita das matas”.⁴⁸ Assustada, Severina passou correndo pouco depois pela porta da casa de José Rita Pinto, gritando que “já era o fogo para se arrasarem a Cidade”.⁴⁹ A cinco dias da prisão de Adão, outra mulher foi avisada do levante. A lavadeira Eva Joaquina de Campos, de 39 anos, voltava da casa de caridade do Serro quando encontrou com Adão em frente à casa de Benevenuto José da Silva e soube da “sedição para a liberdade dos cativos”⁵⁰ que ela havia de ver por aqueles dias.

Conceição, município da mesma cidade, e comarca do Serro Frio (21/12/1840). APM: Coleção Mapas de População, caixa 09, inventário 15, microfilme, 68 p.

⁴⁸ Depoimento de Maria Severina dos Santos (21/10/1864). ANRJ, processo crime de insurreição, José Gabrielino (escravo), 1865, p. 10.

⁴⁹ *Idem*.

⁵⁰ Depoimento de Eva Joaquina de Campos (21/10/1864). *Idem*, p. 12.

Severina, José e Eva eram alguns dos forros e livres com os quais contavam os rebeldes de 1864. Todos faziam parte do círculo de parentesco e amizades do liberto Herculano Manoel de Barros. José Rita era um oficial de oleiro de 23 anos, morador do Serro e casado com a filha de Herculano, Rita Cândida de Queiroz. Maria Severina, amiga do casal, tinha em torno de 34 anos e vivia de suas agências no Serro, assim como a forra Eva Joaquina. Vicente Gonçalves de Queiroz, comerciante casado, de 31 anos, conhecia Herculano e freqüentava sua casa há três ou quatro meses. Completava o grupo Saturnino Ferreira Rabello, jovem de 24 anos que “vivía de suas agências” no Serro. Membro da família do Barão do Serro, ele gozava de situação diametralmente oposta a de seus parentes. Ao invés de alvo, Saturnino fora chamado para a insurreição, embora lembrasse vagamente do convite feito por Martiniano, “já que desde que teve uma grave enfermidade da qual esteve quase louco, suas idéias enfraqueceram bastante”⁵¹.

No Serro e Diamantina, escravos e libertos aproximavam-se através do convívio proporcionado pelo cotidiano de trabalho e lazer, lembrando em alguma medida a experiência do *cantos* baianos, descrita por João José Reis⁵². Seguindo a trajetória do controle estatal sobre os trabalhadores de rua de Salvador, o autor encontrou um mundo de ganhadores escravos e libertos, africanos e crioulos, que dominavam o transporte das cargas e bagagens que chegavam pelo porto da cidade. No início do século XIX, quando os africanos e, dentre eles, os nagôs, predominavam na população de cor de Salvador, estes trabalhadores se agruparam em turmas cujas fronteiras eram definidas etnicamente para oferecer seus serviços em lugares também delimitados da geografia urbana, dos quais herdavam os nomes. Ao longo do oitocentos, os africanos passaram a conviver cada vez mais com um numeroso contingente nacional, abrindo espaço à reelaboração de identidades: brasileiros tornavam-se “africanos” e africanos passavam a “brasileiros”. Os *cantos* baianos acabaram se desenvolvendo como espaços de sociabilidade profundamente arraigados na tradição africana, nos quais se aprofundavam hierarquias próprias à

⁵¹ Depoimento de Saturnino Ferreira Rabello (22/10/1864). Idem. p. 14.

⁵² REIS, João José. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição”. *Afro-Ásia*. Salvador, n. 24, p. 199-242, 2001.

comunidade negra de Salvador, estratégias de negociação e resistência, assim como identidades étnico-religiosas entre escravos e libertos.

Tal experiência própria do cenário da escravidão urbana de Salvador contribui para a compreensão dos arranjos de vida e expressões culturais da população negra do norte mineiro. A afinidade com os *cantos* revela-se menos na organização étnica de grupos de trabalhadores - da qual não temos notícia nesta região - e mais na construção de uma rede de solidariedade entre libertos e escravos de que se beneficiou enormemente a insurreição. Tal rede tinha como principal ponto de partida o ambiente de trabalho, sobretudo aquele das lavras. Na região do Serro, os libertos atuavam como pequenos proprietários, se dedicavam a algum ramo das artes manuais, viviam de suas “agências” - como Eva - ou trabalhavam como “jornaleiros”, por exemplo, na mineração de ouro e diamantes⁵³. No trabalho coletivo de extração e lavagem das pedras nas lavras, labutavam lado a lado com os cativos. Além de minerar, muitas outras atividades eram desempenhadas conjuntamente: escravos e forros buscavam lenhas nas matas, dormiam nos ranchos da beira dos rios diamantinos, freqüentavam as mesmas vendas, atravessavam os caminhos entre as cidades e arraiais carregando mantimentos e compareciam às igrejas e irmandades locais.

As autoridades temiam especialmente os libertos que serviam como *falas* dos quilombolas, ou seja, informantes que os alertavam sobre a organização de expedições de combate, transmitiam notícias diversas ouvidas pelas cidades, mantinham com eles relações comerciais ou ofereciam refúgio, quando necessário. Frequentemente, também abrigavam reuniões conspirativas em suas casas ou atuavam como reconhecidos líderes espirituais. Em 1864, muitos deles ajudaram os escravos a conseguir armamento e a espalhar a notícia da insurreição, servindo como “ponte” de comunicação entre as cidades e as matas da comarca do Serro. Eram homens e sobretudo mulheres empobrecidas, por vezes de ascendência africana, que não haviam ascendido socialmente e continuavam a desempenhar ocupações comuns entre os escravos. E diga-se ainda que muitos libertos habitavam os quilombos da periferia de Diamantina, vivendo sob a liderança de escravos fugidos⁵⁴.

⁵³ A respeito, ver: SOUZA, José Moreira de. Cidade: momentos e processos. Serro e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX. São Paulo: ANPOCS/Marco Zero, 1993.

⁵⁴ Como veremos, um exemplo desta convivência foi o quilombo do “Buraco do Facho”, localizado no Mendanha, subúrbio de Diamantina, onde viviam dois homens forros considerados “companheiros e falas” dos quilombolas, além de cinco mulheres libertas. Ver: Ofício enviado pelo delegado de Diamantina, João

A proximidade entre cativos e libertos borrava as fronteiras entre escravidão e liberdade, mas não as apagava. Pesava sobre os escravos a centralidade do cotidiano de trabalho forçado que, mesmo aberto à conquista de espaços de autonomia, restringia em graus variáveis suas aspirações e condições de vida. No caso do Serro, a convivência com os libertos inspirou e reforçou as esperanças dos cativos em tornarem-se livres. Sua coadjuvação no levante era dada como certa tanto por senhores, quanto por escravos, que aí encontravam um argumento de peso para convencer os recalcitrantes. Por outro lado, os homens e mulheres forros da comarca do Serro desfrutavam de uma liberdade precária e também viviam sob a opressão de um regime escravocrata que não os integrava como iguais depois da alforria. Não era raro encontrar nos jornais denúncias como a que se segue:

“Chamamos a atenção do Ilmo Senhor. Dr. Promotor público desta comarca para a correspondência assinada por Manuel de Paula Ferreira, no periódico – O Jequitinhonha – em o n° 113, sobre o fato em que diz “comprar para vender rapazes forros sabendo que o eram” em S. Joaquim, perto de S. Domingos de Minas Novas: enquanto o Ilmo Senhor. Dr. Promotor não fizer a justiça de seu costume, continuaremos a lembrar-lhe com esta mofina.

Dois assinantes amigos da liberdade”⁵⁵.

A carta referia-se ao conflito existente entre João Dias de Andrade e Manuel de Paula Ferreira em torno de uma letra no valor de 650 réis que restara da venda de dois libertos e encontrava-se agora em poder de Manuel, que não queria pagá-la. Tal exemplo ilustra o fato de que não era somente a longa experiência de trabalho conjunto e convivência social que conferia foros de liberdade aos cativos e sentidos de escravidão aos libertos. A ameaça de reescravização era real.

Foi neste contexto complexo que se deu o envolvimento do forro Herculano Manoel de Barros nas investigações sobre a insurreição de 1864. Herculano era um dos homens pobres de cor que, no entender das autoridades, estavam aconselhando os rebeldes. Natural da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, ele tinha então 56 anos. Assim como Adão,

Nepomuceno Aguiar, ao Chefe de Polícia da província de Minas Gerais (19/08/1865). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG). IJ1. maço 630 (1865 - segundo semestre).

⁵⁵ *O Jequitinhonha*, 16/05/1863, p. 3 e 4.

declinou ser filho de Joana, escrava já falecida, e morar no Serro há muitos anos. Casado e pai de Rita Cândida de Queiroz, era negociante com venda na cidade, local por onde passaram muitos dos escravos interrogados em 1864. Embora estes últimos acreditassem no seu envolvimento, os amigos livres de Herculano o achavam incapaz de aconselhar um levante. Incontestável realmente era apenas a sua relação com o pardo Adão, que costumava ir à venda no Serro parar para conversar. Certa vez, estando Herculano à espera de um freguês que vinha pagar-lhe uma dívida e já se demorava, Adão ouviu um desabafo inesperado. Herculano comentou na ocasião,

“que ele interrogado já tinha sido alfaiate, bolieiro, tropeiro, pescador e soldado, e que nunca tinha sido logrado, e que agora nesta taverna estava ameaçado a ser logrado, e no ato de dizer ele interrogado que já tinha sido soldado, Adão lhe perguntara se tendo ele sido soldado como tinha voltado de novo ao Cativo, nesta ocasião ele dissera a Adão, que servira em uma fortaleza cercada pelo mar, aonde havia muralhas, e que Adão lhe pedira explicação do feitio das peças, e que ele dera a explicação pedida, e disse a Adão que voltou para casa por ter mandado avisar ao então seu senhor, que ele se achava com praça na dita Fortaleza por ter sido recrutado, ignorando-se a sua condição”⁵⁶.

Este diálogo foi o bastante para Adão imaginar o apoio de Herculano à insurreição que planejava. Pouco tempo depois, ele passou a espalhar entre os demais escravos que havia conversado com Herculano - a quem chamava de mestre - sobre a liberdade dos cativos e que, se duvidassem que o movimento estava para acontecer, fossem perguntar a ele. Apesar da certeza de Adão, não foram encontrados indícios de que Herculano tivesse realmente tomado parte na conspiração de 1864 e ele acabou sendo libertado cinco dias após ser interrogado, ainda no mês de outubro. Herculano acreditava que havia sido indevidamente denunciado por Adão, em função de uma “dúvida” que tivera com ele tempos depois da conversa que tiveram em sua taverna. Adão havia aberto uma venda “nos baixos da casa de Dona Raquel”, nos arredores do Serro, e dissera a sua senhora, Ermelinda Cândida Perpétua, que a loja não pertencia a Herculano. O liberto foi chamado por D.

Ermelinda para esclarecer os fatos e contou a ela a verdade, dizendo que a venda era de Adão e “que ele não servia de capa para os cativos”⁵⁷. A conversa resultou no imediato castigo de Adão por sua senhora, que também lhe tomou o negócio.

Ao fechar a venda, D. Ermelinda não desconfiava que estava eliminando um dos principais núcleos irradiadores de convites para a rebelião. A “tenda” de Adão - como os escravos preferiam denominá-la - tornara-se um importante ponto de reunião para os rebeldes. Como afirmou José Cabrinha, Adão era o mais “astucioso para cabalar a rapaziada” e fizera muitos convites na venda que manteve por muito tempo invisível aos brancos.⁵⁸ Passando um dia pela dita tenda, o marceneiro Ricardo, escravo de Diamantina, pôs-se a papear com Cesário sobre a insurreição. Soube pela boca de seu parceiro que “a gente do barro” já estava pronta e, dentre eles, o escravo Diniz que havia pertencido ao falecido Barão da Diamantina⁵⁹. Indo trabalhar certa vez na calçada do “arraial de baixo”, foi também ali que Vicente soube de todos os preparativos que delatou às autoridades no início de outubro.

Adão foi preso pouco depois de ser denunciado por Vicente. Numa das fontes da cidade do Serro, declarou “como por graça” a outros escravos que todos ficariam logo forros, porque os rapazes da fazenda da Sesmaria “estavam para fazer um alevante (sic) em favor da Liberdade, segundo as notícias que liam nas Folhas”⁶⁰. Tal “caçoadá” rendeu-lhe o encarceramento na cadeia da cidade, da qual saiu somente após receber oitocentos açoites e um gancho no pescoço, baldando os esforços de sua senhora em provar que ele havia sido induzido por escravos de Diamantina.

Os brancos esforçaram-se para conter a rebelião de 1864 e resguardar seu eco do alcance da escravatura de fora da comarca do Serro. Além da repressão articulada através

⁵⁶ Interrogatório de Herculano Manoel de Barros (24/10/1864). ANRJ, processo crime de insurreição, José Cabrinha (escravo), 1865, p. 21.

⁵⁷ Idem, p. 20.

⁵⁸ Depoimento de Joaquim Bernardino Pereira de Queiroz (21/11/1864). ANRJ, processo crime de insurreição, José Cabrinha (escravo), 1865, p. 66.

⁵⁹ 2º Interrogatório de Adão cabra (21/10/1864). Idem, p. 41.

⁶⁰ 3º Interrogatório de Adão pardo (21/11/1864). Idem, p. 75.

informações trocadas por meio de uma extensa documentação oficial reservada, fora preciso controlar a cobertura dos acontecimentos feita por jornais de Minas e do Rio de Janeiro. Poucas informações ganharam as páginas impressas. Na corte imperial, as notícias sobre o levante chegaram com certo atraso em dezembro de 1864 e foram publicadas no *Jornal do Commercio* a partir de transcrições resumidas do *Minas Geraes*, principal periódico de Ouro Preto. Na coluna *Interior*, lia-se apenas que em outubro daquele ano “uma insurreição foi sufocada antes de erguer o colo” no município do Serro, norte de Minas Gerais. Como era comum acontecer, o jornal optou pelo silêncio em torno do plano dos cativos e informou os leitores sobre o andamento do processo instaurado pelo juiz municipal, no qual quatro escravos haviam sido classificados como “cabeças” da revolta e cinco como “auxiliadores”. Em destaque, esteve a aclamada “imparcialidade” do magistrado na condução da repressão ao levante e a alforria de Vicente:

“Cabe aqui consignar um fato digno de elogio. Algumas pessoas generosas da cidade do Serro quotizaram-se e deram a liberdade ao escravo delator que, talvez sem prever, fez abortar sinistros planos, evitando sem dúvida o derramamento de muito sangue e as lágrimas de muitas famílias”⁶¹.

Depois disso, não se publicou mais notícia alguma sobre o evento. No Serro, José Cabrinha continuava preso e não se tinha previsão sobre a ultimação do processo criminal em andamento. As autoridades locais estavam apreensivas e, para além do que já haviam descoberto, preocupavam-se agora com a conjuntura de guerra contra o Paraguai. Ao expor as razões do Tribunal da Relação de Diamantina para a condenação de Cabrinha, o promotor público João Batista de Almeida e Silva Barca argumentou que,

“Na verdade que na Atualidade quando no sul do Império, os inimigos segundo consta dos Jornais sublevam grande número de escravos, a insurgirem-se, e que mesmo entre nós ainda lavra esse espírito de insurreição, havendo grande número de escravos fugidos, e ambulantes, o que tudo demonstra que ainda continua em agitação, ou continuação havendo finalmente há poucos dias fugido, ou talvez insurgido de um olineiro da Cidade Diamantina, o número de vinte e cinco escravos, entendo que

menos prudente tem sido a agitação deste processo ainda em Juízo pelo meio da apelação que por demais não deveria ter sido admitida...”⁶².

As opiniões do promotor encontraram eco na corte. Em junho de 1865, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro finalmente julgou improcedente o recurso interposto por D. Francisca Padilha e ordenou a transferência de Cabrinha para a cadeia de Ouro Preto, onde cumpriria sua pena.⁶³

A insurreição do Serro reforçou na política repressiva – ou, como preferiam dizer, preventiva – das autoridades provinciais de Minas Gerais a necessidade de vigiar a população de cor. Ao longo da década de 1860, cresceram as demandas de controle da ordem pública e o esforço de tornar concretas velhas medidas policiais raramente observadas. Ainda em novembro de 1864, preocupado com a presença de escravos armados na lavra do Barro e demais lavras vizinhas em São João da Chapada, o presidente Pedro de Alcântara Cerqueira Leite ditara providências enérgicas ao delegado de Diamantina. “A absoluta proibição do uso de armas ofensivas principalmente em mãos de escravos é sempre indispensável; porém o comércio destes com os das lavras, ou fazendas vizinhas, as reuniões em maior número, as suas freqüentes comunicações com as povoações, são objeto que exige particular atenção no caso presente e para o futuro”⁶⁴.

Assim foi feito. Em 1865, o delegado João Nepomuceno de Aguiar lançou editais visando reorganizar o cotidiano da vida urbana de Diamantina. Aos taverneiros, vetou a abertura de seus negócios depois das nove horas da noite, assim como a realização de algazarras e batuques que incomodassem os vizinhos. Proibiu o vagar de bêbados e “mulheres desonestas” nas ruas, que andavam a “fazer orgias” e a ofender “a moral pública”. Finalmente, ordenou à polícia que todo cativo encontrado na rua sem passaporte

⁶² *Jornal do Commercio*, 07/12/1864, p. 1.

⁶³ Petição do promotor público de Diamantina, João Batista de Almeida e Silva Barca (09/03/1865). ANRJ, processo crime de insurreição, José Cabrinha (escravo), 1865, p. 140.

⁶⁴ Em Ouro Preto, a lei reservava aos presos condenados à galés o trabalho nas igrejas matrizes, nos estabelecimentos de caridade e demais edifícios públicos. *Minas Geraes*, 12/07/1864.

⁶⁵ Ofício enviado por Pedro de Alcântara Cerqueira Leite ao 2º suplente do delegado de polícia do termo de Diamantina (10/11/1864). ANRJ, Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJ1, maço 628 (1864).

de seus senhores depois das nove da noite fosse recolhido à cadeia da cidade e castigado com duas dúzias de bolas.⁶⁵

No Serro, medidas repressoras foram igualmente fortalecidas. Em abril de 1866, o juiz de Direito João Salomé Queiroga ainda se lamentava da “quadra medonha” pela qual vinha passando o município nos últimos dois anos, referindo-se especialmente ao crescimento da criminalidade. Grande parte da culpa, no entanto, ele atribuía às próprias autoridades que não cumpriam com suas obrigações. Para restabelecer o antigo estado de paz, ordenou então aos delegados de polícia da comarca que tomassem as armas com que aparecesse nas povoações qualquer indivíduo, rico ou pobre; que os embriagados permanecessem detidos sob custódia durante sua embriaguez e que as reuniões noturnas para batuques ou outros “ajuntamentos ilícitos” fossem terminantemente proibidas.⁶⁶

Apesar de tudo, tais providências teriam que ser reiteradas no ano seguinte, quando Queiroga recomendou a declaração pelas autoridades policiais de uma verdadeira “guerra de morte” aos batuques, bêbados e vadios, em função dos diversos atentados e assassinatos cometidos por escravos contra homens brancos. Entretanto, suas medidas encontravam difícil aplicação num ambiente marcado pela proximidade entre pessoas de todas as condições. Nutrindo poucas esperanças, o juiz teria de se contentar em somente escandalizar-se com uma das características mais marcantes da comarca do Serro, qual seja, o fato de que “nossos costumes atrasadíssimos consentem o execrável espetáculo de se verem reunidos debaixo de um só teto pessoas de todas as qualidades, de todas as cores, de educação ou sem ela. e até oh! Vergonha! Escravos em mútua convivência, bebendo cachaça e dançando batuques com homens livres!”⁶⁷

⁶⁵ Ofício do delegado de Diamantina, João Nepomuceno de Aguiar, aos subdelegados do termo, s/d. ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJ1, maço 630 (1865).

⁶⁶ Cópia do provimento com que o Juiz de Direito da comarca do Serro, João Salomé Queiroga, encerra a Correção na cidade de Diamantina (19/04/1866). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJ1, maço 779 (1866-1867).

⁶⁷ Idem, 28/05/1867.

Entre muitas “qualidades”: notas sobre a população do município do Serro

Faustino foi o único escravo africano indiciado por envolvimento na insurreição do Serro. Preso e julgado como cúmplice dos escravos da Sesmaria, negou qualquer participação no levante e acabou absolvido por absoluta falta de provas. O tropeiro de Thereza Joaquina de Jesus, mãe do Barão do Serro, era um escravo com mais de 50 anos, assim como muitos de seus companheiros da África que ainda compunham parte dos plantéis de onde vieram os rebeldes, nas décadas de 1860 e 1870. Em meados do século XIX, no entanto, os africanos figuravam como minoria diante de uma população escrava fortemente criolizada e em grande parte natural da própria região do Serro.

As proporções dos segmentos representados no grupo rebelde de 1864 dialogavam com aquelas vigentes no quadro mais amplo dos habitantes do Serro. Detalhadas distinções de cor perpassam toda a documentação relativa à insurreição, apontando para diferentes experiências de inserção na sociedade escravocrata do norte mineiro. Podemos atribuir a elas quase os mesmos significados usados por Júnia Ferreira Furtado para descrever a população de cor de Diamantina, no fim do século XVIII. Segundo a autora, “enquanto os africanos eram designados pela nação de origem na África, os escravos nascidos no Brasil eram classificados de acordo com a cor, e não pelo local de nascimento. Essas designações incluíam os *crioulos*, cuja pele era mais escura (filhos de pais negros, quase sempre africanos), os mulatos e os pardos. Eram denominados *cabras* e considerados inferiores aos demais os indivíduos resultantes de diversas misturas raciais, muitas vezes de sangue índio”⁶⁸. Observamos apenas que, ao longo do século XIX, os escravos trazidos da África deixaram cada vez mais de serem identificados por sua nação para constituírem a ampla categoria dos “africanos”. Assim, por exemplo, é denominado o escravo Faustino, também chamado de *preto*. Quanto aos *cabras*, eram freqüentemente fruto da miscigenação entre *crioulos* e os ditos “homens do sertão”.

No interior de uma sociedade fortemente miscigenada - e talvez por isso mesmo tão ciosa de suas fronteiras - este sistema de classificação racial servia tanto aos escravos, quanto à população livre. No caso dos primeiros, não era raro que a “qualidade” fosse

⁶⁸ Ver: FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes - O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 49.

incorporada ao nome próprio como acontece, por exemplo, com José Cabrinha. Tal é o que se verifica nos recenseamentos realizados para a província de Minas Gerais ao longo do oitocentos. Para a cidade do Serro, especificamente, eles existem em certo número na primeira metade do século XIX, mas tendem a escassear a partir da década de 1850. Sendo assim, o mais completo registro demográfico disponível para o período que precede a rebelião de 1864 remonta a 1840. Trata-se de uma lista nominal dos habitantes residentes no distrito da cidade do Serro, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, cuja análise oferece um interessante perfil da população serrana nas vésperas da extinção do tráfico atlântico de escravos no Brasil.⁶⁹

Tabela 1 - Distribuição da população livre da cidade do Serro segundo sexo e cor, em 1840

QUALIDADE	HOMENS	H %	MULHERES	M %	TOTAL	abs.%
Branços	450	30%	544	29%	994	29%
Pardos	814	54%	1.020	54%	1.834	54%
Crioulos	177	12%	235	13%	412	12%
Cabras	52	3%	54	3%	106	3%
Africanos	18	1%	18	1%	36	1%
TOTAIS	1511	100%	1871	100%	3.382	100%

Fonte: APM - Censo provincial. 1840.

O censo do Serro traz à luz uma cidade marcada pela maciça presença dos afro-brasileiros, sejam eles escravos, libertos ou nascidos livres. Dos 4.569 habitantes contados

⁶⁹ *Relação nominal dos habitantes do distrito da cidade do Serro, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, município da mesma cidade, e comarca do Serro Frio* (21/12/1840). APM: Coleção Mapas de População, caixa 09, inventário 15, microfilme, 68 p. Censo realizado em conformidade à ordem da presidência da província de Minas Gerais e a ela enviada pelo juiz de paz José Pereira Guimarães. A lista nominal é organizada por fogos, quarteirões, idades, qualidades (branco, cabra, crioulo, africano, pardo e mestiço) e ocupações, com discriminação dos indivíduos que sabem ler e escrever, entre livres e escravos. Os libertos, com exceção dos dois exemplos citados, não aparecem identificados como tais na relação. Os dados aqui apresentados foram recontados e corrigidos por nós, de modo que a população total do distrito contabilizada

em 1840, 3.575 (78%) eram pardos, crioulos, cabras ou mestiços. No interior da população livre, os 1.834 (54%) pardos figuravam como o contingente racial mais numeroso da cidade, secundados respectivamente pelos brancos (994), crioulos (412), cabras (106) e africanos (36), como mostra a tabela 1. A predominância dos pardos e, dentre eles, das mulheres, aponta para os padrões locais de manumissão, uma vez que os pardos têm pouquíssima representatividade entre a população escrava. Infelizmente, o censo não diferencia o percentual dos habitantes livres que corresponderia aos libertos. Apenas um homem crioulo e uma mulher parda aparecem diretamente descritos como “forros”.

Na década de 1840, a população escrava da cidade do Serro contava 1.187 indivíduos ou 26% do total geral de moradores. Embora os africanos ainda fossem muitos, prevaleciam os cativos nascidos no Brasil, conforme vemos na tabela 2. Genericamente denominados pela historiografia como *crioulos*, eles compunham em torno de 60% (720) do total de escravos, uma tendência geral para a província de Minas Gerais.⁷⁰ Dentre os cativos brasileiros, os crioulos em sentido estrito eram os mais numerosos (463 indivíduos) e representavam 39% da população escrava total. Logo em seguida, vinham os 155 cabras (13,1%) e 101 pardos (8,5%), percentual bem distante da maioria que formavam entre os livres. Apenas um escravo é descrito no censo como “mestiço” referindo-se, provavelmente, a alguma ascendência indígena.

Se considerados individualmente, os africanos figuravam como o grupo étnico de maior representatividade entre os escravos (39,3%) do Serro, no ano de 1840. A vitalidade das ligações econômicas do município com Diamantina e a mineração de ouro e diamantes contribuíram bastante para este perfil. Lamentavelmente, o censo provincial não traz indicações sobre as regiões de origem destes escravos na África, mas, como vimos anteriormente nos estudos de Libby, Paiva e Fragoso, sabemos que os cativos comprados por Minas nesta época provinham sobretudo da África centro-ocidental, com destaque para os benguelas, angolas e congos. Tal tendência continuou a valer para a década de 1860,

no documento em 3.350 habitantes, passou a 4.569 indivíduos após nova soma. Para o conjunto dos dados censitários, portanto, considere-se uma margem de erro relativa à contagem manual realizada.

⁷⁰ Assim constatou igualmente Douglas Libby através da pesquisa dos mapas de população de Minas Gerais, ao longo da década de 1830. Ver: LIBBY, Douglas Cole. “Protoindustrialização em uma Sociedade Escravista: o caso de Minas Gerais”. In: SZMRECSANYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002. p. 249.

com a diferença do crescimento da participação dos congos⁷¹. Chegando à comarca, é possível que estes escravos tenham encontrado ainda tradições da África ocidental, de onde vieram significativas levas de cativos ao longo do século XVIII. Significados culturais de origem africana, portanto, estavam amplamente disponíveis aos escravos do Serro e foram reinventados tanto pela primeira geração de africanos, quanto por seus descendentes *crioulos*.

Tabela 2 - Distribuição da população escrava da cidade do Serro segundo sexo e cor, em 1840

QUALIDADES	HOMENS	H %	MULHERES	M %	TOTAL	abs. %
AFRICANOS	333	47%	134	28%	467	39,3%
CRIOULOS	233	33%	230	47,8%	463	39%
CABRAS	92	13%	63	13%	155	13,1%
PARDOS	48	7%	53	11%	101	8,5%
MESTIÇOS	0	0%	1	0,2%	1	0,1%
TOTAIS	706	100%	481	100%	1.187	100%

Fonte: APM - Censo provincial, 1840.

No interior da população crioula sob o cativo havia maior proporcionalidade na distribuição por sexos do que entre os africanos. Os padrões do tráfico atlântico se refletiam nas razões de masculinidade discrepantes de 107,5% entre os crioulos e 248,5% entre os africanos (tabela 3). Homens e mulheres aparecem em geral igualmente representados entre os escravos brasileiros, com exceção dos cabras, entre os quais os homens constituíam uma maioria de cerca de 60%. As brasileiras, por sua vez, predominavam entre as mulheres escravas e correspondiam a 72% da população feminina total.

Embora os africanos sejam numerosos, os números para o Serro em 1840 contrastam bastante, por exemplo, com aqueles relativos a Carrancas, freguesia de São João

Dei Rey, quando da rebelião de 1833⁷². Em números absolutos, os escravos correspondiam à cerca de 60% do total de habitantes de Carrancas na época, sendo empregados principalmente por um florescente setor agropecuário mercantil que mantinha fortes ligações com o Rio de Janeiro. Como resultado da renovação e incremento da população escrava proporcionados pelo acesso ao tráfico, os africanos chegavam a representar mais de 60% da mão-de-obra cativa em alguns distritos, praticamente invertendo os números do Serro.

Tabela 3 - Participação de brasileiros e africanos na população escrava da cidade do Serro por sexo e razão de masculinidade, em 1840

	Brasileiros %		Africanos %		Total %	
Homens	373	52,8	333	47,2	706	100
Mulheres	347	72,1	134	27,9	481	100
Total	720	60,7	467	39,3	1.187	100
Razão de Masculinidade	107,5	-	248,5	-	146,8	-

Fonte: APM - Censo provincial de 1840

O movimento demográfico do Serro parece ter se assemelhado aos padrões encontrados por Libby e Paiva⁷³ em diversas regiões da província de Minas, no intervalo entre as décadas de 1830 e 1870. Descobrimos no início deste período um contingente oriundo correspondente à cerca de 60% da população escrava, estes autores concluíram por um expressivo potencial de reprodução natural que vigorava mesmo num cenário de grande pressão do tráfico atlântico, como entre os anos de 1820 e 1840. Dentro do quadro geral, exceção deve ser feita à Diamantina e algumas partes do centro-sul mineiro onde a mineração dos diamantes e a lavoura cafeeira, respectivamente, progrediram com base na

⁷¹ BERGAD, Laird. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, especialmente p. 150-152.

⁷² ANDRADE Marcos Ferreira de. "Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas". *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21 e 22, 1998/9, p. 51.

⁷³ PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. "Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX". *Estudos Econômicos* 25, v. 2 (maio/agosto 1995), p. 203-233.

importação maciça de braços africanos. Comparando os dados fornecidos pelas listas nominativas da década de 1830 com matrículas de escravos para os anos 1873-1875, Libby e Paiva argumentam ainda que padrões positivos de reprodução teriam passado a dominar o comportamento demográfico da população escrava após 1850. Contudo, os germes do equilíbrio entre os sexos e do alargamento da base da pirâmide etária que caracterizam os anos 70 do século XIX já estariam presentes - ainda que de forma incipiente - no período 1831-1832.

Ao longo do século XIX, a população escrava do Serro só tendeu a aumentar, acompanhando mais uma vez o movimento demográfico geral de Minas Gerais. Não há censos completos para a cidade nas décadas de 1850 e 1860, mas contamos com mapas gerais de população, como o que vimos para 1856. Neste ano, estimava-se que o total de habitantes da cidade do Serro chegasse a 10.584, correspondendo os escravos a cerca de 1/5 dos indivíduos.⁷⁴ Em 1862, o governo provincial enviou nova ordem para que todos os distritos da província recenseassem suas populações, mas nem todos lograram atender plenamente ao pedido. O pároco Cândido Augusto de Mello preparou uma contagem aproximada dos habitantes da freguesia da cidade do Serro, baseando-se em informações incompletas e projeções pouco confiáveis. Apontou a existência de 2.000 fogos na cidade, compostos por uma média de cinco pessoas. Multiplicando estas estimativas, calculou a população total em 10.000 habitantes, dos quais 8.800 seriam livres (4.300 homens e 4.500 mulheres) e 1.200 escravos (550 homens e 650 mulheres). Dentre eles, 3.800 habitantes seriam solteiros e 5.000 casados.⁷⁵

No censo parcial de 1862, a população do município do Serro certamente aparece subestimada, assim como a participação dos cativos. Em 1873, o Recenseamento Geral confirmou a tendência de crescimento demográfico da cidade, mostrando que o Serro abrigava, então, 11.995 habitantes, dentre os quais 2.143 (17,9%) eram escravos⁷⁶. No interior de uma população mancipia que havia crescido, mas tornava-se proporcionalmente

⁷⁴ "Mapa das Freguesias, Distritos, Fogos, Populações parciais e geral do Município do Serro" (janeiro de 1856), elaborado pelo delegado de polícia Bento Carneiro. APM: Seção Provincial - Presidência da Província, caixa 50, documento 24.

⁷⁵ "Mapa de população da freguesia do Serro" (17/07/1862). APM: Seção Provincial, maço 956.

⁷⁶ Diferentemente de outras províncias do império, pesquisadas em 1872, o Recenseamento Geral para Minas Gerais é concluído apenas em 1873. Ver: *Anuário Estatístico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: 1921, Ano I, vol. 2, p. 16.

cada vez menos representativa, avançava o equilíbrio na distribuição entre os sexos: eram 1.164 homens (54,3%) e 979 mulheres (45,7%), resultando no decréscimo da razão de masculinidade (118,9), se comparada aos números de 1840 (146,8).

As proporções relativas também haviam mudado significativamente em 1873 se considerada a Comarca do Serro como um todo: a população branca (56,2%) se expandiu, enquanto os contingentes livre de cor (29%) e escravo (13,8%) perderam representatividade. Segundo Laird Bergad, o Serro foi a região mineira que sofreu a transformação mais radical nos padrões de distribuição racial da população ao longo do século XIX. Diversos fatores poderiam explicar as mudanças. Muitos negros e mulatos livres, por exemplo, teriam migrado para outras regiões de Minas no período da crise dos diamantes ou crescido em ritmo mais lento em comparação ao início do século. Quanto aos brancos, teriam ganhado expressividade numérica com a migração proveniente de outras áreas da província, atraídos pela expansão econômica do Serro na metade do século XIX. De qualquer maneira, a população livre de cor permanece sempre numerosa, correspondendo pelo menos ao dobro do segmento escravo do Serro durante o oitocentos.⁷⁷

⁷⁷ A este respeito ver: BERGAD, Laird, Op. Cit., especialmente p. 177-120.

Aguardente e diamantes: a comunidade rebelde de 1864

A leitura dos autos criminais gerados pela insurreição do Serro revela a existência de uma liderança representativa da população escrava de Minas Gerais em meados do século XIX: ela é constituída sobretudo por escravos nascidos nos limites da província e residentes há bastante tempo nas propriedades citadas em 1864. Dos 40 escravos mencionados no processo de insurreição, 21 podem ser identificados segundo sua naturalidade. Deste total, 16 são nascidos em distritos da própria comarca do Serro, 4 são denominados genericamente como “crioulos” e um é africano. Quanto às suas diferentes cores, dentre os 20 escravos com alguma referência a respeito, há 8 crioulos, 7 cabras, 3 pardos e 1 preto. Some-se a estes, o estatuto ambíguo de Adão, designado alternadamente como pardo e cabra, fato indicativo da semelhança na percepção dos dois segmentos menos numerosos da população escrava do Serro. Nenhuma escrava foi argüida diretamente pela polícia e, nos interrogatórios colhidos, Inês é a única mulher mencionada pelos rebeldes.

QUADRO 2 -Escravos citados no processo de insurreição em 1864 (40) - Serro e Diamantina

Nome	Origem	Cor	Idade	Ocupação	Est. Civil	Proprietário
José Cabrinha	Itambé do Mato Dentro	Cabra	30 anos	Oficial de pedreiro	Solteiro	Francisca de Araújo Padilha
Demétrio	Serro	Pardo	18 anos	Alfaiate	Solteiro	Francisca de Araújo Padilha
Alexandre	Itambé do Mato Dentro	Cabra	23 anos	Pedreiro	Solteiro	Rita Henriqueta da Fonseca
Leonel	Serro	Crioulo	30 anos	Serviço doméstico	Solteiro	Cândida Orlinda da Fonseca
Nuno	Conceição	Cabra	36 anos	Oficial de ferreiro	Casado	Veríssimo Pereira dos Reis
Adão	Serro	Cabra ou pardo	28/30anos	Alfaiate	Solteiro	Ermelinda Cândida Perpétua de Vasconcellos Brito
Ricardo	Diamantina	Crioulo	25 anos	Marceneiro	Solteiro	D. Florinda
Otaviano	Serro	Cabra	50 anos	-	Solteiro	Joaquim Bernardino Pereira de Queiroz
Cesário	-	-	-	-	-	Joaquim Bernardino Pereira de Queiroz
Martiniano	Serro	Cabra	40 anos	Oficial de sapateiro	Solteiro	Júlia Carneiro
Inês	-	-	-	-	-	“parceira” de Martiniano
Francisco	Curimataí	Pardo	29 anos	Oficial de alfaiate	Solteiro	Joaquim Pereira Guimarães
Vicente	Rio Vermelho	Cabra	32 anos	Carpinteiro	Solteiro	Francisco Cornélio Ribeiro

Fonte: ANRJ - Processo criminal - Insurreição do Serro -1865; Arquivo do Fórum do Serro - Inventários post-mortem.

Nome	Origem	Cor	Idade	Ocupação	Est. Civil	Proprietário
Cassiano	-	-	-	-	-	Irmão de Vicente
Rufino	-	-	-	-	-	José de Ávila
Ernesto	Milho Verde	Crioulo	-	Mineiro	-	Desconhecido
Benedito	-	-	-	-	-	Francisca Romana
João	-	-	-	-	-	Francisca Romana
Bazílio	-	-	-	-	-	Coronel Faustino
Adão	Crioulo	-	-	-	-	Marcos Vaz Mourão
Firmiano	-	-	-	Pajem	-	Marcos Vaz Mourão
José Tropeiro	-	-	-	Tropeiro	-	“Fazenda Sesmaria”
David	Serro	Pardo	-	Alfaiate	-	Domingos Augusto
Jerônimo	Crioulo		30 anos	Mineiro	Solteiro	José Henrique Pereira
Chico Bahia	-	-	-	-	-	Joaquim Pereira Bahia
Antônio	Crioulo	-		-	-	José Vieira Gomes
Francisco	Serro	Cabra	-	Oficial de alfaiate	Solteiro	Maria Augusta de Queiroz
Teodoro	-	-	-	-	-	José Joaquim de Souza
Diniz	-	-	-	Trabalha na lavra do Barro		“foi do falecido Barão da Diamantina”
Desconhecido	-	-	-	-	-	Modesto Rodrigues Campos
Desconhecido	-	-	-	-	-	Anselmo da Costa Guimarães

Fonte: ANRJ - Processo criminal - Insurreição do Serro - 1865; Arquivo do Fórum do Serro - Inventários post-mortem.

Nome	Origem	Cor	Idade	Ocupação	Est. Civil	Proprietário
Clementino	-	-	-	-	-	-
Sebastião	Rio Vermelho	Crioulo	16 anos	-	Solteiro	Francisco José de Araújo Fonseca
Timóteo	Serro	-	20 anos	s/ ofício	-	Gabriel José de Araújo Fonseca
Santos	-	-	-	-	-	“do Demétrio”
Luiz	-	-	-	-	-	“do advogado Nascimento”
Joaquina	-	Crioulo	15 anos	-	-	Major Belizário Moreira Pinto
Baiano	-	-	-	-	-	Thereza Joaquina de Jesus
José	-	-	-	-	-	Thereza Joaquina de Jesus
Faustino	África	Preto	50 anos	Tropeiro	-	Thereza Joaquina de Jesus

Fonte: ANRJ - Processo criminal - Insurreição do Serro -1865: Arquivo do Fórum do Serro - Inventários post-mortem.

Sob o comando dos cabras José Cabrinha, Nuno e Adão reuniu-se uma vasta gama de cativos com ofícios especializados, atuantes nos meios urbano e rural. Dentre os 40 rebeldes listados no processo, 18 trazem indicação quanto à ocupação em que se empenhavam: são 5 alfaiates (dois oficiais), 3 escravos empregados em serviços domésticos, 2 pedreiros (um oficial), 2 tropeiros, 2 mineiros, 1 oficial de ferreiro, 1 oficial de sapateiro, 1 marceneiro e 1 carpinteiro. É razoável supor que um bom número dos cativos sem ocupação identificada trabalhava na exploração das lavras diamantinas, emprego que exigia alto grau de especialização.⁷⁸ A predominância de escravos qualificados entre os rebeldes está ligada a diversos fatores, a começar pela sua mobilidade. A rotina de

⁷⁸ Timóteo aparece descrito como escravo sem ofício. Já que Leonel foi designado alternadamente no processo como escravo “sem ofício” e dedicado ao “serviço doméstico”, acreditamos que a mesma ocupação possa ser atribuída a Timóteo.

trabalho os colocava regularmente em contato, já que eles circulavam entre diversas propriedades das mesmas famílias e eram freqüentemente alugados para o desempenho de serviços entre o Serro e Diamantina. Deslocados pelos senhores, acabavam por ampliar suas redes de relações e laços de fidelidade entre cidades, fazendas e lavras.

Assim, por exemplo, vemos ocorrer repetidas vezes com Nuno. Quando da primeira reunião para tratar da insurreição, Nuno realizava “suas obras de ferreiro” na fazenda Sesmaria e também prestava serviços a terceiros no momento em que o movimento foi descoberto. No início de outubro de 1864, ele trabalhava alugado na fazenda Liberdade, propriedade de Jacinto Pereira de Magalhães e Castro, delegado do Serro. Nuno pertencia ao major Veríssimo Pereira dos Reis, único entre os senhores de escravos rebeldes descrito como pardo.⁷⁹ Aos 33 anos, Veríssimo morava na cidade do Serro, onde “vivía de negócio”, levando adiante as atividades de sua família que há muitos anos estava radicada na região.⁸⁰

Assim como Nuno, muitos outros cativos e, com especial freqüência, os mineiros, chegavam a passar vários meses ou anos sob a tutela de outros senhores.⁸¹ Esta fora, afinal, uma prática herdada do passado, quando o aluguel de escravos era amplamente utilizado tanto na exploração aurífera, quanto na extração de diamantes capitaneada pela Real Extração. Como argumenta Douglas Libby a partir da análise do Censo Geral de 1872, acreditamos que as transferências temporárias de mão-de-obra (os escravos “jornaleiros”) tenham mesmo se expandido ao longo do século XIX, principalmente após a cessação do tráfico negreiro e a conseqüente alta no preço dos cativos.⁸²

Se o aluguel ampliava o campo de atuação dos escravos, era não raro também uma situação bastante perversa.⁸³ Os cativos alugados podiam estar entre os que recebiam o pior

⁷⁹ *Relação nominal dos habitantes do distrito da cidade do Serro, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, município da mesma cidade, e comarca do Serro Frio* (21/12/1840). APM: Coleção Mapas de População, caixa 09, inventário 15, microfilme, 68 págs, p. 532.

⁸⁰ Ação de Liberdade: Teodora parda (escrava). ANRJ. Corte de Apelação. Serro (1856), cx. 3680, maço 6798, p. 94.

⁸¹ Conforme assinalamos no primeiro capítulo, na época da insurreição do Serro muitos escravos de lavras vizinhas encontravam-se alugados a jornal para Rodrigo de Souza Reis no serviço do Barro, em São João da Chapada.

⁸² LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, especialmente capítulo 2.

⁸³ Sobre o tema, ver: VIOTTI DA COSTA, Emília. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue. A Rebelião dos Escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 85-86.

tratamento de senhores que visavam extrair deles o máximo de trabalho no menor tempo possível. O sistema de aluguel quebrava os “direitos costumeiros” a que tanto crioulos quanto africanos estavam habituados em suas propriedades de origem, abrindo espaço à resistência. Em alguns casos, o aluguel podia ser até mesmo uma espécie de punição ou recurso utilizado pelos proprietários para desvencilharem-se temporariamente de escravos insubordinados. É possível que a rebelião de 1864 tenha se beneficiado de experiências como esta, que alimentavam ainda mais o descontentamento de escravos que julgavam poder contar com a ajuda de uma conjuntura política favorável à emancipação.

A mobilidade alcançada pelos líderes do levante foi essencial não apenas para o recrutamento de aliados, mas também para a troca de informações entre o campo e a cidade. Note-se que foram justamente os escravos domésticos - Leonel e Timóteo - os portadores da correspondência entre a fazenda Sesmaria e a cidade do Serro, assim como desta para os alfaiates de Diamantina. Do mesmo modo, Firmiano, pajem de Marcos Vaz Mourão, foi o escravo escolhido por José Cabrinha para levar recados a seu parceiro Adão no Serro. Os cativos domésticos representaram um elo decisivo entre os rebeldes e deixaram para trás o paternalismo que poderia caracterizar suas relações com os senhores no interior da casa-grande. É interessante notar que não foram eles os que disseram preferir obter a liberdade através do “dinheiro”, recusando-se a tomar parte na insurreição. Tal opção fazia parte dos planos dos escravos das lavras diamantinas que ainda nutriam esperanças de se beneficiarem das riquezas que descobriam para seus senhores.

Além daqueles diretamente denominados nos autos, é possível que muitos outros escravos domésticos tenham participado do planejamento da insurreição, com destaque para aqueles residentes nas cidades, geralmente como parte de pequenos e médios plantéis. Este é o caso do crioulo Joaquim, jovem escravo do Major Belizário Moreira Pinto, coletor do município do Serro.⁸⁴ Aos 15 anos, Joaquim integrava um grupo de apenas quatro cativos: além dele, viviam num sobrado da ladeira do Gambá o cabra Adão, de 15 anos; Sebastiana, crioula de 28 anos que fora ama das filhas de Belizário, e Carolina monjolo.

⁸⁴ Joaquim crioulo é listado no início do processo de insurreição como escravo informante, mas acaba não sendo interrogado pelas autoridades do Serro. ANRJ, processo crime de insurreição, José Cabrinha (escravo), 1865, p. 3.

escrava com 52 anos em 1864, 36 dos quais passados nas senzalas de diferentes membros da família do major.⁸⁵ Dificilmente, eles não estariam avisados do levante.

Na verdade, muitos dentre os senhores dos escravos que protagonizaram o levante de 1864 desfrutavam de ampla convivência social na cidade do Serro, fato que ajuda a compreender ainda mais o círculo de contatos e alianças traçado pelos rebeldes. As famílias Fonseca e Rabello, por exemplo, mantinham casas assobradadas muito próximas umas das outras no centro e, por vezes, realizavam negócios entre si. Em maio de 1863, Sebastião José Ferreira Rabello, filho de Thereza Joaquina de Jesus e irmão de Joaquim José Ferreira Rabello, envolveu-se num imbróglio motivado justamente por uma compra de escravos feita aos Fonseca. Depois de repetidos anúncios publicados no jornal *O Jequitinhonha*, Sebastião havia finalmente conseguido prender em Diamantina seu escravo Antônio, jovem “acabocelado” de dezesseis para dezessete anos, que se encontrava fugido desde fevereiro daquele ano.⁸⁶ O sucesso só não foi maior porque logo se espalharam rumores de que a captura de Antônio fora ilegal, uma vez que ele não poderia mais ser considerado escravo de seu suposto senhor.

Tais acusações motivaram Sebastião Rabello a escrever uma extensa carta a *O Jequitinhonha*, com o objetivo de explicar a história de Antônio e provar “como era ele escravo”.⁸⁷ Após sua morte, Gabriel de Araújo Fonseca deixou como legado a sua sobrinha, D. Henriqueta Senhorinha Carlota da Fonseca, uma escrava parda chamada Raimunda. Em 1853, esta propôs a sua senhora uma ação de proclamação de liberdade que chegou a ser encaminhada para a Relação do Rio de Janeiro, mas não obteve êxito. Durante o depósito a que foi submetida enquanto durou o processo, Ricarda teve dois filhos que, uma vez “enfeitados” por ela, acabaram sendo batizados com o nome de Antônio e reduzidos à escravidão por D. Henriqueta Fonseca, que assim cumpria sentença confirmada pela relação de Diamantina. Concluído o litígio, D. Henriqueta vendeu a parda Ricarda a Pedro Ferreira Rabello e os dois Antônio a, respectivamente, Gabriel José de Araújo Fonseca e Sebastião Ferreira Rabello. Pouco tempo depois, indo à praça Ricarda e uma sua

⁸⁵ Inventário de Belizário Moreira Pinto. Arquivo do Fórum do Serro (doravante AFS). cx. 80 (sem identificação). 1867.

⁸⁶ *O Jequitinhonha*, 18/04/1863, p. 4.

⁸⁷ *O Jequitinhonha*, 09/05/1863, p. 4.

filha de nome Bernarda para pagamento das dívidas de Pedro Rabello. Sebastião arrematou as duas e levou-as para trabalhar em sua fazenda.

No mesmo local, morava o escravo Antônio que, segundo seu senhor, vivia “em harmonia” com a mãe e a irmã, reconhecendo-as como tais. De acordo com Sebastião Rabello, em atitude somente explicável pelas “instâncias de algum protetor mal informado”, Antônio fugira da fazenda em fevereiro de 1863, tomando a direção de Diamantina. A “proteção” que recebia naquela cidade estava dificultando tanto a sua captura, que Sebastião resolveu oferecer uma gratificação de 100\$000 réis através do jornal a quem o prendesse e entregasse na cidade do Serro. Ele prometia que “vindo o escravo apadrinhado, e sem ser necessária essa despesa, será atendido todo padrinho, e nem se tentará ação sobre aluguéis do mesmo, contra a pessoa que o tiver acoitado”.⁸⁸ Deste modo, Antônio foi preso no fim de abril e voltou ao trabalho na fazenda de seu senhor.

O exemplo de Antônio é um dentre muitos outros ilustrativos das relações escravistas no Serro. Muitos escravos passavam a vida entre as propriedades das famílias mais abastadas da região, onde faziam e refaziam duas relações familiares. Diferentemente da história de Antônio, porém, os laços de parentesco presentes na comunidade escrava em revolta raramente foram mencionados na investigação criminal. Não há registro sobre a participação na rebelião de mulheres escravas do Serro, embora o plano deva ter chegado, por exemplo, ao conhecimento da esposa de Nuno, único dentre os escravos que declarou ser casado. Exceção seja aberta à vaga referência feita a Inês, “parceira” do sapateiro Martiniano, que o havia aconselhado a não se meter nas “armadas” de Adão.⁸⁹

Como vimos, a única mulher presa e interrogada em 1864 fora a quilombola Vitória da Costa, que tomara conhecimento da insurreição através de dois escravos que trabalhavam na rancharia de uma lavra de Rodrigo de Souza Reis. Filha de Clemência da Costa, natural do Pinheiro e moradora do Inhaí - ambos arraiais dos subúrbios de Diamantina - Vitória era provavelmente uma mulher forra. Ao ser presa em 17 de novembro de 1864, no Quartel do Indaiá, povoado próximo a São João da Chapada, ela declarou ter em torno de 30 anos e “viver do seu trabalho”. Há três semanas, o escravo fugido José Pinheiro havia sido preso no Curralinho e afirmado diante das autoridades que

⁸⁸ *O Jequitinhonha*, 18/04/1863, p. 4.

Vitória fazia parte de seu quilombo, mas que a tinha matado. Contrariando tais boatos, no entanto, ela acabou sendo localizada por uma das inúmeras diligências que estavam sendo realizadas na periferia de Diamantina com o objetivo de bater quilombos ou, ao menos, de recapturar alguns “negros do mato”.⁹⁰

Mais conhecida pela alcunha de “Vitório”, Vitória da Costa andava sumida no mato há mais de um ano. Argüida pela polícia, ela falou detalhadamente sobre as circunstâncias de seu desaparecimento, a vida no quilombo e os escravos que o compunham. Certo dia, indo com Alfonsim de Diamantina para o arrabalde chamado Palha, Vitória teria sido capturada pelos negros fugidos João Pinheiro, Maurício e João do Dó, que a levaram para o quilombo dos Ferreiros, sob ameaça de morte. Fugindo sempre da repressão, o mocambo mudara várias vezes de lugar, passando por vários povoados de mineração que cercavam a cidade Diamantina. Do córrego dos Ferreiros, Vitória contou que ele situava-se agora nas proximidades da casa do padre Januário, no Caetémirim.

No quilombo, todos se alimentavam “da carne de vaca que pegavam no campo”⁹¹ e não estavam isolados, relacionando-se com as senzalas da redondeza. Além da já aludida lavra do Barro, Vitória afirmou que ela e seus companheiros iam também à lavra de Raimundo Pires de Figueiredo, na Serrinha. Os homens controlavam o cotidiano de atividades do mocambo e preferiam designar as mulheres para as tarefas de vigilância, algo que garantia sua permanência no mato. No seu auge, o quilombo dos Ferreiros teria chegado a reunir cerca de 21 escravos, dentre os quais:

“Thomazino escravo do Capitão Justiniano, João Rainha, escravo de Rosa de tal, Felipe que não se recorda do nome dele digo do Senhor, o qual é Africano. Jerônimo do Barão de Arassuaí, Mariana, escrava de Felisberto Brant, Carolina de Alexandre Gomes, Caetano escravo de Manoel da Silva, Raimunda, escrava de D. Henriqueta na Cidade do Serro. Thomaz escravo de Francisco Caldeira da Chapada, Mathias de Alexandre Gomes, Luzia escrava do Capitão Alexandre Gomes, Francisco Cabra

⁸⁹ 1º depoimento de Martiniano (22/10/1864). ANRJ, processo crime de insurreição. José Cabrinha (escravo). 1865, p. 17.

⁹⁰ “Interrogatório feito pelo delegado de polícia João Raymundo Mourão à Vitória da Costa, por alcunha o Vitório” (19/11/1864). BAT, processos criminais (Diamantina), maço 81, p. 1 e 2.

⁹¹ Idem, p. 3.

escravo do Capitão Francisco Gomes Ribeiro, Manoel escravo do Coronel Francisco José de Almeida, os quais todos se acham no Matacavalos (ilegível) da Roça”⁹².

Vitória fazia parte de uma comunidade de fugitivos que reunia escravos de alguns dos principais mineradores e/ou negociantes de diamantes de Diamantina. Dentre eles, muitos possuíam cativos envolvidos na rebelião do Serro, como era o caso de Felisberto Ferreira Brant, do capitão Alexandre Gomes da Silva Chaves ⁹³, sócio de Rodrigo de Souza Reis na lavra do Barro, e de D. Henriqueta Senhorinha Carlota da Fonseca, que pertencia à família cujos escravos lideraram o levante. ⁹⁴ O coronel Francisco José de Almeida e Silva e o capitão Justiniano Fernandes de Azevedo viviam igualmente da extração e exportação de diamantes. Francisco Gomes Ribeiro de Amorim tinha lavras em Diamantina e São João da Chapada, além de dedicar-se ao cultivo de cana-de-açúcar e “gêneros do país” no distrito de Curimataí.⁹⁵ O coronel Almeida e Silva mantinha uma lavra de diamantes no Serro e, como ele, todos os supracitados possuíam mais de 20 escravos empregados nos serviços de mineração e constavam entre os principais exportadores de Diamantina.⁹⁶

Entre os 9 homens e 4 mulheres nomeados por Vitória em novembro de 1864 - incluindo forros e escravos - havia apenas um cativo africano, embora a composição do quilombo também variasse. A quilombola mencionou a presença em diferentes momentos da liberta Maria Carlota e dos escravos João do Dó, José Pinheiro e Maurício. Ao que tudo indica, reproduzia-se nos Ferreiros a realidade étnica da comarca do Serro, onde a maior parte da população escrava já estava criolizada. Entretanto, apesar de juntos nas matas, os

⁹² Idem.

⁹³ Inventário de Rodrigo de Souza Reis. BAT, cartório 2º Ofício: maço 227, 1870, p. 61.

⁹⁴ Os escravos da lavra do Barro e de Henriqueta Carlota da Fonseca acumulavam experiências de fuga. Em 1862, o jornal *O Jequitinhonha* publicou anúncios para a recaptura de Samuel e Justino, do Barro, e da crioula Rainunda, de D. Henriqueta. Ver: *O Jequitinhonha*, 25/01/1862 e 04/10/1862, p. 4.

⁹⁵ De acordo com o almanaque provincial para o ano de 1870, na fazenda de Francisco Gomes Ribeiro, em Curimataí, existiam “um engenho de 5 moendas horizontais de ferro, um de três – um de serra, um de pilões e tafona – dois moinhos, uma roda de mandioca e boa casa de vivenda”. MARTINS, Antônio de Assis. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da província de Minas Gerais do anno de 1869 para servir no de 1870*. Ouro Preto: Tipografia do *Minas Geraes*, 1869, p. 276.

⁹⁶ Os almanaques provinciais de Minas Gerais para os anos de 1865 e 1870, trazem para os diversos distritos de Diamantina listas intituladas: “Mineiros que empregam na exportação de diamantes um número maior de vinte escravos”. Para o Serro, há apenas uma lista dos proprietários de lavras diamantinas no ano de 1870. Nelas, encontramos a maioria dos nomes de senhores de escravos fugitivos citados por Vitória da Costa. Ver: MARTINS e OLIVEIRA, *Almanaque (1865)*, p. 266, 267, 270, 271, 275 e 276; MARTINS, *Almanaque (1870)*, p. 181-182 e 201-203.

conflitos não tardaram a aparecer. De acordo com Vitória, sua saída do quilombo três semanas antes de ser presa fora motivada pelo espancamento que sofrera por João do Dó, escravo de Antônio Correia Braga.

Não resta dúvida de que os moradores dos Ferreiros estavam avisados da insurreição de 1864, engrossando a fileira dos rebeldes das fazendas e cidades. Para pânico das autoridades, Vitória afirmou que todos os “negros do mato” portavam foices e que o escravo do capitão Justiniano possuía uma arma de fogo. Como esperavam os rapazes da Sesmaria, eles realmente estavam prontos para coadjuvá-los na eclosão do movimento e, apesar da prisão de alguns de seus membros, o quilombo resistiu à repressão policial ao longo de grande parte da década de 1860. Em 1864, os mocambos representaram uma base de apoio para os rebeldes nas florestas, oferecendo abrigo, armamento e participação efetiva nos confrontos com os brancos, tanto no Serro, quanto em Diamantina.

A trajetória de solidariedade dos Ferreiros aos cativos do norte mineiro reforça o argumento de Flávio Gomes no sentido de considerar a complementaridade das experiências de insurreição e quilombamento. Refletindo sobre a insurreição de 1838, em Vassouras, o autor destacou que “ao invés de mundos diferentes, representavam eles uma extensão um do outro, no qual cativos e quilombolas, juntamente com outros personagens podiam lutar, por exemplo, em torno de maior autonomia e acesso à terra. Nesse sentido, esta luta, que começava no interior das senzalas, se estendia aos quilombos, ao passo que as variadas formas de enfrentamento dos quilombolas, para manter seus mocambos fora do alcance das mãos reescravizadoras de fazendeiros e autoridades, reforçavam a luta cotidiana dos escravos nas plantações, ajudando assim a modificar suas vidas e as relações com seus senhores”.⁹⁷ A rebelião do Serro teria sido provavelmente impensável sem o auxílio dos quilombolas e, muito mais do que uma alternativa à fuga, foi idealizada como ação conjunta por negros que partilhavam expectativas semelhantes quanto à possibilidade de acabar com o cativeiro.

Além dos quilombolas, a rebelião contava com o apoio da comunidade livre de cor. Ainda que misteriosos sobre suas companheiras escravas, os rebeldes do Serro falaram abertamente às autoridades sobre os contatos estreitos que mantinham com mulheres

⁹⁷ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas, Mocambos e Comunidades de Senzalas - Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 295.

libertas naturais do município, tais como Eva Joaquina de Campos e Maria Severina dos Santos. À Eva - e não a outros escravos - Adão preferira confiar a notícia de “que havia guerra a respeito da liberdade dos escravos mas não deste País”.⁹⁸ No entanto, o perfil do movimento era essencialmente masculino, característica que se acentua ainda mais se considerarmos a participação dos cativos empregados nos serviços de mineração de Diamantina, espaços onde a força de trabalho dos homens africanos e crioulos era requerida em intensidade muito superior à das mulheres.

Todos os escravos cujos ofícios qualificados puderam ser identificados eram homens que haviam nascido no Brasil, característica que se alinhava à tradição senhorial de privilegiar os crioulos na distribuição de tarefas especializadas. Tal divisão do trabalho alçava-os a uma posição de prestígio entre a escravaria, o que nos diz bastante sobre seu papel de liderança no levante. Os cativos especializados estiveram presentes no comando de diversas insurreições ao longo do século XIX, de que são exemplos Barbados (1816), Demerara (1823) e Vassouras (1838).⁹⁹ No Serro, as solidariedades tecidas no mundo de trabalho e lazer conhecido pelos rebeldes desde seu nascimento alimentavam-se ainda dos laços criados na especificidade das relações escravistas locais. No centro da rebelião, destacaram-se os escravos da família Fonseca que souberam fazer contar a seu favor o parentesco e a convivência direta proporcionados pela trajetória que lhes fora desenhada por seus senhores.

Os irmãos José Cabrinha e Alexandre haviam nascido em Itambé do Mato Dentro, distrito de Conceição, filhos de Clemência, escrava do Major Duarte Henrique da Fonseca. Em 1864, tinham, respectivamente, 30 e 23 anos, eram ambos pedreiros e haviam sido vendidos por seu senhor a parentes no Serro. Alexandre vivia “há muito tempo” na cidade trabalhando para Rita Henriqueta da Fonseca, irmã do Major, e Cabrinha trabalhava na fazenda Sesmaria para Francisca de Araújo Padilha, tia do mesmo, há pelo menos 12 anos. Seu parceiro Leonel, também com 30 anos, havia nascido naquela fazenda, onde

⁹⁸ Depoimento de Eva Joaquina de Campos (21/10/1864). ANRJ, processo crime de insurreição, José Cabrinha (escravo), 1865, p. 14.

⁹⁹ Ver, respectivamente: CRATON, Michael. “Proto-peasant revolts? The late slave rebellions in the British West Indies, 1816-1832”. *Past and Present* 85 (Nov. 1979), p. 99-125; VIOTTI DA COSTA, Op. cit. e Gomes, Op. Cit.

desempenhava serviços domésticos na parte pertencente à Cândida Orlinda da Fonseca, sobrinha de D. Francisca. O jovem Demétrio, de 18 anos, era igualmente natural do Serro e trabalhava como alfaiate para D. Francisca. Dois dos filhos de Francisca Padilha tinham ainda escravos envolvidos no levante: Gabriel José de Araújo Fonseca, senhor de Timóteo, e Francisco José de Araújo Fonseca, proprietário de Sebastião, um jovem de 16 anos que nascera no arraial do Rio Vermelho, nas vizinhanças do Serro, e chegara à cidade aos 4 anos.

Os rapazes da Sesmaria foram fundamentais para o levante: a partir deles espalharam-se os principais convites para a insurreição e em suas mãos permaneceu o centro decisório. Alguns destes escravos tinham longa tradição de fuga, como demonstram os anúncios publicados pelo periódico *O Jequitinhonha*, no decorrer da década de 1860. Em 1862, por exemplo, Marcos Vaz Mourão ofereceu 100\$000 a quem lhe trouxesse de volta o crioulo Adão, possivelmente o mesmo escravo interrogado nas investigações sobre a rebelião do Serro dois anos depois. Era ele um jovem cativo com habilidades diversas, que assim apareceu descrito no jornal:

“100\$000

À quem apreender e recolher às cadeias da Diamantina, Serra do Grão Mogol ou Ouro Preto, ou levar à fazenda de Sesmaria, no município do Serro, distrito do Rio do Peixe, pertencente a Marcos Vaz Mourão, um escravo do mesmo por nome Adão, crioulo, de 24 a 25 anos de idade, que fugiu da dita fazenda no mês passado, o qual tem os seguintes sinais: alto, bem feito de corpo, falta de dentes na frente, maçãs do rosto salientes, pouca barba dos lados da face, cicatrizes de antigas feridas no tornozelo e calcanhar, não havendo certeza se do pé direito ou esquerdo. Não encara francamente as pessoas à quem fala, olhando-as de esguelha. Levou jaleco de baeta azul forrado da mesma fazenda vermelha, chapéu de couro velho, 2 pares de calças, 1 de americano tinto de preto, outro de droga listrada. Trabalha de carpinteiro: tem princípios de ofício de pedreiro e de alfaiate. Gosta da pinga. Já andou fugido pelas Feixadas, tendo sido preso no Retiro das Freiras de Macaúbas”¹⁰⁰.

¹⁰⁰ *O Jequitinhonha*. 19/07/1862, p. 4.

Conforme verificamos no anúncio, Marcos Vaz Mourão era sócio de D. Francisca de Araújo Padilha na Sesmaria. A fazenda situava-se no arraial do Rio do Peixe, freguesia do distrito da cidade do Serro que contava com a segunda maior população do município.¹⁰¹ Em 1856, estimava-se que ali morassem 6.192 pessoas, entre livres e escravos.¹⁰² Depois de Milho Verde, esta era provavelmente a região do Serro onde a atividade mineradora mais prosperava, embora sem comparação com os níveis alcançados em Diamantina. Além disso, no Rio do Peixe também se localizavam as propriedades rurais de alguns dos mais abastados cultivadores de cana-de-açúcar do norte mineiro, entre os quais estavam os senhores dos escravos rebelados em 1864.

D. Francisca de Araújo Padilha era viúva do capitão Francisco José de Araújo Fonseca e residia numa das partes da Sesmaria que haviam sido partilhadas entre os herdeiros de seu marido. Ali se produzia desde milho e arroz com casca à aguardente. Em 1872, seu inventário foi aberto na cidade do Serro, arrolando bens valiosos entre terras, casas, benfeitorias e escravos. Naquela época, a Sesmaria espalhava-se pelos 360 alqueires que compreendiam os campos da Cachoeira, fazendo fronteira de um lado com a fazenda de José de Ávila Bittencourt Júnior e, de outro, com as terras de João Ferreira de Salles Júnior, Justino de Souza e Ávila, Pedro Generoso de Almeida e Silva, os herdeiros de Silvinha Correia e com a fazenda do Ribeirão, da qual D. Francisca tinha 80 alqueires.¹⁰³

A Sesmaria era uma fazenda mista que abrigava diferentes cultivos voltados para a subsistência e trocas no comércio local. Possuía uma roça de milho medindo oito alqueires, terras de cultura e pastos na extensão de 330 alqueires, bois de carro, vacas, burros e bestas. Havia muitos espaços dedicados à plantação de cana-de-açúcar que se encontravam em estados variáveis de conservação. Em 1872, foram inventariados um “canavial maduro, um novo, um cafrim, unido e um muito ruim que só serve para planta”; um canavial novo de um alqueire e meio e outro que estava estragado pelo gado, localizado no lugar denominado “buraco das Laranjeiras”. Além deles, existiam ainda as benfeitorias da fazenda que consistiam em “casa de vivenda, de sobrado, engenho de ferro, movido por água para moer

¹⁰¹ O antigo distrito do Rio do Peixe corresponde hoje ao município de Alvorada de Minas.

¹⁰² “Mapa das Freguesias, Distritos, Fogos, Populações parciais e geral do Município do Serro” (janeiro de 1856) elaborado pelo delegado de polícia Bento Carneiro. APM: Seção Provincial. Presidência da Província, ex. 56, documento 24.

¹⁰³ Inventário de Francisca de Araújo Padilha. AFS, cartório do 1º Ofício, ex. 1 (1871 a 1873), 1872.

cana, dois moinhos, casa para camaradas coberta por canos, senzalas, dois paióis, engenho de pilões, monjolo, tudo coberto de telhas”, dos quais somente metade cabia ao inventário.¹⁰⁴

Tais benfeitorias eram partilhadas por D. Francisca com parentes proprietários de partes menores da fazenda Sesmaria, quais sejam, Cândida Orlinda da Fonseca, sua sobrinha, e Custódio de Araújo Fonseca, seu finado filho de quem havia comprado há pouco as terras recebidas após a morte do pai. A principal atividade da Sesmaria era a produção de aguardente e milho, mas é bem provável que também vendesse cana para ser processada em outras propriedades, expediente bastante comum na economia canavieira de Minas. É o que confirma o almanaque de Minas Gerais para o ano de 1864, no qual a matriarca dos Fonseca aparece cercada por nomes conhecidos, figurando tanto na lista dos “carreiros”, com Sebastião José Ferreira Rabello, quanto na dos “fazendeiros que cultivam cana”, seguida de Marcos Vaz Mourão.¹⁰⁵ Todos eles eram senhores dos escravos que se rebelariam naquele ano, assim como os vizinhos capitão Modesto Rodrigues Campos, Cândida Orlinda e José de Ávila Bittencourt. No Serro, o levante fora tramado antes de tudo entre os crioulos especializados das fazendas de açúcar e aguardente que trabalhavam lado a lado com lavradores africanos de meia-idade.

Em 1872, D. Francisca possuía um plantel de 25 escravos, empregados em tarefas diversas. Ao que parece, ela morava de fato no Rio do Peixe, mas mantinha metade de uma casa de sobrado na rua da Cavallhada, centro da cidade do Serro. Ali contava com o trabalho de 9 cativos, dos quais apenas o sapateiro Joaquim, então com 60 anos, era africano. Todos os demais eram cativos naturais do próprio município do Serro. A costureira Maria Rita, mulher parda de 20 anos, morava na senzala do sobrado com seus dois filhos, a cabra Deolinda, de 4 anos, e o pardinho Prócoro, de apenas 2 anos. Como ela, a cozinheira Modesta, preta doente, ali vivia com sua filha Cristina, menina cabra de 1 ano e 4 meses.

¹⁰⁴ Idem, p. 23.

¹⁰⁵ MARTINS, A. e OLIVEIRA, J. O. de. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais*, 1864, p. 200 e 203. Nem sempre os indivíduos que se declaravam carreiros desempenhavam realmente esta atividade. Os autores do almanaque observaram que “debaixo deste título vão incluídos muitos cidadãos que não se empregam nesta indústria: e que para darem trabalho a seus escravos sujeitaram-se ao imposto municipal”.

Restavam ainda a crioula Eva, de 45 anos, e os ferreiros Francisco, homem pardo com 25 anos de idade, e Maurício, crioulo de 52 anos, o escravo mais valioso de D. Francisca.¹⁰⁶

A composição da escravaria que ficava na cidade era radicalmente diferente daquela que trabalhava nas dependências da Sesmaria. Em 1872, todos os 10 lavradores da fazenda eram africanos já envelhecidos e por vezes mutilados, solteiros, com idades que variavam entre 45 e presumidos 90 anos.¹⁰⁷ Adão, então com 70 anos, encontrava-se já “quebrado”, assim como Quintiliano e Lauriano, seus parceiros da mesma faixa etária que não tinham um dos braços. Leandro, Francisco Carioca, Venâncio e Serafim, escravos de 80, 85, 70 e 90 anos, respectivamente, permaneciam no serviço da roça, apesar da idade, bem como Marcos, Casimiro e Bazílio, que tinham todos por volta de 50 anos. Entre as mulheres, apenas a cozinheira Izabel era africana, sendo na época a escrava mais depreciada de D. Francisca, em função de seus 85 anos.¹⁰⁸

Os escravos crioulos da Sesmaria, por sua vez, tinham idades variáveis, eram todos solteiros e encontravam-se empregados em tarefas domésticas ou especializadas. José Bonito, de 35 anos, foi o único cativo a não trazer informações sobre seu ofício. Na fazenda, o preto Joaquim atuava como carpinteiro aos 80 anos, enquanto os igualmente pretos Francisco e Marta, ambos filhos do Serro com cerca de 45 anos, trabalhavam como cozinheiros. Além deles, havia apenas mais um escravo, precisamente José Cabrinha, pedreiro já com 35 anos em 1872, que cumpria na época pena de galés em Ouro Preto como cabeça da insurreição de 1864.¹⁰⁹

O plantel de escravos de D. Francisca no início da década de 1870 dificilmente pode ser visto como representativo da população escrava do Serro. Como vimos, os africanos foram bastante importantes entre os escravos do norte mineiro até a extinção do tráfico negreiro, mas já na década de 1840 predominava no Serro o amplo contingente de cativos

¹⁰⁶ Inventário de Francisca de Araújo Padilha. AFS, cartório do 1º Ofício, cx. 1 (1871 a 1873). 1872, p. 16 e 17.

¹⁰⁷ É preciso levar em consideração que existem variações para mais e para menos na definição da idade dos escravos de D. Francisca de Araújo Padilha se comparamos o inventário de 1872 com a matrícula feita pelo inventariante, em 1873. Neste último ano, Serafim africano aparece com 80 anos, Joaquim crioulo com 90 anos, Francisco crioulo com 50 anos, Izabel africana com 70 anos e Venâncio africano com 80 anos. Como não há como confirmar as idades reais destes escravos, adotamos no texto os números oferecidos pelo inventário, em 1872. Ver: “Relação nº 1038 dos escravos pertencentes ao inventário de D. Francisca, residente na Província de Minas Gerais, Município de Serro, Paróquia de mesmo nome” (20/08/1873). Idem, *ibid.* página.

¹⁰⁸ Idem, p. 22 e 23.

nascidos no Brasil. O povoamento antigo e o intenso tráfico de escravos ao longo do século XVIII haviam criado as condições para a formação de uma significativa população crioula nesta região de Minas, em crescimento cada vez mais rápido a partir de 1850. Outros inventários contemporâneos ao da senhora de José Cabrinha confirmam tal tendência, apontando o predomínio de escravos jovens, nascidos nos municípios do norte mineiro e designados para todos os tipos de serviços.

Vejamos como exemplo o grupo de cativos pertencentes ao capitão Modesto Rodrigues Campos, sócio de D. Francisca de Araújo Padilha na fazenda do Ribeirão. As valiosas terras do Ribeirão faziam fronteira com a Sesmaria e, como as demais fazendas da vizinhança, haviam sido alcançadas pelas idéias de rebelião, em 1864.¹¹⁰ Nelas, o capitão Modesto produzia aguardente e milho, como fazia também na fazenda da Ponte, mas seus investimentos eram um pouco mais diversificados nas outras propriedades que mantinha na freguesia do Rio do Peixe. Na Três Barras, plantava milho em grande escala; na Cachoeira fabricava aguardente e açúcar e, na Fazenda Boa Vista, Modesto dedicava-se principalmente à pecuária, dispondo de uma “tropa arriada”, gado vacum, muar, bois de carro e cavalos.¹¹¹

O inventário do capitão Modesto, aberto em 1875, apresenta a lista de todos os seus escravos, mas não os aloca por propriedade. Assim, não sabemos ao certo qual era o tamanho dos plantéis que possuía em cada uma de suas fazendas. Ele tinha ao todo 53 escravos, com idades entre 4 e 58 anos, dos quais apenas 3 eram africanos. Hilário e Luiz e Gabriel eram pretos de 50 anos, solteiros, sendo Gabriel também alfaiate além de lavrador. Dos 50 restantes, 29 eram crioulos, 9 pardos, 3 fulas, 3 cabras e 5 crianças ingênuas. Havia grande equilíbrio entre os sexos entre os cativos, contando-se 23 homens e 21 mulheres e, dentre eles, 12 crianças. Trata-se de um plantel com importante potencial de reprodução natural, embora isto não implicasse necessariamente na existência de muitas famílias escravas. Excetuando-se as crianças, todas filhas de mães solteiras, 31 cativos no total –

¹⁰⁹ Idem, p. 23.

¹¹⁰ Cada alqueire da fazenda Sesmaria foi avaliado em 20 mil réis, enquanto a mesma medida da fazenda do Ribeirão foi orçada em 30 mil réis. Idem, p. 24.

¹¹¹ Inventário do Capitão Modesto Rodrigues Campos. AFS, cartório do 1º Ofício, cx. 3, 1875.

entre homens e mulheres – eram solteiros.¹¹² Entre os escravos nascidos no Brasil, todos aqueles passíveis de identificação eram naturais do norte de Minas e, especialmente, do próprio distrito do Rio do Peixe (22 dos 33 com indicações a respeito).¹¹³ Tinham sobretudo idades entre 20 e 35 anos e empregavam-se na lavoura, em atividades domésticas e em alguns poucos ofícios qualificados.

Diante deste quadro, podemos afirmar que talvez a única característica partilhada pela Sesmaria com as demais fazendas do Serro seja o perfil dos africanos, com idade comumente superior aos 50 anos e presentes maciçamente nas roças locais. Infelizmente, a documentação mineira para as décadas de 1860 e 1870 é lacunar com relação às regiões de captação destes cativos na África, sendo possível inferi-las somente pelos fluxos contabilizados de forma mais geral para a província de Minas Gerais. As referências esparsas aos escravos africanos apontam para a predominância de embarques provenientes da África centro-ocidental, como no caso de Carolina monjolo.

Restam ainda outras questões a considerar. Sede da conspiração escrava de 1864, a Sesmaria deve ter mudado bastante sua força de trabalho desde o levante, de modo que os dados de 1872 nos servem apenas como panorama aproximado. O alfaiate Demétrio, por exemplo, um dos líderes do movimento, não consta do inventário de D. Francisca e deve ter sido vendido. Assim ocorreu com outros escravos rebeldes, tais como Alexandre, irmão de José Cabrinha, que foi vendido por Rita Henriqueta da Fonseca ao bispo da Arquidiocese de Diamantina, D. João Antônio dos Santos, no ano de 1868.¹¹⁴ Acreditamos que este possa ter sido o destino de muitos crioulos de D. Francisca, bem como é possível que os africanos listados em 1872 tenham sido comprados por ela há bastante tempo e estivessem na Sesmaria à época da insurreição, embora não haja registro de que tenham tomado parte no movimento. No cotidiano de trabalho, contudo, misturavam-se os cativos mineiros e africanos com longo tempo de Brasil, chegados àquelas terras por volta das décadas de 1830 e 1840. Quais seriam, então, os matizes culturais do projeto de liberdade dos escravos

¹¹² Entre os 53 escravos do capitão Modesto, localizamos apenas um casal de escravos, a saber, os cabras Manoel Vicente (25 anos) e Benedita (35 anos), empregados respectivamente nas funções de roceiro e serviço doméstico. *Idem*, p. 8.

¹¹³ Além do Rio do Peixe, há escravos naturais do Serro, São Miguel, Itambé, São Sebastião, Senhora do Porto, Grão Mogol, Minas Novas e Rio Pardo. *Idem*, p. 7 e 8.

¹¹⁴ Certidão de venda do escravo Alexandre cabra (Serro, 12/08/1868). Arquivo do Palácio Arquidiocesano de Diamantina (doravante APAD), cx. 6 (escravos, 1855-1888).

do Serro em 1864? O quão próxima estava a segunda geração de escravos – os jovens crioulos entre 20 e 30 anos que lideraram a rebelião – da tradição centro-africana de que descendiam?

É difícil estimar a presença destes vínculos, especialmente quando lidamos com uma documentação criminal produzida pelos brancos, para quem a realidade da experiência escrava permaneceu quase sempre oculta.¹¹⁵ Pode ser indicativo o fato das autoridades do Serro não terem perguntado diretamente aos rebeldes sobre a participação de africanos, mesmo que ainda conservassem em torno deles a imagem de barbárie e animalização tão comum na primeira metade do século XIX.¹¹⁶ A polícia limitou-se ao indiciamento do tropeiro Faustino, que havia sido denunciado por um homem livre da cidade do Serro. Por outro lado, não aparece na fala dos escravos interrogados nenhuma menção a possíveis conflitos entre crioulos e africanos, tão somente a alusão a diferenças entre os cativos da cidade, “da roça” e “do mato”.

Nas senzalas e quilombos da comarca do Serro, uma nova cultura na qual se mesclavam elementos da vivência sob a escravidão e do passado africano de raízes banto estava possivelmente a solidificar a ampla solidariedade entre os escravos de dois municípios mineiros que haviam participado firmemente do tráfico atlântico no século XIX. As indicações precárias do engajamento africano na rebelião de 1864 - sobretudo no Serro - ao invés de sugerir rupturas no interior da comunidade escrava podem apontar justamente em sentido contrário, se considerarmos que muitos africanos como Felipe, do quilombo dos Ferreiros, jamais foram presos. A solidariedade dos mais velhos era esperada pelas autoridades provinciais que, em 1864, deslocaram imediatamente para as companhias inglesas de mineração os africanos-livres recém-chegados à Minas. Muitos outros africanos, como veremos, conseguiram permanecer vários anos habitando os mocambos da comarca, longe do olhar policial, mas extremamente próximos dos escravos das lavras e fazendas serranas.

¹¹⁵ SLENES, Robert. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil”. *Revista USP*, n. 12, dez/jan/fev. 1991/1992, p. 48-67.

¹¹⁶ Veremos no capítulo 3 que a cobertura jornalística dos crimes cometidos por quilombolas em Diamantina deixa entrever claramente a animalização dos africanos. Sobre um homicídio praticado em 1863, lê-se, por exemplo, em *O Jequitinhonha*: “já o crime estava consumado com os instintos selvagens, com a ferocidade

Até o presente, ao buscar pelas trilhas da tradição oral, os estudiosos de Minas Gerais reencontram um passado crivado pela influência africana na região.¹¹⁷ Mata-Machado, como vimos, compilou na década de 1930 dezenas de vissungos cantados pelos escravos nos serviços de mineração de Diamantina e vocábulos próprios de um dialeto de origem banto em São João da Chapada, terra agora remota da insubordinada lavra do Barro. Entre as cantigas, pôde ainda localizar palavras de origem jeje-nagô, fruto de uma tradição ainda mais antiga, trazida por cativos da África Ocidental no século XVIII. É razoável supor que significados culturais desta dupla proveniência estivessem sendo reelaborados pelos rebeldes mineiros na década de 1860, dando forma à cultura política dissonante na qual, apesar de todos os constrangimentos, suas práticas abertas e anônimas de protesto ganhavam sentido.

canibai desses bárbaros (os africanos), tão semelhantes aos tigres sanguisedentos de nossas matas". *O Jequitinhonha*, 17/10/1863, p. 3.

¹¹⁷ MACHADO FILHO, Aires da Mata *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985. Para uma abordagem mais recente que revê os achados de Mata-Machado e oferece novos indícios sobre os dialetos crioulos de Diamantina, consultar: NASCIMENTO, Lúcia Valéria. *A África no Serro-Frio. Vissungos: uma prática social em extinção*. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação de mestrado, 2003.

CAPÍTULO III

A rapaziada sujeita das matas

“a satisfação que poderia ter era cortar a língua da Autora Carolina Alves da Calçada, e isto porque ela Carolina disse que vinha acusá-lo ao Delegado por ele andar anexo aos negros do mato, e furtando gado alheio”.

Afirmção atribuída a Plácido de Azevedo Rosa, acusado de se juntar a quilombolas para cortar a língua de uma mulher que havia denunciado um quilombo de Diamantina, em 1862.¹

“os mesmos estiveram na casa de Emília de tal nessa noite (...) tanto assim que dessa casa foi que eles saíram para cometer o delito, irritados pelas histórias que ela lhes contara, e depois de cometido o delito, passaram ainda em casa da dita, e lhe deram velas, das roubadas, para acender aos pés de Santa Rita para saírem felizes”.

Relato da forra Praxedes sobre o crime cometido por seus companheiros quilombolas no Palha, subúrbio de Diamantina, em 1865.²

A quase um ano do rebentar da rebelião do Serro, a escalada dos conflitos protagonizados por escravos assenzalados e fugidos do nordeste de Minas alcançou repercussão novamente nos noticiários da capital do império. Como deixar de lamentar o banho de sangue que maculava o sossego das famílias de Diamantina e servia de alerta para outras regiões apinhadas de escravos, como era o caso do Rio de Janeiro? Em julho de 1865, o *Jornal do Commercio* publicou a transcrição de um artigo com tom escandaloso, retirado das páginas de *O Voluntário*, periódico que há pouco tempo circulava na comarca do Serro. Fundado naquele ano com o objetivo de cobrir semanalmente os desenvolvimentos da Guerra do Paraguai e garantir a mobilização dos mineiros, ele raramente dava conta de acontecimentos locais estranhos ao conflito. No entanto, a questão inspirava urgência, pois se tratava do quadro medonho de dois assassinatos cometidos por quilombolas num subúrbio de Diamantina.

¹ Depoimento de Pedro Bezerra da Encarnação (21/03/1863). ANRJ. Corte de Apelação: Pedro (escravo). réu. processo crime de agressão. Diamantina (1863), cx. 3698, nº 4536, p. 158.

² Interrogatório de Praxedes Padilha de Araújo (18/08/1865). ANRJ. Corte de Apelação: Jerônimo cabra (escravo). réu. processo crime de homicídio. Diamantina (1867), cx. 3699, nº 5774, p. 51.

Reportava-se para leitores mineiros e fluminenses que na noite do dia 8 para 9 de julho, “um bando de escravos fugidos” havia atacado uma casa próxima ao povoado do Palha, onde moravam “duas pobres mulheres” e hospedava-se na ocasião um amigo da família. A “turma de quilombolas” arrombara a porta e atirara deliberadamente em direção a todos, deixando pouco ou nenhum espaço para defesa. Com a certeza de terem matado todos os moradores, os negros reviraram cuidadosamente a casa em busca de tudo o que pudessem carregar:

“Teve então lugar pilhagem medonha. Verificaram, à ponta de pé, a morte das vítimas e roubaram o que acharam. Consta que havia na casa o produto de esmolas que o marido de uma das miseras tinha agenciado e bem assim algum dinheiro que trazia o desditoso hóspede. Tudo levaram: mesas, colchões, roupas; ficando quebrado o que não pôde ser conduzido. (...) Ao amanhecer, via-se um triste espetáculo: uma casa arrombada, furada de balas, as paredes picadas de faca, dois cadáveres, um lago formado pelo sangue vertido pelas vítimas, e o sinal ensangüentado que as mãos assassinas tinham deixado pelas paredes”.³

“Miraculosamente”, porém, uma das mulheres alvejadas pelos quilombolas conseguiu sobreviver para contar a história, fingindo-se de morta debaixo do corpo desfalecido da irmã. Descreveu ela que os “criminosos” os haviam alcançado covardemente na ausência do dono da casa e marido de sua irmã. Eleito imperador do Divino em 1865, seu cunhado havia viajado dias antes para cuidar dos preparativos de uma das mais importantes datas do calendário festivo de Diamantina. Para a sobrevivente, as evidências indicavam a existência de um alto grau de premeditação e crueldade por parte de seus agressores. Na opinião do articulista de *O Voluntário*, mesmo que aterrorizante em qualquer conjuntura, o crime adquiria uma “significação ameaçadora” ainda mais especial para os que haviam acabado de testemunhar uma insurreição escrava:

³ *Jornal do Commercio*, 17/07/1865, p. 2.

“Este fato é consequência daquele espírito insurgente que ameaçou, há pouco tempo, a tranqüilidade pública no Serro. É o respirar desse ódio de escravos que assinala sua passagem com o roubo e assassinato”.⁴

O jornal acentuava com razão que as tensões trazidas à tona pela rebelião de 1864 não se haviam dissolvido com a repressão policial e precisavam ser compreendidas no contexto do recrudescimento das atividades dos quilombolas na região. Desde o início da década de 1860, a luta pela extinção dos quilombos figurou como prioridade na agenda das autoridades da comarca do Serro, que se enredaram nas mais diferentes maquinações com o objetivo de conseguir financiamento para as expedições da Guarda do Mato. Sabidamente, o “ódio de escravos” respirava com força pelas serras pedregosas que cercavam os núcleos urbanos de Serro e Diamantina, sufocando os senhores com a ampla rede de relações sociais e econômicas que garantia vida longa às comunidades de fugitivos, espaços de autonomia para os cativos e alternativas de sobrevivência para muitos libertos.

Os escravos fugidos responsáveis pelas mortes no Palha eram companheiros de longa data de Vitória, quilombola presa em novembro de 1864 por conivência com o levante que se tentava debelar na lavra do Barro. O quilombo dos Ferreiros, como era conhecido na época, sobrevivera e crescera sob a mira de repetidas batidas de pedestres desde os idos de 1860 ou 1861, reforçando alianças com as senzalas dos mineradores locais e controlando de perto a língua de seus inimigos. Destroçado em 1865, ele foi um dentre muitos outros que se espalharam pelas zonas de mineração do vale do Jequitinhonha, reunindo negros crioulos e africanos que, em suas idas e vindas pelos mundos da escravidão, ajudaram a fermentar as lutas pela liberdade no norte de Minas. Neste terceiro capítulo, investigaremos a rica e não menos conturbada experiência das comunidades quilombolas de Diamantina durante a década de 1860, acompanhando sobretudo a trajetória dos moradores dos Ferreiros com o objetivo de mergulhar no cotidiano da “rapaziada sujeita das matas”⁵.

⁴ Idem.

⁵ Termo utilizado repetidas vezes pelos escravos envolvidos na insurreição do Serro para se referir aos quilombolas.

A língua de Carolina

Era tarde de sexta-feira, dia 31 de janeiro de 1862, quando Carolina Alves da Calçada aprontava-se para mais uma caminhada em direção a Diamantina. Em sua casa no subúrbio do Ribeirão da Areia, ela arrumava uma trouxa com roupas velhas, toalha e um par de sapatos enquanto conversava com a filha Sabina e seu amigo Plácido de Azevedo Rosa. Plácido e Carolina estavam combinados de seguir juntos para a cidade, onde assistiriam naquele dia à inquirição de testemunhas referente a um processo criminal movido contra José Roque dos Santos e seu filho Clemente. Carolina e a família Santos eram vizinhas de longa data no Ribeirão, onde viviam separados apenas pelas residências de Manoel Antônio, pela casa de “umas crioulas forras” e a de “um preto velho chamado Adão”⁶. Apesar da proximidade, as brigas entre ambos eram constantes e, desta feita, a querela girava em torno de uma roça. O crioulo Plácido havia concordado justamente em dar depoimento a favor de sua amiga neste litígio que entrava agora em julgamento.

Com a trouxa pronta, Carolina despediu-se da filha e seguiu viagem pelas beiradas da serra, aproveitando também a companhia de seu irmão João Nepomuceno. O Ribeirão da Areia era um dos pequenos arraiais de mineração que cercavam Diamantina num raio de poucas léguas. Cabia-lhe ainda o aspecto de descoberto e o vilarejo era morada daqueles que trabalhavam nas lavras próximas ao Jequitinhonha. Dali saíram Carolina e seus companheiros seguindo, no entanto, a passos diferentes. Na frente do grupo, João acabou se adiantando bastante e resolveu esperar a irmã que vinha com mais vagar na casa de Plácido, situada a caminho de Diamantina, no lugar conhecido pelo nome de Moinho do Choro. João lá permaneceu por tempo considerável até concluir que havia se perdido de Carolina. Resolveu, então, sair para procurá-la. Voltando em direção ao Ribeirão, ele fez parada num “alto” e avistou de longe na trilha pela qual deveria vir a irmã somente “um negro de estatura alta de Baeta azul e de Capanga”⁷, que lhe afigurava ser um escravo de José Roque dos Santos. Falhando em encontrá-la, João decidiu voltar à casa de Plácido, onde tornou a esperar, deitado na porta da rua. Pouco tempo se passou, porém, até correr ao encontro de Nepomuceno seu irmão Antônio,

⁶ Interrogatório de Gracia crioula, escrava de José Roque dos Santos (05/02/1862). ANRJ, processo crime de agressão. Pedro (escravo), 1863, p. 16-17.

⁷ Auto de perguntas feito a João Alves Nepomuceno (07/02/1862). Idem, p. 24.

dando-lhe notícia de que Carolina “tinha sido muito espancada”⁸ e que, por isso, ele precisava acompanhá-lo de volta. Ambos dirigiram-se imediatamente para a casa da irmã, onde finalmente a encontraram com a língua cortada.

Desde este dia, o Ribeirão da Areia entrou em grande alvoroço. Carolina era conhecida por todos e a agressão que sofreu levantou curiosidade geral. Ela fora encontrada dentro de um valo no Moinho do Choro, Arraial do Pinheiro, à meia légua de sua casa, onde seus irmãos voltaram para averiguar o que havia ocorrido. João Nepomuceno vira que “um lugar amassado mostrava que tinha havido ali uma luta, com rastros e vestígios de pessoas que parecia serem de pessoas descalças que pisavam com as pontas dos pés, e descalças, havendo neste lugar alguns pingos de sangue que foram seguindo até um canal atrás da Serra onde havia maior quantidade de sangue, sendo aí que os agressores lançaram sua irmã”⁹. As pegadas de pessoas descalças sugeriam a participação de escravos mas, àquela altura, não havia ainda certeza sobre nada. Dentre os moradores do Ribeirão, no entanto, era difícil encontrar quem não tivesse prontamente uma explicação para o crime, a começar pela própria Carolina, que assim descreveu oficialmente o acontecido:

“entrando na roça de José Roque dos Santos, que é a caminho em um matinho antes de chegar nas plantações, aí saíram dois vultos e a seguraram por detrás das guelmas, um deles disse ao outro (dê cá o lenço) e amarrou os olhos e disse = você quer nos perder, perdida há de ficar você = e conheceu ela queixosa que a fala era de Pedro escravo de José Roque dos Santos e também conheceu a fala de João da Cunha filho de Manoel Antônio da Cunha (...) e que este João da Cunha estava com uma garrafa em uma mão, e uma faca em outra mão”.¹⁰

⁸ Idem, p. 25.

⁹ Idem.

¹⁰ Depoimento de Carolina Alves da Calçada (29/05/1862). Idem, p. 79. A cobertura de *O Jequitinhonha* sobre o caso comprou a versão de Carolina, mas foi mais cautelosa ao tratar de não de não citar nomes. Em fevereiro de 1862, lia-se: “No dia 31 de janeiro próximo passado cometeu-se um crime bárbaro no Ribeirão da Areia. Uma mulher, que vinha para esta cidade (Diamantina), foi repentinamente agredida por pessoas, que se achavam emboscadas na estrada; um dos agressores tapou-lhe os olhos com um lenço, outro apertou-lhe a garganta com as mãos. A pobre vítima asfixiada perdeu os sentidos, e quando deu acordo de si achou-se dentro de um valo com a língua cortada. No estado de asfixia em que se achava e com os olhos cobertos nem pôde conhecer os agressores, nem sentiu quando cortaram-lhe a língua, e nem percebeu quando jogaram-na num valo, provavelmente por julgarem-na morta. Já a autoridade competente mandou proceder ao auto de corpo de delito, do qual constam a amputação referida, e sinais de compressão sobre o pescoço. Foram presas 21 pessoas para averiguações e fazemos votos para que se descubram os autores de tão horrendo crime”. *O Jequitinhonha*, 08/02/1862, p. 2.

Diante das autoridades, Carolina acusou logo José Roque e sua esposa Maria Joaquina de mandarem matá-la através de uma emboscada preparada pelo escravo Pedro Congo, homem de confiança da família Santos; Clemente, filho de Roque; e ainda João da Cunha, seu vizinho no Ribeirão. Como ficou dito há pouco, as inimizades entre Carolina e seus supostos agressores eram notórias, embora ambas as famílias estivessem ligadas por meio de diversos casamentos. Além da questão em torno da roça, corria o boato de que, há pelo menos três anos, Maria não se dava com Carolina por suspeitar ser ela amante de seu marido Roque. O pai de Carolina, o mineiro Camilo José Gonçalves, ia ainda mais longe ao comentar as intrigas envolvendo as ditas "infidelidades conjugais", afirmando que há dois anos Maria teria mesmo dito a alguns parentes que se sentiria vingada se cortassem a língua de Carolina.¹¹

A plausível vingança de Maria não era, porém, a única possibilidade. Na presença de pessoas próximas, Carolina continuamente reiterava acusações contra seu amigo Plácido, embora jamais deixasse de "caluniar" a esposa de Roque. Certo tom de hesitação de sua parte surgia somente quando perguntada sobre a possível participação de quilombolas no crime, de quem suspeitavam fortemente a polícia e as famílias rivais. Carolina preferia acreditar ser isto um exagero e procurou manter os escravos fugidos fora de seus depoimentos oficiais. Seja como for, suas versões sobre o crime ganharam eco por toda a periferia de Diamantina e a mutilação que sofrera inspirou as mais inusitadas reações. Ainda em fevereiro, por exemplo, estando numa roda de conversa com amigos na cidade, Teodora do Espírito Santo, sobrinha de Roque, chamou por Carolina que ali estava de passagem "para conversar com a mesma a ver se ela com a língua cortada falava" e, "perguntando-lhe quem lhe tinha cortado a língua, esta lhe respondeu que foram os negros do mato".¹² Teria ela algo a esconder?

Apenas três dias depois da agressão de Carolina, cerca de 21 pessoas encontravam-se já detidas para averiguações na cadeia de Diamantina. Todas elas haviam sido presas na casa de Roque no Ribeirão ou nas imediações de sua lavra de diamantes, localizada no lugar denominado de Acabamundo ou Cafundós¹³. Contava-se entre os presos 15 escravos, dentre os quais 3

¹¹ Depoimento de Camilo José Gonçalves (20/03/1862). Idem, p. 49.

¹² Depoimento de Teodora do Espírito Santo (16/05/1862). Idem, p. 66.

¹³ O Acabamundo era uma parte do leito do rio Jequitinhonha conhecida e explorada desde o tempo do 6º contrato dos diamantes (1761-1771), arrematado por João Fernandes de Oliveira. O nome do lugar derivava do desastre que ali ocorrera nesta época, quando se finalizava o cerco daquele trecho apertado e pedregoso do rio. Um carpinteiro ébrio, ao tentar consertar uma fenda no bicaço pelo qual corria a volumosa água do rio, acabou por desafrourar seus

crioulos alugados ao capitão Alexandre Gomes da Silva Chaves, concessionário da lavra do Barro. Os cativos de Roque eram em sua maioria originários da África central como Pedro, principal suspeito do crime¹⁴. Residente há três anos na pequena fazenda de Roque no Ribeirão, ele estava trabalhando na mineração dos diamantes do Acabamundo há apenas um mês. Segundo seu companheiro Francisco crioulo, escravo na lavra "a perto de vinte anos", Pedro era quem "governava a roça" e feitorizava os demais escravos. Essa era certamente a sua função na propriedade do Ribeirão, já que no Acabamundo, os escravos eram feitorizados pelo mineiro João Casimiro da Costa¹⁵.

Pedro Africano negou sempre todas as acusações que lhe fizeram as autoridades policiais de Diamantina, afirmando que, no dia do crime, havia ido ao Acabamundo buscar mantimentos por ordem de sua senhora Maria Joaquina. Chegara ali às quatro horas da tarde, "quando ainda não tinha largado a gente", depois de pernoitar e almoçar com Teotônia Barbosa da Silva, mulher que, por caridade, Roque havia deixado como vigia em uma de suas casas no Ribeirão. Para os interrogadores que estranharam o fato de alguém ir buscar alimentos numa lavra de mineração para levá-los de volta para a roça, Pedro respondeu que lá esteve à procura da remessa de toucinho, milho e feijão que Roque havia comprado e estocado no rancho da lavra. Ao que tudo indica, João da Cunha também havia estado nas proximidades do Pinheiro naquele 31 de janeiro, após ter buscado mantimentos em Diamantina¹⁶.

Os escravos presos junto com Pedro confirmaram a presença dele no Acabamundo quando da perpetração da agressão contra Carolina. Alguns mencionaram seu suposto sumiço no fim de semana que antecedeu as diligências policiais. Outros revelaram a existência de diferenças entre os cativos da lavra e os da roça. Antônio crioulo, escravo alugado que minerava

eixos de sustentação, ocasionando o desabamento de toda a estrutura. De acordo com Joaquim Felício dos Santos, foi então que "o Jequitinhonha com imenso fracasso, acarretando tudo quanto achava diante de si, precipitou-se no abismo onde trabalhavam mais de duzentas pessoas. Cerca de sessenta pereceram abismadas, e ficaram perdidas todas as ferramentas e os apetrechos de mineração. Em razão deste desastre, o lugar até hoje ainda conserva o nome de *Acaba-Mundo*". Ver: SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1978, p. 168.

¹⁴ Na primeira semana de fevereiro de 1862, foram presos os seguintes escravos de José Roque dos Santos: Gracia crioula, Francisco crioulo, Pedro Africano, Zeferino Africano, Antônio Congo, João Congo, Quintiliano Congo, Fortunato Congo, José Cabinda, Sabino Cabinda, Caetano Cabinda e Joaquim Cabinda. Todos os africanos trabalhavam na mineração de diamantes.

¹⁵ Interrogatório de Pedro Africano, escravo de José Roque dos Santos (04/02/1862). ANRJ, processo crime de agressão, Pedro (escravo), 1863, p. 9.

¹⁶ Interrogatório de Ana Néri de Jesus, mãe de João da Cunha (04/02/1862). Idem. p. 12.

no Acabamundo, destacou em seu depoimento que havia ficado muito aborrecido "com a gente de José Roque que mora no Ribeirão da Areia", dizendo-lhes: "vocês fazem suas festas e a gente é que está pagando inocente!". Dois deles mantiveram-se em posição defensiva, trazendo à tona tensões raciais. Gracia crioula, presa quando cozinhou para os demais escravos na casa de Roque no Ribeirão, disse ter sabido do crime através de "um velho chamado Pai Bernardo" que ouvira a notícia de Camilo Cazuza, que estava a espalhar rumores pela Chapada. Perguntada se havia dito na ocasião da prisão que "os brancos faziam suas coisas e eram os negros que pagavam", fez como seu parceiro Zeferino Africano, driblando o interrogatório pela afirmação taxativa de que "os negros não entendem das coisas de branco".¹⁷

Na verdade, tais mundos não eram tão separados assim. Foi o que descobriram as autoridades ainda no início de fevereiro de 1862, quando finalmente encontraram o quilombo que há tanto investigavam no Moinho do Choro. Logo depois da branca Carolina ter a língua cortada, alguns pedestres haviam sido recrutados entre os próprios moradores do Arraial do Pinheiro para a expedição. Dentre eles, figuravam Elias Fonseca Freire de Andrade, Miguel Rodrigues Chaves e Ricardo Pires Camargo, homens que viviam regularmente de minerar diamantes na região. Elias Freire assim descreveu a batida no Moinho do Choro:

"não encontrou negro algum por terem eles fugido, deixaram no lugar restos de carne seca e um saco, o qual sendo aberto, acharam-se dentro entre outros objetos um par de Chinelas, e um lenço de Chita velho, então Ricardo Pires que se achava presente mandou chamar a dita Carolina, e foi reconhecido e esta confessou que o Par de Chinelas lhe pertencia, mas ainda não sabe se o lenço pertencia 'a mesma'.¹⁸

Os quilombolas haviam conseguido escapar por pouco. Os pedestres conseguiram prender apenas Américo, escravo de Antônio Branco, e outro cativo, pertencente a Rodrigo de Sousa Reis. Eram eles dois fujões contumazes que, uma vez devolvidos aos seus senhores, foram imediatamente vendidos e em nada ajudaram nas investigações. No interrogatório que Rodrigo Reis fez a seu escravo antes da venda, conseguiu arrancar apenas a tentativa de aliviar o

¹⁷ Interrogatório de Gracia crioula (05/02/1862). Idem, p. 17; interrogatório de Zeferino Africano (05/02/1862), p. 21.

¹⁸ Depoimento de Elias Fonseca Freire de Andrade (21/02/1862). Idem, p. 31.

envolvimento dos quilombolas por meio da incriminação de Plácido¹⁹. De fato, alguns pedestres da expedição ao Moinho do Choro juraram tê-lo visto fugindo com dois negros quando a força chegou ao quilombo. Ricardo Pires foi ainda mais preciso, ao lembrar que Carolina "bem tinha dito que não tinha conhecido a ninguém porque tinham lhe vendado os olhos e só tinha distinguido dois vermelhos (...) e que não está bem certa de um preto e que estes vermelhos então seriam estes dois cabras que estavam no quilombo".²⁰

Além da trouxa de roupa de Carolina, corria o boato de que se havia achado junto aos trapos no quilombo também um pequeno embrulho que, por estar fedendo, foi logo descartado pelos pedestres, que depois passaram a supor que fosse o pedaço cortado da língua de Carolina²¹. Os sapatos feitos de "carneiro azul", no entanto, não deixavam dúvidas sobre a participação dos quilombois, para a satisfação da família de João da Cunha que vinha repetindo aos quatro ventos que "Deus havia de ajudar para provar-se que tinham sido negros do mato que tinham cortado a língua"²². Mas que razão teriam eles para agredir Carolina? Tinham os quilombolas alguma ligação com Pedro Africano ou com a família de José Roque dos Santos? E o crioulo Plácido de Azevedo Rosa, qual o papel dele em toda esta história?

Toda a trama por trás do crime veio à tona quando começaram a ser tomados os testemunhos dos que habitavam o vilarejo do Ribeirão da Areia. Carolina não gozava de boa fama no lugar. Era tida, em poucas palavras, como notória fofoqueira, alguém que "fala com todo, ou fala de todo mundo tanto que não gostam da estada dela em suas casas"²³. Certamente, esta era a pior das características para quem encobria escravos fugidos. Apesar das respostas evasivas de Carolina, seus vizinhos asseveraram sua proximidade com os quilombolas. Ludgéria, "amasia" do pedestre Ricardo Pires, por exemplo, atestou ter ouvido da própria Carolina que Plácido havia lhe trazido meia arroba de carne do quilombo quando ela estava à beira de pedir

¹⁹ Rodrigo de Sousa Reis assim descreveu a esta conversa: "logo que foi preso no quilombo o seu escravo logo o interrogou fazendo-lhe várias perguntas sobre o cortamento da língua de Carolina, e o dito Escravo lhe disse que de nada constou no quilombo a este respeito, porém que depois do acontecimento aparecera no quilombo um crioulo de nome Plácido com uma trouxa de roupa e um par de sapatos de mulher dizendo que ia aí se esconder para não servir de testemunha, e que por ser este seu escravo muito fujão pegou nele e vendeu". Termo de informação encaminhado por Rodrigo de Sousa Reis (01/07/1862). Idem, p. 102.

²⁰ Depoimento de Ricardo Pires Camargo (08/14/1862). Idem, p. 61.

²¹ Tal boato foi mencionado pelo mineiro Manoel Pereira da Paixão, morador do Arraial da Chapada, em seu depoimento dado em 04/07/1862. Idem, p. 99.

²² Depoimento de Ludgéria Maria Leocádia (07/04/1862). Idem, p. 58.

²³ Depoimento de Ricardo Pires Camargo (08/14/1862). Idem, p. 62.

esmolas para tratar do irmão doente.²⁴ Talvez por isso, Ludgéria, seu irmão Manoel Soares e Ricardo estivessem ameaçando Carolina com navalha e pistola em mãos para que ela pedisse perdão à esposa de José Roque ou desistisse da causa. Da mesma forma, João de Almeida Ramos, tio de João da Cunha e compadre de José Roque dos Santos, disse à polícia que ouvira Carolina dizer que Plácido havia cortado a sua língua e trazia no dia do crime uma garrafa para aparar o sangue.²⁵

Era no Arraial da Chapada, periferia de Diamantina de onde a família de Carolina provinha, que os rumores em torno do acontecido estavam correndo velozmente pela boca de escravos, forros e parentes dos envolvidos. João Gonguê, tio de João da Cunha, espalhava pelas serras que já esperava por crime desta natureza, a julgar pelas inimizades existentes entre a família Santos, Cunha e Carolina. Circulava igualmente o boato de que João da Cunha e Clemente haviam achado esconderijo na Chapada e de lá não pretendiam sair até matar o falador João Gonguê. As autoridades sabiam disto tudo e agiram com precisão na coleta dos rumores que poderiam ajudar na solução do caso. A João de Almeida Ramos, perguntaram se ele tinha ciência "se um escravo de Dona Candinha dissera na Povoação da Chapada que o mesmo ouvira dos negros fugidos, e que os mesmos havia (sic) de vingar-se dela por ter ela os vendido. Respondeu que um cabra cujo nome ignora declarou no sertão que a Autora tinha fala com os negros do mato, e que a mesma tendo procurado sequazes para responder, e assim ganhar cem mil réis, os referidos negros pretenderam cortar-lhe a língua".²⁶

Havia, portanto, algo de mais perigoso em jogo. Algum tempo antes de perder parte da língua, Carolina havia feito uma visita à povoação de São João da Chapada, onde esperava contratar pedestres capazes de prender em sua própria casa um escravo de Rodrigo de Sousa Reis ou Francisco Gomes, não se sabia ao certo.²⁷ Como luvas pela captura, estavam sendo oferecidos 200 mil réis, quantia que Carolina propunha dividir em partes iguais com os pedestres. Alguns homens do Quartel do Indaiá, arraial próximo a São João, aceitaram o acordo e seguiram para o Ribeirão da Areia pouco antes do fim de janeiro de 1862. Fazendo parada na casa do carreiro

²⁴ Depoimento de Ludgéria Maria Leocádia (07/04/1862). Idem, p. 58.

²⁵ Depoimento de João Almeida Ramos (12/03/1862). Idem, p. 43.

²⁶ Idem.

²⁷ Depoimento de Manoel Pereira da Paixão (04/07/1862). Idem, p. 99.

Pedro Bezerra da Encarnação, em Morrinhos, muito haviam se queixado por Carolina ter-lhes feito "caminhareem de noite até a sua casa e deixaram o negro escapulir".²⁸

Ao que parece, Pedro da Encarnação era um bom ouvido para queixas. Em visita a ele, Plácido teria revelado seu desgosto com o comportamento recente de sua amiga, dizendo que "a satisfação que poderia ter era cortar a língua da Autora Carolina Alves da Calçada, e isto porque ela Carolina disse que vinha acusá-lo ao Delegado por ele andar anexo aos negros do mato, e furtando gado alheio".²⁹ A intriga foi desvendada enfim com a descoberta dos detalhes fornecidos pelos próprios quilombolas a escravos das lavras de Diamantina. O mineiro Joaquim Carneiro da Rocha, amigo da família Cunha, assim descreveu os fatos:

"Carolina Alves da Calçada tem por costume de acoitar escravos fugidos em sua casa, e que depois disso tendo denunciado a dois escravos que estavam com Plácido, este sabendo disso prometeu vingar-se dela e que isto sabe por ter contado um escravo de nome Januário pertencente a sua irmã e que soube mais que logo depois assim aconteceu, sendo eles os Autores do delito, por ter um deles assim contado a uma escrava dele interrogado, que isto participou a sua irmã".³⁰

Como vemos agora, as diferentes versões de Carolina mais confundiram do que ajudaram a polícia a solucionar o crime e sua insistência em acusar Maria Joaquina funcionou como estratégia para encobrir suas relações com os quilombolas. Em julho de 1862, José Roque dos Santos, sua esposa Maria, João da Cunha e Pedro Africano foram pronunciados por agressão juntamente com Plácido, único réu que jamais foi preso. Todos os demais ficaram por vários meses na enxovia pública de Diamantina e Roque morreu antes que pudesse voltar à liberdade. Isso foi verdade até mesmo para Pedro Africano, que permaneceu na cadeia apesar de contar com inusitadas solidariedades. Martiniano da Cruz Silva, marido de Carolina, denunciou em junho de 1862 um interessante plano de fuga que envolvia a ajuda de um dos principais mineradores de Diamantina e grande amigo de Roque:

²⁸ Depoimento de Ricardo Pires Camargo (08/14/1862). Idem, p. 62.

²⁹ Depoimento de Pedro Bezerra da Encarnação (21/03/1863). Idem, p. 158.

³⁰ Depoimento de Joaquim Carneiro da Rocha (21/03/1863). Idem, p. 149.

"Alexandre Gomes da Silva Chaves como curador de Pedro requereu 'a Vossa Senhoria que Pedro se achava enfermo e que por isso era preciso ir para a Casa de Caridade desta Cidade para se tratar debaixo de guarda, ao que Vossa Senhoria não anuiu, e destinou mesmo na Cadeia um cômodo para Pedro ser tratado, porém Alexandre não contente com isso aproveitou-se de uma pequena viagem que Vossa Senhoria fez para fora desta Cidade, e tirou Pedro da cadeia e levou-o para a Casa de Caridade não sei a despacho de quem e não sendo isto mais do que um malicioso plano da parte de Alexandre como curador de Pedro compadre e íntimo amigo de José Roque dos Santos, para que Pedro possa se evadir da casa (...) principalmente hoje por ser dia de Corpus Christi dia de grande festa em que toda a força e mais pessoas estão ocupados em procissão, dia em que todo o povo dos subúrbios digo em que se retira todo o povo dos subúrbios da cidade para o centro dela para virem ver a procissão, não pode haver ocasião mais arada para que Pedro fique repentinamente são, e vigoroso e fuja da Casa de Caridade".³¹

Malgrado o plano, somente o escravo Pedro foi levado a julgamento no início de 1863, sendo absolvido graças 'as revelações feitas pelo "povo dos subúrbios" sobre as tensões existentes entre Carolina, Plácido e os quilombolas. Por recurso ao Juízo de Direito da Comarca do Serro, João da Cunha, Maria e seu filho Clemente dos Santos - que ainda encontrava-se detido - foram finalmente soltos em outubro de 1863. Quanto a Plácido de Azevedo Rosa e aos quilombolas do Moinho do Choro, não houve quem achasse o seu rastro.

³¹ Petição de Martiniano da Cruz Silva (19/06/1862). Idem, p. 89.

Falas, coiteiros e pedestres

As comunidades de escravos fugitivos proliferavam há muito tempo nos esconderijos naturais formados pelos acidentes da Serra do Espinhaço e pelas margens sinuosas do rio Jequitinhonha. Embora a geografia da região pudesse sugerir o isolamento, os quilombos da Comarca do Serro sobreviviam das relações que mantinham com as povoações, especialmente com aquelas um pouco afastadas dos centros de poder e decisão locais. No século XIX, a atividade mineradora havia levado o povoamento para grande parte do chamado sertão, ampliando a gama de descobertos diamantinos e preenchendo antigos vazios populacionais. Os quilombos situavam-se, então, nas proximidades dos arraiais e reproduziam-se a partir dos arranjos firmados com base numa complexa combinação entre trocas econômicas e proteção. Foi graças à rede de informação que mantinham, que os quilombolas do Moinho do Choro conseguiram abandonar seus ranchos pouco antes da chegada dos pedestres.

Apesar do tamanho modesto e do caráter móvel, os quilombos do norte mineiro tinham um raio de ação considerável e, como todos os seus congêneres, apavoravam os proprietários. Desde o início da década de 1860, a preocupação com os escravos fugidos nos subúrbios de Diamantina era flagrante e as diligências policiais corriqueiras. O delegado da cidade, João Nepomuceno de Aguiar, lamentava freqüentemente a falta de força que chegasse para combatê-los e buscava elevar os meios de prevenção:

“Cabe aqui lembrar a esta Câmara a necessidade de representar ao Governo para fazer extensiva a este Município a lei Provincial n. 169 de 16 de Março de 1840 -- criando-se nele uma Companhia de Guardas Municipais, ou Pedestres, pois o grande número de escravaturas empregadas em mineração, os grandes quilombos onde até se acoitam pessoas livres, mas vadios e vagabundos, tornam necessária a criação dessas Companhias para maior segurança da Ordem pública do Município”.³²

A escassez de pessoal caminhava junto com a parca disponibilidade de recursos. Por várias vezes, a Câmara Municipal de Diamantina emprestou dinheiro aos cofres da delegacia da cidade para pagar as expedições de batida aos quilombos das cercanias que, no entanto,

teimavam em não desaparecer.³³ Havia diversas razões para o seu indesejável sucesso e, no olhar das autoridades, entre as mais difíceis de combater figuravam justamente as solidariedades construídas dentro dos mundos da escravidão entre cativos, libertos e homens livres pobres.

A história de Carolina Alves da Calçada nos leva ao centro da contenda. Todo o episódio sugere que ela perdeu a língua ao tentar denunciar o quilombo do Moinho do Choro em 1862 e ganhar o dinheiro pela captura dos escravos. Talvez, quisesse também se vingar do crioulo Plácido de Azevedo Rosa, que parecia se beneficiar bastante da relação com o mocambo. Como vimos, ele era um dos elos mais fortes dos escravos fugidos com a povoação do Ribeirão da Areia, funcionando como intermediário no comércio clandestino de carne seca e talvez de algumas pedras preciosas. Aliás, o quilombo situava-se praticamente nos quintais de sua casa, no arraial do Pinheiro. Carolina não estava alheia aos canais desta rede de trocas e recebia através de Plácido alguns mantimentos vindos do quilombo. Na verdade, ela conhecia tão bem os opostos caminhos da fuga e da reescravização, que tomou parte ela mesma do processo, "acoitando" escravos fugidos para lucrar com as luvas oferecidas por sua prisão. Por sorte, saiu ileso quando tudo isto veio à tona ao longo do inquérito. Carolina buscou precaver-se afirmando vagamente que não sabia de onde lhe vinha o "mal".³⁴

Carolina e seu marido Martiniano declaravam-se "pobres e carregados de filhos" e dependentes por vezes da caridade pública para seu sustento. Ela vinha de uma família de pequenos mineradores do Arraial da Chapada e possuía uma lavra diamantina em sociedade com João da Cunha no Ribeirão. Dos seus vários irmãos, apenas João da Silva Lemos não vivia de lavrar diamantes, trabalhando naquelas paragens como oficial de alfaiate. Dentre as testemunhas interrogadas no processo, praticamente todas compartilhavam o perfil de Carolina. Eram donos ou trabalhadores de lavras modestas, sempre naturais do norte de Minas. O mais próspero dentre eles era mesmo José Roque dos Santos, a julgar pelo razoável número de escravos, quase todos africanos, que possuía.

³² Atas das Sessões da Câmara Municipal de Diamantina (21/01/1860). ACMD, livro 1855-1860.

³³ Ofício enviado pela Câmara Municipal de Diamantina ao secretário do Governo Provincial de Minas Gerais (18/10/1864). APM: Seção Provincial, maço 1047, p. 192. Desde setembro de 1864 e, portanto, antes da rebelião escrava do Serro, a Câmara de Diamantina lutava para receber dinheiro da presidência da província e cobrir os variados gastos com a "extinção de quilombolas".

³⁴ Tal afirmação é atribuída à Carolina por sua cunhada Alexadrina Maria de Amorim, que disse ter ouvido de Maria, irmã de Carolina, que ela havia convidado pedestres para prender "os negros do mato" e "que agora não sabe

Os coiteiros ou “acobertadores” de escravos fugidos eram figuras comuns naquela terra de mineração, embora escandalizassem os senhores preocupados em manter o bom governo de seus trabalhadores. No mesmo mês de janeiro de 1862 em que Carolina foi agredida, um caso envolvendo mais um deles levou a polêmica para as páginas de *O Jequitinhonha*. No distrito do Brejo, município de Januária, descobrira-se no dia 3 um quilombo com mais de 30 escravos fugidos “nos quintais do Tenente Coronel Vicente Ferreira de Souza”. Uma escolta policial havia seguido prontamente para o lugar decidida a recapturá-los, mas retornou sem efetuar nenhuma prisão. Segundo contou um correspondente anônimo do jornal, a força teria se amedrontado ao encontrar os escravos “todos armados e municiados”, disparando “descargas de desafio”, e se retirou do quilombo deixando para trás apenas um quilombola morto. Como o Moinho do Choro, este quilombo distava somente meia légua da povoação do Brejo, mas tinha algo de especial. Os escravos fugidos viviam nos fundos do terreno de Vicente Ferreira, num campo fechado por uma cancela a cadeado. Tal disposição prejudicou a diligência por resguardar o acesso ao quilombo somente à família do Tenente Coronel e suscitou a indignação do correspondente:

“O costume inveterado deste Sr. comprar sempre escravos fugidos, que apenas comprados (por menos de seus valores) logo aparecem, como sucedeu há poucos dias: tem feito circular o boato de que esse fazendeiro mantinha esses escravos ocultos, para os comprar barato, e por queixa do Major Manoel da Silva Vianna, um processo vai se instaurar contra Vicente e seu filho, além da ação civil a que já se deu princípio. Só do Município, que estão fugidos e aquilombados cerca de 30 escravos e pois, nem o subdelegado do Brejo, e nem o Dr. Delegado tem se animado a acometer o quilombo, tornando-se este de dia em dia mais ameaçador pela escandalosa proteção que o cerca”.³⁵

Como vemos, Vicente Ferreira ia ainda mais longe do que Carolina. Ele oferecia refúgio em sua propriedade aos escravos que fugiam de seus senhores e os comprava neste ínterim, antes de planejar uma forjada recaptura. A fuga diminuía o preço de venda dos cativos e garantia-lhe sempre bons negócios. Resta saber, porém, até que ponto os escravos estavam informados sobre

o mal de onde lhe vem”. Depoimento de Alexandrina Maria de Amorim (28/05/1862). ANRJ, processo crime de agressão. Pedro (escravo). 1863, p. 73.

a possibilidade de “reescravização”. O caso de Januária era ainda mais complicado do que a descrição inicial. Em abril de 1862, o próprio Vicente Ferreira resolveu encaminhar sua versão dos fatos e defesa ao *Jequitinhonha*. Explicou ele que, ao comprar o Engenho do Bairro Alto, já achara construído “um cercado no boqueirão de uma serra”, com uma testada de valo e uma cancela. Tal espaço servia a diversos fazendeiros que agiam com toda a independência, soltando ali seus cavaíes e bois de carro. Nos fundos do cercado, era verdade, localizavam-se as roças dos seus escravos e agregados.

Vicente fez questão de lembrar que “desde muitos anos” existiam escravos fugidos na serra que circundava o Arraial do Amparo, onde vivia, “os quais pela ingremidade da serra e pelos socorros que presta-lhes (sic) a escravatura dos lavradores das imediações, não se podem facilmente prender”.³⁶ Um dos senhores destes fugitivos havia recentemente apresentado denúncia às autoridades policiais que, então, resolveram mandar para ali alguns homens com o objetivo de prender todos os escravos que encontrassem. Assim chegaram ao Bairro Alto e foram logo para o lado do cercado, acabando por acometer injustamente, de acordo com Vicente, um homem envolvido com os quilombolas:

“A escolta dirigiu-se para os fundos das roças dos meus escravos e agregados, e encontrando um homem com uma clavina em um rancho, fizeram-lhe fogo, e o mataram, podendo facilmente prendê-lo, como confessa o mesmo dono do escravo que acompanhava a escolta. Este homem, antes de morrer, disse que era forro e natural do Urucuia; e que andava escondendo-se com medo de ser preso para o recrutamento”.³⁷

Ainda segundo a versão de Vicente, ele teria repreendido o cabo, seu subordinado, que disparara contra o liberto, mas ganhou com isso apenas a acusação de estar protegendo os quilombolas. Disse ainda que não havia no engenho nenhum escravo armado e que os tiros ouvidos pela força haviam sido disparados em outra roça.

³⁵ *O Jequitinhonha*, 22/02/1862, p. 4.

³⁶ *O Jequitinhonha*, 19/07/1862, p. 4.

³⁷ *Idem.*

Descontado o esforço de Vicente em fazer-se de desentendido, temos o fato de que uma grande quantidade de escravos fugidos acobertados por ele coabitava com seus escravos, por trás do terreno de suas roças. Como explicar um quilombo criado no quintal da senzala com a aquiescência do senhor? Ainda que ele lucrasse com a compra mais vantajosa de cativos, o que ganhavam os fugitivos? Por quê os escravos de Vicente não deixavam o engenho em busca de sua liberdade, a exemplo de seus parceiros? Algumas explicações podem ser encontradas nos comentários dos contemporâneos. Segundo narrou outro correspondente de *O Jequitinhonha*, após a batida policial no Brejo, os escravos fugidos dispersaram-se pelos arredores de Januária e passaram a formar um novo quilombo - talvez nos moldes mais corriqueiros – que contava com a proteção de muitos:

“O grande número de negros fugidos, que estavam acoitados (não digo aquilombados porque é agravo) no cercado do tenente coronel Vicente Ferreira, fechado a cadeado, e que hoje errantes vagam em grupos armados, pelos arredores desta cidade roubando, furtando, e agarrando mulheres à força pelos caminhos, e até dentro da cidade para levarem a seu novo quilombo, a indiferença das autoridades em semelhante negócio é escândalo inaudito. O povo em voz baixa resmunga que os quilombolas são protegidos pelo tenente coronel fulano, pelo Sr. capitão cicrano, e outros que tais, saquaremas, que imperam na terra, e que será de nós anti-quilombolistas, ante-serranos (sic), se estes se unirem àqueles quando os tais negros estão todos armados de clavinas, e facões?

Valha-nos o Exmo Presidente, ou alguém por ele”.³⁸

As acusações contra os conservadores não eram incomuns naquela folha liberal e, vez por outra, pintava-se o retrato de políticos colocando libertos e escravos – certamente à força - a serviço de seus objetivos eleitorais. A idéia de emancipação era carta na manga de diferentes facções quando se tratava de apavorar fazendeiros e/ou mineiros com a perspectiva de um total caos social, ainda que se corresse o risco de, com isso, encaminhar entre os cativos uma interpretação dos fatos que fugia totalmente ao controle dos que julgavam dispor de sua lealdade.

³⁸ *O Jequitinhonha*, 21/06/1862. “Serranos” era o nome dado a um grupo ou, como quer o correspondente, uma quadrilha de “mais de 80 matadores e ladrões” que andava “assolando” o município da Januária com roubos violentos, valendo-se da “proteção de figurões de alta patente”.

Mas voltemos à polêmica em torno do coiteiro Vicente Ferreira e seus escravos. O correspondente “anti-quilombolista” faz uma observação interessante: poder-se-ia dizer que se tratava naquele caso de um quilombo?

Ao que parece, Vicente não encarava as coisas deste modo. Obviamente, ele não era nenhum abolicionista, mas um senhor de escravos buscando pagar menos em tempos nos quais o mercado de escravos dispunha de oferta limitada e cara. Olhando para o perfil dos cativos rebelados em 1864 e daqueles que encontramos em diferentes histórias ao longo deste trabalho, incluindo os quilombolas, percebemos que são praticamente todos naturais do norte mineiro ou africanos de mais idade. O comum dos mineradores e fazendeiros desta região parecia contar pouco com o tráfico interprovincial, apostando fortemente nas compras locais e na antiga tradição do aluguel de braços cativos. Neste contexto, a estratégia de Vicente faz sentido: forçava-se a diminuição do preço da mão-de-obra através do estigma de rebeldes que ganhavam os escravos ainda enquanto sumidos ou depois de devolvidos aos seus senhores. Para o sucesso da empreitada, ele se defendia como podia, chegando até a tentar inocentar o liberto morto na diligência ao Brejo, identificando-o como alguém que procurava no quilombo refúgio contra o recrutamento. Mesmo que a desculpa não fosse real, era ao menos perfeitamente verossímil.³⁹

Tempos depois da publicação da defesa de Vicente Ferreira, um pouco mais da história veio à tona. O homem morto pela escolta chamava-se Atanázio e, ao contrário das explicações de Vicente, era seu longo conhecido, segundo denunciou em julho de 1862 ao *Jequitinhonha* outro correspondente de Januária, Manoel Caetano de Souza e Silva.⁴⁰

³⁹ Em março de 1862, *O Jequitinhonha* denunciou a voracidade das autoridades de Diamantina na busca de recrutas no editorial “A odiosidade da lei do recrutamento”. Os candidatos eram procurados sempre entre os homens mais pobres, sem laços familiares ou, o que era muito comum, entre escravos considerados criminosos ou fujões. O editorial narra como exemplo a investida realizada na povoação de São João, em fevereiro de 1862: “No dia 20 do passado mês partiu desta cidade (Diamantina) uma escolta comandada por um Capitão e um alferes; chegando à povoação de São João à noite, cercou a maior parte das casas da povoação. O alarma foi geral, o susto e o medo desterraram o sono. No dia seguinte passou-se a dar buscas, todas as casas cercadas foram varejadas sem que se chamassem testemunhas, e com preterição de todas as formalidades da lei. Dezoito indivíduos foram presos, destes alguns foram postos em liberdade no mesmo dia por verificar-se serem casados, outros os guardas nacionais fardados em número de 12 vieram conduzidos para esta cidade apesar dos reclamos dos comandantes. Aqui então foram postos em liberdade”. *O Jequitinhonha*, 08/03/1862, p. 1.

⁴⁰ O tenente-coronel Manoel Caetano de Souza e Silva acompanhou Richard Burton na sua passagem pelo município de Januária, em setembro de 1867. Na descrição do viajante, seu anfitrião era “um distinto “liberal” que preferiu a política ao comércio e à agricultura”. Como Vicente Ferreira, porém, Manoel produzia açúcar na fazenda de Santo Antônio do Brejo do Salgado. BURTON, Richard. *Viagens aos planaltos do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória. 1983. tomo III, p. 69.

“Sobre quilombos, Sr. redator, sustento que o Sr. Vicente Ferreira ainda é o chefe deles, e por tal é reconhecido e respeitado e é sabido de todos que nunca esteve este quilombo tão forte como atualmente, e muito breve será inteiramente desmascarado. Admira o descaramento com que o sr. Vicente Ferreira sustenta ainda que o negro Atanázio de seu cunhado Pinheiro, que foi morto em ato de resistência pela escolta, era um homem do Urucuia, foi pena não dizer também que o clavinote e o gró com que estava essa sentinela do quilombo, não eram de seu filho...”.⁴¹

Chamando-o de “quilombista insigne”, Manoel termina por lembrar a desavença que Vicente tivera recentemente com seu filho em torno da posse dos escravos. Pelo arraial do Brejo, circulara publicamente um bilhete de Joaquim, filho de Vicente, dirigido ao pai e portador da seguinte ameaça: “Meu pai, vosmecê com a maior crueldade mandou-me tomar a única escrava que servia a minha mulher, e eu achava melhor que vosmecê entregasse os escravos alheios que têm aí ocultos”.⁴²

Se Vicente vivia de roubá-los até da própria família, do outro lado, os escravos certamente investiam diferentes expectativas na “parceria”. Um dos seus objetivos bem podia ser a troca de senhor, e não propriamente a liberdade. Este é, por exemplo, o argumento de João Reis para o quilombo do Oitizeiro, batido em 1806 na Barra do Rio das Contas, comarca baiana de Ilhéus⁴³. O Oitizeiro era um quilombo “disfarçado de aldeia de lavradores”, localizado nos fundos dos sítios de alguns poucos lavradores de mandioca que habitavam a vila. A rigor, estes lavradores acoitavam ou “protegiam” os escravos fugidos por interesse no uso da mão-de-obra, enquanto estes últimos ali encontravam refúgio, comida, alguma remuneração ou, mais provavelmente, o acesso a um pedaço de terra. É interessante notar, porém, que, além dos lavradores, alguns escravos foram também considerados coiteros pelas autoridades, já que se beneficiavam do trabalho dos fugitivos. Esta inaudita realidade transformava o Oitizeiro em “um quilombo com escravidão”, desafiando qualquer noção tradicional a respeito. Se no Oitizeiro havia também cativo, de que estariam fugindo os escravos?

⁴¹ A carta de Manoel Caetano de Souza e Silva data de 12 de agosto, mas foi publicada no jornal somente em setembro de 1862. Ver: *O Jequitinhonha*, 07/09/1862, p. 3.

⁴² Idem.

⁴³ REIS, João José. “Escravos e coiteros no quilombo do Oitizeiro, Bahia, 1806”. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 332-372.

Como mostra João Reis, os escravos ali encontravam um regime de trabalho diferente do que vivenciavam sob seus senhores originais e permaneciam no Oitizeiro por sua própria vontade. Continuavam produtivos, mas repartiam de outro modo o produto de seu esforço. Liberdade, alternativamente, poderia significar dispor de terras e tempo para cultivá-las, participar de trocas econômicas com a produção das roças, safar-se dos castigos corporais ou recompor relações familiares e de amizade, razão pela qual vários escravos acabaram recrutados pelos quilombolas. Acima de tudo, muitos deles procuravam forçar a troca de senhor, já que esperavam que os proprietários cedessem à sua recusa em servir-lhes, preferindo vendê-los para prevenir uma fuga sem retorno ou recompensa.⁴⁴ A relação entre coiteiros e escravos, portanto, era marcada pela negociação e a fuga ou o “roubo de escravos” neste caso, ainda que transitórios, devem ser compreendidos como estratégias de resistência por parte dos cativos, mesmo que resistir significasse dispor da liberdade de escolher a própria escravidão.⁴⁵

O exemplo do Oitizeiro na Bahia é de grande ajuda para a compreensão dos casos com os quais nos deparamos até agora em Diamantina e Januária. Carolina e Vicente atuaram, provavelmente, como famosos coiteiros que “apadrinhavam” escravos fugidos quando do seu retorno aos antigos senhores, garantindo sua integridade física, algumas vezes lucrando com recompensas, e, especialmente no caso de Vicente, aconselhando “punições” como a venda imediata para ele mesmo. Em relação aos escravos fugidos, vemos como em ambas as histórias eles agiram com independência, refazendo seu quilombo em outro lugar ou tratando literalmente de calar a boca dos que quebravam a espécie de pacto de reciprocidade que os ligava à população local. Os quilombolas do Moinho do Choro, é correto dizer, viviam em parte das razias e assaltos que faziam aos subúrbios de Diamantina, mas ao contrário da visão reificadora das autoridades policiais, não escolhiam seus alvos totalmente ao acaso.

Prova disso foi o assassinato do pedestre Elias da Fonseca Freire nos arrabaldes do Arraial do Pinheiro, em 1863. Se voltarmos algumas folhas atrás, o encontraremos prestando depoimento sobre a batida que dera no quilombo que acometera Carolina no ano anterior. No

⁴⁴ Idem, p. 356.

⁴⁵ Tal aspecto é também ressaltado por Eduardo Silva, que denomina tais fugas provisórias, voltadas para a negociação de objetivos específicos, como “reivindicatórias” em oposição às “fugas-rompimento”, que representariam um corte radical com o regime escravista em busca da liberdade incondicional. Ver: “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação”. In: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 62-78.

primeiro dia de outubro de 1863, Elias foi morto por um grupo de quilombolas que assaltou e incendiou sua casa, deixando feridos alguns membros de sua família. Ele continuava a ser um perigo para os escravos fugidos que escapavam das vistas das autoridades.⁴⁶ O crime ganhou os contornos de um escândalo em Diamantina, embora não fosse algo incomum. Segundo o julgamento de *O Jequitinhonha*, esta era a história pela qual se podia aferir “o cancro-escravatura que corrói e desfigura a nossa sociedade”. Mais do que isso, era “uma fotografia de hediondos tipos”: “o projeto infernal dos africanos escravos criados nos antros de Satã”⁴⁷. A descrição é carregada com todas as cores e não fica devendo em nada à narrativa inflamada do crime do Palha, em 1865:

“Veja o leitor essa página tenebrosa das ocorrências do Pinheiro. Habitava ali há anos Elias da Fonseca Freire, pobre, mas honrado pai de família, sem escravos todos se admiravam de ver o fruto de seu próprio trabalho, secundado pelo de seus filhos e filhas em número de treze.

Homem pacífico inteiramente, inofensivo, não tinha um só inimigo. No dia supra dito 1º do corrente, foi a sua casa assaltada por um magote de calhambolas às 11 horas da noite, quando descansava das fadigas do dia no remanso da paz. Esses perversos arrombaram a um só tempo as portas e janelas da casa, e deram três tiros sobre o infeliz pai de família, que procurou socorrer sua mulher e filhas, e obstar o roubo que vinham praticar. Desfalecido com a luta, e com o sangue perdido pelas feridas cai quase exânime.

Seus poucos bens são roubados, suas filhas (horrible dictu) são maltratadas e feridas por terem resistido ao brutal forçamento para defloração; sua casa é incendiada, e tarde, muito tarde chega o socorro dos vizinhos habitantes, já o crime estava consumado com os instintos selvagens, com a ferocidade canibal desses bárbaros, tão semelhantes aos tigres sanguisedentos de nossas matas”.⁴⁸

⁴⁶BAT: Processo criminal de homicídio, Jerônimo cabra e outros, Diamantina (1864), maço 83, p. 1. As coincidências diminuem mais ainda quando nos deparamos com registros criminais do acontecido, nos quais figuram os nomes dos escravos Jerônimo e Francisco, cabras líderes do quilombo dos Ferreiros que encontraremos nas próximas páginas.

⁴⁷ *O Jequitinhonha*, 17-10/1863, p. 3.

⁴⁸ *Ibidem*.

A grande onda de crimes praticados por quilombolas em Diamantina no início da década de 1860 acentuou antigas imagens acerca dos negros na região. A analogia entre africanos e selvageria se solidificou no bojo da crescente perda de controle da situação por muitos proprietários. No caso específico do crime de 1863, é interessante perceber como a animalização dos quilombolas serve ao objetivo constantemente reiterado pelo jornal de criticar a escravidão e o próprio escravo em nome da “segurança do corpo social”.⁴⁹ Ou seja, o caráter degradante da “instituição” e seu efeito de desumanização deixam de ser argumentos em apoio à escravização dos “bárbaros” e passam a compor a justificativa para um processo de emancipação gradual, seguido da tutela dos ex-cativos pelos mais “civilizados”. Projeto subliminar de uma dominação já muito conhecida, já que assentada nos antigos padrões raciais e de classe vigentes no norte mineiro.

Após o assassinato de Elias Freire da Fonseca, o “pacífico” e “inofensivo” caçador de negros do mato, espalhou-se mais uma vez um clamor geral pela caçada aos quilombos e prisão daquela “gente pervertida”. Alguns escravos, de fato, chegaram a ser presos e sujeitos a julgamento, mas não demoraram a fugir novamente para o sertão. Em julho de 1865, seriam finalmente apanhados na Itaipaba e condenados pelos assassinatos descritos no início deste capítulo.

⁴⁹ Idem.

Bastidores de uma Festa do Divino

Na Farinha Seca, localidade situada no caminho do Palha, subúrbio de Diamantina, todos sabiam que, cedo ou tarde, chegaria o tempo da Festa do Divino. Naquele ano de 1865, a festividade estava planejada para tomar lugar na Itaipaba, em torno do dia de São João, precisamente, 24 de junho. Muito antes do evento, no entanto, os preparativos avançavam e, como era mister, o “Imperador” da festa havia sido eleito com antecedência, desta feita dentre os moradores da Farinha Seca. Francisco Leandro Pires era conhecido no lugar e seguira aos olhos de todos na quinta-feira dia 8 de junho, logo depois do domingo do Espírito Santo, para a Itaipaba. Em sua casa, deixara a esposa Maria Rosa Pereira na companhia de sua irmã, Silvéria Maria Pereira.

Joaquim Alves da Calçada - ao que tudo indica, irmão da faladeira Carolina - estava de passagem pelo Palha e resolvera hospedar-se naquela noite na casa das pardas Maria e Silvéria. Estando eles já acomodados aí pelas dez horas da noite, ouviram alguém bater à sua porta. Perguntando Joaquim quem era, uma voz respondeu de fora - “sou eu, quero comprar cachaça!”. Ouviu em retorno que o dono da casa estava incomodado e que ali não havia cachaça nenhuma. A voz de fora insistiu - “tem cachaça que um nosso parceiro aqui comprou hoje e bebeu”; “abra a porta senhor Chiquinho que eu quero conversar com o senhor e sou escravo de Raimundo Pires”.⁵⁰ Obtendo uma negativa como resposta, já que Francisco estava ausente, a conversa tomou um rumo inesperado. Silvéria, única vítima que sobreviveu para contar a história, assim descreveu detalhadamente o que se seguiu:

“responderam as vozes de fora, pois então arrombemos a porta, e pegaram a dar muitos coices na porta que eu reconheci serem com coices de armas; e como a referida porta tivesse uma única tranca forte, e achando eles custo em arrombarem, passaram-se logo para a janela da frente da casa, e quando meteram os coices das armas arrancaram duas tramelas da janela; corremos nós todos três acudindo com as mãos à janela que já estava arrombada porque já tinham com a força que fizeram arrancado as duas tramelas, neste interim gritou uma voz de fora, atira, e no mesmo instante arreventou um grande tiro, ou dois ao mesmo tempo; neste momento caiu

minha irmã já aqui referida, gritando Senhora das Dores, estou morta, e ela interrogada abraçando-se com a irmã, caíram ambas, logo no mesmo momento depois da janela escancarada, viu ela outro tiro, o que foi dado empregado em seu compadre Joaquim Alves que gritou ao mesmo tempo: que estou morto! Neste momento viu ela interrogada saltar dentro dois negros, ficando do lado de fora muitos outros armados, e com armas embocadas na janela para dentro da casa; os dois que saltaram abriram logo a porta da rua, e pegaram a tirar tudo quanto havia na casa, e a entregar aos outros que estavam do lado de fora, e ela interrogada ficou quieta por debaixo do corpo de sua irmã que expirava naquele momento, e um dos negros chegou-se a ela e pegando-lhe no braço, ela fingiu-se de morta”⁵¹.

Ainda que assim tivesse gritado, Joaquim não morreu imediatamente após os tiros e presenciava o saque do chão onde, estirado, agonizava, quando os negros voltaram-se para ele e perguntaram – “Quê do dinheiro que você tem aí diabo?”. Foi então que Joaquim lhes entregou tudo o que tinha em sua algibeira: uma porção de diamantes e papéis com dinheiro em notas que seriam usadas para o pagamento de uma conta a João Batista de Almeida Barca. Além dos pertences do moribundo Joaquim, os negros levaram também outros vários objetos da casa do “senhor Chiquinho”: mais diamantes guardados como economias, ouro em pó, cobs, notas, cera, pólvora, fogos, caixas com louças e toda a roupa encontrada. Tudo isso vira Silvéria com o auxílio da luz da lua que penetrava todo recinto através das janelas escancaradas. Apavorada, ela esperou pacientemente os negros deixarem a casa e permaneceu imóvel até o amanhecer do dia seguinte, quando então foi tratar do ferimento à bala que lhe atravessara o peito.

Notificada sobre o crime, a polícia seguiu logo para a Farinha Seca, dando busca em todas as casas vizinhas à de Francisco Leandro Pires. Mais uma vez, aquele era um pequeno arrabal onde todos os moradores, em sua grande parte de cor, estavam ligados de algum modo à atividade mineradora. Um dos primeiros alvos da inspeção foi justamente a residência da vizinha de porta Ana Joaquina Fernandes, na qual foram achados. Mais conhecida pelo apelido de Aninha Dunga, a viúva tinha em torno de 40 anos, morava ali com sua filha e “vivia do seu

⁵⁰ ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, p. 10.

⁵¹ Idem.

trabalho”⁵². Como resultado da diligência, ela e alguns de seus filhos foram detidos para averiguações. Na volta para Diamantina, a escolta conseguiu levar consigo também os crioulos Tiago e Maria, escravos de Joaquim José Simões que há cerca de vinte dias encontravam-se desaparecidos.

As contraditórias declarações de Tiago confundiram bastante a polícia, mas foram o começo do desvendamento de um crime de implicações inimagináveis. A primeira versão que ele ofereceu sobre sua participação nas mortes de Maria e Joaquim foi, no mínimo, divertida. Disse ele que, na véspera dos assassinatos, havia se “agasalhado” na casa da preta velha Lucinda Maria Marques, ou Lucinda crioula, na Farinha Seca. Saindo alta hora da noite para “satisfazer uma necessidade”, viu aproximarem-se cinco homens pretos, “sendo um alto, de barbas grandes” e outro pardo “não muito barbado, de estatura regular”, todos fortemente armados. Chegando até ele, os pretos instaram que não se movesse ou gritasse, pois senão o matariam. Na mesma ocasião, o “convidaram” a cometer um delito e entregaram-lhe uma foice, ao que Tiago anuiu com medo. Ao aproximarem-se da casa de Francisco Leandro Pires, ele colocou em prática a estratégia que teria lhe eximido de culpa: “deixou-se ficar atrás como quem urina ou finge urinar” e, assim, assistiu ao arrombamento e mortes perpetradas pelos negros que encontrara há poucos minutos. Ouvindo os tiros, correu novamente para a casa de Lucinda crioula.⁵³

Os pretos que lhe abordaram não eram tão desconhecidos assim. Tiago contou que, na véspera do crime, vinha na companhia de Maria pelo caminho que leva do Curralinho para Diamantina, quando encontrou com três pretos “num apertado de pedras”. Estes teriam perguntado-lhe para onde ia e, ouvindo que ele e Maria tinham Diamantina como destino, resolveram seguir junto. Conversando ao longo da trilha, todos admitiram ser escravos fugidos. O grupo separou-se apenas ao chegar perto da casa de José Eleutério, onde os negros acabaram se demorando “por virem adiante uma negra carregando lenha”.⁵⁴ Tiago os reencontraria, então, na noite seguinte. Em interrogatório separado, Lucinda crioula confirmou todo o enredo,

⁵² José Malaquias, um dos filhos de Ana Fernandes, declarou que sua mãe “guardava dinheiro em casa oriundo dos jornais dele e de seus irmãos, além do aluguel de uma casinha”. Referia-se, portanto, aos jornais recebidos por eles como trabalhadores nas lavras de diamante da periferia de Diamantina. Seu irmão Francisco da Anunciação Santos também confirmou ser “alugado de Juca Coroação” numa lavra do Ribeirão do Inferno. Ver: Interrogatório de José Malaquias (28/06/1865) e Interrogatório de Francisco da Anunciação dos Santos, vulgo Dunga (13/06/1865). ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, respectivamente p. 36 e 27.

⁵³ 1º Interrogatório de Tiago, escravo de Joaquim José Simões (11/06/1865). Idem, p. 20.

⁵⁴ Idem.

detalhando que os pretos Tiago e Maria haviam chegado a sua casa “depois da Ave Maria” e, “declarando serem casados, pediram-lhe um agasalho por amor da Senhora das Mercês, por estarem muito cansados”.⁵⁵

A história parece ser até bastante verossímil, mas despertou desde logo a suspeita das autoridades, que não acreditaram por um só minuto na inocência de Tiago. No relato apresentado por ele, como explicar o acaso que o levava a encontrar os mesmos escravos fugidos duas vezes seguidas? Qual era o motivo da sua fuga e de Maria e para onde de fato estavam indo? Visando esclarecer tais dúvidas, o delegado promoveu uma acareação entre Tiago e Lucinda crioula e foi então que a verdade ou, pelo menos, parte dela, acabou vindo à luz. Descobriu-se que, na noite do crime, Tiago não dormira na casa de Lucinda, que o havia acobertado em seu depoimento. Ele se “agasalhara” no rancho de Anastácio lenheiro, na localidade do Rio Grande, e afirmou ter saído às nove da noite para buscar uma foicinha que havia confiado “a um homem que tem negócio grande na beira do rio” para os lados do Palha. Na volta, sem que tivesse conseguido recuperar sua foice, teria sido, então, abordado pelos cinco negros que descrevera.⁵⁶

O relato de Tiago expõe detalhes raramente partilhados sobre o cotidiano de dois escravos em fuga e vale a pena observar as estratégias mobilizadas por ele e Maria a fim de sobreviver longe dos seus senhores. Tudo indica que Tiago não assumia publicamente sua condição de escravo diante das pessoas que encontrou pelo caminho entre a fazenda São José e a cidade de Diamantina. Algumas testemunhas do processo afirmaram que tinham-no mesmo por livre e casado com Maria. Este foi o caso do mineiro José Martins Gomes, homem que havia “acoitado” Tiago como companheiro de lavra no Rio Grande⁵⁷. O escravo havia parado ali depois de uma rápida procura por emprego. Indo pedir ao sapateiro Idelfonso Luiz Ottoni “para o servir”, declarando que era casado e havia deixado sua mulher em uma casa para os lados do Palha, Tiago ouvira em troca a sugestão de que procurasse Antônio Arara, sujeito que teria um

⁵⁵ Interrogatório de Lucinda Maria Marques (12/06/1865). ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, p. 22.

⁵⁶ Acareação entre Lucinda Maria Marques e o escravo Tiago (12/06/1865). Idem, p. 23.

⁵⁷ Interrogatório de José Martins Gomes (16/06/1865). Idem, p. 28. José Martins Gomes declarou ser natural e morador de Diamantina, filho de Joaquim Vitoriano Furtado, casado, ter 50 anos e viver de mineração.

camarada que podia prestar-lhe.⁵⁸ Tiago logo se dirigiu à chácara de Arara e lá se ajustou com José Martins Gomes, que vinha a ser o mineiro em comando do rancho da lavra de Arara.

Maria, por sua vez, havia deixado a fazenda São José pouco antes de Tiago, com quem se encontrou dias depois. Nascida no Arraial do Rio do Peixe, no município do Serro, ela tinha na época cerca de 20 anos. Ainda que não fosse “casada” com Tiago, como diziam, era ele quem a protegia, providenciando, dentre outros, comida e abrigo. Certo dia, por exemplo, Maria viu o companheiro voltar da cidade trazendo-lhe “farinha, toucinho, feijão e rapadura, que não sabe como comprou, porque dantes não tinha dinheiro”.⁵⁹ As cartas encontradas em poder de Maria podem dizer bastante sobre a provável motivação da escapada do casal. A primeira delas datava exatamente do dia do seu desaparecimento da fazenda e era assinada por um tio de seu senhor, chamado Joaquim Vieira Braga. Pedia ele a seu sobrinho que perdoasse a escrava “por certa falta que cometeu”. A segunda correspondência trazia a resposta de Joaquim Severiano de Aguiar a um tio seu, provavelmente, Joaquim José Simões, dono de Maria e Tiago. Dizia ele não poder comprar escravos por estar sem dinheiro.

Como vemos, Maria fizera algo de errado – talvez já tivesse tentado outra fuga - e parecia estar com medo de uma possível retaliação. A punição temida podia ser a venda aventada como possibilidade na segunda carta, sabidamente um dos momentos mais disruptivos das comunidades escravas, com toda a carga de incerteza e desmantelamento de relacionamentos que trazia.⁶⁰ Estaria Maria tentando evitar a separação de Tiago? A sua fuga parece ter funcionado como forma de prevenir um futuro indesejado através da aposta na conquista da liberdade. Para isso, afinal, contava com a ajuda de seu companheiro. Tiago era um escravo crioulo, originalmente carreiro e roceiro, filho “de uma negra da Costa chamada Silvéria” e natural do município do Serro, na época com 24 anos.⁶¹

Enquanto Tiago permanecia preso como único réu até então identificado, a polícia tratava de encontrar mais pistas sobre os quilombolas por meio da investigação do círculo de relações

⁵⁸ Interrogatório de Idelfonso Luiz Ottoni (13/06/1865). Idem, p. 27. Idelfonso Luiz Ottoni declarou ser natural da cidade do Serro e morador de Diamantina, filho natural de Claudino de Figueiredo, sapateiro, maior de 30 anos e analfabeto.

⁵⁹ Interrogatório de Maria, escrava de Joaquim José Simões (13/06/1865). Idem, p. 24.

⁶⁰ Sobre os significados dos negócios de compra e venda na vida dos escravos e das intervenções dos cativos nestas transações que podiam mudar o curso de suas vidas, ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, especialmente capítulo I.

dos moradores da Farinha Seca. Ainda que Ernesto, escravo de Inácia Maria Ferreira, tivesse recentemente descoberto no portão da chácara de um certo Isidoro Laguna um embrulho com objetos roubados de Francisco Leandro Pires, o foco do inquérito continuava a ser a família de Ana Joaquina Fernandes. Uma das razões para tamanha insistência viera com o depoimento de seu filho João Fernandes de Almeida, que admitira o relacionamento existente entre Ana e os principais suspeitos do crime:

“há seis meses pouco mais ou menos um preto de nome Domingos que fora escravo de Caetano d’Assunção, dera uma calça a sua mãe para tingir, e que dissera a ela que mandasse ele interrogado receber o importe, e que ele interrogado acompanhara Domingos que o foi levando até perto da formação d’onde mandara ele esperar, e daí a pouco trouxera uma lancha de carne seca, e quatro mocotós, e dissera a ele interrogado, o referido preto = dê a sua mãe que é a paga de tingir as calças, eu não tenho dinheiro”.⁶²

Domingos era um escravo fugido e a carne oferecida como paga pelo serviço, o mineiro João e a mãe sabiam, vinha “do mato”. Mas também, quem na Farinha Seca não tinha relações com quilombolas? A lógica e os exemplos empregados por João para aliviar a gravidade de suas declarações nos sugerem uma primeira explicação para os assassinatos de Maria e Joaquim. Vejamos o teor final de seu testemunho. Atestou ele que:

“há tempos estava trabalhando de sociedade com Francisco Leandro Pires, no Córrego do Teotônio: um dia ele interrogado estava almoçando carne seca assada e feijão e o seu sócio comia carne de porco, e que este dissera = Você não passa mais bem do que eu = e ele respondente que também a tempo tinha comido carne seca gorda dos negros do mato, e que o Chiquinho Plancha respondera: todos negociam com negros do mato, e eu só é que não negocio”.⁶³

⁶¹ 3º Interrogatório de Tiago, escravo de Joaquim José Simões (31/08/1865). ANRJ, processo crime de homicídio. Jerônimo (escravo). 1867, p. 66.

⁶² Interrogatório de João Fernandes de Almeida (19/06/1865). Idem, p. 29.

⁶³ Idem, p. 32.

Teria a família de Francisco Leandro Pires se tornado alvo da ira dos quilombolas, em função de sua recusa em participar da rede de trocas econômicas que eles mantinham com os moradores do Palha? Ou estariam os negros envolvidos em algum conflito entre os brancos? A hesitação de Francisco Pires em se engajar nos “negócios” pode ter sido interpretada como ameaça direta pelos escravos fugidos ou por seus aliados na região e sobravam-lhes poucas opções, então, para assegurar que seu quilombo tão próximo da vila não fosse denunciado. O diálogo entre os negros e Joaquim Alves da Calçada na noite do crime, igualmente sugere que aqueles tinham informação de que Joaquim portava algum dinheiro para pagar dívidas. Ele morava a pouca distância da Farinha Seca, no distrito do Inhaí, onde possuía uma “fazenda de criar”⁶⁴. Certamente, a vida não era muito fácil para alguns dos que criavam gado nos pastos de um distrito conhecido por seus numerosos quilombos.

Seja como for, as relações entre quilombolas e moradores eram de vários tipos e envolviam momentos de negociação e conflito. A carne seca era o produto central das trocas básicas de ambos os lados e, conforme vimos no caso de Domingos, servia até como “moeda” alternativa para os que viviam “no mato”. O desenvolvimento do pequeno comércio significava a conquista de uma grande margem de autonomia para as comunidades de fugitivos e, como veremos, transformava também a vida daqueles que ainda continuavam no cativeiro. Por outro lado, muitos mineradores de Diamantina provavelmente disputavam com os quilombolas as terras mais afastadas do núcleo urbano central e continuavam a armar expedições de pedestres como forma de garantir a posse e lucratividade de suas lavras. Para não mencionar, é claro, a incessante tentativa de prevenir rebeliões escravas, já que os momentos de mais intensa atuação dos quilombolas, eram igualmente os mais favoráveis às barganhas forçadas pelos cativos.⁶⁵

Não fica muito claro como os interrogatórios iniciais ajudaram a polícia a localizar os quilombolas que mataram Maria Rosa Pereira e Joaquim Alves da Calçada. Sabe-se, porém, que as pistas vieram também de outras fontes, uma vez que a guerra aos quilombos de Diamantina antecedia os acontecimentos de 1865.⁶⁶ Em agosto daquele ano, pouco antes de partir da cidade a

⁶⁴ MARTINS, Antônio de Assis e OLIVEIRA, José Marques de. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais para o anno de 1865*. Ouro Preto: Tipografia do Minas Geraes, 1864, p. 271.

⁶⁵ A este respeito, ver: GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas - Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

⁶⁶ Em fevereiro de 1865, por exemplo, a municipalidade de Diamantina despendeu a quantia de 200\$000 réis para organizar e municiar uma escolta de pessoas “capazes de perseguir e prender” os negros fugidos que “infestavam” o

chamada “Guarda do Mato”, com ordem para bater “os restos de quilombolas” do município e “recrutar”, teve-se notícia de que uma expedição organizada pelos lados do Mendanha, havia finalmente destruído o quilombo procurado pelas autoridades desde 1862:

“Tenho o prazer de participar a V.S. que o Subdelegado do Distrito do Mendanha, Alferes Luiz Augusto de Araújo, tendo notícia de um quilombo, meia légua distante da povoação reuniu gente e bateu o quilombo, sendo necessário empregar a força e deu um resultado a morte do Chefe dos quilombolas o cabra Francisco, escravo do Ten. Cel. Rodrigo de Souza Reis, sendo chumbados ou baleados um escravo do Barão de Arassuaí, e outro de Vicente José da Trindade, prendendo-se também dois sujeitos forros companheiros e falas daqueles, e 5 mulheres forras e diversas pessoas sobre as quais têm recaído suspeitas de cumplicidade. Com estas e outras providências já considero este Município mais desassombrado. Devo declarar a V.S. que aquele morto, e os baleados no Mendanha foram os malvados que fizeram os desacatos no Pinheiro de que tanto se falou, e que além de outras mortes e roubo, roubaram e assassinaram a uma mulher casada, a um pai de família, e balearam a uma outra mulher, sendo os mesmos que há poucos dias assaltaram a povoação do Mendanha, resultando desse conflito a morte de um pai de família, e a de outro malvado”.⁶⁷

Os “malvados” capturados eram os negros que uma vez haviam feito morada no Moinho do Choro e que, agora, depois de peregrinar por diferentes recantos das serras de Diamantina, tentavam reconstruir seus ranchos no Buraco do Faicho.

distrito de Inhaí. Ofício enviado pela Câmara Municipal de Diamantina ao presidente da província de Minas Gerais (19/02/1865). APM: Presidência da Província. PP1/24, 1862-1867.

⁶⁷ Ofício enviado pelo delegado de polícia de Diamantina, João Nepomuceno de Aguiar, ao chefe de Polícia da província de Minas Gerais (19/08/1865). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG). LJI, maço 630 (1865 - 2º semestre).

Vida de quilombola

Os seus nomes eram Francisco, Jerônimo, João Rainha, Praxedes, Vitória, Eva e Rita. Procurados há anos, esses homens escravos e mulheres libertas formavam o principal núcleo do longevo quilombo destruído em 1865 nas matas do Mendanha, subúrbio de Diamantina. A expedição de batida alcançou o Buraco do Facho às quatro horas da madrugada do dia 18 de agosto, surpreendendo a todos os vigias. Os membros da escolta, porém, encontraram quilombolas capazes de se armar rapidamente e dispostos a oferecer renhida resistência. Do confronto, como vimos, sobrou morto Francisco cabra e feridos outros escravos. Ainda que baleados, João Rainha, Jerônimo e muitos de seus companheiros conseguiram escapar ao cerco, que teve mais sucesso na prisão das mulheres do quilombo e dos principais *falas* dos escravos, a costureira Emília Carlota de Oliveira e o negociante francês Antônio Richier. Coube, portanto, às forras Praxedes, Vitória, Eva e Rita, tanto o maior tempo de encarceramento, quanto a dianteira na tarefa de descrever em detalhes suas vidas de quilombolas.

As autoridades de Diamantina estavam interessadas nas minúcias do cotidiano daquele grupo, pois acreditavam que era preciso conhecer e dismantelar sua rede de apoio para que se pudesse pôr um fim na onda de crimes que assolava o município. Os depoimentos dos quilombolas começaram a ser tomados no dia seguinte à batida no Mendanha. A primeira a responder foi Praxedes Padilha de Araújo, liberta que havia nascido na cidade do Serro e disse morar no distrito do Curralinho. Filha de Vitória Ribeiro de Queiroz, era viúva, iletrada, tinha entre 30 e 32 anos e “vivía de seu trabalho”. Como suas demais companheiras, Praxedes afirmou ter sido levada para o quilombo contra a sua vontade, por força dos escravos. Sua “captura” havia ocorrido em ano desconhecido, uma semana depois do dia de Reis (6 de janeiro), enquanto ela trabalhava no Ribeirão do Inferno com Maria Dorotéia. Ali, Praxedes disse ter sido “presa” por Francisco e João Rainha, que a conduziram primeiro para “um quilombo existente no lugar denominado = Ferreiro = e depois para um outro quilombo pouco distante da casa de José Ferreira, em uma lapa, e ultimamente para um outro quilombo que fica além do Mendanha, perto do Rio Jequitinhonha, onde existiam três ranchos de quilombo”.⁶⁸

⁶⁸ 1º Interrogatório de Praxedes Padilha de Araújo (18/08/1865). ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, p. 51.

Os três quilombos referidos por Praxedes eram antes de tudo diferentes localidades onde a mesma comunidade de fugitivos havia se instalado. Eles viviam em constante mudança, fugindo das tentativas de reescravização e da repressão gerada pelos crimes que cometiam nas povoações. Praxedes apontou como seus companheiros a João Rainha, Jerônimo, Francisco, Joaquim, escravo de Misael Felicíssimo de Aguiar, Vitória, Eva, Rita e, já no Mendanha, também a Joana. Ela não negou as mortes e o roubo realizados na casa de Francisco Leandro Pires e assim descreveu o acontecido:

“partiram do Quilombo três, João, Jerônimo e Francisco acima declarados, trazendo Francisco uma pistola garrucha, Jerônimo uma arma de dois canos, e João um clavinote, trazendo Jerônimo mais uma foice, saindo de lá às quatro horas da tarde, e no outro dia voltaram às oito horas da manhã, levando despojos do roubo que haviam perpetrado em casa de Francisco Leandro Pires, como sejam velas de cera, um saco de pólvora, coberta de chita, de papa, uma foice, um facão, estando todos três com roupas salpicadas de sangue, e mais roupas roubadas, ensangüentadas, bem como as velas e a foice que ela respondente e suas companheiras lavaram, e então disseram que Emília lhes tinha avisado que Silvéria e sua irmã Maria Rosa, diziam que tinha (sic) uma espada e uma espingarda por conta deles, se fossem à casa delas, e que por isso eles foram cometer o delito”.⁶⁹

De acordo com Praxedes, os verdadeiros alvos da investida eram mesmo Maria Rosa e Silvéria, já que as irmãs andavam desafiando publicamente os quilombolas. Neste caso, Joaquim Alves da Calçada, provavelmente, teria sido morto por estar no lugar errado, na hora errada. Praxedes contou ainda que, pouco antes de chegar à Farinha Seca, os negros haviam passado na casa de Emília Carlota, de onde saíram diretamente para a casa de Francisco Leandro Pires “irritados pelas histórias que ela lhes contara”. Depois de consumado o ataque, voltaram a estar com Emília e “lhes deram velas, das roubadas para acender aos pés de Santa Rita para saírem felizes”.⁷⁰

Emília desempenhava um papel importante para aquela comunidade quilomboia e o mesmo deve ser dito sobre o estrangeiro Richier. Afinal, os escravos fugidos precisavam de

⁶⁹ Idem, p. 53.

⁷⁰ Idem.

olhos atentos nos locais onde não podiam estar e intermediários com quem negociar, uma vez que viviam de “matar gados que apanhavam nos campos, fazer carne seca e vendê-las, e também furtavam”⁷¹. Com Richier, eles mantinham um acerto semanal que vinha garantindo grande estabilidade econômica ao francês. Antônio Richier era um homem de 46 anos, natural de Aspra Livum, casado, alfabetizado e morador no caminho do Palha há quase dez anos. Ali vivia de sua casa de negócio e também de uma fábrica de pólvora⁷², que certamente abastecia tanto quilombolas quanto escoltas policiais em Diamantina. Emília, por sua vez, também lucrava com os roubos feitos pelos escravos do quilombo. Eles sempre lhe davam uma parte e pediam que ela se encarregasse da venda. Quanto às carnes secas, Praxedes acrescentou que:

“vinham vender ao estrangeiro Richiel (sic) que tem negócio na Palha, e também dava (sic) a Emília, e tanto esta como aquele eram os falas que comunicavam com os Quilombolas, e tanto assim que o Richiel (sic) comprava armas para os mesmos negros a troco de carne; e ultimamente comprou uma espingarda de dois canos para Jerônimo do Barão, que segundo ele disse custara trinta e cinco mil réis. Declarou mais que ela interrogada e suas três companheiras conjuntamente com os quatro negros existentes nos Ferreiros, conduziam madeira para a casa que a dita Emília tencionava fazer”.⁷³

As transações entre Richier e os quilombolas aconteciam somente durante a noite. Ninguém o via comprando carne do quilombo ou armando os negros, de modo que dificilmente se poderia desconfiar que ele monitorasse os movimentos dos pedestres com o fim de protegê-los. Os membros do quilombo, por sua vez, contavam também com o trabalho das mulheres forras que atuavam como vigias durante o dia, deixando seus ranchos para trás a qualquer sinal de ameaça.

Vitória da Costa Pinheiro contaria à polícia história semelhante, acrescentando interessantes pormenores. Ela talvez dispense apresentação, já que a encontramos tantas vezes ao longo deste trabalho, sendo interrogada por sua vida errante pelos quilombos de Diamantina e

⁷¹ Idem.

⁷² No Almanaque de Minas Gerais para o ano de 1864. Richier aparece descrito como negociante de gêneros do país, estabelecido no distrito do Curralinho. MARTINS, Antônio de Assis e OLIVEIRA, José Marques de. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Tipografia da Atualidade, 1864, p. 217.

por cumplicidade na insurreição escrava do Serro. Presa em outras ocasiões, Vitória afirmou desta vez que estava morando no quilombo “desde o dia da Senhora das Dores” mas que, oficialmente, não tinha domicílio. Fez referência aos mesmos locais citados por Praxedes, acrescentando que, primeiramente, havia se deslocado para o “Jambreiro”, nas margens do córrego Teotônio. Pouco depois, fora para “os Ferreiros”, “atrás da casa de José Ferreira”, e só então para o quilombo localizado no lado de cima do riacho do Facho.⁷⁴ Vitória esqueceu-se de mencionar apenas o período em que esteve nos fundos da casa do padre Januário, no Caetémirim, onde disse morar em 1864. À lista de quilombolas já conhecidos, somou o nome de Modesto, escravo de José Ferreira, explicando, porém, “que neste último quilombo já não se achava Joaquim, por ter desavido com Francisco, e Modesto, por ter sido morto no Mendanha”.⁷⁵

Vitória ou “Vitorão” , como era conhecida, confirmou a versão de Praxedes sobre a conversa havida entre Emília Carlota e os quilombolas antes do crime no Palha, na qual ela teria lhes contado que Rosinha, mulher de Francisco Leandro Pires, andava dizendo pela Farinha Seca que tinha espingarda e espada com que se defender deles. Ao ouvir a intriga sob o efeito de uma porção de cachaça que Adelaide, filha de Emília, comprara para eles no negócio de Richier, partiram resolutos para o Palha. Emília e Richier, no entanto, não eram os únicos *falas* do quilombo comprometidos em avisar sempre “dos passos ou providências” que se davam contra os escravos fugidos. Estes contavam ainda com a lealdade de Raimundo, escravo de Antônio Richier, que há pouco tempo caminhara até Diamantina “a mando de seu amo” para comprar uma arma que seria entregue a Jerônimo. Segundo seu código de relações, os quilombolas não furtavam o que era do francês e ele, por sua vez, mantinha-se mudo em relação aos furtos de que tinha conhecimento. Certa vez, Vitória presenciara “a esses quilombolas pegar uma vaca mesmo em sua porta (de Richier) e conduziram para o quilombo, como porque tinha prevenido aos quilombolas que não pegasse (sic) um garrote preto, pois era pertencente a ele Richier”.⁷⁶

⁷³ Idem, p. 52.

⁷⁴ 1º Interrogatório de Vitória da Costa Pinheiro (19/08/1865). Idem, p. 54.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Idem.

Quadro 3 - Quilombolas citados por Vitória, em 1864 (18)⁷⁷

Libertas	Escravas	Escravos
Vitória da Costa Pinheiro Maria Carlota	Raimunda (Henriqueta Senhorinha Carlota da Fonseca) Mariana (Felisberto Ferreira Brant) Carolina (Alexandre Gomes da Silva) Luzia (Alexandre Gomes da Silva)	João Rainha (Rosa Lisboa) Jerônimo (Barão de Arassuaí) João do Dó (Antônio Correia Braga) Tomás (Francisco Caldeira) Matias/Mateus (Alexandre Gomes da Silva) Maurício (Manoel da Silva) José Pinheiro (Joaquim Casimiro Lages) Tomazino (Capitão Justiniano Fernandes de Azevedo) Felipe (dono desconhecido) Caetano (Manoel da Silva) Francisco (Capitão Francisco Gomes Ribeiro de Amorim) Manoel (Francisco José de Almeida e Silva)

⁷⁷ “Interrogatório feito pelo delegado de polícia João Raymundo Mourão à Vitória da Costa, por alcunha o Vitório” (19/11/1864). BAT: processos criminais (Diamantina), maço 81.

Com as declarações de Vitorão, finalmente se esclareceu a procedência do embrulho contendo objetos roubados que fora encontrado por um escravo na entrada da chácara de Isidoro Laguna. Era mesmo o produto do assalto à casa de Francisco Pires, que havia sido entregue pelos quilombolas a João Pinheiro, escravo de João Casimiro Lages. A estratégia era simples: cabia a João levar os objetos para a cidade de Diamantina e “lançá-los em qualquer parte da rua”⁷⁸. Se voltarmos às primeiras declarações de Vitória, em 1864, lembraremos que João Pinheiro estava entre os quilombolas a quem ela atribuía sua ida forçada para as margens do Córrego dos Ferreiros. Em meados de 1865, porém, é bem provável que ele já estivesse de volta à casa de seu senhor, a julgar pela sua descrição como alguém de fora que conservava relações com o quilombo, tendo por costume visitá-lo de vez em quando. Rita diria mais tarde que, nestas idas aos Ferreiros, João Pinheiro levava cachaça e fumo para os quilombolas⁷⁹. Por sua lealdade, portanto, ele fora designado para a missão de desfazer-se das provas do crime no Palha, já que também seria um dos poucos aliados que poderia andar pelas redondezas de Diamantina sem levantar suspeitas. É difícil imaginar que os quilombolas tivessem feito sua escolha entre os vários escravos fugidos que conheciam e continuavam a ser perseguidos como eles.

Os quilombolas tinham mais pontos de apoio e alvos de conflito na cidade. Joaquina Peixe em Pé e Inocência crioula, moradoras da rua do Progresso, em Diamantina, recebiam freqüentemente tecidos e roupas roubados por eles. Assim acontecera, por exemplo, após o saque que fizeram à casa de Celestino Pinto, no subúrbio do Bom Sucesso. Contou Vitória que “eles vindo a esta cidade com o fim de matarem a Manoel da Costa, do Rio Grande, nesse dia trouxeram três peças, duas de americano e uma de morim, as quais deram à Joaquina e Inocência, e isto sabe por lhe dizer os mesmos negros quando voltaram para o Quilombo, que haviam dado onze tiros como um desafio ao dito Manoel da Costa”⁸⁰.

⁷⁸ Idem, p. 56.

⁷⁹ 1º Interrogatório de Rita Pereira dos Santos (20/08/1865). ANRJ, processo crime de homicídio. Jerônimo (escravo), 1867, p. 57.

⁸⁰ 1º Interrogatório de Vitória da Costa Pinheiro (19/08/1865). Idem, p. 54

Todas as mulheres disseram ter ido para o quilombo em datas festivas e, diante das autoridades, transformaram a escolha de viver nas matas em histórias de capturas compulsórias. Assim fez Rita Pereira dos Santos, cuja trajetória como quilombola começara no Natal de 1864. Rita era uma mulher solteira de 24 anos, iletrada, que “vivía de seu trabalho”. Filha de filha de Maria Tereza da Costa, ela disse ser natural “da mata do Rio Vermelho”, no município do Serro. Durante o interrogatório, ela narrou que, estando durante o último Natal no rancho de um “negro velho” no Quartel do Indaiá, arraial vizinho a São João da Chapada, foi surpreendida à noite pelos escravos João do Dó, João Rainha e Jerônimo, que logo conduziram-na “à força” para o quilombo do Caetémirim, organizado nos quintais da residência do padre Januário. A razão de tal localização era simples:

“Esses negros aí se ocupavam em furtar rezes, fazer carne seca, que iam vender aos escravos do Padre Januário, dos quais ela respondente só conhece a dois, Antônio Barão, e Adão Garupa, além de outros que ela respondente não conhece, os quais compravam as carnes dos Quilombolas e também vendiam, a estes, mantimentos, e também eram quem avisavam (sic) antes das patrulhas que partiam para a captura dos Quilombolas”.⁸¹

Ao perscrutar este tipo de integração econômica entre escravos e quilombolas, torna-se mais fácil entender como ambos puderam compartilhar projetos e significados de liberdade em seus protestos na Comarca do Serro. Os cativos possuíam suas roças e escoavam sua produção a ponto de juntar pecúlio suficiente para fomentar a longevidade deste pequeno comércio informal. Trocando mantimentos com o quilombo, sustentavam seus espaços de autonomia dentro da escravidão e, simultaneamente, apoiavam a sobrevivência de seus companheiros fugidos. Inspirados pela experiência do cultivo de roças próprias, muitos fugitivos perseguiram o ideal de uma vida camponesa nas matas ou buscavam o pedaço de terra que muitas vezes lhes ofereciam os coiteiros em troca de algum trabalho. As senzalas eram o berço dos arranjos sociais, culturais e

⁸¹ 1º Interrogatório de Rita Pereira dos Santos (20/08/1865). Idem, p. 57.

políticos que davam vida aos quilombos. O treinamento para a vida de quilombola começava ainda sob o cativeiro.⁸²

O quilombo de Rita não vivia de agricultura e dependia fortemente da população ao seu redor. Segundo ela, todos os diamantes porventura vendidos pela comunidade do Buraco do Facho a Antônio Richier provinham dos roubos que praticavam, mas é muito provável que os quilombolas também faiscassem ouro e diamantes nas margens dos rios em que se estabeleciam. Só não podiam admitir a atividade, já que a faiscação ilegal sabidamente horrorizava as autoridades e senhores de lavras em Diamantina. Além do francês e de Emília, Rita mencionou ainda um certo Barbosa, “compadre de José Ferreira no Mendanha”, como fala dos quilombolas, sem deixar de ressaltar a relação de seus companheiros com Joaquina Peixe em Pé e Inocência crioula. Com elas, os homens do quilombo mantinham laços que iam muito além das urgências econômicas e, com certo tom de despeito, Rita admitiu que “na casa das ditas (eles) haviam passado três dias pagodeado com elas”.⁸³

Junto com Praxedes, Vitória e Rita, foi presa Eva Francisca da Conceição, descrita pela polícia como mulher liberta de 22 anos, filha de Tereza do Espírito Santo e natural de Diamantina. Eva disse ser solteira, iletrada e sustentada por seu trabalho de lavar roupas e fazer costuras até a ida para o quilombo do Buraco do Facho há oito meses. “Depois que se a quilombou nada fazia”⁸⁴. Perguntada sobre as mortes de Maria e Joaquim, Eva pouco falou, mas se defendeu atribuindo toda a culpa aos homens do quilombo. Negando qualquer coadjuvação nos assassinatos, assumiu, porém, que havia ficado com uma parcela do produto do roubo feito à casa de Francisco Leandro Pires, repartida no quilombo pelos escravos no dia seguinte ao crime. Às mulheres, eles reservaram apenas parte do que haviam conseguido levar, sendo dividido entre si, antes de chegarem, todo o dinheiro e certo número de objetos furtados.

⁸² A reflexão sobre a integração de concepções de liberdade e resistência vem aqui ao encontro do argumento de Flávio Gomes sobre esta face tão particular da comunidade escrava: “em alguns momentos, as práticas econômicas desenvolvidas nos quilombos circunvizinhos podem ter significado menos uma alternativa do que uma extensão da economia própria para os que permaneciam escravos. Meu argumento aqui vai no sentido de apontar como as experiências de lutas dos escravos e quilombolas em determinadas regiões podem ter interagido, visando conquistar acesso a uma economia camponesa, destacando-se aí o direito ao produto de seu trabalho, às trocas mercantis e aos mercados locais”. Ver: GOMES, Op. Cit., p. 385.

⁸³ 1º Interrogatório de Rita Pereira dos Santos (20/08/1865). ANRJ, processo crime de homicídio. Jerônimo (escravo), 1867, p. 58.

⁸⁴ 1º Interrogatório de Eva Francisca da Conceição (24/08/1865) e Auto de qualificação da mesma (04/09/1865). *Ibidem*, respectivamente p. 59 e 73.

Aquele era um expediente comum, como demonstrava outro saque perpetrado na casa de Celestino Pinto. Com esta investida, os negros haviam conseguido prover a comunidade com um barril de genebra, uma saca de sal, uma camisa de homem, uma porção de peças de americano e morim, além de um alqueire de farinha⁸⁵.

Parte dos mantimentos roubados, como vimos, parava com frequência na venda de Antônio Richier, alguém que, segundo os diversos depoimentos foram mostrando, tinha um papel central para a sobrevivência do Buraco do Facho. Era ele o responsável pela preparação final do principal produto de troca dos negros fugidos, além do fornecimento de armamento, pólvora e chumbo:

“o meio de vida dos mesmos Quilombolas eram (sic) furtar gados, e que por semana furtavam três e quatro rezes, faziam carne seca e vinha (sic) vender ao estrangeiro Richier. ‘a razão de quatro mil réis a arroba, e que este estrangeiro era quem ministrava o sal para salgar-se a carne’”.⁸⁶

Emília Carlota de Oliveira era também importante intermediária. Moradora no lugar denominado “Chica da Silva” desde o início de 1865, ela era natural de Diamantina e tinha 40 anos em 1865. Era uma mulher casada, mãe de Adelaide, iletrada e que disse “viver de seu trabalho”. As evidências contra ela eram tamanhas, que Emília nem sequer tentou esconder seu envolvimento com os quilombolas, negando apenas que tivesse caluniado de qualquer forma a Siveria Maria Pereira. Quanto aos “favores” que recebia dos negros - que incluíam a compra de carne seca, belamente e sebo - ela explicou decorrerem do lugar em que morava e do grande medo que nutria em relação aos quilombolas. Por isso, por exemplo, havia aceitado vender a instâncias deles dois maços de retros e uma balança de pesar diamantes que lhes haviam sido entregues por Francisco cabra após o roubo na casa de Francisco Leandro Pires.⁸⁷

A única mulher que escapou da pronúncia como cúmplice dos crimes cometidos no Palha foi Joana Francisca das Neves, liberta de 26 anos, natural do distrito do Inhaí, solteira e analfabeta. Fazia pouco tempo que ela habitava o Buraco do Facho. Ela acompanhara Francisco,

⁸⁵ Idem. p. 60.

⁸⁶ Idem.

Jerônimo e João Rainha em julho de 1865, saindo da lavra Caruru onde trabalhava, e disse ter sido conservada no quilombo até o dia de sua prisão, “sem que lhes desse tempo de fugir”.⁸⁸ Junto com Joana, diversos moradores da Farinha Seca prestaram depoimento na conclusão da primeira fase das investigações em Diamantina, procurando em geral situar as razões do crime na proximidade existente entre Ana Fernandes e os quilombolas que todos viam andar pelo arraial. Angélica de Sousa e Castro, amiga de Silvéria Pereira, contou, por exemplo, que esta insistia em acusar Ana pelo que lhe acontecera, especialmente ao considerar a negligência de sua vizinha em socorrê-la no dia do arrombamento⁸⁹. A única voz um tanto dissonante foi a do empregado público Francisco de Paula e Sousa Matos, que afirmou ter contato com as mulheres do quilombo e saber por elas que Emília Carlota era a “causadora do crime”, tanto por indispor os negros contra Maria Rosa e sua irmã, “como ministrando espírito, dizendo-lhes ou aconselhando-lhes para que se vingassem das mesmas”.⁹⁰

Diante de todas estas evidências, o crioulo Tiago, único escravo fugido até então preso cerca de três meses depois das mortes no Palha, não pôde mais sustentar suas inventivas histórias para livrar-se de culpa. Durante todo os meses que passara na cadeia, Tiago acreditava não haver restado nenhuma testemunha ocular dos assassinatos e, por esta razão, buscou persuadir a polícia sobre sua inocência. Não contava, portanto, em ver Silvéria novamente nesta vida e, ao encontrá-la de pé na delegacia, “aterrou-se de tal maneira que se pôs a tremer-se, soltando-lhe o ventre”.⁹¹ Só então, ele assumiu a autoria da foiçada fatal que matara Joaquim Alves da Calçada e confirmou ter combinado com os quilombolas um encontro na véspera do crime, no qual acertara sua participação no “arranjo”. Dentre os cinco negros com que se “ajuntou” perto do córrego do Curralinho, julgou ser Jerônimo o “comandante”, “pois que era o mais respeitado”. Nisso contrariava a visão da polícia, que pensava já ter matado o chefe do quilombo. Francisco, na

⁸⁷ 1º Interrogatório de Emília Carlota de Oliveira (31/08/1865). ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, p. 65.

⁸⁸ Depoimento de Joana Francisca das Neves (04/09/1865). Idem, p. 79.

⁸⁹ Depoimento de Angélica de Sousa e Castro (17/08/1865). Idem, p. 73. Angélica era brasileira e moradora de Diamantina, tinha 40 anos e vivia de seu trabalho. Seu depoimento converge também com o da testemunha Maria Joana de Sousa, mulher natural do Gouveia e moradora em Diamantina, 50 anos e viúva, que disse viver de pedir esmolas. Ver: Depoimento de Maria Joana de Sousa (17/08/1865). Idem, p. 74.

⁹⁰ Depoimento de Francisco de Paula e Sousa Matos (01/09/1865). Idem, p. 76. Francisco disse ser natural e morador de Diamantina, empregado público, casado e ter 37 anos.

⁹¹ Idem, p. 76.

expedição do batido. Tiago descreveu seus companheiros que continuavam foragidos para as autoridades. Segundo ele, tratava-se de um vermelho, um pardo e dois pretos.⁹²

No final de setembro de 1865, o Juiz Municipal de Diamantina finalmente deu encaminhamento decisivo ao caso. Pelas mortes de Joaquim Alves da Calçada e Maria Rosa Pereira, ferimentos em Silvéria Maria Pereira e roubo na casa de Francisco Leandro Pires, foram pronunciados os escravos Tiago, Jerônimo, Francisco, João Rainha, e Joaquim. Como cúmplices na perpetração do crime, foram pronunciadas Emília Carlota de Oliveira e Vitória da Costa Pinheiro. A princípio, Praxedes Padilha de Araújo, Rita Pereira dos Santos, Eva Francisca da Conceição, Antônio Richier e a escrava Maria viram-se acusados por cumplicidade no roubo. Richier não havia participado da partilha dos objetos roubados como as demais mulheres, mas fora pronunciado por servir de fala aos quilombolas, comprar-lhes armamento, “relacionar-se com eles” e “acompanhar-lhes os roubos”. Estranhamente, porém, foi liberado de qualquer implicação no processo⁹³ quando da suspensão da pronúncia e posto em liberdade definitivamente.

Por mais informações que tivesse a polícia de Diamantina até então, não havia ainda sinal algum que indicasse o paradeiro dos “cabeças” dos quilombos do córrego do Teotônio, dos Ferreiros, do Mendanha e do Buraco do Facho. Ao longo de muitos meses, o processo não sofreu qualquer movimentação, a cadeia permaneceu lotada e os subúrbios da cidade continuaram alvoroçados com os constantes “tumultos” provocados pelos “negros do mato”. Esta foi uma época de numerosas mobilizações escravas por toda a província de Minas Gerais e, precisamente na cidade mais importante do norte mineiro, falava-se por todas as esquinas na possibilidade de

⁹² Auto de qualificação e 3º Interrogatório de Tiago, escravo de Joaquim José Simões (31/08/1865). Idem, p. 66. Os companheiros de Tiago eram também escravos dos mais importantes mineradores de Diamantina. Rodrigo de Sousa Reis, o Barão de Arassuaí, Misael Felicíssimo de Aguiar e Vicente José da Trindade engrossavam a lista dos mineiros que possuíam mais de vinte escravos trabalhando na exportação de diamantes em Diamantina, no ano de 1865. O Barão de Arassuaí (Serafim José de Menezes) é o único nome formalmente ausente da lista, onde provavelmente estava representado por herdeiros de nome desconhecido. MARTINS e OLIVEIRA, Op. Cit., 1865, p. 266-267.

⁹³ Emília e Vitória foram acusadas de concorrer diretamente para a perpetração do crime, “esta por ter acompanhado os indiciados autores, assistido e auxiliado os mesmos na perpetração do crime, e aquela por haver instigado e aconselhado os mesmos, prestando sua casa para reunião dos roubadores, participando ambas posteriormente dos objetos roubados”, sendo incursas nos arts. 5 e 271 do Código Criminal. As demais mulheres foram pronunciadas por receberem e ocultarem “objetos criminosos” e, portanto, incursas nos arts. 6 e 271 da mesma legislação. Antônio Richier chegou a ser acusado como cúmplice junto com as mulheres, inicialmente nos arts. 6 e 269, mas foi depois despronunciado pelo juiz municipal de Diamantina. Ver: Sentença de Pronúncia (09/09/1865 e 27/09/1865). ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, p. 85-92.

novas rebeliões como a que rebentara no Serro, em 1864. O Arraial do Mendanha foi o lugar de maior conflagração na região durante o ano de 1865 e assim seguiu por 1866 adentro. Exatamente ali, num dos dias de Páscoa, prendeu-se inesperadamente ao quilombola João Rainha na porta da venda de Francisco Xavier de Oliveira.

João Rainha era o nome pelo qual lhe chamavam seus companheiros e, eventualmente, a polícia. Disse ele ser escravo de Rosa Lisboa, ainda que as autoridades o tivessem como propriedade de Vicente José da Trindade, quem respondia criminalmente por ele. João era filho de Nicássia cabra, “escrava que foi de Manoel Alves Facundes”, crioulo, iletrado e tinha 22 anos em 1866⁹⁴. Na primeira semana de abril daquele ano, véspera da quinta-feira santa, ele havia passado pelo negócio de Francisco Xavier na companhia de seu parceiro Miguel, “escravo da finada Dona Clara”. Ambos compraram ali mantimentos que deixaram na chácara de Luiz José de Figueiredo Moreira, no Rio Grande. Resolvidos a voltar mais uma vez à cidade, João e Miguel deixaram a sua espera no caminho os companheiros de quilombo Jerônimo, Apolinário, escravo de Manoel de Paula, e Marcolina, “escrava de Florêncio”. Miguel tinha suas razões pessoais para ter-se juntado a eles. Segundo contou João, “consta que foi deixado forro por sua senhora, mas que tendo ele feito um delito, dizem que o genro da senhora do mesmo, por nome Cruz, rasgara a carta”⁹⁵. Em outras palavras, os herdeiros da finada D. Clara revogaram a liberdade que ela teria concedido oficialmente a Miguel e ele não tinha esperanças de escapar mais uma vez ao cativeiro.

Da nova passagem pela venda de Francisco Xavier naquela semana de Páscoa, somente Miguel voltaria ao quilombo. Por motivo que desconhecemos, ele resolveu furar a parede do negócio e foi imediatamente “embarroado” por diversas pessoas ali presentes. Miguel e João fugiram em correria pelas ruas do arraial, mas ao puxar a faca para os soldados que o perseguiram, João acabou preso e julgado pelos crimes que cometera no passado. Estes, aliás, eram muitos e incluíam diversos confrontos dos quilombolas com os moradores e comerciantes do Mendanha. Um destes tumultos, por exemplo, lembrava bastante o que acontecera na casa de Francisco Leandro Pires em 1865, embora com final bastante diferente. Uma noite, João, Francisco e Modesto,

⁹⁴ 1º Interrogatório de João Rainha, escravo de Vicente José da Trindade (04/04/1866). Idem, p. 101.

⁹⁵ Idem, p. 102.

Entraram na Povoação do Mendanha dirigidos e guiados por Francisco cabra, e entraram na Povoação e dirigiram-se para a casa de Antônio Valério, e aí batendo na porta e como ninguém respondesse, Francisco arrombou a janela, e com o cabo da foice, fez luz com o esguizo, saltou dentro da casa e examinou-a e nada encontrando saiu para fora, e dirigiram-se para a casa de Cândido crioulo morador no arrabalde chamado = Piriquito = chegados aí Francisco bateu na porta, para que Cândido lhe vendesse cachaça: Cândido recusou, dizendo que essa hora não vendia a ninguém, e como Francisco depois de muitas instâncias que fazia, não conseguia que Cândido abrisse a porta, ameaçou arrombá-la, o que vendo Cândido, gritou = acode ladrão – o que ouvindo Juca Pião que morava vizinho também gritou = fuga ladrão = o que sendo ouvido no comércio vieram várias pessoas armadas”. (...) “Então ele respondente apesar do escuro da noite mas que sempre devisava vultos, viu um indivíduo alto vestido de branco, que vinha com a gente do comércio, ajoelhar-se e fazer fogo sobre eles, com o qual tiro seu companheiro Modesto caiu agonizando, então Francisco também fez fogo sobre este indivíduo alto, e esse caiu morto, digo caiu morrendo, depois e também depois ele soube que esse indivíduo chamava Cândido grande, depois desses dois tiros a gente do comércio fez fogo sobre eles, mas não ofendeu a ninguém, então ele respondente também baixou-se e com uma clavina que trazia fez fogo para a gente do comércio, mas tendo cessado o fogo, com o clarão que tinha havido, fumaça e escuridão da noite, seu tiro foi feito sem pontaria, de forma que não ofendeu a ninguém”⁹⁶.

Como vemos, as relações dos quilombolas com a “gente do comércio” de Diamantina eram também cheias de tensões. Dos vendedores que aceitavam vender-lhes mantimentos, alguns se arrependiam depois de sediar conflitos armados como o que matou Modesto. O que é importante notar no caso de Diamantina é que, na década de 1860, os subúrbios estavam sobre intensa pressão das razias e assaltos perpetrados pelos quilombolas. Por um lado, tais ações fortaleciam a sobrevivência do quilombo e das solidariedades que o cercavam, provendo mantimentos, produtos de troca e alimentando o medo dos habitantes que hesitavam em denunciá-los. Por outro, porém, a constância das investigações que se seguiam aos crimes estava

trazendo à luz toda esta rede de contatos e forçando os quilombolas a reinventarem seu espaço social permanentemente.

Os quilombolas não levavam desaforos para casa. Interrogado pela polícia, João Rainha confessou que o crime no Palha realmente havia sido premeditado como uma espécie de revanche contra as irmãs Silvéria e Maria. Emília havia contado a ele e seus companheiros “que Vevé dizia que ela era fala para os Garimpeiros, e que eles não eram capaz (sic) de ir’a casa dela; pois que ela tinha armas, e a qualquer hora da noite que lá fossem ela os havia de repelir, com tiro zagaia, espada e tocha. E nessa ocasião o Chico disse logo que ia mostrar a ela se eles eram garimpeiros”⁹⁷. A prisão de João Rainha trouxe novo alento às investigações e desembocou na realização do julgamento final, com início em maio de 1866. Mais uma vez, as primeiras a ter seu destino resolvido foram as mulheres, a começar por Emília Carlota. Em novo interrogatório um mês depois do depoimento dado por João Rainha, Emília buscou safar-se de todas as formas, dando versões contraditórias sobre sua relação com os quilombolas. Mesmo afirmando que eles haviam prometido conduzir a madeira necessária para edificar-lhe uma casa por pena de ouvirem-na lamentar-se por não tê-la, disse que a nova casa espelhava o desejo de mudar-se por ver-se constantemente “atropelada por eles”. E disse mais, arranjando um álibi numa história a todos bastante familiar:

“se viu atropelada desde a primeira vez que eles lá foram, e que então por muitas vezes procurou mudar-se e ultimamente escrevendo ao proprietário da casa, referindo-lhe as vexações que sofriam dos negros, e pedindo-lhe licença para com os materiais da casa edificar outra em outro lugar. Perguntada por que razão não se

⁹⁶ Idem, p.104-105.

⁹⁷ Idem, p. 110. João faz aqui um comentário interessante, mostrando-se irritado por ser chamado de garimpeiro. Acreditamos que entendesse estar sendo comparado a alguém que vive da faiscção ilegal, isto é, do furto, escondendo-se, quiçá, intimidado, pelas serras intransitáveis de Diamantina. É difícil rastrear o significado de tal termo para os negros no século XIX, especialmente levando-se em consideração uma bibliografia que idealiza o garimpeiro dos tempos coloniais como símbolo máximo da resistência à dominação portuguesa sobre a Demarcação Diamantina. Joaquim Felício dos Santos (assim como Mata Machado, seguindo as anotações de Felício) o descreve como cidadão injustiçado e audaz, empurrado para a mineração clandestina em função do confisco do seu meio de subsistência e das riquezas de sua terra pela metrópole. Distinguindo-o do bandido e do negro fugido, Felício o toma como incorruptível e combativo pela liberdade, embora respeitando sempre “a vida, os direitos e a propriedade de seus concidadãos”. Sobre os quilombolas, coerentemente com sua visão crítica da escravidão, afirma especificamente o seguinte: “não confundamos também o garimpeiro com o negro fugido: este, quando encontrava alguma rês no campo, matava para não morrer de fome; quando se oferecia ocasião, garimpava ou faiscava ouro;

mudou para a Cidade, e não avisou as autoridades? Respondeu que não achou outra casa, e que tinha medo de executarem eles as ameaças que faziam de matar e cortar-lhes a língua, como já tinham feito com uma mulher”⁹⁸.

A língua de Carolina valeu-lhe a absolvição na sessão do júri, sentença depois confirmada pela pena do Juiz de Direito Interino, José Felício dos Santos.

Eva, Praxedes, Rita e Vitória foram todas levadas a contarem mais uma vez suas histórias que, se pouco acrescentaram para o esclarecimento das mortes de Joaquim e Rosa, muito contribuíram para a compreensão do que era a vida cotidiana num quilombo de Diamantina. Conforme temos visto até agora, elas faziam parte de um agrupamento de escravos fugidos de composição um tanto variada, embora sempre liderado pelos mesmos Jerônimo, Francisco e João Rainha. Seu status permaneceu sempre pouco claro e o máximo que temos são referências genéricas a elas como sendo libertas ou seu silêncio sobre a existência de possíveis senhores. Junto a elas, moraram também escravas, como Luzia, Carolina, Raimunda e Mariana, para não falar de Maria, presa antes que pudesse ir para o Buraco do Facho. As mulheres do quilombo tinham todas pouca idade, rara especialização ocupacional e eram nascidas em distritos do norte de Minas.

Dentro do quilombo, as mulheres possivelmente gozavam de situação um pouco diferente dos homens, mas estavam perfeitamente integradas. Eva mencionou que elas jamais recebiam dinheiro quando os negros voltavam dos assaltos que praticavam. Após o crime no Palha, por exemplo, nada lhes teria sido repassado dos nove mil réis em dinheiro e dos cobres que Jerônimo disse ter roubado do Oratório de Santo Antônio. Coube-lhes na partilha, por outra, os seguintes objetos: “duas caixas uma de chita e outra de baeta (cobertor de papa), uma sobrecasaca que não se lembra de que fazenda, um gró de pano, duas camisas de murim de homem já usadas, uma espada de copos, uma saia de mulher, louças várias peças, calças de pano”, além de três facas de mesa, duas de ponta (“que também foram dadas a ela para servir na cozinha”) e um lençol⁹⁹. O “capitão” Francisco eram quem havia dividido as roupas entre elas, entregando o lençol à Eva, a

mas o seu crime não era furtar gado, ou minerar ‘as ocultas. seu grande crime consistia em fugir do cativeiro”. SANTOS. Op. Cit. p. 110.

⁹⁸ 2º Interrogatório de Emília Carlota de Oliveira (15/05/1866). ANRJ, processo crime de homicídio. Jerônimo (escravo), 1867, p. 116.

calça de chita à Praxedes, a de papa para Rita e uma anágua à Vitória. As louças e facas foram dadas a elas em comum, a fim de serem utilizadas por todos os membros do quilombo. O resto dos objetos roubados no Palha e também no Bonsucesso foram guardados debaixo de uma pedra e depois vendidos pelos homens a seus falas Barbosa Papudo, Richier, Emília, Joaquim de tal, por alcunha “Jacaré”, e Joaquim Marques.

Segundo Rita, ela e suas companheiras eram observadas por um quilombola que não permitia fuga alguma do Buraco do Facho. Ela mesma havia convidado muitas vezes as outras para se evadir, mas sempre desistia em função da “vigilância em que eram conservadas”¹⁰⁰. Vitória, no entanto, conseguira “fugir” duas vezes ao longo de sua estadia “em diversos quilombos”. Segundo sua confusa versão, ela conseguira iludir a vigilância – da qual ela mesma fazia parte – ao aproveitar-se do estado de embriaguez dos escravos.¹⁰¹ Voltando ao mato depois de sua última prisão em 1864, porém, teve que enfrentar ameaças de morte por parte deles, que queriam livrar-se dela “por causa das relações que ela fez quando evadiu-se”¹⁰². Como podiam fugir as vigias do quilombo? Estas histórias mais parecem invenções para escapar da condenação no processo. Rita ocupava-se como cozinheira, preparando “carne dos garrotes que roubavam os negros, fubá, farinha, e outros mantimentos que compravam a troco de carne, em casa de Richier e outros”.¹⁰³ Ela alegou ter um status diferente das outras mulheres, confirmando não ter recebido nenhum dinheiro dos assaltos, “porque ela respondente que era cozinheira era maltratada por eles, e não gozava dos favores das outras porque não tinha como elas quem carregasse o seu saco, e por isso atrapalhavam (sic) nas suas fugas, tanto que procuraram desfazer-se dela matando-a”¹⁰⁴. Traduzindo, Rita era possivelmente a única mulher de fato solteira no quilombo.

⁹⁹ 2º Interrogatório de Eva Francisca da Conceição (16/05/1866). Idem, p. 125.

¹⁰⁰ 2º Interrogatório de Rita Pereira dos Santos (16/05/1866). Idem, p. 128.

¹⁰¹ Tal função – assim como o fim daqueles que tentavam cercar o quilombo – seria descrita mais tarde pelo escravo Jerônimo, um dos chefes do Buraco do Facho: “estando de vigia Vitorão depois de meio dia, denunciou que passava um vulto, saindo ele respondente com o Chico do Rodrigo, João Rainha e Joaquim do Mirai; cercaram o vulto que era o Juca, digo era o filho do Juca das duas pontes, e João Rainha, deu-lhe um tiro, o qual caiu, e pondo os mesmos em uma rede, disseram que iam levar para a casa de seu pai”. Ver: 2º Interrogatório de Jerônimo, escravo do barão de Arassuaí (29/08/1866). Idem, p. 143.

¹⁰² 2º Interrogatório de Vitória da Costa Pereira (16/05/1866). Idem, p. 129.

¹⁰³ 2º Interrogatório de Eva Francisca da Conceição (16/05/1866). Idem, p. 125.

¹⁰⁴ 2º Interrogatório de Rita Pereira dos Santos (16/05/1866). Idem, p. 128. Vitória foi a única a se declarar casada perante as autoridades, o que não exclui a existência de relações conjugais entre outros quilombolas.

Rita, Eva, Vitória e Praxedes não deviam estar completamente excluídas da esfera decisória, como diziam. No entanto, a atribuição aos homens de um papel de liderança foi sempre o seu melhor alibi. Sobre o arrombamento na casa de Maria e Silvéria, Vitória afirmou ter sabido do evento apenas ao presenciar a volta dos quilombolas no dia seguinte ao ataque no Palha:

“voltaram de manhã ensangüentados, e disseram que tinham matado umas mulheres, e recusavam dizer os nomes delas, mas no desarranjar o saco da roupa roubada o Joaquim reconheceu uma calça que era de sua senhora moça, então eles confessaram o crime com particularidades”¹⁰⁵.

Ao confessar o crime, os escravos teriam dado a roupa ensangüentada para ser lavada pelas mulheres e voltariam às suas atividades normais se João Pinheiro, escravo de José Ferreira, não tivesse chegado ao quilombo avisando-lhes que a “Justiça estava alvoroçada”, provocando assim sua imediata mudança para as serras do Mendanha. Com tais depoimentos carregados de detalhes que as livravam de qualquer participação nos crimes em Diamantina, Rita, Praxedes, Vitória e Eva acabaram sendo absolvidas. Somente os escravos seriam punidos.

Quando tudo parecia se assentar, uma nova prisão trouxe mais confusão à história. No decorrer das sessões do júri relativas às mortes do Palha, a polícia conseguiu finalmente capturar Jerônimo, escravo do Barão de Arassuaí. Este senhor, aliás, rapidamente peticionou ao juiz municipal da localidade, comunicando seu desejo de entregar Jerônimo nas mãos da Justiça, pois não queria mais ser responsável por “um cabra há anos fugido e iniciado em outros crimes”¹⁰⁶. Filho de Jerônima crioula, ele era um homem de 40 anos, iletrado e natural da vila de Cassunhanha, província de Minas Gerais. Vivendo de “estar no mato furtando pelas roças para comer”¹⁰⁷, conforme declarou, Jerônimo estava justamente à procura de alimentos quando foi surpreendido por uma escolta policial na chácara de D. Joana denominada Paiol. Ele e outros companheiros estavam ali escondidos havia oito dias com o consentimento de D. Joana, a qual costumava trocar com eles mantimentos por carne seca.

¹⁰⁵ 2º Interrogatório de Vitória da Costa Pereira (16/05/1866). Idem, p. 129.

¹⁰⁶ Petição do Barão de Arassuaí dirigida ao Juiz Municipal de Diamantina em 08/08/1866. Idem, p. 134.

¹⁰⁷ Auto de qualificação e 1º interrogatório de Jerônimo, escravo do Barão de Arassuaí (27/08/1866). Idem, p. 136.

D. Joana acoitava além de Jerônimo outros quatro escravos fugidos, a saber, Domingos, de Caetano Pereira de Assunção; “um escravo de caldeira da Chapada”; Frutuoso, de dono desconhecido e “uma escrava cujo senhor ela diz ser de Florêncio do Mendanha, a qual foi por ele (Jerônimo) tomada de um escravo Manoel que se achava fugido, pertencente a Francisco José de Almeida”. As circunstâncias da prisão lembram as de uma planejada invasão policial. Da diligência, restou sem vida o quilombola Frutuoso, embora Jerônimo afirmasse não terem eles oferecido qualquer resistência:

“tanto que ele respondente e seu companheiro Frutuoso, estavam escondidos debaixo da cama, para onde se dirigiram os Guardas, logo que a porta da rua foi aberta pelo filho de Dona Joana, por nome Joaquim, tendo também já entrado pela porta de trás alguns guardas, por duas portas que já tinham arrombado, e logo começaram a fazer fogo para debaixo da cama de Dona Joana, onde ele e seu companheiro se achava (sic), onde este ficou morto de um dos tiros que levou, e ele respondente saindo debaixo da cama para entregar-se ao cabo, foi quando também levou uma cacetada sobre a cabeça, e lhe amarraram”.¹⁰⁸

Frutuoso era um dos quilombolas de que a polícia jamais tivera notícia, assim como a escrava roubada por Jerônimo. Além deles, o escravo apontou como seus companheiros no quilombo dos Ferreiros a Mateus Barbosa, de Alexandre Gomes da Silva; ao falecido Francisco e a José Pinheiro, ambos cativos de Rodrigo de Sousa Reis; Germano; João do Dó; Antônio, “escravo do Anarante”; Joaquim, “de Dona Maria”; Maurício, “do finado Manoel da Silva”; Rita; Vitória, Apolinária; Eva; Praxedes; “Rita de Dona Joana”; Joaquim, de Misael Felicíssimo de Aguiar, com quem andava há cerca de dois anos e, obviamente, João Rainha, com quem disse ter estado por mais tempo. Antes de encontrar com todos eles, Jerônimo afirmou ter andado sozinho por seis anos “com uma rapariga do Tenente Coronel Felisberto Brant”¹⁰⁹, o que lhe renderia, pelo menos, um total de sete a oito anos nas matas de Diamantina.

João Rainha, por sua vez, afirmou estar fugido por três anos. Finalmente confessando em outubro de 1866 sua participação nos assassinatos do Palha, ele acrescentou à lista de Jerônimo,

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 137.

os nomes de Cipriano, escravo de “Dona Nazareth”; Apolinário, de Manoel de Paula; Miguel, de Dona Clara; “Joana do Mendanha” e Marcolina. Em sua última tentativa de escapar à pena de morte, negou seu papel na liderança do quilombo, dizendo serem Jerônimo e Francisco os dirigentes, de quem ele e Joaquim seriam “escravos”¹¹⁰. Em 10 de outubro de 1866, João Rainha foi condenado à pena de galés perpétuas pelo Juiz de Direito da Comarca do Serro, João Salomé Queiroga¹¹¹. Sorte diferente teve o escravo Tiago, absolvido depois de mais um interrogatório, no qual voltou a negar o encontro com os “negros do mato” no caminho do Currallinho, porque “uma mulher que fora lá às grades da cadeia onde ele estava preso, o aconselhara para dizer isso que ficava forro”¹¹².

Jerônimo foi o último quilombola a passar por julgamento. Sua descrição da vida no mato coincidia com as informações de que a polícia já dispunha, a não ser pela faiscação de ouro que tanto ele quanto João disseram estar praticando pelas serras de Diamantina. Respondeu ser Francisco o capitão do quilombo e assumiu ter agredido uma vez à Praxedes, porque ela queria dar nele com uma foice. Segundo Jerônimo, a fuga do Buraco do Facho não havia sido motivada apenas pelo alvoroço causado em Diamantina pelo crime no Palha. Afinal, a vida ali seguia bem, graças à venda de carne seca a Joaquim, o “Jacaré”, Vicente crioulo e Miguelinho, todos falas do Mendanha. Os quilombolas decidiram mudar-se porque haviam furtado uma novilha de José Ferreira de Aguiar e Sá e, ao procurá-la, um escravo da povoação acabara descobrindo a trilha que levava à comunidade¹¹³. Em 12 de outubro de 1866, Jerônimo foi condenado à pena de galés perpétuas, tendo a apelação do caso chegado até o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. O recurso não foi aceito e, como João Rainha, ele entregou o resto de sua vida aos trabalhos forçados para o governo¹¹⁴.

Com a custódia de Jerônimo e João Rainha estava acabado o quilombo? Provavelmente não. Dos 31 componentes conhecidos pela polícia, 3 estavam mortos, 2 escaparam à pronúncia

¹⁰⁹ 2º e 3º Interrogatórios de Jerônimo, escravo do Barão de Arassuaí (29/08/1866 e 12/10/1866). Idem, respectivamente, pp. 142 e 175.

¹¹⁰ 2º Interrogatório de João Rainha (10/10/1866). Idem, p. 157.

¹¹¹ João Rainha foi incurso no Art. 271 do Código Criminal do Império, grau médio. Tendo sido ele libertado por seu senhor, Vicente José da Trindade e entregue à Justiça, o juiz apelou de sua sentença ao Tribunal da Relação de Diamantina, sem sucesso. Idem, p. 170.

¹¹² 3º Interrogatório de Tiago, escravo de Joaquim José Simões (11/10/1866). Idem, p. 166.

¹¹³ 2º Interrogatório de Jerônimo, escravo do Barão de Arassuaí (29/08/1866). Idem, p. 142-157.

¹¹⁴ Sentença (12/10/1866) e Acórdão da Relação do Rio de Janeiro (25/06/1867). Idem, respectivamente, pp. 180 e 184.

por crime de roubo seguido de morte, 5 haviam sido absolvidos, mas, de outros 21, não se tinha notícia alguma. Um indício de que a comunidade não havia se desestruturado pode ser encontrado na prisão do último escravo acusado pelas mortes no Palha ainda em liberdade. Joaquim, escravo de Misael Felicíssimo de Aguiar, foi encarcerado em outubro de 1874, quando pertencia já a outro senhor, Roberto Moreira Leite. Solteiro, iletrado e preto cassange, único cativo africano entre os quilombolas identificados, Joaquim continuava a minerar agora em Leopoldina, bem distante da Comarca do Serro¹¹⁵. Nada explicou sobre o crime do Palha e a nada foi condenado, encerrando finalmente o processo que se arrastara por 9 anos.¹¹⁶

¹¹⁵1º Interrogatório do réu Joaquim, escravo que foi de Misael Felicíssimo de Aguiar (16/10/1874). BAT: processos criminais. Emília Cariota e outros, maço 83, 1866, p. 288.

¹¹⁶2º Interrogatório de Joaquim e Sentença final (31/10/1874). ANRJ, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo), 1867, p. 303.

Quadro 4 - Quilombolas citados no processo criminal de 1865 (31)¹¹⁷

Libertas (5)	Escravas (6)	Escravos (20)
Vitória da Costa Pereira	Rita (Dona Joana)	João Rainha (Rosa Lisboa/
Rita Pereira dos Santos	Apolinária (dono desconhecido)	Vicente José da Trindade)
Eva Francisca da Conceição	Marcolina (dono desconhecido)	Jerônimo (Barão de Arassuaí)
Joana Francisca das Neves	Escrava de Florêncio do Mendanha	João do Dó (Antônio Correia
Praxedes Padilha de Araújo	Maria (Joaquim José Simões)	Braga)
	“Rapariga de Felisberto F. Brant”	Modesto (dono desconhecido)
	(provavelmente, Mariana)	Joaquim (Dona Maria)
		Joaquim (Misael Felicíssimo de
		Aguilar)
		Joaquim (José Ferreira)
		Francisco (Rodrigo de Sousa Reis)
		Apolinário (Manoel de Paula)
		Miguel (Dona Clara)
		Matias Barbosa (Alexandre
		Gomes da Silva)
		Frutuoso (dono desconhecido)
		Domingos (Caetano Pereira de
		Assunção)
		Cipriano (Dona Nazareth)
		Germano (dono desconhecido)
		Maurício (Manoel da Silva)
		Antônio (Anarante)
		João Pinheiro (Joaquim Cassimiro
		Lages/ Rodrigo de Sousa Reis)
		Thiago (Joaquim José Simões)
		Escravo de Caldeira da Chapada

¹¹⁷ ANRI, processo crime de homicídio, Jerônimo (escravo). 1867.

CAPITULO IV

Guerras “para a liberdade dos cativos”

“é que havia guerra a respeito da liberdade dos escravos mas não deste País”

Adão, um dos líderes da insurreição do Serro, referindo-se provavelmente à guerra de Secessão nos Estados Unidos (1864)¹

“A rapaziada está apertada, vai tudo para a guerra, e quando forem tomaremos conta das brancas e mulatinhas”

Conversa sobre a guerra do Paraguai entre os escravos de uma tropa, no termo de Caeté, província de Minas (1865)²

As rebeliões escravas também encontraram raízes em interpretações de eventos políticos partilhadas pelos cativos. Uma vez em curso, as revoltas tanto levaram as expectativas escravas às últimas conseqüências, como criaram novas oportunidades para o seu enriquecimento e transformação. Na vivência dos escravos do Serro e Diamantina, as guerras da década de 1860 se misturaram e tornaram-se aos seus olhos batalhas em favor da emancipação. Seja na Secessão norte-americana, seja no conflito entre Brasil e Paraguai, a política escrava somou mais um aliado no recrudescimento das divergências entre a classe senhorial e no avanço dos debates sobre o futuro da escravidão no país. A circulação de notícias em torno destes acontecimentos teve diversas origens e começou quase sempre pela boca dos próprios senhores ou de escravos engajados na educação e organização de seus pares.

A disseminação de rumores foi uma arma política poderosa no Brasil oitocentista e, embora fizesse parte do repertório de diferentes grupos sociais, tinha especial significado para as comunidades cativas. Circulando geralmente por canais da vida cotidiana - como em conversas fortuitas nas tabernas ou no ambiente de trabalho - e abertos à contínua

¹ Acareação entre Eva Joaquina de Campos e Adão, escravo de D. Ermelinda Cândida Perpétua (21/10/1864). ANRJ, Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo), Serro (1865), cx. 3700, maço 5014, p. 12.

² Ofício reservado enviado pelo delegado de Caeté, Caetano de Souza Telles Guimarães, ao Chefe de Polícia de Minas Gerais (15/09/1865). APM: Seção Provincial, cód. 1095.

improvisação e aprimoramento por seus interlocutores, os rumores articulavam aspirações e ansiedades que dificilmente poderiam ser expressas de outra forma. Mobilizando indivíduos impossibilitados de representarem-se como atores políticos na arena formal, eles permitiam a projeção de um novo terreno de luta, no qual as demandas dos cativos cresciam livremente e onde era possível imaginar aliados poderosos. Para um grupo predominantemente iletrado e que dependia quase sempre do contato pessoal direto para obter informação, o rumor era uma forma narrativa fundamental que dava vida à comunidades políticas alicerçadas na partilha de identidades e experiências culturais sob o cativeiro.³

Os rumores sobre guerras circulantes entre senzalas, quilombos, navios, portos, estradas e bares, para nomear apenas alguns espaços de comunicação, muito contribuíram para a configuração do clima político nacional durante a segunda metade do século XIX. A rebelião do Serro foi uma dentre muitas mobilizações escravas que se originaram da certeza de que elas abriam caminho para a conquista da liberdade e, como tal, oferece sugestões interessantes para a reflexão em torno das especificidades da política cativeira. Procuramos entender esta última não apenas como aspecto da resistência pura e simples, mas como experiência complexa que abarcava os diversos setores da vida do escravo, implicando, por exemplo, a transformação da escravidão num sistema de reciprocidade entre escravos e senhores, a busca por espaços de autodeterminação (tais como a família, as roças próprias, etc.), por proteção diante da violência senhorial e, não menos importante, por informação.⁴

É preciso que se diga, no entanto, que as guerras não chegaram ao conhecimento dos escravos apenas através de rumores. Periódicos como o *Minas Geraes* ou o

³ Podemos mesmo imaginar o rumor como um tipo de discurso político popular, feito principalmente de expectativa e antecipação. Discutindo o papel da disseminação de notícias, rumores e idéias através das diversas redes de comunicação que ligavam os afro-americanos nas décadas em torno da Revolução Haitiana, Julius Scott refere-se, por exemplo, à partilha entre eles de uma "cultura da expectativa", alimentada permanentemente pela troca de informações sobre os desenvolvimentos históricos do mundo Atlântico. Ver: SCOTT, Julius. *The Common Wind: Currents of Afro-American Communication in the Era of the Haitian Revolution*. Duke University: PHD thesis, 1986., p. 118.

⁴ Para uma abordagem sobre a história do protesto popular que leva em conta tanto a importância dos conflitos em torno de normas e valores, quanto as vivências concretas do mundo da produção e outras instituições sociais na interpretação das mudanças históricas, ver: THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981; e *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Jequitinonha, para citar apenas o exemplo de Minas, tiveram vida longa em meados do século XIX e também fizeram ecoar nos sertões mineiros detalhes sobre a vida política da corte e de conflitos internacionais. Discutiremos neste capítulo os indícios de que muitos cativos estavam lendo os jornais e construindo estratégias de luta a partir das conseqüências que teriam as guerras para a variada gama de conflitos locais. Escravos letrados estiveram na liderança de diversas insurreições, por exemplo, em 1864 e 1865, estimulados pelas leituras que faziam das folhas e pela troca de cartas com seus aliados.

Entre guerras, boatos e agitação escrava por toda parte, a década de 1860 foi um momento singular na história das lutas negras em Minas Gerais. Tanto a guerra civil nos EUA, quanto a Guerra do Paraguai deram nova legitimidade ao protesto escravo e influenciaram uma onda inédita de levantes que se beneficiaram, dentre outras circunstâncias, da falta de soldados para proteger os brancos e das esperanças cativas de que estrangeiros “abolicionistas” chegassem a Minas para libertá-los. Na mesma medida, no entanto, o temor dos proprietários fez deslanchar uma grande onda repressiva que atingiu em cheio comunidades de senzalas e quilombos. Neste quarto e último capítulo, pretendemos investigar a relação entre guerras e rebeliões escravas em Minas Gerais no início dos anos 1860, oferecendo um panorama dos principais movimentos influenciados pelo o que os escravos descreviam como conflitos em favor da sua liberdade.

Em 1864, os escravos foram mais ativos no planejamento do levante do Serro, do que falantes diante da polícia. Embora tenham declarado imediatamente os objetivos da rebelião, deixaram pouco clara a natureza da sociedade que pretendiam construir uma vez livres do cativeiro. A maioria deles falou diretamente sobre a conquista da liberdade, seja por via da “guerra” ou do “dinheiro”, enquanto outros deixaram o tema subentendido. Desejada por todos, a liberdade tinha, porém, diferentes significados entre os insurgentes: podia estar traduzida na tomada da cidade do Serro, na certeza de que os brancos ficariam pobres e os escravos ricos, no plano menos otimista de fuga para o sertão ou na proposta de inverter as relações de dominação através da matança dos brancos “poderosos”. José Cabrinha pode ter conferido a ela um sentido ainda mais amplo ao ponderar que todos deviam entrar na insurreição por serem cativos, ameaçando os recalcitrantes com a morte “por serem falsos”.⁵

Do discurso dos líderes da rebelião, reverberava ainda a certeza de que a abolição da escravidão já havia sido proclamada ou que, no mínimo, estava a caminho. Previam eles, no entanto, que os brancos ocultariam a novidade o quanto pudessem e que a liberdade teria que ser afinal uma conquista dos escravos.⁶ Assim acreditavam que estava ocorrendo não somente no Brasil, mas também em outro país. O exemplo da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, assim como a boa disposição dos “Liberais” acenavam com a possibilidade de vitória no norte mineiro. Nuno fora mesmo bem preciso ao informar os parceiros da Sesmaria sobre o conflito e a ordem para a liberdade dos escravos noticiada nas folhas. Referia-se, provavelmente, à Proclamação de Emancipação expedida pelo presidente Abraham Lincoln em 1º de janeiro de 1863 e discutida pela imprensa local desde 1862.

⁵ Com relação a esta afirmação de José Cabrinha vale a pena manter reservas. Como lembra Winthrop Jordan, é fácil demonstrar que a vasta maioria dos escravos desejava ser livre. A tarefa mais difícil, porém, é provar que alguns determinados escravos corajosamente planejaram uma revolta porque os escravos em geral não gostavam da escravidão. Ver: JORDAN, Winthrop D. *Tumult and silence at Second Creek: An Inquiry into a Civil War Slave Conspiracy*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1993, p. 100.

⁶ Interrogatório feito ao escravo José Cabrinha (24/10/1864). ANRJ. Corte de Apelação, processo crime de insurreição: José Cabrinha (escravo). Serro (1865), cx. 3700, maço 5014, p. 24.

Confrontados com a denúncia da insurreição em outubro de 1864, a primeira impressão de senhores como o deputado Joaquim José Ferreira Rabello também fora a de que a guerra estava diretamente ligada ao movimento:

“Infelizmente várias circunstâncias, que passaram despercebidas no meio da tranqüilidade e sossego em que vivíamos tornam-se hoje indícios veementes. Tais são, instrução de alguns escravos que lendo as ocorrências da guerra civil nos Estados Unidos as transmitem aos que não sabem ler, compras de armas de fogo feitas por alguns mais audaciosos, certo estado de agitação entre eles, ajuntamentos e grupos de quatro mais indivíduos, conversações figuradas e enigmáticas. Poucos ou nenhuns (sic) meios de detê-la temos”⁷.

Senhores e autoridades acompanharam apavorados o contágio dessas “idéias de liberdade” pelas províncias do império sem poder fazer muito diante da dispersão de suas fontes. No mínimo, esforçavam-se em não serem eles mesmos os responsáveis por disseminá-las, uma tarefa, aliás, cada vez mais difícil de cumprir. De uma forma geral, a guerra civil ganhou visibilidade para a elite branca brasileira como cenário caótico a servir de exemplo para o país. Com a abolição em terras norte-americanas, ela passou a temer a nova posição do Brasil que, ao lado de Cuba, experimentava o isolamento de ser um dos últimos países escravistas das Américas. Para os senhores, ficou claro mais uma vez que, no lugar de um processo controlado por meio de uma legislação progressiva, a reforma em relação ao “elemento servil” podia teimar em acontecer de forma rápida e revolucionária. Com o espectro da guerra civil ao fundo, cresceram as preocupações com o efeito perturbador da discussão pública da abolição, seja por agitar a imaginação e ação dos escravos, seja por atrair a ação filantrópica dos abolicionistas estrangeiros.

Antes do levante no Serro, a Secessão norte-americana já havia influenciado outros levantes no país. Em agosto de 1861, o governo imperial definiu sua postura de neutralidade perante o conflito, reconhecendo os estados sulistas como “beligerantes” e

⁷ Carta enviada por José Joaquim Ferreira Rabello ao presidente da província de Minas. Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (11/10/1864). ANRJ. Ofícios de Presidentes de Província (MG), IJ1, maço 628 (1864).

mantendo relações diplomáticas com a União Americana.⁸ Isto significava que o país permaneceria acompanhando de longe o conflito sem tender oficialmente a nenhuma das partes, informando-se através da imprensa e das notícias enviadas pelo representante da Legação Imperial em Washington. Neste último caso, os informes se originavam da observação *in loco* do diplomata Miguel Maria Lisboa que, desde os preparativos iniciais da guerra, manteve comunicação intensa com o ministério dos Negócios Estrangeiros, alertando insistentemente sobre as possíveis repercussões no império da guerra travada ao norte do Atlântico.

Lisboa encarava o conflito seccional como um golpe definitivo sobre a escravidão nos países que ainda a conservavam e temia fortemente que ele inspirasse o progresso do abolicionismo no Brasil. Durante toda a primeira metade da década de 1860, o diplomata buscou convencer as autoridades brasileiras de que o país corria perigo e manifestou reiteradas vezes sua preocupação com os planos da União Americana de enviar os negros libertados nos EUA para outros países da América, incluindo o Brasil numa lista que já contava com o Haiti e a colônia da Libéria⁹. Sugeriu ele que o império fechasse seus portos aos *colored men* e procurasse obstar a circulação de idéias e experiências advindas dos estados belicosos. Suas observações podem ser resumidas no trecho seguinte:

“... muito principalmente desde que começou a agitar-se a espinhosa questão entre os Estados do Norte e os Estados do Sul relativa à escravidão africana, que trouxe a União Americana à borda de um abismo de calamidades e de sangue, de precipitar-se no qual não está ela ainda livre; todo o brasileiro amigo da sua pátria deve ter compreendido a necessidade de pôr-se alerta para evitar o contágio de idéias que

⁸ Despacho do Governo Imperial dirigido ao representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América. Miguel Maria Lisboa (07/08/1861). Arquivo Histórico do Itamaraty (doravante AHI): Missões Diplomáticas Brasileiras. Washington, maço 233-3-11 (julho-dezembro de 1861).

⁹ Em 1862, Lisboa alertaria o governo imperial de que: “sempre que se tem tratado no Congresso deste assunto de emancipação aparecem idéias de fazer sair do país os negros libertados, e projetos de trasladá-los não só para a Libéria, Monrovia e Haiti, como mesmo para Costa Rica, ou algum ponto da América meridional, onde para colonizá-los o Governo Federal consiga facilidades. Como pode suceder que ocorra de mandá-los para o Brasil pareceu-me, que devia com antecipação rogar a V. Exa. se sirva tomar o assunto em consideração, e dar as providências que em sua sabedoria julgar que o caso exige. V. Exa. recordará, que o vale daquele rio estava destinado para ser o receptáculo da superabundância da população africana dos Estados Unidos”. Ofício confidencial enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da

tão seriamente podem afetar nossos interesses. Todos conhecemos a força com que na Europa se desenvolve e cresce a opinião que reclama a abolição da escravidão africana, e os progressos que nos últimos 25 anos essa opinião tem feito nos Estados Unidos: todos devemos calcular que o triunfo dessas idéias no norte do continente será infalivelmente precursor de novas tentativas para pô-las em prática também na ilha de Cuba e no Império do Brasil, e eu não duvido um instante de que ao sábio e previdente Governo de Sua Majestade terá já ocorrido a quanto importa o observar com atenção a marcha dos acontecimentos e o meditar sobre a política e as medidas que nos convém adotar, a fim de evitar ou pelo menos minorar os efeitos do mal que nos ameaça ao longe”.¹⁰

Se os libertos americanos não chegaram ao Brasil, pouco se pôde fazer a respeito do impacto da guerra de Secessão sobre a população escrava.¹¹ Por sua posição geográfica, algumas províncias brasileiras foram freqüentemente procuradas por navios de guerra nortistas e sulistas como ponto de apoio para suas viagens. Além da Bahia, este foi o caso do Pará e do Maranhão, onde a simples presença ou mesmo o encontro dos vapores de guerra norte-americanos acenderam imediatamente as esperanças escravas de liberdade. Dentre os vários incidentes marítimos ocorridos em portos nacionais, é possível que o se passou no Maranhão em meados de 1861 tenha sido o primeiro. No mês de setembro, o navio sulista *Sumter* aportara em São Luís a fim de abastecer-se de carvão e víveres. Apenas sete dias depois, foi a vez da fragata *Powhatan* dos estados do norte alcançar a província, para onde fora “à caça” do vapor confederado. Seu capitão declarou

América. Miguel Maria Lisboa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Benevenuto A. Magalhães Taques (08/04/1862). AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras, Washington, maço 233-3-12 (1862).

¹⁰ Ofício reservadíssimo enviado pelo representante da Legação Imperial nos Estados Unidos da América, Miguel Maria Lisboa, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (19/12/1860). AHI: Missões Diplomáticas Brasileiras, Washington, maço 233-3-09 (1859-1860).

¹¹ Como temia Miguel Maria Lisboa, assim deu-se igualmente em Cuba, país que o próprio governo imperial julgava ser o mais ameaçado por uma eventual internacionalização do conflito nos EUA e sobre o qual lançou por vezes sua atenção, acompanhando as atitudes da Espanha. Muitos colonos cubanos eram simpáticos à causa do Norte, acreditando que sua vitória numa guerra que já tinha seus efeitos positivos sobre o açúcar da ilha, poderia enfraquecer o poder da metrópole espanhola. Ligando a abolição aos ânimos em favor da independência de Cuba, imaginavam que a luta para expulsar os espanhóis teria que contar inevitavelmente com a ajuda dos negros que perfaziam quase metade da população e viam sua hipótese ainda mais reforçada pelos regimentos negros de Lincoln. Outros, no entanto, teriam que lidar internamente com o temor de que a guerra civil trouxesse uma desorganização abrupta do sistema escravista cubano. Seja como for, os rumores de insurreições escravas ganharam força na ilha especialmente após a Proclamação de Emancipação, assinada no EUA no início de 1863, e com a morte de Lincoln, em 1865. Sobre o assunto, ver: FONER, Philip. *A*

imediatamente que, se encontrasse o *Sumter*, o arrebataria e levaria a reboque debaixo das fortalezas e vasos de guerra brasileiros.¹² O incidente foi interpretado pelo governo imperial como verdadeira violência aos direitos dos países neutros, mas nenhuma represália posterior foi encaminhada.¹³ Restou à presidência da província do Maranhão a difícil tarefa de conter a onda de agitações escravas que se seguiu.

Entre os meses de setembro e outubro de 1861, correram rumores de que na vila de Anajátuba, a cerca de 12 léguas da capital São Luís, diversos escravos estavam formando “clubes” nos quais declaravam que estavam livres e não deviam mais obedecer a seus senhores. Segundo o presidente da província, eles acreditavam que um navio de guerra havia chegado para libertá-los:

“Em officio de 2 do corrente, que dirigiu-me o Delegado, comunica-me ter feito prender a vários escravos, e castigar, por ordem do senhor, o escravo de Cristóvão Vieira, de nome Agostinho, o qual confirmara que era verdade ter declarado a seus parceiros, que todos seriam livres, pois que o ouvia dizer a vários pretos nesta Capital, e que só esperavam que o vapor de guerra desembarcasse a tropa.

Semelhante idéia tem sua origem na entrada neste porto de dois vapores de guerra, um dos Estados Unidos da América do Norte e outro dos Estados, que se querem constituir em confederação separada.

Segundo a opinião dessa autoridade policial não têm eles plano algum concertado e apenas nutrem esperanças de sua liberdade. Isto não obstante, julgando de gravidade o assunto, mandei destacar ali mais alguma força de linha.

O que tudo cumpre-me levar ao conhecimento de V.EX. assegurando a V.EX. que farei o que estiver ao meu alcance para neutralizar qualquer plano, que a questão dos Estados Unidos da América do Norte possa fazer aqui aparecer entre os escravos”.¹⁴

History of Cuba and its Relations with the United States. New York: International Publishers, 1963, vol. II, p. 125-135.

¹² Idem, nota 159.

¹³ Offício enviado pelo presidente da província do Maranhão, Francisco Primo de Souza Aguiar, ao ministro da Marinha, Joaquim José Inácio (04/10/1861). ANRJ: Série Marinha, cx. Xm 130 (1861-1863). Sobre este episódio, ver o comentário original em GOMES, Flávio dos Santos, *Op.Cit.*, p. 264. Agradeço pela sugestão de pesquisa dos documentos do Maranhão que são comentados nesta seção e que me foram indicados pelo autor.

¹⁴ Cópia do ofício reservado enviado pelo presidente da província do Maranhão, Francisco Primo de Souza Aguiar, ao ministro da Justiça, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato (17/10/1861). Idem.

De fato, com o auxílio de tropas de linha e de praças da Guarda Nacional, a tentativa de revolta foi sufocada no Maranhão.

Na distante comarca do Serro, em Minas Gerais, a Guerra de Secessão norte-americana também começara a ser acompanhada no ano de 1861 através das páginas de *O Jequitinhonha*. O interesse do jornal mineiro na guerra civil que conflagrou os Estados Unidos na primeira metade da década de 1860 remetia a suas preocupações com o futuro da escravidão no Brasil, tema que recorrentemente colocava em discussão pelo comentário aos projetos emancipacionistas encaminhados pelos políticos liberais no Parlamento Imperial. Antes mesmo da eclosão do conflito, *O Jequitinhonha* prenunciava suas conseqüências sobre a economia regional, noticiando que a incerteza diante do futuro político dos EUA já prejudicava a posição dos diamantes nos principais mercados da Europa.¹⁵ No entanto, a cobertura jornalística iniciou-se com força somente a partir de abril de 1861, quando o jornal levou aos leitores informações sobre o Congresso da Paz, realizado nos EUA em fevereiro do mesmo ano, com o objetivo de tentar evitar que a União iniciasse a luta armada contra os sulistas.¹⁶ Na medida em que a guerra foi ganhando corpo nas notícias enviadas por paquetes aportados no Rio de Janeiro, o periódico lhe dedicou cada vez mais espaço e definiu claramente o seu posicionamento.

Os primeiros comentários sobre a Guerra de Secessão surgiram no editorial inflamado do dia 22 de junho de 1861, que lamentava a rejeição de um projeto do senador Silveira da Motta em terceira discussão no Parlamento imperial. No ano anterior, ele havia encaminhado uma proposta visando atenuar alguns aspectos do cativoiro considerados degradantes, quais sejam, a separação de pais e filhos ou escravos casados e a sua venda sob pregão em hasta pública. Silveira da Motta sugeria que os leilões judiciais em virtude de execuções por dívida ou de partilha entre herdeiros fossem substituídos por propostas escritas a serem apresentadas pelos arrematantes aos juizes, num prazo de 30 dias.¹⁷ *O Jequitinhonha* tratou a recusa do projeto como exemplo de ação do governo contra a religião e a civilização, comparando o mau estado da questão escravista no Brasil aos avanços em terreno norte-americano:

¹⁵ *O Jequitinhonha*, 28/03/1861, p. 3 e 27/07/1861, p. 3.

¹⁶ *Idem.* 17/04/1861, p. 4.

¹⁷ BN: Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 31/03/1864, tomo III, p. 288.

“Os Estados Unidos passam atualmente por uma calamitosa crise motivada pelo embate do interesse, que tiram da escravatura os Estados do Sul, com os nobres sentimentos humanitários dos Estados do Norte: luta em que nos parece ganharão os sentimentos de religião e de humanidade.

No Brasil porém em lugar de melhorar-se a condição dos escravos, ela tem pelo contrário piorado”.¹⁸

O debate em torno da proposta de Silveira da Motta se arrastou ao longo da década de 1860, misturando-se diversas vezes com o exemplo dos EUA tanto na imprensa, quanto no Parlamento. Muitos parlamentares acusavam o senador de ter como fim mais remoto e oculto o fim da escravidão no Brasil. Outros, membros do mesmo partido liberal, lutavam para impugnar o projeto pelo receio de que ele estimulasse a agitação dos cativos. Alguns anos depois, em abril de 1864, o deputado Jacobina resumiu como poucos os temores gerais:

“Lendo-o pela primeira vez, confesso, não lhe dei grande atenção; mas, observando por ocasião da questão inglesa uma certa efervescência na parte servil de nosso país; porém quando vi seguir-se a esse projeto outro mais expressivo; quando vi dois srs. ex-ministros da Justiça apresentarem nos seus relatórios idéias inteiramente subversivas da ordem social no Brasil; quando vejo os jornais noticiarem boatos sinistros de uma insurreição na província de Minas; quando vejo a maneira como se acaba de decidir a questão da escravidão nos Estados Unidos, não posso deixar de impugnar o presente projeto, como altamente inconveniente na ocasião”.¹⁹

Retornando ao mês de novembro de 1861, voltamos a ver o conflito seccional incorporado desta vez em argumentação totalmente diferente. Um longo editorial fora publicado na primeira página de *O Jequitinhonha* com o título “A Escravidão no Brasil”. Ali, a guerra norte-americana figurou como mais um aliado na luta contra a legislação vigente sobre a escravidão e pelo encaminhamento de uma abolição gradual que limitasse a

¹⁸ *O Jequitinhonha*, 21/06/1861, p. 1.

princípio o poder coercitivo do senhor sobre o escravo. O jornal pedia com especial ênfase a extinção da lei de 10 de junho de 1835, dizendo ser preciso considerar “o escravo como homem”, e não como “coisa”, garantindo-se para ele alguma proteção nos julgamentos criminais. A visão crítica do jornal continuava a eleger como principal alvo o governo imperial, que tratava com hostilidade o “princípio civilizador” que estaria em jogo nos Estados Unidos:

“Parece chegada a época, em que se deve ir procurando adoçar a mísera sorte dos nossos parias. É tempo de atrair a atenção do Governo e dos nossos legisladores para a escravidão no Brasil. Quando em todos os países civilizados arma-se uma cruzada contra essa instituição das eras pagãs, o Brasil cruza os braços, e com olhar estúpido encara a grande luta travada nos Estados Unidos, e não enxerga senão uma luta de interesses materiais, ali onde desenvolve-se um princípio de encontro a esses interesses, não vê que é tempo, que simboliza o espírito humano, ou a civilização...”²⁰

Era por artigos como esse que os liberais do Serro e Diamantina eram vez por outra chamados a responder acusações de pregar a insurreição e a liberdade da escravatura.²¹ Os debates e denúncias trocadas com os conservadores na imprensa local tornavam-se fontes de boatos que cresciam especialmente durante os períodos pré-eleitorais. Os rumores de liberdade chegavam aos ouvidos dos escravos até mesmo pela boca dos próprios políticos em campanha, como se deu, por exemplo, antes das eleições de agosto de 1863. Embora os liberais estivessem no poder em Diamantina, há vários anos estavam afastados do Serro. O deputado Cruz Machado era um dos principais expoentes do reduto conservador serrano e, não por acaso, alvo de ácidas críticas em *O Jequitinhonha*. Uma carta particular publicada no jornal do dia primeiro de agosto de 1863 forneceu um interessante exemplo da luta política que rasgava a Comarca do Serro na época. Dizia o autor anônimo que os conservadores estavam ameaçando os votantes, além de andar com escravos armados com achas de lenha e facas a fim de atingir seus adversários e “aos homens livres de cor diziam,

¹⁹ A “questão inglesa” a que o deputado se refere é a Questão Christie, incidente diplomático entre Brasil e Inglaterra iniciado no ano de 1862. Biblioteca Nacional: Anais da Câmara dos Deputados, 1864, tomo IV, sessão em 05/04/1864, p. 28.

²⁰ Idem. 30/11/1861, p.1.

²¹ Um exemplo pode ser encontrado num editorial do fim de 1861. Ver: *O Jequitinhonha*, 19/12/1861, p. 1 e 2.

que os liberais pretendem escravizá-los; e aos fazendeiros, que os liberais querem a emancipação da escravatura”.²²

Na verdade, apesar dos boatos, era consenso entre ambos os partidos que a escravidão permanecia necessária e que sua extinção resultaria num grande golpe sobre a organização produtiva e as finanças do império. Apostando na prevenção, *O Jequitinhonha* não abandonava seu esforço para convencer os leitores de que algo precisava ser feito imediatamente no sentido de preparar os escravos para a liberdade, levantando-os da “degradação moral” imposta pelo cativeiro, dos vícios e das paixões contraídas que os tornavam perigosos à sociedade. O periódico lembrava com nostalgia os “progressos” alcançados na década de 1820, lamentando que a emancipação - ou, ao menos, o ventre livre - não tivesse sido declarada com a independência do Brasil.²³

No ano de 1862, a cobertura sobre a guerra de Secessão tornou-se mais freqüente na seção “Noticiário”. Em primeiro de março, noticiou-se que havia começado a discussão no Congresso Americano sobre a possibilidade de emancipação dos escravos “e acreditava-se que ao menos se votaria uma lei declarando livres os escravos que passassem para os Estados do Norte”.²⁴ Duas semanas depois, informou-se em poucas linhas que importantes projetos haviam sido apresentados, dentre eles, o que declarava livres os filhos de escravos nascidos após a promulgação da lei.²⁵ Em junho de 1862, chegou finalmente a Diamantina a notícia da abolição da escravidão na capital da União americana, acontecimento que motivou uma interessante sugestão para o Brasil:

“O senado dos Estados Unidos aboliu a escravatura no distrito da Columbia, onde está situada a capital da União, e votou somas consideráveis para a indenização dos proprietários, e para a emigração dos escravos, que desejarem partir para o Haiti ou para a república da Libéria. Avalia-se em 2:000 o número de escravos deste pequeno distrito, que não terá mais de 60.000 habitantes. Bom seria que o governo brasileiro tomasse este exemplo, e que ao menos proibisse a escravatura no Município Neutro, na capital do império, quando de pronto não possa fazer justiça aos brados da

²² *O Jequitinhonha*, 01/08/1863, p.1.

²³ Tal observação foi feita no editorial comemorativo do 7 de Setembro. Idem, 20/09/1862, p. 1.

²⁴ Idem, 01/03/1862, p. 3.

²⁵ Idem, 15/03/1862, p. 3.

humanidade, e da razão, que ele continua a violar com as dracônicas leis da escravidão”.²⁶

Nos meses seguintes, *O Jequitinhonha* continuou a centrar a tônica de suas reportagens nos desdobramentos que a guerra civil paulatinamente impingia ao sistema escravista norte-americano. A partir da segunda metade do ano de 1862, o presidente Lincoln passaria a ser personagem quase obrigatório do noticiário internacional, tendo suas ações observadas de perto. Em agosto, a novidade era a tomada de Memphis e a adoção pela Câmara dos Representantes da lei que ordenava o confisco e emancipação dos escravos pertencentes a funcionários rebeldes. Dentre os novos eventos, o destaque ficou para a disposição do presidente em não admitir a escravidão nos territórios adquiridos ou que se viesse a adquirir ao longo do conflito com os estados sulistas.²⁷

Logo vieram também as primeiras notícias sobre a proclamação de liberdade com que acenava Abraham Lincoln para o ano seguinte. No final de novembro, *O Jequitinhonha* anunciou a resolução do presidente do Estados Unidos de “que do 1º de janeiro de 1863 em diante fossem declarados livres sem indenização alguma os escravos dos estados que se conservarem na rebelião”.²⁸ A cobertura sobre a guerra seria retomada, então, apenas quando da concretização da emancipação prevista. Enquanto isso, o jornal prosseguiu com a publicação de seus editoriais em combate aos horrores da escravidão – de que eram exemplos a exposição de escravos à venda em feiras e o tráfico entre as províncias²⁹ - e na defesa ao projeto de Silveira da Motta no Senado.

A liberdade concedida por Lincoln em 1863 acabou sendo noticiada sem mais comentários junto ao relato rotineiro das batalhas travadas entre norte e sul:

“As datas dos Estados Unidos alcançam até 14 de janeiro. Foi proclamada a emancipação de todos os escravos dos Estados rebeldes. A câmara dos Representantes de Washington rejeitou, por 95 votos contra 47, uma proposição tendente a condenar a proclamação do presidente Lincoln como inconstitucional.

²⁶ Idem, 21/06/1862, p. 3.

²⁷ Idem, 23/08/1862, p. 3.

²⁸ *O Jequitinhonha*, 22/11/1862, p. 3.

²⁹ Lia-se, por exemplo: “É indispensável uma lei que desde já proíba esses comboios de escravos entre as províncias, e que não tolere esses bazares ou feiras só próprias das nações bárbaras!” Idem, 16/12/1862, p.1.

Em Monfresborough deu-se uma importante batalha em que os federais alcançaram uma vitória completa; porém em um combate naval perto de New Orleans a armada federal foi batida pela armada confederada”.³⁰

As reflexões dos liberais de Diamantina sobre o assunto ganharam eco e mais transparência alguns meses depois, em artigo de duas páginas intitulado “Os Estados Unidos da América e a Escravatura”.³¹ Disseram, então, que a conflagração que tinha sua origem na persistência da escravidão deveria ser encarada como grande alerta para Brasil, que continuava a assistir inerte aos males que lhe poderiam assolar no futuro. A maior parte do artigo é ocupada pela transcrição de um trecho escrito por M. Bandim, em 1857, sobre as especificidades do sistema escravista dos Estados Unidos. No texto, o autor enumerava os estados norte-americanos possuidores de escravos e os classificava em “produtores” ou “consumidores” de cativos, dando conta das características do mercado local de mão-de-obra compulsória. A partir das modalidades de participação neste mercado, Bandim definia as posições da elite americana diante da escravidão. A ênfase do trabalho compilado em *O Jequitinhonha* recaía principalmente sobre a violência e o caráter vil da existência sob o cativo:

“A vida média de um escravo importado para o Sul não parece exceder de cinco anos, e calcula-se a perda anual de escravos em uma plantação à razão de dois e meio por cento. (...)

O trabalho excessivo imposto aos escravos e escravas prejudica a reprodução, e a escravatura teria prontamente desaparecido nos Estados consumidores, pelo fato da extinção da população cativa, se não fosse incessantemente alimentada pelas importações dos Estados criadores.

Cada habitação, diz M. Molinari, tem seu código particular: aqui obrigam-se os escravos recalcitrantes a trazer no pescoço uma coleira como os cães de casa; ali são marcados na face com um ferro em brasa; em outras partes se lhes esmigalham os tornozelos com um torniquete. Um dos suplícios que de ordinário se aplicam aos escravos que fogem, consiste em arrancarem-se-lhes os dentes da frente. Não obstante

³⁰ Idem. 14/03/1863. p. 1.

³¹ Idem. 13/06/1863. p. 2 e 3.

eles ainda fogem freqüentemente, sobretudo depois do estabelecimento dos caminhos de ferro”³².

Exceto apenas pelo uso de algumas expressões exageradas, este seria para o jornal também o retrato da escravidão no Brasil, de onde poderia emanar, portanto, conflito semelhante ao que estava ocorrendo nos Estados Unidos. O periódico preocupava-se especialmente com a reificação dos escravos, considerada a principal causa das arbitrariedades perpetradas por senhores sobre sua “propriedade racional”. O artigo concluía sem inovações que:

“É esta uma questão tão delicada, que a imprensa vê-se muitas vezes embaraçada ante as suscetibilidades do público, quando faz um reclamo à bem da humanidade: as palavras do escritor são freqüentemente mal-interpretadas, e se lhes inverte o sentido. Comenta-se uma por uma em busca de uma significação oculta. Previnam-se alguns abusos; proibam-se alguns espetáculos degradantes que dão-se entre nós; vá-se preparando o terreno para o tempo da regeneração completa; cada um de nós faça um pequeno sacrifício; não horrorizemos o estrangeiro que pisa o nosso solo; dê-se em uma palavra alguma personalidade às coisas: é o que pedimos. é o que reclamamos à bem da humanidade e de civilização”³³.

A cobertura jornalística de *O Jequitinhonha* sobre a guerra de Secessão americana se encerrou em novembro de 1863. Nesta época, o jornal passava por um processo de reorganização motivado pela saída de Joaquim Felício dos Santos, seu principal redator, que fora chamado a tomar posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. O último noticiário internacional informou os leitores sobre os mais recentes revezes sofridos nos Estados Unidos pelos separatistas que “esgotados de força, tratavam de organizar um formidável exército de pretos”.³⁴ Após este número, foram produzidos apenas mais dois exemplares do periódico, que voltaria a circular somente em 1868.³⁵

³² Idem.

³³ Idem, p. 3.

³⁴ Idem, p. 3.

³⁵ Os últimos números da primeira fase de *O Jequitinhonha* datam de 12 e 19 de fevereiro de 1864.

Em 1865, notícias sobre os Estados Unidos foram ainda veiculadas no norte de Minas por um outro jornal diamantinense de curtíssima existência e finalidade específica. Na própria tipografia de *O Jequitinhonha* e sob a supervisão do mesmo editor Geraldo Pacheco de Mello, começou a circular naquele ano o periódico semanal *O Voluntário*³⁶, voltado para a conclamação dos habitantes de Minas Gerais à luta na Guerra do Paraguai. Embora tomado pelo noticiário em torno do conflito sul-americano, houve espaço em julho para um último comentário nostálgico em torno da administração do presidente Lincoln:

“As folhas dos Estados Unidos contam que o presidente Johnson tem posto a prêmio as cabeças dos principais insurgentes do Sul. Este ato sanguinário é de mau agouro para a nova administração. Compreende-se mais a mais o pranto geral dos Americanos pela morte de Lincoln. Depois de Augusto, veio Tibério”.³⁷

A rebelião do Serro em 1864 não foi a única revolta surgida no bojo dos rumores sobre o que acontecia em terras norte-americanas. O espectro da guerra atravessou também outras regiões, influenciando nas avaliações e medidas empregadas pelas autoridades provinciais contra as lutas escravas. Ainda em julho de 1865, por exemplo, cerca de duzentos cativos pertencentes à fazenda Pernambuco, propriedade do convento do Carmo, se rebelaram nos arredores de Belém, na província do Pará. O feitor os havia reunido na manhã do dia 4 e ordenado o castigo de alguns, ao que outros cativos se opuseram e intimaram o administrador a deixar imediatamente a fazenda. Segundo as autoridades, a insubordinação em Belém estava diretamente ligada às interpretações cativas sobre a guerra americana:

“Comunico a V. Excelência que no dia 4 do corrente teve lugar um conflito na fazenda Pernambuco de propriedade do convento do Carmo entre os escravos e o respectivo administrador, e do qual resultou o ser este último repellido da fazenda e o ficarem aqueles entregues a si mesmos e em estado de sedição.

Tive comunicação do fato às 11 horas da manhã do dia 5, e julgando-o de alguma importância não só porque o estado da escravatura é péssimo na província, visto que com a guerra dos Estados Unidos está nela arraigada a crença de que vão ser todos

³⁶ *O Voluntário* circulou durante o ano de 1865, a partir de Diamantina. A coleção da Biblioteca Nacional reúne apenas três números, mas há registro de que tenham sido produzidos pelo menos 16 exemplares.

³⁷ *O Voluntário*, 29/07/1865, p. 3.

libertados, como pelo número e péssimos precedentes daquela numerosa escravatura, expedi um dos pequenos vapores da companhia do Amazonas, levando a bordo 80 praças com ordem de cercar a fazenda e trazer presos os escravos machos maiores de 12 anos e menores de 60 anos de idade”.³⁸

Parece razoável supor que *O Jequitinhonha* tenha sido uma das folhas lidas pelos rebeldes do Serro, em 1864. Durante alguns anos, ele estampou notícias e comentários de grande interesse para os cativos e chega a impressionar que não tenha havido maior censura ou silêncio da parte de seus editores sobre eventos que sabidamente podiam influenciar rebeliões. No jornal, acreditamos que os escravos revoltosos tenham encontrado o material para criar os “abolicionistas” e a “guerra pela liberdade” que os levaram a repensar a possibilidade de derrotar seus senhores. Transformando os brancos que iriam libertá-los em estratégia para organizar um movimento pela liberdade, eles foram ainda mais longe do que a visão emancipacionista de *O Jequitinhonha* e intervieram drasticamente no debate público em torno da abolição no Serro e em Diamantina.

Nos idos de 1860, como vimos, corriam nas duas casas do Parlamento brasileiro calorosas discussões em torno da premência em se regulamentar o regime escravista. A intenção geral era purgá-lo do que ele teria de mais odioso e repugnante sem, no entanto, extingui-lo. Os mais progressistas ousavam sugerir a preparação da abolição gradual e tentavam contornar o argumento conservador de que uma tal manobra resultaria no colapso da economia do país. Se pudessem, no entanto, alguns parlamentares, como o deputado fluminense Joaquim Manoel de Macedo, nem sequer tocariam em tão delicado assunto por entenderem que tais debates inspiravam um “medo pânico” nas povoações agrícolas e davam força aos rumores de que existia no país “um partido de abolicionistas”.³⁹

Incluídas na pauta do Partido Liberal, as reformas nada tinham de revolucionário e assentavam-se no reconhecimento oficial de que a escravidão estava com os anos contados. Sem jamais cogitar a abolição imediata e vendo o fim do regime ainda sob uma perspectiva longínqua, Silveira da Mota, Tavares Bastos e Nabuco de Araújo estiveram na liderança

³⁸ Ofício enviado pelo presidente da província do Pará, José Vieira Couto de Magalhães, ao ministro da Justiça, José Thomaz Nabuco de Araújo (08/07/1865). BN: Relatórios do Ministério da Justiça, 1866 (“Relatório de 1866, referente ao ano de 1865”).

³⁹ BN: Anais da Câmara dos Deputados, 1864, tomo II, sessão em 31/03/1864, p. 289.

dos projetos gradualistas voltados para “melhorar a sorte dos escravos” e tutelar qualquer processo de transição para o trabalho livre. A argumentação racista daqueles que discutiam soluções a longo prazo para os males da escravidão e a inferioridade racial do negro combinou-se em alguns casos com a defesa de uma política imigrantista, pensamento que alcançaria maior desenvolvimento na década posterior.⁴⁰ As propostas emancipacionistas foram apresentadas principalmente no período anterior ao ano de 1865, após o qual nota-se uma retração da atividade que marcara o início da década graças, em parte, à situação de guerra que servia de justificativa para o retrocesso de qualquer medida que pudesse pôr em perigo a ordem social ao excitar os ânimos dos escravos.⁴¹

O *Jequitinhonha* envolveu-se na defesa dos projetos emancipacionistas, combinando-a com a postura crítica frente ao gabinete liberal no poder, atitude, aliás, que não era consensual entre todos os políticos do partido. O periódico expressava as convicções não apenas de Joaquim Felício, mas também do editor Geraldo Pacheco de Melo que, desde a década de 1820, fora responsável pela publicação de folhas liberais no norte mineiro⁴². Embora atuassem como ardorosos constitucionalistas e defensores de maiores poderes para as províncias, ambos partilhavam com os liberais menos radicais a certeza de que a escravidão era ainda um mal necessário e que a abolição no futuro não deveria representar um rompimento com as relações de trabalho construídas sob a escravidão.

Além de políticos e senhores, também sabiam os cativos que os caminhos parlamentares e jurídicos eram espaços próprios para a atuação de possíveis aliados. Percebiam argutamente, porém, os limites em que supostos paladinos ou “gente de gravata” continham a causa da liberdade, bem como a lentidão das decisões tomadas em nível legislativo. Como aconteceu em 1864, eles acreditaram na existência de um decreto cabal vindo do governo, capaz de promover a expressa e total emancipação da escravatura, mas

40 Este era o caso especialmente de Tavares Bastos, deputado pela província de Pernambuco, que postulava em seus escritos a necessidade de substituir o trabalhador negro pelo imigrante branco, a fim de promover o progresso da nação. Sugeriria, por exemplo, a vinda de senhores de escravos do sul dos estados Unidos que haviam sido derrotados na Guerra Civil. Ver a este respeito: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 62-67.

41 Ver, por exemplo, a posição cautelosa de Perdigão Malheiro que, segundo argumenta Sidney Chalhoub, parecia temer mais a agitação dos escravos do que os próprios inimigos de guerra ao aconselhar o silêncio sobre o tema da alforria, em 1866. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 141.

entenderam igualmente que este seria apenas o primeiro passo para a liberdade, vista como condição a ser vivenciada e garantida por sua ação. Ainda que contassem com um momento político favorável, os escravos não delegaram a outros aquela que era antes de tudo uma causa dos negros.⁴³

No entanto, não foram as discussões parlamentares sobre a escravidão, nem tampouco a guerra de Secessão nos Estados Unidos as “causas” da insurreição no norte mineiro. As sementes da revolta brotavam do próprio cotidiano da escravidão que submetia os cativos a ritmos incessantes de trabalho, castigos corporais, constrangimentos morais e deslocamentos não consentidos que resultavam na desagregação de famílias ou solidariedades há muito constituídas.⁴⁴ No Serro e em Diamantina, os escravos contavam ainda com uma longa tradição rebelde que se manifestava no grande volume de fugas e formações de quilombos que mantinham as povoações em permanente sobressalto. Na quadra do levante, um novo elemento se somou ainda às demais motivações dos rebeldes.

Tanto na lavra do Duro, quanto na lavra do Barro, as máquinas a vapor haviam chegado a pouco da Inglaterra com o objetivo de auxiliar a exploração das profundas reservas de diamantes no leito do Rio Jequitinhonha. Diante das novas técnicas que transformaram a velha rotina do garimpeiro, os escravos foram submetidos a um novo ritmo de trabalho que passou a atravessar todas as estações do ano. Bem distante da insalubridade das lavras, porém, havia aqueles que sonhavam com uma futura substituição dos escravos pelas máquinas: “só deixará de existir escravidão, diz Aristides, quando a lançadeira trabalhar sem a força do homem. O vapor nos tempos modernos fez a lançadeira

⁴² Geraldo Pacheco de Melo foi o fundador do jornal *Liberal do Serro*, em 1828.

⁴³ Quando das discussões sobre a extinção do tráfico negreiro no Brasil, por exemplo, várias insurreições foram motivadas pela idéia de que o governo havia expedido ordem para emancipar os escravos. Em 1851, alguns escravos planejaram um levante em São Mateus, província do Espírito Santo, por estarem certos de que a lei antitráfico os havia libertado e de que seus senhores estavam escondendo a verdade. Cf. GOMES, Op. Cit., p. 263.

⁴⁴ Assim ocorria também no cenário em que a guerra civil se desenvolvia. Em setembro de 1861, eclodiu no sul dos Estados Unidos uma revolta envolvendo escravos de diversas *plantations* algodoeiras dos arredores de Second Creek, município de Adams, no estado do Mississippi. O planejamento do levante começara pouco depois do início da guerra de Secessão e contava com um conhecimento acumulado de anos de conversações em torno da possibilidade de embate entre os estados do Norte e do Sul. Os escravos conheciam o presidente Abraham Lincoln e acreditavam que ele chegaria à região para libertá-los. Percebiam a formação de tropas voluntárias em seu município a fim de compor a unidade do Mississippi no exército confederado e as acusações dos jornais sulistas contra os republicanos da União Americana, considerados abolicionistas. Não poderiam imaginar, porém, naquela época, que a guerra se estenderia por tantos anos e teria desdobramentos definitivos sobre o sistema escravista do país. Ver: JORDAN, Op. Cit.

trabalhar por si só, e a irônica previsão do filósofo Grego todos os dias vai se realizando. Tempo virá em que as máquinas substituirão os braços escravos, e a escravidão passará como uma dessas tristes recordações que a história transmite à posteridade”.⁴⁵

Estas previsões não se confirmaram e a modernização dos processos de extração mineral na comarca do Serro desenvolveu-se sem dispensar a mão-de-obra escrava. Senhores e autoridades públicas, no entanto, não reconheceram as novas ou antigas demandas dos cativos, perpetuando as tensas relações no interior das quais os rebeldes planejaram a conquista de sua autonomia. Mesmo assim, tanto o teor do medo dos proprietários, quanto o das expectativas dos cativos, se transformaram no bojo da especificidade de um momento do século XIX que prenunciava mudanças profundas nas relações escravistas.⁴⁶ Consideramos que a insurreição de 1864 foi um dentre muitos outros movimentos pela liberdade que demonstraram o vigor com que as culturas escravas e as experiências da escravidão em diferentes rincões do império brasileiro abarcavam um mundo amplo de significados, construídos não apenas localmente, mas também na confluência com os cenários políticos nacional e internacional⁴⁷. Levantes como este, cada vez mais numerosos nas décadas seguintes, não seriam ignorados na escolha dos rumos do regime escravista nas últimas décadas do século XIX.

⁴⁵ *O Jequitinhonha*, 20/01/1861, p. 2.

⁴⁶ Dentro desta perspectiva, Emília Viotti realiza um estudo sobre a rebelião escrava de Demerara (1823) no qual reconstitui não apenas o evento a partir dos pontos de vistas dos diferentes atores históricos envolvidos, mas através dele explica a própria relação entre colônia e metrópole, investigando o funcionamento do império britânico. Deste modo, vemos como a transformação mundial que levava ao debate sobre a escravidão no início do século XIX tornava a liberdade um sonho tangível em Demerara, assim como fazia com que a rebelião assumisse na Inglaterra o papel de caso-símbolo das tensões da época (abolicionistas versus antiabolicionistas, defensores do livre-câmbio versus partidários dos monopólios, missionários versus colonos, etc). Ver: VIOTTI DA COSTA, Emília. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue. A Rebelião dos Escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁴⁷ A respeito das percepções escravas acerca das conjunturas políticas tanto locais, quanto atlânticas, ver também: GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos nas Américas*. São Paulo: Global, 1983 e LINEBAUGH, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH-Marco Zero, n. 6, setembro 1983.

A Guerra do Paraguai e os “receios próprios da época”⁴⁸

Planejada na época da Secessão norte-americana, a insurreição escrava do Serro foi sufocada com a prevenção e força cabíveis a um país em estado de guerra. Como vimos no segundo capítulo, a eclosão do conflito contra o Paraguai levantou novamente os ânimos da população escrava e o temor da elite proprietária diante da eminência de novos levantes, levando à ultimação do processo contra os rebeldes de 1864. Ainda que desbaratado o plano de José Cabrinha e seus parceiros, o perigo não estava afastado nos municípios do Serro e Diamantina, onde proliferavam a criminalidade entre os livres, os crimes praticados por cativos contra senhores e feitores, as ações dos quilombolas e novas “idéias de liberdade”.

O ano de 1865 começou debaixo de enorme alvoroço: a cadeia da cidade de Conceição havia sido incendiada, a do Serro acabara de sofrer significativa evasão de presos e os descobertos em processo de demarcação continuavam a ser palco de mortes e conflitos armados em Diamantina⁴⁹. Os destacamentos policiais permaneciam exíguos depois da retirada da força reunida para reprimir a revolta do ano anterior e o seriam cada vez mais com as exigências de recrutamento forçado ou voluntário para luta na guerra do Paraguai. Mais do que uma quadra particular ditada pelos desdobramentos do levante de 1864, a região do Serro compartilhava agora com o resto da província de Minas Gerais o impacto que a guerra contra o país vizinho estava alcançando sobre os escravos do Brasil.

Mais uma vez, senhores e autoridades públicas procurariam inimigos externos para explicar o clamor de liberdade que advinha sobretudo dos cativos das fazendas mineiras. Tão cedo quanto em janeiro de 1865, a polícia viu-se em apuros com temores de insurreição no termo de Juiz de Fora. Os próprios fazendeiros locais haviam enviado uma carta ao delegado local, fazendo crer que existia entre seus escravos emissários ocultos

⁴⁸ Comentário sobre os rumores de insurreição escrava que estavam assolando Minas Gerais feito pelo presidente da província, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, em ofício ao ministro da Justiça, Francisco José Furtado (06/02/1865). ANRJ, Ofícios da Presidência da Província de Minas Gerais, U1, maço 778(1865).

⁴⁹ Ofício enviado pelo promotor público de Diamantina, João Batista da Silva Barca, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (05/01/1865). APM – Seção Provincial, maço 1093 (1865-1º trimestre).

aconselhando a insubordinação. Preocupavam-se com a chegada de estrangeiros no termo e esperavam providências a fim de extinguir, principalmente, a vinda de italianos e judeus⁵⁰.

Além dos supostos emissários mandados pelo governo inimigo, os senhores teriam de lutar igualmente contra a conhecida influência dos jornais, profusos em notícias da guerra, mesmo diante do estado “melindroso” da escravidão em municípios como o de Conceição, na vizinhança do Serro:

“A imprensa da Corte que, talvez imprudentemente, tem publicado a tomada de escravos de propriedade brasileira pelos nossos inimigos do Paraguai, e Uruguai, de alguma sorte pode concorrer para o exaltamento dessa gente, que abunda neste Município, composto em sua quase totalidade, de fazendas agrícolas, de criação, e de fábricas de ferro, aonde são empregados muitas centenas de escravos, e a prudência aconselha, não somente todas as cautelas, como que estejamos de sobreaviso, para não sermos surpreendidos por alguma insurreição, que certamente agravará a lamentável situação por que passamos”⁵¹.

Tais observações haviam sido encaminhadas ao delegado de Conceição pela câmara municipal da cidade, há pouco reunida em sessão extraordinária. Se o planejamento efetivo de um levante ainda permanecia incerto, não pairava dúvida de que os escravos sabiam que “os inimigos do país em suas correrias, e depredações, lançam mão dos de sua classe”⁵².

Em Taquaruçu e Jabuticatuba, distritos de Caeté, corriam boatos semelhantes. O capitão João Batista dos Santos descobriu em fevereiro daquele ano que escravos de sua fazenda em combinação com outros de pelos menos mais quatro propriedades esperavam apenas ocasião certa para um levante. Detalhando o que ouvia em suas averiguações, o delegado de Caeté alertou imediatamente o governo provincial:

⁵⁰ Carta reservada dirigida pelo delegado de Paraibuna, Justino Ferreira Carneiro, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (29/01/1865). ANRJ. Offícios da Presidência da Província (MG). III, maço 778.

⁵¹ Ofício enviado pelo delegado de polícia de Conceição, Antônio da Silva Pereira, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (04/03/1865). APM: Seção Provincial, maço 1093 (1865 - 1º trimestre).

⁵² Representação dirigida pela Câmara Municipal de Conceição ao presidente de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (06/03/1865). Idem.

“Parece-me que há algum plano combinado a tal respeito; porque há poucos dias tive notícia, de que alguns escravos conversavam, e diziam = que a guerra atual era a favor deles, que, se os nossos contrários vencessem, e os brasileiros perdessem, que eles escravos ficariam libertos, e os brancos do Brasil cativos = Eu estou sucintamente indagando, a ver se descubro a origem dessa conversa. Talvez alguns emissários estrangeiros tenham espalhado tais boatos entre a escravatura, para nos trazer dificuldades nesta quadra. Isto é suposição minha”⁵³.

O medo fundamentava-se no grande número de escravos existentes nestes distritos, sem contar os seus tradicionais aliados. Em Taquaruçu, a população cativa somava 1.408 indivíduos, entre 746 homens e 662 mulheres, e, se unidos aos libertos que constava ser de “suas mesmas idéias”, os “inimigos” chegavam aos dois mil, no cálculo do chefe da Guarda Nacional de Caeté. No combate aos insurgentes, o exemplo do Serro mostrava-se vivo. Como acontecera em 1864, os escravos podiam estar armados e era preciso solucionar prontamente a precariedade do armamento e munição da Guarda⁵⁴.

Além de Caeté, as circunstâncias extraordinárias em que se achava o império dariam lugar à suspeita de levantes ainda no mês de fevereiro em Campanha, Itajubá, Prata e em dois distritos de São João Del Rei. As autoridades haviam descoberto a reunião de escravos e forros realizada no dia 11 na casa de Francisco de Assis Santos, no sítio Córrego d’Areia, freguesia de Santa Rita. Segundo os interrogatórios colhidos, naquele dia houvera “função” sob a coordenação de Inocência, “uma preta velha que se diz forra” que também morava na casa. No que parecia ser um ritual de “feitiçaria” aos olhos das autoridades, os presentes deram vivas a uma bandeira vermelha com bordas verdes e à liberdade dos cativos⁵⁵.

Em março, o delegado de polícia da Ponte Nova, vila de Cachoeira do Brumado, distrito de Mariana, encaminhou ao presidente da província pedido de um auxílio de vinte ou trinta guardas nacionais para neutralizar a presunção de insurreição da escravatura na sexta-feira da Paixão, já que os cativos estavam certos de que “a presente guerra é feita para

⁵³ Ofício enviado pelo delegado de Caeté, Caetano de Souza Telles Guimarães, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (19/02/1865). Idem.

⁵⁴ Ofício enviado pelo tenente-coronel chefe do Batalhão 65, Carlos José dos Santos, ao comandante superior da Guarda nacional dos municípios de Santa Bárbara e Caeté, Barão de Coaes (07/03/1865). Idem.

⁵⁵ Ofício do delegado de São João Del Rei, Carlos José de Assis, ao juiz de Direito da comarca do Rio das Mortes, Antônio Barbosa Gomes Nogueira (27/02/1865). Idem.

libertá-los”⁵⁶. Já estariam avisados cativos dos arraiais do Anta, Barra Longa, Jequiri e Forquim. Em Santo Antônio do Monte, os escravos das fazendas estavam “dizendo que os Brancos, os querem libertar”⁵⁷. Novo pedido de forças viria em ofício do delegado de São José do Rio Preto, que faria alusão a problemas que se repetiam em outras partes de Minas:

“Ninguém mais que V. Exa. sabe as circunstâncias melindrosas a que nos achamos atualmente com a saída dos Voluntários, e alguns Guardas Nacionais que se espera sair; arrastam-nos a alguma crise de insurreição, que já se ouve em algumas Fazendas, por isso que acho acertado que sendo tão pequena a população livre desta Freguesia, abundando entretanto a escrava, que não saísse os Guardas Nacionais visto terem estes de suprir os serviços dos Policiais, que foram chamados a serviço; como melhor será V. Exa. informado pelos membros da Comissão dos Voluntários, é pois uma verdade que acabo de expor a V. Exa”⁵⁸.

De fato, a movimentação de praças da Guarda nacional originou muitos rumores de insurreição entre os brancos. Pelo decreto de 21 de janeiro de 1865, o governo imperial chamara 6 mil guardas nacionais da província de Minas Gerais a serviço de destacamento no Mato Grosso⁵⁹, esperando ainda um alistamento significativo de Voluntários da Pátria. No entanto, o recrutamento ocorreu em meio a muitos conflitos com parte da população. Muitos praças da Guarda Nacional resistiam em partir para a guerra e juntavam-se aos proprietários apavorados na disseminação de boatos sobre revoltas escrava, a fim de justificarem a importância de sua presença em Minas. A situação se agravou a partir do mês de abril, quando o sudoeste de Minas foi ameaçado de invasão pelos paraguaios⁶⁰. Seus soldados já haviam chegado às proximidades da vila de Santana do Parnaíba, para onde uma expedição militar foi enviada imediatamente de Ouro Preto. Aumentaram os boatos

⁵⁶ Ofício do delegado de polícia de Ponte Nova, José Nepomuceno da Fonseca Marques, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (04/03/1865). Idem.

⁵⁷ Ofício do subdelegado da vila de Santo Antônio do Monte ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (05/03/1865). Idem.

⁵⁸ Ofício enviado pelo subdelegado de São José do Rio Preto, Joaquim Cândido Guimarães, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (05/03/1865). Idem.

⁵⁹ Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite. BN. 05/11/1865.

⁶⁰ Idem.

sobre a introdução na província de sedutores de escravos e o medo de que a narração dos feitos do inimigo em alguns pontos do Mato Grosso intimidasse a população.

Algumas vezes, o medo tornava realidade uma ameaça sempre latente. Em Mar de Espanha, sudeste de Minas, também em março de 1865, espalhavam-se boatos de que estava para haver uma revolta nas fazendas. Em pouco tempo, o subdelegado foi convencido por alguns indivíduos de que o levante era já realidade e que a cidade estava sob ameaça de invasão pelos negros. O terror ganhou a população que decidiu, então, concentrar-se na casa do escrivão Ribeiro que ficava no largo da Matriz, na noite em que acreditavam que o movimento iria eclodir. Comentava-se que vários fazendeiros haviam sido trucidados e Fernando Gomes de Oliveira Fontoura chegou a subir o morro e tocar uma buzina, simulando o início do ataque naquela noite. Apesar do desespero geral da população, logo se constataria que não existia nenhuma sublevação na cidade⁶¹.

Como no resto da província, o Serro permanecia em sobressalto. Não havia forças suficientes para conter eventuais desordens e o pequeno destacamento de 20 praças encontrava-se alocado num pequeno cômodo que servia de prisão, embaixo da casa da Câmara Municipal, onde o armamento e munição estavam rapidamente perecendo. Segundo o delegado do Serro, José Maria Brandão, em maio de 1865 “a população desta cidade, e seu município, não se acha ainda tranqüila a respeito dos perigos por que passou por ocasião da tentativa de insurreição de escravos que aqui se deu o ano passado. Se prestamos a devida atenção aos fatos que aqui se deram e tem-se dado posteriormente, reconhecemos que são bem fundados os receios da população”⁶².

Além do Serro, também em Conceição os ânimos ainda não haviam serenado. Desta vez, um levante realmente eclodira na fazenda da Gaia, no distrito de São Domingos, e esperava-se que outras fazendas o acompanhassem durante o mês de junho:

“Participo a Vossa Senhoria que neste momento fui avisado de que no dia quatro do corrente mês pela madrugada, em casa da viúva do falecido João Justiniano Ferreira: querendo seus senhores corrigir alguns escravos insubordinados, para cujo fim levaram

⁶¹ Ofício do delegado de Mar de Espanha, João Roquete Carneiro de Mendonça, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (09/03/1865). Idem.

⁶² Ofício do delegado do Serro, José Maria Brandão, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (07/05/1865). APM: Seção Provincial, maço 1094 (1865 - 2º trimestre).

algumas pessoas do povo, estando presente o Suplente do Subdelegado em exercício e filho da mesma viúva, os escravos entrincheiraram no paiol, munidos de armas de fogo com sortimento próprio e foices; nesta mesma ocasião, em ato de resistência um dos escravos deu um tiro no policial Manoel Rodrigues, cuja polícia se acha em perigo de vida, por cujo fato temendo abandonaram a dita Fazenda, tanto os Polícias como os próprios donos, ficando sim a viúva contra quem não tentaram os ditos escravos. Foram deixados ainda reunidos no terreiro da dita Fazenda alardeando-a e ameaçando a Justiça”⁶³.

Como o auxílio de 20 praças da Guarda Nacional e outras 20 da Terceira Companhia não chegaram a tempo, foi com o auxílio do povo que o subdelegado de São Domingos realizou as primeiras prisões que desbarataram a rebelião. O líder do movimento era Bernardo Africano, imediatamente detido e indiciado em processo de insurreição. Logo em seguida, iriam estar com ele na cadeia de Conceição outros escravos de sua senhora, Francisca Florisela Martilina, que se achavam fugidos, quais sejam: Rita Africana, Venâncio, Samuel, Joana, Isabel e Laura. Outros permaneceriam procurados ou armados em diversas fazendas do distrito, como era mister acontecer na comarca do Serro. Sendo assim, o pânico não desapareceu e a população aguardou temerosa a chegada do dia 13 de junho, data marcada para o levante.

Os apelos das autoridades do Serro dirigidos ao presidente da província de Minas não cessavam. Quase mensalmente, seguiam para Ouro Preto missivas pedindo auxílio policial para conter crimes de escravos, tentativas de levante ou desordens na cidade. No fim de junho, por exemplo, Bento da Cunha Ferreira havia sido assassinado na fazenda de sua mãe, em Guanhães, por um escravo fugido de seu parente José da Cunha Ferreira que cumpria ordem de Cândido, cativo de Bento⁶⁴. Alguns dias depois, Cândido foi capturado por Manoel, escravo de Luiz da Costa. Quando surpreendido, ele lançou mão de uma faca contra Manoel, mas sendo agarrado pelas costas e não podendo ferir seu adversário, “deu em si próprio um profundo golpe no ventre, por onde saíram os intestinos: sendo

⁶³Ofício enviado pelo subdelegado de São Domingos, Jerônimo Augusto da Silva, ao delegado de Conceição, João Pereira Malaquias (06/06/1865). Idem.

⁶⁴ Ofício enviado pelo delegado do Serro, Benevenuto José da Silva, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (29/06/1865). Idem.

convenientemente tratado, na madrugada do dia seguinte rompeu, de propósito, os pontos dados na ferida, e faleceu pouco depois”⁶⁵.

Além do aumento da criminalidade, os conflitos com os quilombolas tornaram-se tão sérios no norte mineiro que chegariam a repercutir até mesmo na imprensa da corte imperial. Não era possível contar com segurança sobre o “vulcão” em que se achavam os brancos, uma vez que a mesma combinação de escravos, negros fugidos e libertos que se voltara contra eles em 1864, repetia-se com força na quadra de guerra, nas cercanias de Serro e Diamantina:

“... Esta Cidade, e o Município está ameaçada de grande calamidade. Foi mesmo neste mês, que na Diamantina, no rancho da palha, no subúrbio da Cidade, deu-se o fato horroroso de os negros fugidos assaltarem a casa, fazerem três mortes, e roubarem o que acharam; nascendo daí ser a poucos dias, batido o Quilombo na Itaipaba, e serem mortos alguns dos muitos negros, que ali se achavam fugidos; sendo outros presos, mas escapando talvez a maior parte. É certo, existirem Quilombos em diversas partes daquele Município, neste também os há; E constou-me a pouco, que sendo batido um quilombo no distrito das Datas só se conseguiu a prisão de um escravo, de uma negra, e de uma mulher branca, que lá se achava; todos os mais escravos fugiram, procurando as partes do Milho Verde, e São Gonçalo, do Termo desta Cidade; no intuito, sem dúvida, de se reunirem aos muitos que se acham aquilombados pela Serra do Itambé, distante desta Cidade de três léguas, e que aferisse fácil comunicação com os da Diamantina; a vista do que não será de admirar qualquer assalto dado por eles em alguma das povoações. A hidra de insurreição não está extinta: os negros andam *aitanados*, e *acoroçados* pelos calhambolas, entre os quais existem alguns fugidos a pouco, é muito de temer-se ao menos algum levante, como a pouco sucedeu em São Domingos, na fazenda de Francisca Gonçalves, viúva de João Justiniano Ferreira, onde os escravos em número de 13 se levantaram com o filho da mesma, sendo preciso o emprego da força para a prisão de um forro Pai de quatro dos mesmos, os quais se evadiram”⁶⁶.

⁶⁵ Relatório do Vice-Presidente da Província de Minas Gerais, Joaquim José de Santana. BN. 09/09/1866, apenso n. 4, p. 4.

⁶⁶ *Ibidem*. *Ibidem*.

No segundo semestre de 1865, as notícias de insurreição escrava alcançariam até mesmo lugares antes considerados seguros. Desde as primeiras notícias em torno da guerra do Paraguai, corriam rumores aterrorizantes em São Francisco das Chagas do Campo Grande⁶⁷, Santa Bárbara⁶⁸ e, em agosto, as suspeitas recaíram sobre a escravatura da Companhia Inglesa do Morro Velho, em Sabará. Na verdade, as ameaças de rebelião eram muito mais antigas e remetiam ao ano de 1854. Em 27 de dezembro daquele ano, esperava-se que aparecesse “algum sinistro da parte dos Africanos”, no qual estariam envolvidos escravos do Morro Velho. O levante foi prevenido a tempo às custas da mobilização de uma significativa quantidade de armamento repressivo: foram usadas 100 espingardas, 100 baionetas, 100 correames e uma quantidade indefinida de munição⁶⁹.

Onze anos depois, em meio à mobilização de forças para a guerra do Paraguai, as autoridades receavam que a saída da Guarda Nacional de Congonhas desse o sinal para uma enxurrada de levantes em Sabará, já que esta seria a única força ainda capaz de impor algum respeito aos cativos. Desde o início do ano, os escravos do Morro Velho prometiam sublevar-se e duas tentativas de insurreição já haviam se frustrado em lugares vizinhos à companhia⁷⁰. Segundo o comandante da Guarda naquele município,

“Tenho a honra de submeter a V.Exa. o officio junto que acabo de receber do Tenente Coronel Comandante do 8º Batalhão da Guarda Nacional do meu Superior Comando, expondo os motivos porque julga não dever a 4ª Companhia do mesmo Batalhão arredar-se da sua Parada que é no Arraial de Congonhas, onde se acha a Companhia Inglesa de Mineração do Morro Velho, que contém para mais de 2000 escravos dispostos a insurgirem-se apenas siga dali e desta Cidade a Força da Guarda Nacional, como publicamente o estão prometendo desde que constou em Fevereiro que tinham de marchar para o Mato Grosso as Forças desta Província. Espero, pois, que V. Exa. pensando maduramente quanto expôs o mesmo Tenente Coronel em seu officio, se persuada, que o 8º Batalhão não deve sair deste Município, pelo grande perigo que corremos se verificar-se uma sublevação de escravos. V.Exa. seguramente há de

⁶⁷ Offício do delegado de São Francisco das Chagas do Campo Grande. Antônio Gonçalves da Silva, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (21/06/1865). Idem.

⁶⁸ Despacho do presidente de Minas. Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (09/08/1865). APM: Seção Provincial, maço 1070 (1864-1865).

⁶⁹ Offício enviado pelo juiz de Paz de Sabará, João Vaz de Mello, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (24/08/1865). APM: Seção Provincial, maço 1105 (agosto de 1865).

ajuizar, que se a escravatura do Morro Velho fizer junção com a das Companhias do Morro de S. Vicente, e a do Capão, desta Cidade, e as de diversas Fazendas que contém grande número de escravos, podem sobrevir horrorosas desgraças...”⁷¹.

Como em Sabará, outras regiões da província de Minas passaram o ano sem conseguir arrefecer as ameaças de levantes entre os cativos. Na comarca do Rio das Velhas, os receios só haviam se fortalecido desde fevereiro, no distrito de Taquaruçu. As autoridades esforçavam-se em desarmar os escravos das fazendas, recolhendo as armas sob o falso pretexto de recrutamento. Procuravam desfazer os batuques noturnos como aquele em que se ouvira o preto forro que servia de rei do Rosário dizer que em breve “eles é que governariam”. Os cativos, por sua vez, continuavam a falar claramente “em liberdade, em Lopez do Paraguai, e muitas outras coisas perigosas”⁷², sobretudo os tropeiros que circulavam muito e traziam notícias para os demais no termo de Caeté:

“Constando-me que Rita de tal ouvira os escravos de uma tropa certa conversa a respeito da guerra contra o Paraguai, foi por mim inquirida em segredo de justiça e afirmou em seu juramento ter ouvido dessa conversa as seguintes palavras = A rapaziada está apertada vai tudo para a guerra, e quando forem tomaremos conta das brancas e mulatinhas = Estabeleci rondas, e vigias, e foi descoberta a preta Paula conversando com um Crioulo; e foram ouvidas estas palavras = Não tem nada rapaz, casar com ela estás para ficar forro. Eu tenho na capanga o que é necessário. Tomando Paula de parte exigi dela o exame da capanga para descobrir um remédio que ele tenha, para casamentos, e achei nela 5 balas que apreendi dizendo-lhe que ninguém podia

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Ofício dirigido pelo Comandante Superior da Guarda Nacional dos municípios de Sabará, Curvelo e Santa Luzia, Barão de Curvelo, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (24/08/1865). Idem. Com base na leitura deste mesmo código provincial (1105), Waldemar de Almeida Barbosa destaca a existência de outras conexões entre os escravos do Morro Velho e cativos empregados em diversos serviços de mineração que não foram localizadas por nossa pesquisa. Diz ele que “o Comandante do 8º Batalhão de Congonhas do Sabará, na mesma data (agosto de 1865), comunicava que alguns escravos da Companhia do Morro Velho sabiam ler e escrever e mantinham correspondência com os da Companhia de Pari e das Lavras de Diamantina. Acrescentava que sobretudo os escravos da extinta Companhia do Gongo e do Vínculo do Jaguará estavam prometendo insurgir-se e aguardavam apenas a partida da Guarda Nacional”. Ver: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: s.e., 1972, p. 75 e 76.

⁷² Ofício reservado enviado pelo delegado de Caeté, Caetano de Souza Telles Guimarães, ao Chefe de Polícia de Minas Gerais (15/09/1865). APM: Seção Provincial, maço 1095.

andar com semelhante remédio em tempo de guerra senão o Governo, e o velhaco não se traiu”⁷³.

Em Rio Preto, no extremo sul mineiro, três escravos de três viúvas foram presos e açoitados em setembro, por sussurrar perigosamente nos meios de provocar uma insurreição⁷⁴. No termo de Santo Antônio de Paraibuna, o assassinato de todos os brancos sob a liderança de escravos letrados “que viviam como se fossem livres” era esperado para o dia 17, quando a Guarda Nacional se reuniria na cidade⁷⁵. Em Barbacena, estavam sendo castigados escravos de três fazendas, inclusive daquela pertencente ao comandante da Guarda no município⁷⁶ e no termo de Lavras, indo uma escolta policial prender Jordão, indigitado como cabeça da insurreição que estava para eclodir, houve resistência e o escravo terminou morto a tiros⁷⁷.

Investigando as notícias de insurreição que correram as povoações de Minas Gerais, as autoridades públicas puderam não somente sustar estes movimentos, mas intervir na base de alianças sociais e nexos culturais que fundamentavam as estratégias dos cativos. Famílias foram separadas, quilombos desfeitos e rituais proibidos. Tais momentos de repressão resultaram quase sempre num verdadeiro destroçamento das comunidades escravas através das prisões de suas lideranças, dos castigos impostos aos supostos “feiticeiros”, das vendas de rebeldes e das mortes resultantes dos confrontos. Foram também excelentes pretextos para desencadear a retaliação sobre a população livre de cor e reafirmar o controle sobre a ordem pública por meio de rituais exemplares de punição. Embora imediatamente efetivos, os esforços repressivos não conseguiram desmobilizar os escravos que continuaram a se levantar na província, mesmo contra grandes possibilidades de derrota.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Ofício enviado pelo juiz municipal de Rio Preto, Joaquim Barbosa Lima, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (04/09/1865). APM: Seção Provincial, maço 1095 (set-dez. de 1865).

⁷⁵ Ofício enviado pelo delegado de Paraibuna, Justino Ferreira Carneiro, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (18/09/1865). Idem.

⁷⁶ Ofício enviado pelo Tenente Coronel Comandante Superior Interino da Guarda Nacional de Barbacena, José Rosa Coelho, ao presidente da província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite (22/09/1865). Idem.

⁷⁷ Relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, Pedro de Alcântara Cerqueira Leite. BN. 05/11/1865.

Dentre muitos outros, são exemplos da ininterrupta mobilização política dos escravos mineiros diversas insurreições ocorridas no sudeste de Minas, bem perto da fronteira com a província do Rio de Janeiro, no ano de 1871. Finda a guerra do Paraguai, a nova década inaugurou um contexto em que as demandas escravas passaram a encontrar apoio tanto nos debates sobre a emancipação, quanto no crescimento do republicanismo. Em janeiro daquele ano, escravos de algumas fazendas de Sabará, Caeté, Jaguari e Santa Luzia organizaram um plano coordenado de rebelião em protesto ao fato de não ter sido proclamada a liberdade que esperavam para o dia 1º, 6 ou 20 de janeiro. Segundo Martinho, um dos cativos rebeldes da fazenda do Recolhimento de Macaúbas, eles tinham ligações com mocambos locais e visavam encontrar-se em Santa Luzia “a fim de gritar a República e ficarem forros”. Denunciados pelo vigário da Lapa, distrito de Sabará, quatro líderes pertencentes ao tenente coronel João Cancio Nunes Moreira foram presos e vendidos, já que ficou constatado não haver base para a instauração de um processo⁷⁸.

Em 30 de maio de 1871, descobriu-se outro levante, planejado desta vez por cativos do termo de Leopoldina para o dia de São João. Pouco depois, veio à tona outra tentativa de rebelião surgida no distrito de Conceição, no mesmo termo, entre escravos que se reuniam regularmente para “práticas de feitiçaria”⁷⁹. Ainda em maio, temia-se uma sublevação em Juiz de Fora, dado que escravos em grupos de 20 ou 30 estavam procurando a proteção da Justiça contra os maus tratos perpetrados por seus senhores. Acreditava-se que os convites estavam partindo de “associações de escravos na cidade” que enviavam emissários para as fazendas e que todo o plano contava com o auxílio de alguns italianos. Finalmente, no início de julho, os escravos do Barão de Pitangui abandonaram a fazenda de seu senhor em Mar d’Espanha a pretexto de estarem livres⁸⁰. Como se vê, é possível que o ano de 1865 pouco tenha de extraordinário e seja, na verdade, um exemplo típico do grau de agitação escrava existente em Minas Gerais nas últimas décadas da escravidão no Brasil.

⁷⁸ Offícios diversos. ANRJ. Offícios de Presidentes de Província (MG), II1, maço 640 (1871 – 1º semestre).

⁷⁹ GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972, p. 180.

⁸⁰ Offícios diversos. ANRJ. Offícios de Presidentes de Província (MG), II1, maço 640 (1871 – 1º semestre).

Quadro 6 -Tentativas de insurreição escrava na província de Minas Gerais, em 1865

	Distritos	Municípios	Comarca
Janeiro	Juiz de Fora	S. Antônio do Paraibuna	Rio Paraibuna
Fevereiro	Taquaraçu e Jabuticatuba	Caeté	Rio das Velhas
	Santa Rita e Lages	São João Del Rei	Rio das Mortes
Março	Conceição	Conceição	Serro
	Ponte Nova, Cachoeira do Brumado e Barra Longa	Mariana	Ouro Preto
	São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	-
	Santo Antônio do Monte	Dores de Indaiá	Rio das Velhas
	Mar de Hespanha	Mar de Hespanha	Rio Paraibuna
Abril	Santa Maria	Prata	Rio Paracatu
Maior	Serro	Serro	Serro
Junho	São Domingos	Conceição	Serro
	Congonhas (Cia Morro Velho)	Sabará	Rio das Velhas
	S.Francisco das Chagas do Campo Grande	-	-
Julho	-	-	-
Agosto	Santa Bárbara	Santa Bárbara	Ouro Preto
	Serro	Serro	Serro
Setembro	Barbacena	Barbacena	Rio Paraibuna
	Paraibuna	S.Antônio do Paraibuna	Rio Paraibuna
	Taquaraçu	Caeté	Rio das Velhas
	São José do Rio Preto	São José do Rio Preto	-
Outubro	Lavras	Lavras	Rio das Mortes
Novembro	-	-	-
Dezembro	-	-	-

Fonte: APM – Códigos provinciais (1865) e BN – Relatórios da Província de Minas Gerais.

Considerações finais

Repassando as histórias que conhecemos ao longo desta dissertação não é difícil concluir pela abrangência e riqueza da experiência escrava no Brasil oitocentista. Ao tomar somente Minas Gerais como exemplo, a província com a maior população cativa do império, encontramos escravos com ofícios urbanos; lavradores de pequenos engenhos ou das grandes fazendas cafeeiras da Zona da Mata; garimpeiros de ouro trabalhando nas minas das companhias inglesas; faiscadores alugados em lavras diamantinas nas margens dos rios do norte; tropeiros engajados na economia de abastecimento e muitos outros homens e mulheres espalhados por comunidades quilombolas que recorriam à criatividade como principal forma de sobrevivência. Diante de tantas possibilidades de pesquisa, nossa atenção recaiu sobre o cotidiano e a cultura dos escravos do Serro e Diamantina que, em meados da década de 1860, planejaram fazer “guerra contra os brancos” em busca de sua liberdade.

O movimento de 1864 nos deu a conhecer melhor uma região de grande projeção no século XVIII, mas largamente esquecida pela historiografia brasileira no centênio seguinte. Quem poderia imaginar que o subúrbio do Palha onde se passaram as histórias de quilombolas contadas neste último capítulo fora antes o lugar da famosa chácara de Chica da Silva? A distância dos especialistas, no entanto, não corresponde ao papel econômico desempenhado pelo norte mineiro ao longo do século XIX. Como vimos, o período compreendido entre 1830 e 1860 abrigou uma nova explosão da produção diamantífera em Diamantina, aumentando as contribuições da região para as exportações e dividendos da província de Minas Gerais. Com o boom, acentuou-se também a desigualdade sócio-econômica já há tanto arraigada naquela terra de mineração e modernizou-se em parte o processo de extração sem abandono da escravidão.

A partir dos dados quantitativos e qualitativos encontrados em nossa pesquisa, vimos que o trabalho escravo era ainda de grande importância para a mineração de ouro e diamantes na década de 1860. Encontramos nas lavras do norte mineiro trabalhadores livres empregados a jornal e faiscadores independentes mas, no âmbito restrito deste trabalho, não nos deparamos com nenhuma mina sem escravos. A forte presença cativa era explicada tanto pelas importações de africanos, quanto pela reprodução natural dos escravos já

radicados no Brasil. Numa época de alto custo da mão-de-obra, a prática do aluguel de braços viabilizou ainda mais o acesso aos cativos, tornando possível o deslocamento de escravos já treinados, não raro em seus anos mais produtivos, de acordo com variações na demanda. Neste cenário, corriam velozes notícias dos debates sobre o futuro do regime escravista no império, sem encontrar muitos entusiastas entre uma elite proprietária otimista com o progresso da atividade mineradora. A rebelião escrava de 1864 veio, então, como um contraponto às perspectivas promissoras de senhores sustentados por um processo de crescente exploração dos trabalhadores e concentração fundiária no norte mineiro.

As motivações da rebelião de 1864 foram múltiplas e continuaram a inspirar os escravos nos anos seguintes. Podem ser buscadas nas durezas do cativeiro nos pequenos engenhos e lavras de Minas; nas percepções cativas sobre as guerras e o abolicionismo da década de 1860; no questionamento da autoridade dos brancos pelas invasões de terras; bem como na força e vulnerabilidade dos quilombos mineiros. Os quilombos das serras do Itambé e do Espinhaço funcionaram como grandes campos de treinamento para o levante e seu grau de solidariedade aos escravos indica o claro papel que desempenhavam na organização social das comunidades escravas da Comarca do Serro. A “rapaziada sujeita” das senzalas e a “rapaziada sujeita das matas” tinham muito em comum e, nos casos analisados nesta dissertação, percebemos como as relações econômicas e sociais entre eles foram vitais para a conformação de seus projetos políticos em busca de autonomia. Em 1864, especialmente, um importante espaço de autonomia para escravos e quilombolas estava em jogo. O acesso à terra estava ameaçado pela escalada da repressão policial e pelo avanço do loteamento de terrenos diamantinos nas periferias de Diamantina, destinado ao assentamento dos faiscadores pobres.

Encontrando-se nos bastidores do segundo boom da extração de diamantes em Minas, os rebeldes construíram um repertório comum de luta que bebia nas tradições de resistência de comunidades escravas espalhadas por Minas e pelo Brasil. As estratégias de botar fogo na cidade para atrair os brancos; insurgir-se num dia de folga; ou de apoderar-se de armamento usado por seus senhores e autoridades repressivas estiveram presentes em diversos levantes anteriores ao Serro. Do mesmo modo, rebeliões foram constantes em momentos de dissenso entre os brancos, como no caso de Carrancas, em 1833, quando escravos se rebelaram num contexto em que o enfrentamento político entre restauradores e

liberais alcançara fortes cores locais no sudoeste mineiro. A insurreição de 1864, no entanto, tem seu diferencial na interpretação original dos rebeldes sobre o momento histórico em que viviam, na articulação gigantesca de cativos, quilombolas e libertos majoritariamente crioulos - muitos dos quais letrados - com o fim de obter a emancipação dos escravos e na influência das culturas negras construídas por africanos e crioulos nas zonas de mineração do norte de Minas.

Ao longo deste trabalho, grande ênfase foi conferida à contextualização das lutas escravas no âmbito dos desenvolvimentos históricos da década de 1860. A insurreição de 1864 constituiu, assim, via de acesso privilegiada às interfaces existentes entre os cenários regionais, nacionais e atlânticos nas últimas décadas da escravidão no Brasil. Eclodindo num momento de grande agitação política no Brasil e em outros países escravistas das Américas, ela acabou por abrir um período de acirramento do protesto escravo em toda a província de Minas Gerais. Acreditamos que o levante assume importância como projeto de vida alternativo elaborado por escravos crioulos e centro-africanos num momento crucial das discussões sobre o futuro do cativo no país. Escolhas “radicais” como as dos mineiros cativos e libertos em 1864 se fizeram presentes no imaginário das elites com poder decisório e na vida cotidiana dos brasileiros de todas as classes, constituindo parte importante do processo de luta pela abolição no país em meados do século XIX.

FONTES PESQUISADAS

1. Fontes manuscritas

1.1) Arquivo Nacional (RJ)

Fundo da Corte de Apelação – apelações cíveis e criminais:

Teodora parda (escrava), Ação de Liberdade, cx. 3680, apelação nº 6798, 1856, Serro, província de Minas Gerais;

Pedro (escravo), réu, agressão, caixa 3698, apelação nº 4536, 1863, Diamantina, província de Minas Gerais;

José Cabrinha (escravo), réu, insurreição, caixa 3700, apelação nº 5014, 1865, Serro, província de Minas Gerais;

Jerônimo cabra (escravo), réu, homicídio, caixa 3699, apelação nº 5774, 1867, Diamantina, província de Minas Gerais.

Offícios de Presidentes de Província, 1860-1870, IJ1:

Província de Minas Gerais: maços 624 a 639, 774 a 780 e 927.

1.2) Arquivo Histórico do Itamaraty (RJ)

Códices 233-3-09 a 233-4-01. Missões Diplomáticas Brasileiras, ofícios, 1859 a 1865 (Washington, EUA).

Código 235-2-01. Missões Diplomáticas Brasileiras, despachos, 1855 a 1866 (Washington, EUA).

Código 258-3-08. Repartições Consulares Brasileiras, ofícios, 1860 a 1867 (Nova York, EUA).

Códices 280-1-06 a 280-1-08. Representações Diplomáticas Estrangeiras no Brasil, notas recebidas, 1859 a 1865 (América do Norte).

Códices 280-3-10 e 280-3-12. Representações Diplomáticas Estrangeiras no Brasil, notas expedidas. 1844 a 1889/1859 a 1890 (América do Norte).

1.3) Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte (MG)

Fundo da Presidência da Província de Minas Gerais

Divisão administrativa, eclesiástica e judiciária: PP1/10, caixas 09 (Conceição), 11 (Diamantina) e 50 (Serro), 1832 a 1863.

Elemento Servil: PP1/12, caixa 02, 1859 a 1875.

Força Pública - Exército: PP1/15, Serro, caixa 88, 1836 a 1875.

Força Pública Provincial - Corpo Policial: PP 1/41, Diamantina, caixa 01, 1834 a 1889.

Mineração e Terrenos Diamantíferos: PP 1/19, caixa 07, 1847 a 1884.

Assembléia Provincial: PP1/31, Assuntos diversos, caixa 02, 1852 a 1889.

Guarda Nacional - PP1/16: caixa 32 (Diamantina, 1845 a 1865) e caixa 156 (Serro, 1845 a 1865).

Magistratura - PP1/18:

Juiz de Direito, Serro, caixa 79, 1843 a 1885; - Juiz de Paz, Diamantina, caixa 109, 1845 a 1885

Juiz de Paz, Serro, caixa 202, 1830 a 1888;

Tribunal da Relação de Ouro Preto e Diversos, Ouro Preto, caixa 338, 1824 a 1889.

Polícia - PP 1/24:

Chefia de Polícia, caixa 77, 1862 a 1867;

Delegacia de Polícia, Diamantina, caixa 95, 1846 a 1870;

Delegacia de Polícia, Serro, Caixa 126, década de 1860.

Câmaras Municipais - PP 1/33:

Conceição do Serro, caixa 61, 1859 a 1889;

Diamantina, caixa 79, 1852 a 1888;

Serro, caixa 307, 1852 a 1887.

Secretaria do Governo - PP 3/1:

Correspondência administrativa, caixa 09, 1860 a 1874;

Mapas e tabelas gerais, caixa 14, 1852 a 1874.

Fundo da Seção Provincial

Ofícios e mais papéis dirigidos ao Governo sobre negócios de polícia

Maços: 986 e 987 (1863), 1045 a 1049 (1864); 1093 a 1095 (1865); 1070 (1864-1865).

Ofícios e mais papéis dirigidos ao Governo sobre indústria e terrenos diamantinos

Maços: 1007 (1863) e 1056 (1864).

Ofícios e mais papéis dirigidos ao Governo sobre negócios da Justiça - Maço 1016 (1863-1865).

Ofícios e mais papéis dirigidos ao Governo sobre Força Pública - maço: 1105 (1865).

Ofícios e mais papéis dirigidos ao Governo sobre população - maços: 955 e 956 (1862).

Secretaria do Governo Provincial - maços: 1005 e 1006.

Coleção Mapas de População
Diamantina e Serro, caixa 09, 1832 a 1840.

1.4) Biblioteca Antônio Torres - Diamantina (MG)

Inventários e testamentos:

Felisberto Ferreira Brant. Cartório 1º Ofício, 1897, maço 188.
Rodrigo de Souza Reis. Cartório 2º Ofício, 1870 - maço 227 e 1872 - maço 226.
Maria Augusta de Queiroz. Cartório 1º Ofício, 1866, maço 96.
Rodrigo de Souza Reis. Cartório 1º Ofício, 1870, maço 97.

Processos criminais:

Vitória da Costa. Interrogatório, 1864, maço 80.
Jerônimo cabra e outros, 1864, maço 83.
Emília Carlota e outros. Processo, 1866, maço 83.

Livro de notas:

Cartório 2º Ofício, 1863-1864, s/n, maço 161;
Cartório 1º Ofício, 1852/1853, n. 5, maço 44.

Outros documentos:

Felisberto Ferreira Brant
Apelação. Cartório 1º Ofício, 1856, maço 122;
Ação arbitral. Cartório 2º Ofício, 1861, maço 257;
Embargo. Cartório 2º Ofício, 1861, maço 258.

Rodrigo de Souza Reis

Libelo. Cartório 1º Ofício, 1867, maço 116;
Relação de escravos, 1873, maço 298.

1.5) Arquivo do Palácio Arquidiocesano de Diamantina (MG)

Documentos diversos:

Escravos, Diamantina, 1855 a 1888, caixa 06;
Propriedade -terrenos diamantíferos, 1860 a 1906, caixa 96.

1.6) Arquivo da Câmara Municipal de Diamantina (MG)

Livro de atas de processos eleitorais, 1846 a 1867;
Atas das reuniões do colégio eleitoral, 1852 a 1880;
Atas das sessões da Câmara Municipal, 1855 a 1860;
Pasta "Pesquisa sobre a Câmara Municipal de Diamantina".

1.7) Arquivo do Fórum do Serro (MG)

Inventários:

Belizário Moreira Pinto. Cartório 1º Ofício, 1867, caixa 80, s/ identificação.
Francisca de Araújo Padilha. Cartório 2º Ofício, 1872, caixa 01.
Gabriel José da Fonseca. Cartório 2º Ofício, 1841, caixa 05.
Veríssimo Pereira dos Reis. Cartório 2º Ofício, 1852, caixa 72, s/ identificação.
Modesto Rodrigues Campos. Cartório 2º Ofício, 1875, caixa 03, diversos.
Teresa Joaquina de Jesus. Cartório 2º Ofício, 1888, caixa 23.

1.3) Casa do General Carneiro (Serro - MG)

Assuntos diversos, década de 1860. caixas 02, 05, 06, 08, 09, 10, 14, 15, 16, 30, 110 e 112.

2. Fontes Impressas

2.1) Biblioteca Nacional (RJ)

Jornais:

O Jequitinhonha: folha política, literária e noticiosa. Diamantina, 1861 a 1870.

O Voluntário. Diamantina, 1865.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1864.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1864 e 1865.

Anais do Parlamento Imperial:

Anais do Senado do Império do Brasil, 1864 e 1865.

Anais da Câmara dos Deputados, 1864, tomos I-IV.

Relatórios oficiais:

Relatório do Presidente da Província de Minas Geras, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, 25/03/1855.

Relatórios da presidência da província de Minas Gerais, 1860-1870.

Relatório do Ministério da Justiça de 1865 referente ao ano de 1864.

Almanaques provinciais:

MARTINS, Antônio de Assis e OLIVEIRA, José Marques de. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Tipografia da Atualidade, 1864.

MARTINS, Antônio de Assis e OLIVEIRA, José Marques de. *Almanak Administrativo, Civil e Industrial de Minas Gerais para o anno de 1865*. Ouro Preto: Tipografia do Minas Geraes, 1864.

Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM):

"Breve notícia dos estabelecimentos diamantinos do Serro Frio". RAPM IV, 1899.

"Corografia mineira: Município de Diamantina". RAPM IV, 1899.

"A mineração – riquezas minerais", memória por Antônio Olyntho dos Santos Pires, p. 881-1048. RAPM VIII, 1903.

2.2) Hemeroteca Pública de Minas Gerais - Belo Horizonte (MG)

Jornal: *Minas Geraes*. Ouro Preto, 1864 e 1865.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Cândido Mendes. *Atlas do Império do Brasil: os mapas de Candido Mendes, 1868*. Rio de Janeiro: Arte e História, 2000.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)*. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1996. (Dissertação de mestrado).
- _____. “Rebelião escrava na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21 e 22, p. 45-82, 1998/9.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: SATERB, 1971.
- _____. *Dicionário da terra e das gentes de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.
- _____. *Negros e quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: s.e., 1972.
- BARTH, Fredrik (org). *Los grupos etnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BASTIDE, Roger. *As Américas negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: Difel/EDUSP, 1974.
- BERGAD, Laird. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BURTON, Richard. *Viagens aos planaltos do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1983, tomos II e III.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *As Minas do Brasil e sua Legislação*. 3 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904-1905.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- CARVALHO, Theophilo Feu de. *Comarcas e Termos: Criações, Supressões, Restaurações, Incorporações e Desmembramentos de Comarcas e Termos, em Minas Gerais (1700-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHILDS, Matt. "Master-slave rituals of power at a gold mine in nineteenth-century Brazil". *History Workshop Journal*, n. 53, p.43-72, 2002.
- CLÁUDIO, Afonso. *Insurreição do Queimado*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1975.
- COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.
- COUTO, Soter. *Vultos e fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: s.e., 1954.
- CRATON, Michael. "Proto-peasant revolts? The late slave rebellions in the British West Indies, 1815-1832". *Past and Present* 85 (Nov. 1979), p. 99-125.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, 1330-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DRESCHER, Seymour. *Capitalism and Anti-Slavery: British Mobilization in Comparative Perspective*. New York: Oxford University Press, 1987.
- ELKINS, Stanley M. *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life*. Chicago: University of Chicago Press, 1959.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 vols. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965.
- FERREIRA, Roquinaldo. "Escravidão e revoltas de escravos em Angola (1830-1860)". *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21 e 22, p. 9-44, 1988-1989.
- FLORENCE, Afonso Bandeira. "Resistência Escrava em São Paulo. A luta dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema 1828-1842". *Afro-Ásia*, Salvador, n. 18, p. 7-32, 1996.

- FONER, Philip. *A history of Cuba and its Relations with the United States*. New York: International Publishers, 1963, vol. II.
- FRAGOSO, João Luís. "Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códigos 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833". In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alli (orgs). *Hiistória quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, p. 239-278.
- FREITAS, Décio. *Insurreições Escravas*. Porto Alegre: Movimento, 1976.
- _____. *O Escravismo Brasileiro*. 2ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes - O outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: AnnaBlume, 1996.
- GEGGUS, David Patrick. *Haitian Revolutionary Studies*. Bloomington: Indiana University Press, 2002.
- GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos nas Américas*. São Paulo: Global. 1983.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Flávio dos Santos. "Experiências transatlânticas e significados locais: idéias, temores e narrativas em torno do Haiti no Brasil escravista". *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 209-246, 2002.
- _____. "História, protesto e cultura política no Brasil escravista" In: SOUSA, Jorge Prata (org). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998, p. 65-97.
- _____. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalasno Rio de Janeiro - Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- _____. "Jogando a Rede, Revendo as Malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista". *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 67-93, abril de 1996.
- GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

- GUIMARÃES, Carlos Magno. *A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.
- HAHN, Steven. *A Nation Under our Feet: Black Political Struggles in the Rural South from Slavery to the Great Migration*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2003.
- HALFELD, H. G. F. e TSHUDI, J. J. Von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Tradução Myriam Ávila; ensaio crítico, notas e revisão da tradução, Roberto Borges Martins. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.
- HEYWOOD, Linda M (org). *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HOSSBAWN, E.J. "A outra história: algumas reflexões". In: KRANTZ, Frederick. *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 18-33.
- IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962.
- IGLESIAS, Francisco. *A Economia Política do Governo Provincial Mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1958.
- JACOB, Rodolpho. *Minas Gerais, no XX Século*. Rio de Janeiro: Gomes Irmão & C., 1911.
- JARDIM, Catão Gomes. "A região de Diamantina (Minas Gerais), suas riquezas naturais e seus recursos". *Revista Industrial de Minas Gerais*, ano III, n. 16-17, abril/maio de 1896.
- JORDAN, Winthrop D. *Tumult and Silence at Second Creek: An Inquiry into a Civil War Slave Conspiracy*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1993.
- JUREMA, Aderbal. *Insurreições negras no Brasil*. Recife: Edições Mozart, 1935.
- LARA, Sílvia Hunold. "Blowin' in the wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil". *Projeto História*, n. 12, out. 1995, p.43-56, out. 1995.
- LIBBY, Douglas Cole. "Minas na mira dos brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad". In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alli (orgs). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, p. 279-304.
- _____. "Protoindustrialização em uma Sociedade Escravista: o caso de Minas Gerais". In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial, 2002, p. 237-280.

_____. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil. O caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.

_____. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LINEBAUGH, Peter. "Todas as montanhas atlânticas estremeceram". *Revista Brasileira de História*. ANPUH-Marco Zero, n. 6, setembro de 1983.

_____. and Marcus Rediker. *The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press, 2000.

LUNA, Luís. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Leitura, 1968.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

_____. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/EDUSP, 1994.

_____. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994.

MARTINS FILHO, Amílcar & MARTINS, Roberto Borges. "Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited". *Hispanic American Historical Review*, 63(3): 537-568, 1983.

MARTINS, Marcos Lobato. "A presença da fábrica no 'Grande Empório do Norte': surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930". In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA.10, 2002, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002, p. 281-304.

MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande. A história de Minas roubada do povo*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1995.

MATTOSO, Kátia M. Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MIRANDA, Aluizio Ribeiro de. *Serro, três séculos de história*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

- MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003.
- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebeldia negra*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.
- NASCIMENTO, Lúcia Valéria. *A África no Serro-Frio. Vissungos: uma prática social em extinção*. Belo Horizonte: UFMG, 2003(Dissertação de Mestrado).
- PAIVA, Clotilde A. e GODOY, Marcelo M. “Engenhos e casas de negócios nas Minas oitocentistas”. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 6, 1992, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1992, p. 29-52.
- PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole; GRIMALD, Márcia. “Crescimento da população escrava: uma questão em aberto”. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 4. 1988, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1988, p. 11-32.
- _____. e LIBBY, Douglas Cole. “Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX”. *Estudos Econômicos*, vol. 25, n. 2, p. 203-233, maio/agosto 1995.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A conspiração escrava de Campinas, 1832: rebelião, etnicidade e família*. Campinas, SP: [s. n], 2005. (Dissertação de mestrado)
- PRICE, Richard. *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1979.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- _____. “Rebeldia escrava e historiografia”. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, v.17, número especial, p. 7-35, 1987.
- RAMOS, Arthur. *As culturas negras no Novo Mundo*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Cia Nacional, 1979.
- _____. *O negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

- REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, João José. “Quilombos e revoltas escravas no Brasil – ‘Nos achamos em campo a tratar da liberdade’”. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 14-39, dez/fev 1995-6.
- _____. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2001.
- _____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1978.
- SHARPE, Jim. “A História vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press: 1990.
- SCOTT, Julius. *The Common Wind: Currents of Afro-American Communication in the Era of the Haitian Revolution*. Duke University: PHD thesis, 1986.
- SILVA, Dario A .F. *Memória sobre o Serro Antigo*. Serro: Tipografia Serrana. 1828.
- GLENEZ, Robert W. “Múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. Campinas: Cadernos IFCH/UNICAMP, n. 17, 1985.
- _____. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil”. *Revista USP*, São Paulo: n. 12, p. 48-67, dez/jan/fev. 1991/1992.
- _____. *Na Senzala. Uma Flor. Recordações e formação da família escrava no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- SODRE, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, José Moreira de. *Cidade: momentos e processos. Serro e Diamantina na formação do norte mineiro no século XIX*. São Paulo: ANPOCS/Marco Zero, 1993.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. *A negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo
- SWEENEY, Robert. "Outras canções de liberdade: uma crítica de Todas as montanhas atlânticas estremece". *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH-Marco Zero, v. 8, n. 16, p. 205-219, mar./ ago 1988.
- TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen: The Negro in the Americas*. Nova York: Vintage Books, 1947.
- THORNTON, John. *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1800*. 2a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TINOCO, Antônio Luiz Ferreira. *Código Criminal do Império do Brasil anotado*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- TROUILLOT, Michel. *Silencing the Past. Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press, 1999.
- VIOTTI DA COSTA, Emília. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue. A Rebelião dos Escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- XAVIER DA VEIGA, João Pedro. *Efemérides Mineiras*. Belo Horizonte: CEHC/Fundação João Pinheiro, 1998, 2 vols.